**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO

O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX.

Versão corrigida

São Paulo

2017

ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO

O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado

Versão corrigida

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C268 Cardoso, Antonio Alexandre Isidio
O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. / Antonio Alexandre Isidio Cardoso ; orientadora Maria Helena Pereira Toledo Machado. - São Paulo, 2017.
320 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Amazônia. 2. Indígenas. 3. Escravos. 4. Migrantes. 5. Frente de Expansão. I. Machado, Maria Helena Pereira Toledo, orient. II. Título.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **O Eldorado dos Deserdados:** Indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Para Vicente Cardoso Portela,
candango, bodegueiro, encantador de histórias e pai.

In memoriam

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é devedor de muitas conversas, troca de afetos, viagens e encontros que atribuíram sentido ao labor solitário da escrita e da pesquisa. Agradeço primeiramente ao parceiro que esteve ao meu lado na maior parte do tempo de elaboração da tese. Para Davi Bessa, meu companheiro de tantas cruzadas da vida, deixo registradas as minhas mais calorosas palavras de amor e gratidão. Esta tese contou com seu fundamental apoio emocional, acompanhado de críticas e aguçadas leituras desde seus primeiros esboços.

Ao longo da travessia do doutorado conheci diversas pessoas, muitas das quais incríveis pesquisadoras. Nesse quesito, sou devedor de cinco mulheres, companheiras de discussões e de “orientação”. São elas, Maria Clara Carneiro Sampaio, Maíra Chinelatto Alves, Débora Michels Mattos, Marília Ariza e Clícea Miranda. Com elas compartilhei agruras e ganhei força para continuar a caminhada. Sem elas a vida em São Paulo teria sido mais cinzenta.

Durante as vivências na Paulicéia, também tive a alegria de conhecer e tecer afetuosos laços de amizade com Poliana Santos, que se tornou cúmplice de cafés, tardes na biblioteca e deliciosas discussões sobre literatura. Sua leitura perspicaz me ajudou a aparar arestas e avançar em tempos de incerteza. Outro grande amigo que cultivei em São Paulo foi Diego Rosa Pedroso, com quem compartilhei muitas conversas sobre questões indígenas na Amazônia. Sem sua preciosa interlocução muitas das leituras antropológicas da tese nem teriam sido aventadas.

No que tange ao campo da antropologia, preciso salientar que esta pesquisa teve seus primeiros lineamentos em debates com amigos antropólogos do NEAI, Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena, na Universidade Federal do Amazonas. Em Manaus, ainda antes do ingresso no doutorado, fui brindado com o apoio e fundamentais contribuições do Professor Gilton Mendes dos Santos, que idealizou a “Expedição Purus”, uma incrível viagem de pesquisa, que me possibilitou visitar arquivos e terras indígenas do interior do Amazonas. Nesses percursos, tive o prazer de aprofundar laços de amizade com Angélica Maia, Ingrid Daiane Pedrosa, Mário Rique, Alba Garcia, Thainá Ferraz e Admilton Freitas. Mais que companheiros de viagem, ganhei cúmplices de luta e parceiros de debate.

Ainda tratando de momentos pré-doutorado, devo registrar minha dívida com a Professora Marta Rosa Amoroso, grande pesquisadora com quem tive preciosas lições dos

cruzamentos entre a História e a Antropologia. Foi através do contato com Marta que cheguei até minha orientadora, Professora Maria Helena Machado, cuja polivalência e capacidade de trabalho me arrebataram desde os primeiros momentos. A excelência de Maria Helena, somada a sua aguçadíssima leitura crítica, foram fundamentais em todos os momentos. Sua orientação atenta e generosa me permitiu enxergar potencialidades e caminhos analíticos que compõem parte essencial do resultado do presente trabalho – cujas falhas são de minha inteira responsabilidade.

Para delinear as primeiras aventuras de pesquisa, passei muitos meses em Manaus, que já era minha casa na Amazônia. Tratando das travessias amazonenses, devo destacar minha dívida com o querido amigo Davi Avelino Leal, a quem devoto grande admiração. O Davi foi leitor das primeiras versões dos capítulos da tese, enriquecidos com seus inesgotáveis conhecimentos sobre História da Amazônia. Nesse mesmo sentido, agradeço a companheira Alba Pessoa, arguta pesquisadora e uma das maiores conhecedoras dos arquivos de Manaus. Seus leituras e conversas me ajudaram a continuar “tocando o barco” e suas críticas foram de grande valia para a organização das ideias desta pesquisa. Ainda no que tange aos parceiros de estudos, devo registrar meu agradecimento à Luciana Gil, que conheci no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, e que me cedeu ricas informações sobre o misterioso Manoel Urbano da Encarnação. Deixo também minhas palavras de gratidão aos camaradas do GT Mundos do Trabalho da UFAM, cujos “pioneiros”, professora Maria Luíza Ugarte Pinheiro e professor Luís Balkar Pinheiro, franquearam desde sempre apoio e incentivo às minhas andanças pelos arquivos no Amazonas.

Após os percursos em terras manauaras, a pesquisa foi submetida ao exame de qualificação, que contou com as certeiras críticas dos professores Eurípedes Funes e Flávio dos Santos Gomes. Terminado o certame, tive o privilégio de obter uma bolsa sanduíche que me possibilitou vivenciar um estágio de pesquisa na New York University. Ao chegar na *Big Apple* fui brindado com a orientação e excelentes contribuições da Professora Barbara Weinstein, historiadora de renome e grande estudiosa de temas amazônicas. Havia conhecido Barbara alguns meses antes em um evento da ANPUH em Macapá, onde juntamente com companheiros da Universidade Federal do Amapá, Sidney Lobato, Lara Vanessa de Castro Ferreira e Adalberto Paz, iniciei a tessitura de profícuos diálogos acadêmicos sobre História Social da Amazônia. Sou imensamente grato à generosidade e indicações de leitura de Barbara, que ajudaram a “variar as escalas” do alcance analítico deste trabalho. Ainda sobre a trajetória em

Nova York, sou grato a Penha Xavier, que me hospedou em Bridgeport - CT nos primeiros tempos de América e me introduziu nos mistérios das malhas do metrô nova-iorquino.

Já assentado em Nova York, durante as idas e vindas entre Astoria e West Village, tive o prazer de conhecer Fernando Atique e Rodrigo Goyena, com quem compartilhei excelentes momentos em tardes de leitura e debate na sala Warren Dean. Ao Fernando, além disso, sou devedor de *pitchers* de cerveja e cafés, que bebemos em companhia de Yemanjá e outras presenças poderosas.

Na surpreendente cidade de Nova York, contei com as grandes contribuições de funcionários da New York Public Library e da biblioteca da NYU, que também ajudaram enormemente com dicas de pesquisa e auxílios diversos. No bojo destas travessias, especialmente durante os percursos da escrita de textos em inglês para o relatório da FAPESP, fui apresentado com inestimáveis leituras críticas de Edward Giona e Marcos Colón, fundamentais em vários momentos de reorientações e desvios de rota. Nesse ensejo, guardo agradecimento especial para Marcelo Costa, que além de ter paciência de ouvir meus dilemas e ler passagens da tese, ainda me ciceroneou no Queens e me ajudou em diversos perrengues durante a caminhada nos Estados Unidos.

Durante os tempos em trânsito, além do apoio de queridos amigos, também contei com o suporte essencial de minha pais, Vicente e Assunção, e de minhas duas irmãs, Erilania e Elania, que sempre foram minhas fortalezas. No meio do percurso, meu velho, meu maior referencial de caráter e melhor contador de histórias do mundo, partiu para outras aventuras no astral. Para ele dedico cada palavra desta tese, sem sua força nada disso seria possível.

Por fim, deixo registrada minha enorme gratidão à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP**. Sem o suporte da bolsa de doutorado a pesquisa não teria contado com o acesso a diversos arquivos, além de impossibilitar a tessitura de diálogos acadêmicos em eventos nacionais e internacionais. Graças aos auxílios da FAPESP compulsei documentos e outras fontes no exterior, que seriam inacessíveis sem o qualificado financiamento da instituição. Em tempos de precarização e ataque às agências de fomento, é preciso saldar o trabalho da FAPESP como valoroso exemplo de resistência dentro do quadro tétrico de cortes de recursos dos programas de pós-graduação em todo Brasil.

A velha coloca a mão sobre a testa cortinando os olhos, atenta aos tintins dos gestos de Abstinência:

- Este homem vai carregado de sofrimento.

- Como sabe?

- Não vê que só o pé esquerdo é que pisa com vontade? Aquilo é peso do coração.

Explica-me que sabe ler a vida de um homem pelo modo como ele pisa o chão. Tudo está escrito em seus passos, nos caminhos por onde ele andou.

- A terra tem suas páginas: os caminhos. Está me entendendo?

- Mais ou menos.

- Você lê o livro, eu leio o chão.

**Mia Couto,
Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra.**

RESUMO

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **O Eldorado dos Deserdados:** Indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. 2017. 320 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Povos indígenas, escravos, regatões, migrantes, fugitivos da lei e da sociedade são categorias de sujeitos que se entrecruzaram nos meandros da história da expansão rumo ao oeste amazônico no século XIX. O recorte temporal do trabalho se insere entre 1830-1880, compreendendo eventos atinentes à Cabanagem, imbricados em tentativas de fortalecimento do Estado Nacional brasileiro na Amazônia Ocidental. Tal processo implicou na implementação da Província do Amazonas (1852), que foi acompanhada do agravamento de políticas coercitivas de controle da “multidão colorida” dos sertões. Em contato com reconfigurações territoriais da floresta, camadas sociais culturalmente diversas reconstituíram suas possibilidades de sobrevivência e liberdade lidando com processos de disciplinarização dos seus costumes e do seu modo de vida. O cenário tornou-se ainda mais complexo com o fortalecimento do extrativismo, que alavancou o avanço rumo ao oeste amazônico, especialmente com a partir do *boom* da borracha nas últimas décadas do século XIX. Para além do exame das dimensões internas da frente de expansão, também serão articuladas discussões sobre outros níveis de interesses atrelados à devassa dos altos rios. Serão esboçados exercícios de variação da escala da análise, incluindo o papel das dimensões internacionais jungidas às movimentações da floresta, estabelecidas através de projetos capitalistas nos prelúdios da *Era dos Impérios*. Nesse ensejo, serão discutidos alguns relatos de viajantes que documentaram outras camadas de sentido do deslocamento de fronteiras. Com atenção as dimensões macro e micro do processo em tela, serão examinadas diversas tipologias de fontes, como jornais de época, registros policiais, documentação da Diretoria de Índios, relatórios oficiais de expedições de reconhecimento dos altos rios, mapas, imagens, entre outros documentos, de modo a dar vazão a questões ligadas ao caráter movediço das experiências humanas da frente de expansão na Amazônia oitocentista.

Palavras-chave: Amazônia; Indígenas; Escravos; Migrantes; Regatões; Frente de Expansão;

ABSTRACT

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **The Eldorado of the Disinherited:** indigenous people, slaves, migrants, hucksters and the expansion towards the Amazonian west in the 19th century. 2017. 320 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Indigenous peoples, slaves, hucksters, migrants, fugitives, are characters who crisscrossed the meanders of the history of expansion towards the Amazonian west during the 19th century. The temporal basis of this work is entangled between 1830-1880, including events before and after the Cabanagem Rebellion, related with attempts of strengthen of the Brazilian Nacional State in the Western Amazon. Such process resulted on the implementation of the Province of Amazonas (1852), which was followed by coercive policies of control of the “colorful crowd” who inhabited the backwards of the Brazilian Empire. The rainforest populations were composed by diverse social layers, formed by multiple cultures. They have gotten “contact” with the rainforest territorial reconfiguration and reconstituted their possibilities of survival and freedom dealing with violent interventions inside their customs and ways of living. The social scenery became even more complex with the strength of the extractive economy, which increased the interests on the *terrae incognitae* of Amazonian west, especially after the rubber boom during the last decades of the 19th century. Beyond the analysis of internal dimensions of the expansion front, also will be studied other levels of interests connected with the Upper Amazonian rivers. On the last chapters of this thesis will be articulated scale variations into the reading of the historical process, considering the role of international interests inside the rainforest, which operated through capitalist projects during the preludes of the Age of Empires. Some traveler’s testimonies will be examined into the attempt to demonstrate the existence of other layers of meanings inside the internal displacement of frontiers. According to the study of macro and micro dimensions of such process, will be analyzed diverse kinds of historical sources, like newspapers, police records, documents produced by *Diretoria de Índios*, official reports made by recognition travels through the Upper rivers, maps, images, between other fragments of the past, which registered the wandering and intricate human experiences inside the expansion front in the Amazon during the 19th century.

Key-words: Amazon. Indigenous. Slaves. Migrants. Hucksters. Expansion Front

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – “Regatao (Huckster) and the floating shop, trading on the Purus”.	114
Imagem 2 – “India-rubber Forest – Collecting rubber.”.	125
Imagem 3 – Rio Purus mapeado por Chandless.	177
Imagem 4 – Fotografias de mulheres em Manaus, novembro de 1865	184
Imagem 5 – “Manuel Urbano da Encarnação, explorador do rio Purus”.	191
Imagem 8 – Mapa apresentado no folheto de Maury	199
Imagem 9 – Detalhe da capa do <i>Prospectus</i>	222
Imagem 10 – Detalha do mapa, com destaque para o <i>Piper grant</i>	224
Imagem 11 – Chamada para <i>pioneers</i>	225
Imagem 12 – Detalhe da capa da primeira edição de 1867	253
Imagem 13 – Detalhe da fotografia de Maximiano Roberto	282
Imagem 14 – Detalhe da fotografia da índia de Tauapessassu	286
Imagem 15 - “Batelão Manoel Urbano” - 1905	291

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de borracha exportada, 1825/1860.....	52
Tabela 2 – “Relação das pessoas que tem obtido licença da Câmara Municipal para poderem comerciar pelo interior da Província ao comércio de regatão no corrente ano de 1853”.....	93
Tabela 3 – “Relação das pessoas que tem obtido licença da Câmara Municipal para poderem comerciar pelo interior da Província ao comércio de regatão no corrente ano de 1854”.....	94
Tabela 4 – “Lista das embarcações que passaram pelo destacamento da Aldeia do Arimã no rio Purus, no mês de abril de 1854”.	153
Tabela 5 – Listagem das Diretorias de Índios da Província do Amazonas em 1864.	161
Tabela 6 – Detalhamento das informações do mapa do rio Purus feito por William Chandless, publicado em 1866	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAR	Arquivo da Biblioteca Artur Reis (Manaus – AM)
APEAM	Arquivo Público do Estado do Amazonas (Manaus – AM)
CCPA	Centro Cultural dos Povos da Amazônia (Manaus – AM)
BPAV	Biblioteca Pública Artur Viana (Belém – PA)
BPMP	Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Fortaleza – CE)
GLP	Grêmio Literário Português (Belém – PA)
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Disponível na internet)
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Manaus – AM)
LHIA	Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (Manaus – AM)
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém – PA)
NEAI	Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Manaus – AM)
NYPL	New York Public Library (Nova York – NY)
NYU – DL	New York University – Division of Libraries (Nova York – NY)

Sumário

Introdução	17
Capítulo 1 - Sobre o incógnito e o inculto: lastros históricos da frente de expansão.....	32
1.1 Prelúdios	33
1.2 A Província do Amazonas e os desafios da conquista.....	42
1.3 <i>Nheengatu</i> entre alianças complexas.	58
1.4 Trabalhadores migrantes e os perigos da <i>indianização</i>	64
1.5 Tramas da devassa	77
Capítulo 2 – Regatões, ambíguos agentes da frente de expansão	87
2.1 Regatões e a historicidade da floresta.....	88
2.2 Regatões e escravos entre alianças complexas	99
2.3 Regatões e Seringais	106
2.4 Regatões: parceiros e algozes de indígenas	110
2.5 Regatões como agentes oficiais	127
Capítulo 3 – Manoel Urbano da Encarnação, “um mulato de pouca instrução e de grande inteligência natural”.....	140
3.1 O velho regatão.....	141
3.2 Manoel Urbano e a Diretoria de Índios.	149
3.3 Manoel Urbano: guia e informante de William Chandless	169
3.4 Manoel Urbano como interlocutor do jovem William James.....	180
Capítulo 4 – Amazônia no alvorecer da <i>Era dos Impérios</i>	193
4.1 A Reabilitação do <i>Eldorado</i> : William Lewis Herndon e a escravidão na Amazônia.....	194
4.2 <i>El Pioner</i> : Asahel Dana Piper e o <i>Oeste</i> mais distante.....	216
4.3 A Comissão <i>Morsing</i> e os malfadados caminhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	234
Capítulo 5 – Frente de expansão a contrapelo	251
5.1 Indígenas e a <i>South American Missionary Society</i>	252

5.2 Indígenas e migrantes: memórias deserddadas do avanço rumo ao oeste amazônico	269
5.3 A Princesa Tereza da Baviera e o índio Maximiano Roberto	278
Considerações Finais	291
Referências	296
Documentos – por local de guarda	297
Referências gerais: livros, teses, dissertações e artigos	302

Errata: a localidade de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro aparecem no mapa em posição invertida.

Introdução

As caras eram indescritíveis: estúpidas, ferozes, audaciosas, covardes, espantadas, humildes, idiotas, selvagens, insensatas, incríveis de imprevisito, e estupendas de brutalidade!... Vendo-se tão extraordinária acumulação de criaturas diferentes, tão injustificável promiscuidade de fisionomias, de colorido, de raças, em que havia brancos mais sujos do que os próprios pretos, poderia julgar-se que o diabo, desejoso de pôr o inferno em harmonia com os progressos da ciência e da higiene moderna, o lavara com as águas do *Caiari* (rio Madeira), que despegaram de lá aquele amontoado de imundícies hediondas, farrapos de pano e carne, escória e lixo humano!¹

O dramaturgo, poeta e romancista português, Francisco Gomes de Amorim, empresta o mote inicial para a discussão desta tese. O autor nasceu em 1827 em Aver-o-mar, antiga vila de pescadores ao norte de Póvoa do Varzim, na região do Minho. Ainda jovem partiu rumo ao Pará, onde permaneceu trabalhando como caixeiro por 9 anos. Em suas idas e vindas na floresta, entrou em contato com a sociedade amazônica e suas problemáticas. A trajetória de Amorim foi fortemente marcada pelas narrativas sobre a cabanagem, ouvidas nas soleiras dos armazéns portugueses por onde morou, em Belém e em Alenquer. A revolta popular, ocorrida entre 1835-1840, sacudiu vilas e povoados, atacando majoritariamente lideranças políticas, grandes proprietários e outros representantes das elites locais, destruindo temporariamente rígidas hierarquias sociais, colocando a sociedade amazônica de ponta-cabeça.

Amorim, em contato com seus parentes e padrões portugueses, ouviu histórias de perseguições indígenas, de fugas de escravos, de lutas sangrentas, de conchavos políticos e agitações populares, que apareceram em várias de suas obras. Não por acaso, suas tramas amazônicas recortaram o período pós-independência e a década da Regência, servindo como urdidura para peças teatrais e romances.

Em 1875, Amorim publicou “Os Selvagens”, que guarda os anos 1830 como pano de fundo. Seus protagonistas são indígenas *Mundurucu* catequisados, responsáveis

¹ AMORIM, Francisco Gomes de. *Os Selvagens*. Manaus: Editora Valer, 2004 (1875). p.183

por participar das refregas finais contra a cabanagem pelo rio Madeira. Na tessitura da narrativa, evidencia-se a matizada demografia amazônica, sinalizando a multifacetada composição dos partícipes da revolta popular. O autor classificou a reunião de insurgentes como uma “injustificável promiscuidade de fisionomias”, personagens desenhados de uma hipotética limpeza do inferno, feita com as águas do rio Madeira.

Nesse sentido, a sujeira e a barbárie escurridas das profundezas compunham o colorido dos habitantes locais, que conformavam um quadro de misturas raciais que espalhava anarquia, mortes e pânico. Pretos, tapuios e mestiços eram lidos como responsáveis pela destruição da rarefeita civilização amazônica. Tal interpretação extrapolava os limites da literatura do autor português, ajudando também a concatenar violentas refregas e medidas oficiais de controle no pós-cabanagem. Ao fim e ao cabo, a obra “Os Selvagens” deixava entrever que a disciplinarização do caldeirão social amazônico era condição primordial para a sedimentação da presença oficial na floresta, onde ainda se antepunham desafios de conquista mesmo em tempos de consolidação do Estado Nacional.

O presente trabalho discutirá algumas facetas desse processo, delineado através da análise das tentativas de esquadramento dos sertões amazônicos e suas populações, com atenção às agências de indígenas, escravos, fugitivos e migrantes, que compunham parte da sociedade amazônica envolvida no deslocamento de fronteiras. O recorte temporal da pesquisa está entremeado entre as décadas de 1830 e 1880, compreendendo desde eventos atinentes à rebelião cabana até o período de sedimentação do chamado *boom* da borracha². A espacialidade do estudo está assentada na Amazônia Ocidental, correspondente a antiga Província do Amazonas, sem perder de vista outras áreas da floresta partícipes da constituição do movimento de expansão rumo ao oeste amazônico.

Este será o mote da argumentação inicial do *Capítulo 1*, que abre a tese discutindo a formação do cenário de reordenamentos territoriais consubstanciados no pós-cabanagem. Desde antes da deflagração das contendidas populares na capital do Pará,

² O período do *boom*, em linhas gerais, compreendeu as décadas entre 1880-1910, quando a borracha alcançou grande valor no mercado internacional. Logo após o momento de ápice, houve um progressivo decréscimo devido a concorrência com a produção dos seringais da Ásia (plantados com sementes traficadas da Amazônia), que aumentou a oferta e barateou a produção, ocasionando uma significativa baixa nos preços da goma elástica e a consequente derrocada da produção brasileira. Cf. DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

inquéritos lavrados na antiga Vila da Barra do Rio Negro, futura Manaus, já anunciavam a gravidade das tensões que tomariam a floresta nos anos seguintes. Uma série de interrogatórios foram produzidos em 1830 sobre agências de índios, pretos, mulatos, atapuiados e mamelucos, que rondavam a foz do rio Negro, colocando as autoridades locais em estado de alerta.

O temor diante dos “inimigos do público”, em grande medida desertores militares e escravos fugidos, era agravado pela rarefeita eficácia da vigilância ante um mundo de águas e matas ainda parcamente esquadrinhado. O ralo conhecimento oficial sobre os melindres das territorialidades locais, com seus infindáveis igarapés, furos, igapós e léguas de trilhas nativas ainda insondadas, convertia-se em grave empecilho aos que pretendiam perseguir fugitivos. As especificidades ecológicas eram convertidas em sérios desafios para ações policiais, que investigavam a presença ameaçadora de grupos armados de *indivíduos de cor* nas imediações da vila.

Vários moradores descreveram ao Ouvidor Geral da Comarca parte dos trânsitos desses personagens, que andavam ora em trilhas por terra, ora embarcados em montarias, abrindo varadouros e singrando águas fora do alcance dos aparatos de controle. Os inquéritos produzidos na Vila da Barra do Rio Negro forneceram precioso índices analíticos para auscultar essas rotas, denunciando a atmosfera de suspeição que mexia com o cotidiano da povoação. Sua análise apontou referências sobre os caminhos dos fugitivos, deixando entrever suas conexões com sistemas produtivos da floresta, que garantiam uma considerável autonomia econômica aos “indesejáveis”. O estudo dessas pistas, também presentes nas dinâmicas internas de *mocambos* do Baixo Amazonas³, apontava o aumento das tensões nos altos rios, onde autoridades se viam ameaçadas pelas rondas de suspeitos desde antes da irrupção da Cabanagem, em 1835.

³ Cf. SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Universidade Federal do Pará, 1971. MARIN, Rosa Acevedo Marin.; *Du Travail Esclave au Travail Libre: Le Para (Bresil) sous le Regime Colonial et sous l'Empire (XVII - XIX siecles)*. (Tese de doutorado em História e Civilização), Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, 1985. MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Black peoples of the Trombetas river: Peasantry and Ethnicity in the Brazilian Amazon. In. NUGENT, Stephen; Harris, Mark. *Some other Amazonians: perspectives on Modern Amazonia*. London: Institute for the Study of the Americas, 2000.; FUNES, Eurípedes A. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*” – História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: USP, tese de doutorado em História, 1995.; GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese (Doutorado em História), UNICAMP, 1997.

Dialogando com Luís Balkar Pinheiro, Magda Ricci, Claudia Maria Fuller e Mark Harris, que estudaram a rebelião cabana e seus desdobramentos, serão discutidos alguns aspectos de períodos anteriores e diretamente posteriores a conflagração, atentando mais detidamente ao agravamento do cenário de tensões nos anos subsequentes⁴. Ao observar as contraofensivas oficiais, serão evidenciadas as tentativas de esmagamento do movimento insurgente para além da estrita temporalidade da revolta, que alimentou posicionamento repressivo que se desdobraria nas décadas seguintes. Nesse ensejo, em 1838, foram criados os *Corpos de Trabalhadores*, que instituíam modalidades de trabalho compulsório como forma de controle e aumento do contingente da força de trabalho disponível. No bojo da instituição estavam antigas formas de arregimentação que ganharam novo impulso após a cabanagem, traduzindo-se em violentos regimes de trabalho coercitivos e não remunerados voltados aos habitantes do interior.

Considerando a conjuntura repressiva em tela, serão postos em causa alguns dos esforços de interiorização e reativação de atividades produtivas, que seguiram velhos roteiros de empreitadas coloniais, entranhando-se pelos sertões para violentamente alcançar novas fontes de força de trabalho. Semelhante aos rebeldes que subiram os rios para tentar escapar das refregas, planos oficiais passaram a vislumbrar as cabeceiras da Bacia Amazônica como alternativas para um recrudescimento econômico da floresta. Entre os encaminhamentos dessas movimentações esteve a viabilização de uma nova unidade provincial, criada em 1850 e implementada em 1852, que passou a dividir com o Pará a representatividade política no extremo norte do Império.

A Província do Amazonas nasceu conectada aos reordenamentos territoriais que ajudaram a concatenar uma larga frente de expansão econômica voltada ao oeste amazônico. A dinâmica das movimentações foi acelerada pela implementação da navegação à vapor, que a partir de 1853 passou a emprestar velocidade inédita aos fluxos internos. Foram articulados esforços de controle da floresta e de seus habitantes,

⁴ Cf. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.; RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 4, 2001.; FULLER, Claudia Maria. “V. Sª não manda em casa alheia”: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na Província do Pará, 1838-1844. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol.III, n.2, 2008; HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798-1840*. Cambridge University Press, 2010.

executados através de expedições de reconhecimento dos altos rios, cujos testemunhos foram publicados em relatórios de presidentes da província ao longo do século XIX.

Estava em curso o desenho de uma situação de fronteira que se firmava em consonância com a rearticulação de imagens atrativas da floresta⁵. Mesmo crivados por graves tensões, os esforços de conquista foram alinhavados com representações edênicas da natureza, que passaram a divulgar potencialidades locais, posicionadas como parte de discursos oficiais ciosos em atrair interessados em explorar o território amazônico. Dentro desse processo, o *eldorado* colonial foi reconstituído ao gosto da expansão do capitalismo oitocentista, que se acoplava ao ideário pioneiro perenizado pelo colonialismo interno. Nesse direcionamento, serão discutidos ao longo das sessões do *Capítulo 1* alguns dos cruzamentos entre a articulação do Estado Nacional brasileiro na floresta e as crescentes demandas por produtos das matas, vide o caso da borracha, que entrava paulatinamente na alçada de interesses econômicos internacionais.

Tal cenário conjugava diversas camadas de sentido, que incluíam desde o nível das contendas intestinas, sentidas grandemente nos mundos do trabalho da floresta, até escalas macro imbricadas com demandas capitalistas estrangeiras. Nesse ensejo, serão discutidos índices dessas potencialidades atrativas, que também entraram no horizonte de expectativas de trabalhadores de outras áreas do Império, como no caso dos muitos camponeses oriundos de províncias distantes, como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que constituíram fluxos migratórios em direção ao território amazônico durante a segunda metade do século XIX⁶.

⁵ Cf. GRANERO, Fernando Santos, BARCLAY, Frederico. *La Frontera Domesticada: História econômica y social de Loreto. 1850-2000*. Lima: Ed. Pontifica Universidad Católica Del Peru, 2002.

⁶ As migrações de trabalhadores nacionais para a Amazônia durante o século XIX foram estruturadas a partir de pelo menos três fatores, quase sempre interligados: 1. Passagens subsidiadas por particulares ou mesmo pelas próprias pelas províncias do Pará e Amazonas interessadas no aporte de força de trabalho, pós-1850; 2. A problemática estrutura agrária enfrentada por roceiros livres empobrecidos nas províncias de origem, que encaravam recorrentes períodos de escassez, ambientados numa economia de pequena lavoura e criação de animais, combatida por longos períodos de estiagem (vide o caso da grande seca de 1877/78/79/80) e pelos limites das relações paternalistas com grandes proprietários; 3. A recorrência de processos migratórios sazonais, já experimentada desde o período colonial através de uma economia andeja baseada na pecuária extensiva, cujas sociabilidades e redes de informação alcançaram terras amazônicas, vista como fronteira aberta, com terras abundantes, atraente para camponeses pobres. Os detalhes desse contexto devem ser lidos apenas como índice analíticos de uma problemática muito mais ampla, que vem sendo debatida por dezenas de estudiosos. Em outro trabalho, discuti de maneira mais detida os fatores acima esboçados. Cf. CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, 2011. Sobre a ideia de “horizonte de expectativas” conferir: KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

Esses migrantes enfrentaram desafios de alteridade e dividiram agruras com as populações locais. As movimentações rumo ao oeste amazônico somaram-se aos sistemas produtivos internos pré-existentes. Não por acaso, ao passo que chegavam trabalhadores adventícios, continuavam sendo instrumentalizadas violentas políticas repressivas e de arregimentação compulsória de índios, negros e mestiços. Com o avançar das décadas da segunda metade do século XIX, as refregas legais também passaram a enquadrar os trabalhadores recém-chegados, especialmente aqueles que se mostravam refratários aos desígnios de autoridades e particulares ciosos por mão de obra.

Nessa perspectiva, serão apontados aspectos do acirramento de políticas de controle, oriundo das estratégias de conquista encabeçadas pela Província do Amazonas. Conquanto existisse o indicativo de aniquilar a “barbárie” e controlar os trabalhadores disponíveis, sabia-se dos limites impostos pela resistência interna das populações da floresta. Ironicamente, impôs-se a necessidade de tecer diálogos com interlocutores advindos justamente de extratos sociais “suspeitos”, cujos saberes poderiam auxiliar incursões oficiais entre territórios e culturas pouco conhecidas. Personagens experimentados nos circuitos econômicos internos tiveram destacado papel em tais interlocuções, figurando como importantes sertanistas nos primeiros anos de funcionamento do novo aparato oficial nos altos rios. Entre a condenação e a necessidade de decifrar segredos do labirinto fluvial amazônico, foram operacionalizadas situações de contato para incrementar as tentativas de devassa dos sertões.

Os regatões, comerciantes ambulantes dos rios, estiveram nas linhas de frente desse processo. Mesmo na era dos vapores, os bufarinheiros dos caminhos fluviais conservaram seus itinerários de negócios singrando águas incógnitas em pequenas canoas e igarités, alcançando áreas intocadas pelas linhas de navegação comerciais. Suas experiências em longas viagens pelo interior lhes atribuíam importantes conhecimentos sobre a geografia da floresta, línguas e interlocutores nativos, que se convertiam em saberes caros aos dirigentes locais. Em que pese as recorrentes denúncias sobre seu papel como burladores do fisco e cúmplices de fugas de escravos, alguns afamados regatões tornaram-se destacados agentes oficiais.

O *Capítulo 2* da tese utilizará os mascates fluviais como fios condutores para entender algumas especificidades da articulação da frente de expansão pelos altos rios, especialmente no que tange as ambiguidades do contato com as populações dos sertões.

Serão compulsados alguns testemunhos de época sobre a atuação dos regatões, como no caso dos escritos de Aureliano Cândido Tavares Bastos e José Vieira Couto de Magalhães, que em diversas oportunidades expressaram suas opiniões sobre o ofício dos vendeiros dos rios⁷. Além dos autores de época, também serão posicionados diálogos com estudos clássicos, com destaque para os trabalhos de José Alípio Goulart e Mário Ypiranga Monteiro, que compulsaram extensa documentação sobre a temática dos mascates fluviais na Amazônia, inclusive disponibilizando ricas fontes como anexos de suas obras⁸.

Goulart e Monteiro asseveraram que os giros comerciais dos regatões estavam intimamente relacionados com a entrada e distribuição de mercadorias importadas em terras amazônicas. Ante uma economia ainda parcamente monetarizada, as quinquilharias serviam como moedas de troca e remuneração nos mais distantes rincões. Por isso, serão discutidos aspectos da atuação dos mascates fluviais como parte integrante da expansão da circulação de mercadorias no interior, que se baseava no crescimento da negociação de bens de consumo - veículos do capitalismo industrial oitocentista que se espalhava entre populações da floresta. A chegada ou aumento da circulação de produtos manufaturados, como tecidos, roupas, sapatos, espelhos, anzóis, facas, terçados, armas de fogo, bebidas, alimentos enlatados, dentre outros produtos e miudezas, complexificava o panorama relacional do interior amazônico.

Considera-se que nos percursos dos regatões eram conformadas *alianças complexas*, categoria que será trabalhada no sentido de problematizar os níveis das assimetrias de poder assentados entre os envolvidos na frente de expansão. Sabe-se que as rotas dos vendeiros dos rios cruzavam caminhos de escravos fugidos e outros personagens. Nesse sentido, fontes policiais da Província do Amazonas registraram a elevada suspeição voltada aos tripulantes de canoas de comerciantes, que sofriam com recorrentes aprisionamentos e investigações. A documentação indica ainda interessantes possibilidades de análise sobre as presumíveis barganhas estabelecidas entre regatões e os candidatos a membros de equipagens. As tratativas geralmente envolviam precários

⁷ TAVARES BASTOS, A.C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, (1866)1937; MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Relatório dos Negócios da Província do Pará*. Belém: Typ. De Frederico Rhossard, 1864.

⁸ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Regatão* – notícia histórica. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia Editores, 1958; GOULART, José Alípio. *O Regatão* (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968.

vínculos de trabalho em troca de auxílios para fuga, revelando urdiduras dos contatos entre fugitivos e regatões.

O estudo das inter-relações entre mascates fluviais e seus interlocutores objetiva descortinar parte das movediças sociabilidades que avançavam rumo ao oeste amazônico. Longe de figurar como blocos homogêneos, esses personagens guardavam objetivos tão matizados quanto a pluralidade de suas cores e origens. Todavia, dependendo da situação de contato, escravos fugidos, regatões, desertores, indígenas e migrantes poderiam aproximar-se, manobrando dentro de campos de possibilidade que delimitavam suas agências na floresta. A tessitura de seus concertos estava na base da reconstituição do deslocamento de fronteira sob o viés dos perseguidos e deserdados de direitos, que forjavam seus caminhos no esteio relacional dos desafios de alteridade do caldeirão social amazônico oitocentista.

Os regatões interceptavam múltiplas trajetórias e interesses, o que lhes conferia habilidades de negociação *sui generis*. As experiências acumuladas em longos giros comerciais estavam na base da produção de saberes caros aos poderes instituídos, que, de maneira ambígua, viam os mascates fluviais como potenciais suspeitos e ao mesmo tempo como presumíveis auxiliares na devassa da floresta. O tom titubeante das autoridades era indicativo da indefinição da classificação dos vendeiros dos rios, que ora apareciam como criminosos, ora como pontas de lança da civilização nos sertões. O esforço condenatório não atingia todos da mesma forma. Vários negociantes apareciam também como cidadãos “dignos de fé”, na condição de caros interlocutores de projetos de exploração de rios, matas e habitantes do interior.

Esse foi o caso de Manoel Urbano da Encarnação, homem “de cor”, que participou diretamente da abertura de uma das principais artérias de interiorização da frente de expansão, o rio Purus. Existem poucas referências sobre suas origens, fontes esparsas indicam sua conexão com a antiga Capitania do Rio Negro, onde no final do século XVIII já servia como praça da Milícia Real⁹. Ao longo do tempo, ganhou notoriedade como mascate fluvial, e em seus longos giros comerciais tornou-se fluente em diversas línguas indígenas. Seu traquejo com as populações no interior chamou a

⁹ As referências sobre as origens de Manoel Urbano foram retiradas de uma pequena entrevista cedida pelo próprio negociante ao Diário de Manáos, em 1893. Cf. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Manáos*, 23 de dezembro de 1893, ano IV, número 139.

atenção de autoridades locais. Sua desenvoltura ante os mistérios dos altos rios o alçaram à condição de guia de diversas expedições, sendo destacado intermediário de engenheiros e outros ilustrados exploradores.

Os caminhos de Manoel Urbano serão tema do *Capítulo 3*. A escolha de sua trajetória tem estreita relação com seu envolvimento no aparato oficial da frente de expansão na Província do Amazonas. Como caro intermediário, seus serviços foram aproveitados em diversas ocasiões, alçando-o a posições de destaque no trato com populações indígenas no rio Purus. Nesse sentido, serão discutidos aspectos sobre o papel de Urbano dentro da Diretoria de Índios, instituição que teve bastante peso nos destinos de empreendimentos pelo interior. Criada com base no *Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* de 1845, prescrevia modalidades de aldeamento de nativos que acelerassem sua incorporação ao contingente de trabalhadores disponível¹⁰. Manoel Urbano foi um destacado *Encarregado* e posteriormente *Diretor Parcial de Índios*, responsável por diversos “descimentos” no rio Purus.

Sua atuação como intermediário de interesses do Estado posicionou-o como afamado “catequizador” de índios. Em diversas ocasiões, Manoel Urbano aparece em fontes oficiais e jornais, descrito sob indumentária elogiosa e congratulatória. As agências e conhecimentos produzidos pelo vendeiro “mulato” também entravam em sintonia com problemáticas que iam muito além das políticas internas. Manoel Urbano atuava em vários níveis de interlocução, que conjugavam, *grosso modo*, especificidades socioculturais de populações do interior com a interiorização de políticas locais e interesses estrangeiros. Na condição de conhecedor dos caminhos de rios e de línguas indígenas, foi acionado diversas vezes para capitanear expedições oficiais e também para trabalhar como informante e guia.

Ao conduzir emissários oficiais e homens de ciência, os saberes do regatão se conectavam com demandas nacionais e internacionais, que, afinadas a expansão do capitalismo, buscavam mapear segredos naturais e potencialidades econômicas. Por isso, será problematizada a atuação de Urbano dentro dos jogos de escala das movimentações

¹⁰ As “Diretorias de Índios” criadas a partir do Regulamento das Missões de 1845 tiveram o fito de reorganizar a política indigenista no Império, ainda herdeira de prerrogativas da época pombalina. A tônica dos aldeamentos coloniais permanecia dentro da lógica da incorporação de indígenas como força de trabalho, agora sob a lógica da sedimentação do nascente Estado Nacional brasileiro. Cf. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília, FUNAI, 2005.

rumo aos altos rios amazônicos no século XIX, colocando em causa as apropriações de seus conhecimentos pela complexa equação de interesses nacionais e estrangeiros que se cruzavam nos caminhos do deslocamento de fronteiras¹¹.

Ao longo do capítulo será analisada a atuação de Manoel Urbano ao lado de afamados viajantes na década de 1860, como William Chandless, inglês membro da *Royal Geographical Society*¹², e do norte-americano William James, colaborador de Louis Agassiz na Expedição Thayer¹³. O papel do regatão extrapolava a função de guia e informante, posto que colocava em circulação experiências e conhecimentos sobre a floresta apropriados por agendas de conquista e expansão econômica. Para além de um “ajudante”, Urbano serviu como afixador de interesses adventícios entre populações dos sertões amazônicos.

À época dos contatos de Manoel Urbano com estrangeiros estava em curso o prelúdio da chamada *Era dos Impérios*, que, segundo, Eric Hobsbawm foi marcada por investidas expansionistas imbricadas em violentas facetas do capitalismo oitocentista¹⁴. A Amazônia se inseria entre as áreas alvos de empreitadas do colonialismo estrangeiro, que se articulava ao movimento interno de caráter congênere, levado a cabo sob arbítrio das tentativas de sedimentação do Estado Nacional na floresta.

Nessa perspectiva, o *Capítulo 4* delineará um debate sobre o papel de viajantes e incursões de viés expansionista encetadas no território amazônico. A partir desse ponto, a tese colocará em debate de maneira mais direta o caráter transnacional do

¹¹ Sobre a referência dos jogos de escala conferir: REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹² Sociedade Real de Geografia, fundada em 1830, que funcionava sob os auspícios da Coroa Britânica, cujos trabalhos estiveram interligados diretamente aos empreendimentos ingleses de mapeamento e conquista em diversas partes do globo. O conhecimento geográfico estava no centro de estratégias de conquista inglesas, que ao mapear rios, montanhas, áreas costeiras, descortinava possibilidades de negócios e incursões colonialistas. Cf. GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações*. Tese de doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2006.; CAMERON, Ian. *To the farthest Ends of the Earth: 150 years of world exploration*. London: Macdonald General Books, 1980.

¹³ A expedição teve o desígnio de explorar várias partes do território brasileiro em busca de indícios das últimas glaciações, para tentar confirmar a teoria poligenista de Agassiz, que acreditava que os seres humanos descendiam de “troncos” diferentes, de distintas “raças” criadas por Deus. Tal teoria se opunha frontalmente ao evolucionismo defendido por Charles Darwin. A expedição foi batizada com o nome “Thayer” tendo como inspiração o sobrenome de um dos entusiastas e financiadores da empreitada científica, o rico empresário *yankee* Nathaniel Thayer. Cf. MACHADO, Maria Helena P. T. *O Brasil no olhar de William James: cartas, diários e desenhos (1865-1866)*. São Paulo: EDUSP, 2010.

¹⁴ HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

movimento de expansão rumo ao oeste amazônico, demonstrando suas conexões com interesses que iam além dos fatores internos que compunham o cotidiano na floresta¹⁵. Em linhas gerais, dialogando com reflexões de Serge Gruzinski e Sanjay Subrahmanyam, serão evidenciadas algumas das histórias conectadas que ensejaram entrelaçamentos de interesses internacionais com agendas locais¹⁶. Mais uma vez, abordar-se-á os jogos de escalas da frente de expansão, com atenção aos emissários de projetos expansionistas em contato com seus interlocutores da floresta.

À época a Amazônia estava situada entre os interesses estratégicos de representantes da jovem potência da América do Norte. Entre as décadas de 1850 e 1870, os Estados Unidos vinham constituindo uma agenda imperialista de expansão, que havia tomado territórios do México e conquistado áreas de influência na América Central e Caribe. Contudo, ao mesmo tempo, dissensões internas, que envolviam a problemática da escravização de afrodescendentes, geravam conflitos entre estados do Norte e do Sul, o último comprometido com a conservação da escravidão em suas grandes lavouras algodoeiras. Esse quadro serviu como pano de fundo para um projeto que vislumbrava as terras amazônicas como área de expansão do Sul escravista, afrontado pela tendência abolicionista dos estados do Norte. Tais ideias foram articuladas pelo oceanógrafo Matthew Fontaine Maury, que inspirou a viagem do Tenente da Armada William Lewis Herndon em 1850. Este viajou pelos rios amazônicos e produziu um relato de viagem em formato panfletário, que defendia a transferência dos escravos do Sul dos Estados Unidos para a floresta equatorial do Brasil¹⁷.

¹⁵ Sobre a História Transnacional, conferir: WEINSTEIN, Barbara. Pensando a História fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, jan-jul de 2013.; MCGERR, Michel. The price of the “New Transnational History”. *The American Historical Review*. v. 96, n.4, 1991.

¹⁶ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das Monarquias Católicas e outras *Connected Histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195; e SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*. Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800 (Jul., 1997), pp. 735-762.

¹⁷ Cf. LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros Americanos*. São Paulo: Editara Saga, 1968.; HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.; MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – USP, São Paulo, 2005.; SAMPAIO, Maria Clara Carneiro. *Não diga que não somos brancos: Os projetos de colonização para afro-americanos do Governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860*. Tese de doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2013.

Nos caminhos do emissário norte-americano foram encontrados regatões, índios, escravos e toda sorte de personagens envolvidos no deslocamento de fronteiras já em curso. Tais situações de contato perfazem o interesse central da análise do testemunho de William Lewis Herndon, que será cruzado com as dimensões internas de interesses de agentes da floresta. Esta também será a tônica da discussão da trajetória de outro viajante norte-americano, chamado Asahel Dana Piper, que em 1870 aportou em Manaus em direitura do rio Purus. Se Herndon estava interessado na expansão de *plantations* escravistas, Piper tinha a intenção de reproduzir a “marcha para o Oeste” *yankee* em terras amazônicas.

Piper havia participado diretamente da “conquista” da Califórnia, atuando primeiramente nos esforços de guerra e depois na arregimentação de “pioneers” para explorar o território conquistado na costa oeste. A Amazônia entrou nos planos do viajante a partir das notícias que circularam através do testemunho de Herndon, que atualizou as imagens edênicas do *Eldorado* ao gosto dos interesses capitalistas da época. Após os primeiros sinais de saturação das explorações californianas, Piper enxergou nos altos rios amazônicos a possibilidade de continuar seus negócios através da criação de uma empresa privada de colonização, dialogando com interesses de governos locais na entrada de trabalhadores.

Assim como Herndon, Piper foi levado a enfrentar situações de contato com agentes locais, sendo forçado a encarar o movimento rumo ao oeste amazônico que já estava subindo as cabeceiras bem antes de sua chegada. Seu projeto de colonização, que chegou a transportar 21 trabalhadores “brancos” norte-americanos em direção ao Purus, entrou em rota de colisão com personagens ligados aos interesses econômicos internos, como regatões, que causaram sérios problemas ao viajante. A malfadada incursão de Piper, que dialogava com o viés do “vazio demográfico”, foi desarticulada pelas intrincadas redes de sociabilidade e relações de poder pré-existentes, que ajudavam a configurar o caráter relacional das territorialidades da floresta.

Ainda no rol de experiências de desventurados projetos estrangeiros, serão discutidos nas últimas sessões do capítulo aspectos das desastrosas tentativas de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciada na década de 1870. O empreendimento, pensado em primeiro plano por engenheiros e investidores norte-americanos, também foi encampado pelos interesses das elites locais, ciosas em resolver

o problema de navegação do encachoeirado rio Madeira, importante artéria de interiorização em direção ao oeste amazônico e áreas fronteiriças. Os caminhos de ferro seriam construídos como meio de evitar áreas de corredeiras do rio, facilitando o acesso e o escoamento da produção das cabeceiras, que já experimentava desdobramentos do *boom* da borracha.

Assim como o projeto de Piper, a moderna estrada de ferro e seus representantes foram forçados a encarar problemáticas sociais oriundas do tecido social da floresta. Após sucessivas desistências, a chamada Comissão *Morsing*, conformada por um grupo de engenheiros brasileiros saídos do Rio de Janeiro, foi incumbida em 1883 de avaliar o estado da obra e acabou testemunhando mais que inadequações técnicas do projeto¹⁸. A expedição redeu um relato de viagem, escrito por Ernesto Mattoso Maia Forte, recheado com referências sobre “correrias” indígenas, problemáticas dos mundos do trabalho da floresta, aspectos dos cruzamentos culturais da frente de expansão que colocavam em causa o projeto do caminho de ferro na Amazônia.

A tônica da análise do relatório dos engenheiros também servirá de base para discutir outras dimensões do contato entre interesses estrangeiros e os enlevos sociais dos sertões amazônicos. Para além dos projetos de exploração econômica, também foram articuladas entre as décadas de 1870-1880 tentativas de “conquista” em outra chave, como no caso do avanço de incursões protestantes na Amazônia. Esse foi o caso das incursões de Anglicanos, representantes da *South American Missionary Society*, que tiveram como destino os altos rios, seguindo a tendência do deslocamento de fronteiras. Este será o escopo do início do *Capítulo 5*, que dará continuidade ao debate sobre as conexões da Amazônia com interesses estrangeiro, enfocando especificamente a relação de missionários ingleses com os indígenas e regatões no Purus.

A missão dos missionários anglicanos na floresta foi fartamente documentada através de cartas publicadas na *South American Missionary Magazine*. Os anglicanos chegaram na Amazônia no esteio dos vários empreendimentos ingleses que controlavam diversos ramos da economia local – como no caso das linhas de navegação a vapor e diversos serviços urbanos das florescentes capitais amazônicas. Mais que a empreitada

¹⁸ Cf. FORTE, Ernesto Mattoso Maia. *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira*. Itinerário e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: Impressões de Viagem por um dos membros da mesma comissão. Rio de Janeiro: Typ. a Vap. de Soares & Niemeyer, 1885.

de “catequese”, os religiosos registravam as transformações advindas com a sedimentação de explorações nas cabeceiras. O que antes era composto com contatos fortuitos, numa economia movediça baseada em alianças complexas, passou a funcionar sob a batuta de “colocações” produtoras de borracha, que já tomavam o rio Purus à época da passagem dos missionários ingleses.

Além dos regatões e indígenas, os estrangeiros também documentaram a agências de migrantes, que já conformavam significativa parcela dos seringueiros das cabeceiras. Nesse sentido, ao longo do capítulo também serão discutidas problemáticas do “contato” entre trabalhadores adventícios e índios, que protagonizaram (des)encontros reveladores da complexidade do fenômeno demográfico do deslocamento de fronteiras nas últimas décadas do século XIX.

Índigenas e trabalhadores migrantes protagonizaram encarniçadas lutas, que servirão de índices analítico para debater as mudanças operadas no âmbito da “conquista” dos altos rios. Se antes a maior parte dos “contatos” eram perenizados por situações de negociações e barganhas, que envolvia mais o traquejo do que a violência, a partir da década de 1880 outras estratégias entraram em jogo. O acúmulo de poder econômico nas mãos de seringalistas, que à época expandiam grandemente suas áreas de exploração, acirrou as rugas com populações nativas. Muitos migrantes recém-chegados, como assevera Eurípedes Funes, tornaram-se armas na “limpeza” de seringais¹⁹.

Tais ocorrências traduziam-se nas chamadas “correrias” dos “brancos”, que, em geral, atacavam indígenas e raptavam jovens e crianças. Os nativos levados aos seringais passavam por um processo de “amansamento”²⁰. Muitas índias “pegas no mato” forçosamente tornavam-se amásias de seringueiros e mães de novas geração de filhos mestiços, muitos quais incorporados à lógica da labuta nos seringais. Mulheres da floresta, vivendo entre o mundo indígena e o da violência masculina da situação de fronteira, além de sobreviventes, forjavam-se como intermediárias, partícipes da frente de expansão. Esse foi o caso da afamada “índia Ceará”, articuladora de diálogos entre

¹⁹ FUNES, Eurípedes. *El Dorado no Inferno Verde* – Quem vive no inferno se acostuma com os cães. In: GONÇALVES, Adelaide; EYMAR, Pedro (org). *Mais borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfico, 2008.

²⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta*. Alto Jurua – Acre, 1870-1945. São Paulo: Universidade de São Paulo, Doutorado em História Social, 1998.

padrões e o povo *Banawá*, habitante do Purus, cuja trajetória será discutida como meio de descortinar aspectos da participação de mulheres dentro do avanço rumo ao oeste amazônico.

Ainda no ensejo da discussão da participação feminina na frente de expansão, serão colocadas em causa no final do capítulo outras modalidades de agências de personagens que testemunharam o deslocamento de fronteiras. Para além dos enfrentamentos das mulheres da floresta, cumpre notar outros níveis de agências, que também atravessaram o caminho da subida dos rios. O *Capítulo 5* será finalizado com a discussão da trajetória de uma viajante, que impedida de realizar seus estudos nas universidades de seu tempo, embarcou rumo à floresta para efetivar seus intentos. Tratava-se da Princesa Tereza da Baviera, sobrinha de Maximiliano II, que atravessou parte da Bacia Amazônica em 1888 para encetar seus estudos.

A trajetória de Tereza da Baviera cruzava vários níveis de interesse que vinham tentando descortinar o oeste amazônico no século XIX. Ao passo que a viajante revelava seu olhar estrangeiro, demonstrando em sua escrita o tom classificatório e pejorativo da ciência oitocentista, também deixou escapar interessantes aspectos do deslocamento de fronteiras em curso. Na elaboração de seu relato de viagem, Teresa da Baviera destacou a atuação de um afamado intermediário da floresta, que trabalhou por alguns dias como seu guia, o índio *Tariana* Maximiano José Roberto. O conteúdo das interlocuções entre a princesa e o indígena reforçará a discussão do complexo universo do “contato” no cerne do deslocamento de fronteiras na Amazônia. Buscar-se-á demonstrar ao longo da tese que o avanço rumo ao oeste amazônico se mostrava tributário dos saberes e composições sociais internas, que rechaçavam ou reconstituíam as movimentações adventícias em consonância com agências das populações locais.

Toda sorte de viajantes, emissários nacionais e estrangeiros, tiveram que se valer de intermediários para efetivar seus intentos em terras amazônicas. Os diversos níveis do fenômeno da frente de expansão, para além de seus significados eminentemente econômicos, guardavam desafios de alteridade reveladores de suas variegadas camadas de sentido, ensejadas na “descoberta” e/ou “destruição” do *Outro*.

Capítulo 1 - Sobre o incógnito e o inculto: lastros históricos da frente de expansão.

1.1 Prelúdios

A segunda metade do século XIX foi um período de grandes transformações no território amazônico. Passados os tempos lutosos da Cabanagem (mas não seus desdobramentos), houve uma série de tentativas de reorganização dos mundos do trabalho da floresta. Em 1850 foi criada a Província do Amazonas, desmembrada do Pará, que se tornou *locus* oficial do esquadramento do alto curso da calha norte e dos seus habitantes.

Antes da implementação da nova unidade do Império, o Major Antonio Ladislau Monteiro Baena traçou estimativas demográficas de *Lugares, Vilas e Missões* que ajudariam conformar parte da futura província²¹. Segundo o censo, levantado desde o início da década 1830 e somente publicado em 1839, a área alcançava a cifra de 17.881 livres e 962 escravos²². O contraste entre a grande porção geográfica e o pequeno contingente populacional deixava entrever que os habitantes das florestas, sobremaneira indígenas não-aldeados e fugitivos, não entraram no cômputo total. Estes transitavam fora dos enclaves oficiais, figurando como personagens intangíveis aos cálculos populacionais.

Mais que o indicativo de uma rarefeita ocupação do território, o acanhado número de habitantes apresentado por Baena era índice do parco alcance dos aparatos burocráticos e de controle oficial nos sertões. O recorte demográfico compulsado pelo Major estava encravado na *Comarca do Alto Amazonas* (constituída a partir de 1833), que era dividida entre os *Termos* de Manáos, Teffé, Luséia e Mariuá, compostos por

²¹ Cf. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, (1839), 2004. Interessante notar que empreitadas “corográficas” constituíam apanhados estatísticos, econômicos e sociais de áreas pouco visitadas pelo “Estado Nacional”. Tais esforços se fizeram presentes em vários dos jovens países independentes da América do Sul durante o século XIX, que buscavam “descobrir” seus próprios territórios. Cf. APPELBAUM, Nancy P. *Mapping the Country of Regions: The Chorographic Commission of Nineteenth-century Colombia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

²² BAENA,. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*....op.cit. p.348. A Comarca do Rio Negro, depois parte da Comarca do Alto Amazonas, alcançava aproximadamente 1.559.146,875 km², sendo correspondente ao tamanho do atual Estado do Amazonas (Fonte: IBGE).

inúmeras freguesias, aldeias e vilas²³. Tais povoações faziam parte do grande oeste amazônico, situadas há muitas léguas dos centros decisórios do norte do Império.

Meses de viagem eram necessários para incursões saídas de Belém, capital do Grão-Pará, alcançarem áreas acima da foz do rio Negro, que marcavam o início do curso dos altos rios do território amazônico ocidental. Desde longa data, vencer as distâncias e os intrincados labirintos fluviais eram desafios espinhosos, que se somavam a complexa decifração de territorialidades, costumes e línguas.

O cenário a ser descortinado era terra onde índios, escravos fugidos, desertores, regatões, dentre outros atores sociais, teciam seus modos de vida tendo como cúmplices os rios e matas ainda insondáveis. Antes da sedimentação do Estado brasileiro via Província do Amazonas, alguns homens e mulheres deserdados de direitos e desclassificados socialmente já afirmavam seus intentos e marcavam presença nas terras incógnitas dos altos rios.

A Vila da Barra do Rio Negro, futura Manaus, pode ser apontada como um dos palcos desse processo²⁴. Nos idos dos anos 1830, poucas décadas antes de ser alçada à condição de capital, a pequena localidade já registrava problemas relacionados a presença de personagens “indesejáveis”²⁵. Com acanhada expressão econômica, a povoação destacava-se por sua posição geográfica estratégica, servindo como uma das portas de entrada das cabeceiras, cravada nas imediações da confluência entre os rios Solimões e Negro. Sua existência estava conectada à trajetória de disputas coloniais encabeçadas pelos portugueses, que ali sediaram o Forte de São José da Barra do Rio Negro, com o objetivo de defender posições no interior e conquistar mais terras e súditos

²³ Sobre a “Divisão Civil” da Comarca do Alto Amazonas, ver. ARAUJO E AMAZONAS, Lourenco da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Comercial de Meira Henriques, 1852. p.45

²⁴ Após a criação da Província do Amazonas (1850) a Vila da Barra do Rio Negro tornou-se capital, ganhando o *status* de Cidade da Barra do Rio Negro. Somente em 1856 passou a ser denominada como Manáos. Para mais detalhes consultar: Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA). *Estrela do Amazonas*, 06 de setembro de 1856, n.168, p.4. Segundo estimativa de Baena, nos idos de 1830, a povoação contava com aproximadamente 3.809 moradores livres e 379 escravos. BAENA,. *Ensaio Corográfico....op.cit.* p.342.

²⁵ Segundo Baena na povoação da Barra contava por volta de 1839 com “347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 mamelucos, 277 homens baços, 1042 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 225 mestiços, 206 mulheres desta casta, todos os números de gente livre somando 3.809 e os dos escravos 379, o número de fogos é 232”. BAENA,. *Ensaio Corográfico....op.cit.* p.290.

para a coroa. Era um dos postos avançados de defesa na região e funcionava como ponto de apoio para exploração dos sertões e das intrincadas áreas fronteiriças.

Sabia-se que a floresta guardava mistérios que iam além de sua natureza enigmática, contando com sociedades possuidoras de regras e códigos próprios, encaradas sobremaneira como incultas e condenáveis²⁶. Os povos indígenas foram os principais alvos desse tipo de rotulação, em grande medida enxergados como passíveis de disciplinarização através da catequese e de regimes de trabalho compulsórios²⁷. O restante dos “não-brancos”, conformados sobretudo por africanos traficados para o Grão-Pará desde meados do século XVIII, eram atingidos por crivo semelhante, sujeitos à escravidão e a outras arregimentações coercitivas²⁸. Mesmo enquadrados fora do reino da “civilização”, eram esses personagens que sustentavam toda a cadeia produtiva no norte da colônia, condição que os alocou nos mesmos espaços de trabalho e engendrou sociabilidades e outras experiências cotidianas.

No *fazer-se* da exploração da força de trabalho desses atores foi sendo composto o tecido social de muitas vilas, rios e matas. Os habitantes da pequena povoação da Barra não fugiam a essa tendência, assim como os que viviam e transitavam por seu entorno. Submetê-los aos parâmetros oficiais estava na ordem do dia, tarefa quase sempre atravessada por sérias atribulações. Ao analisar alguns inquéritos de investigações lavrados à época, é possível auscultar referências sobre rusgas desse cenário na foz do rio Negro, que não se atenuaria nas décadas seguintes.

Feliciano José d'Oliveira, Cadete do Batalhão de Caçadores n° 24 do Pará, testemunhou algumas das facetas da referida problemática. Em depoimento prestado ao Ouvidor Geral da Comarca, Manuel Bernardino de Sousa e Figueiredo, disse que ao retornar de uma longa viagem pelo rio Içá, afluente do Solimões, encontrara por volta das cinco horas da tarde do dia 8 de maio de 1830, na altura do pesqueiro de Manacapuru, “uma montaria possante com oito homens, cafuzos, mulatos, e índios”, a quem vendera aguardente e farinha. Pouco tempo depois do ocorrido, afirmou que teriam aparecido

²⁶ LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15; Editora da Universidade de Brasília, 1999.

²⁷ Cf. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

²⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.26.n.52, p. 79-114, 2006.

“mais duas montarias com cinco indivíduos da mesma qualidade todos armados com flechas e algumas facas, trazendo consigo algumas mulheres”²⁹. O Cadete declarou que depois de lhes repassar todo seu estoque de aguardente, composto por três frascos da bebida (consumidos ali mesmo), os homens e as mulheres embarcados nas canoas teriam simplesmente ido embora, deixando duas tartarugas como pagamento.

Esse caso foi relatado por Feliciano em 21 de maio de 1830 na Vila da Barra do Rio Negro. Não se sabe ao certo se o Cadete buscou voluntariamente a autoridade, ou se foi inquirido por conta de alguma suspeita sobre sua incursão e supostos negócios. Embora fosse militar, suas atividades apresentavam estreita relação com o ofício dos regatões, mascates fluviais conhecidos por suas longas empreitadas comerciais pelo interior amazônico, por onde estabeleciam conexões com as mais variadas populações³⁰. Desconfiava-se da presença de desertores militares e escravos fugidos nos arredores da Barra, o que aumentava o estado de alerta e fiscalização sobre essa modalidade de comércio.

Feliciano não foi o único depoente daquele dia 21 de maio na residência do Ouvidor Geral da Comarca. Muitos andavam apreensivos na Barra por conta dos boatos que corriam, baseados em “notícias de que indivíduos mal-intencionados e inimigos do público” pretendiam perturbar a paz gozada naquela pequena povoação³¹. Foi compartilhando esses receios que o Tenente Justino Antonio Freire se apresentou para prestar depoimento, relatando um testemunho de seu escravo Simão, que havia encontrado no mato um grupo de suspeitos. Segundo o militar, na manhã do dia 16 de maio, durante um percurso que Simão fazia por um varadouro a caminho de um roçado, encontrara “um mulato, dois pretos e um mameluco ou índio claro, todos armados com armas de fogo”. Declarou que o escravo conhecia o mulato, que se chamava Vicente,

²⁹ Arquivo da Biblioteca Artur Reis (ABAR). Caixa de Manuscritos, diversas tipologias, 1813-1899. Obs. O ABAR contém diversas caixas de documentos coletados pelo historiador Artur César Ferreira Reis ao longo de sua trajetória acadêmica. O acervo foi comprado pela Secretaria de Cultura do Amazonas, que possui a guarda das fontes. Os manuscritos oitocentistas se encontram organizados somente por data, com variadas tipologias de documentos misturadas. Entre as fontes, se destacam os inquéritos arrolados na Vila do Barra do Rio Negro.

³⁰ Sobre o papel dos regatões conferir: MORAIS, Laura Trindade de; e HENRIQUE, Márcio Couto. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). In. *Revista de História* (USP), n.171, jul-dez 2014; MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Belém: *Cadernos NAEA*, v.2, n.2, 1999; MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Regatão* – notícia histórica. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia Editores, 1958; GOULART, José Alípio. *O Regatão* (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968. Mais aspectos do trabalho dos regatões serão discutidos com vagar no segundo capítulo deste trabalho.

³¹ Arquivo da Biblioteca Artur Reis (ABAR). Caixa de Manuscritos, diversas tipologias, 1813-1899.

cativo fugido a Antonio da Silva Craveiro, ex-presidente da Junta Provisória do rio Negro³². Simão teria travado um curto diálogo com os suspeitos, perguntando o que faziam andando naquela estrada. Os homens teriam respondido que andavam viajando, sem especificar destino.

Após assistir tal relato do militar, o Ouvidor mandou também chamar o escravo, no sentido de ratificar as informações prestadas pelo senhor. Simão foi trazido à casa da autoridade e “confirmou debaixo do juramento dos Santos Evangelhos (...) ser verdade tudo que o seu senhor tinha referido, com diferença somente que o mulato Vicente não trazia arma de fogo, e só trazia na mão um terçado”³³. Conquanto fosse fonte de temor e alvo de perseguição (com o agravante de andar armado), não havia referência de razias feitas pelo escravo fugido e seus companheiros nos depoimentos, embora essa possibilidade não fosse descartada. Aparentemente eles também se dirigiam à área do roçado, não por acaso corriqueiramente cultivados por índios e cativos, não excluindo fugitivos³⁴. Semelhante aos compradores de farinha e aguardente do primeiro inquérito, o grupo contatado por Simão estava longe de figurar numa posição de alheamento social e/ou isolamento hostil, atentos às probabilidades de contatos e busca de alternativas econômicas.

Em 22 de maio de 1830 outro caso semelhante veio à tona, dessa vez relatado pelo soldado Joaquim da Costa Medeiros. Declarou ele que na quarta-feira última, dia 19 de maio, quando andava pela Estrada da Cachoeira, encontrara por volta do meio-dia três homens desconhecidos, todos com terçados, sendo que um deles portava também uma arma de fogo. Tratava-se de “um mameluco e dois atapuiados”, que se mostraram bastante curiosos, perguntando sobre as novidades da Barra e também se já havia sido pago os soldos da tropa. Em resposta ouviram do soldado que “nenhuma” novidade ocorrera, e que os soldos estavam atrasados³⁵. O soldado Joaquim ainda, em réplica, teria

³²Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). *O Paraense*, de julho de 1822. Número XX.

³³ ABAR. Caixa de Manuscritos, diversas tipologias, 1813-1899.

³⁴ Sobre o cultivo efetuado por populações subalternas e fugitivas acompanhamos reflexões de: MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. New York: Columbia University Press Morningside Edition, 1989; CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; FUNES, Eurípedes A. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*” – História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo. Tese (Doutorado em História) USP, 1995; GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese (Doutorado em História), UNICAMP, 1997.

³⁵ ABAR. Caixa de Manuscritos, diversas tipologias, 1813-1899.

questionado para onde os três homens iam, e estes responderam que iam em direitura ao Solimões, mas que nas vésperas do “Espírito Santo” haveriam de retornar.

As questões reveladas pelo soldado apontam mais indícios das relações que os viandantes contatados tinham com a sociedade local. É possível entrever alguma curiosidade para com os expedientes militares, talvez pista da condição de deserção compartilhada pelo grupo, comum à época devido ao caráter violento das arregimentações militares impingidas aos mais pobres³⁶. As respostas dos três homens sugerem ainda um giro entre a calha do Solimões e as imediações da foz do rio Negro, afirmando um possível retorno para a celebração do divino Espírito Santo, no dia de Pentecostes, naquele ano festejado em 30 de maio³⁷. Os tempos de festa eram períodos nos quais muitas pessoas acorriam para as vilas e povoados, dificultando o papel de fiscalização das autoridades. A época era ainda mais propícia por conta da proximidade do ápice do período da cheia dos rios da região da foz do rio Negro, situado normalmente entre os meses de maio e junho, quando os igarapés, igapós e furos apresentavam-se com bastante água, servindo como meandrosas rotas de fuga.

Aquela última quinzena de maio de 1830 estava contida dentro do tempo da cheia, ocasião em que as já referidas mulheres e homens pretos, mamelucos, mulatos, cafuzos, atapuiados e indígenas caíram nas malhas dos documentos oficiais. Durante dias seguidos vários indivíduos foram intimados à casa do Ouvidor Geral da Comarca com a incumbência de oferecer informações sobre possíveis transgressores. Tais falas permitem vislumbrar os deslocamentos e a presença ameaçadora de outros tantos “inimigos do público”, que embora não fossem registrados diretamente nos inquéritos ajudavam a engrossar a boataria, índice que se desdobrava também na postura temerosa e investigativa encontrada na documentação³⁸.

³⁶ BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1865*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

³⁷ O dia de Pentecostes comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Cristo e a Virgem Maria. A festa é comemorada 50 dias depois da data da Páscoa. Em muitos lugares é conhecida como “Festa do Divino”. Sobre festividades e religiosidade popular no Brasil oitocentista conferir: ABREU, Martha. *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

³⁸ Sobre a questão dos deslocamentos de transgressores, Maria Helena Machado e Flávio dos Santos Gomes discutem em artigo recente alguns aspectos dos chamados “quilombos volantes” no final do século XIX. Embora recortem Rio de Janeiro e São Paulo como foco de estudos, alguns resultados da análise nos servem para pensar problemáticas semelhantes na Amazônia. Cf. GOMES, Flávio S. e MACHADO, Maria Helena P.T. *Atravessando a liberdade: migrações e comunidades volantes na década da abolição* (Rio de Janeiro e

Não por acaso, dois anos depois da produção dos referidos inquéritos, a Vila da Barra seria tomada por soldados de baixa patente que derrubariam seus líderes militares. De acordo com Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, os amotinados mataram as principais autoridades em retaliação aos soldados atrasados e arregimentações compulsórias – que prejudicavam suas lavouras. Durante a rebelião, os soldados destruíram a cadeia local e libertaram todos os prisioneiros, que se juntaram ao grupo insurgente. Essa ação carregava, de acordo com Pinheiro, “forte carga simbólica que revelava de forma inequívoca o desejo dos populares de romper com a continuidade das práticas repressivas e despóticas, destruindo seus símbolos mais eloquentes”³⁹.

O clima de apreensão que alcançava a foz do rio Negro já era velho conhecido no Baixo Amazonas, área que desde o início da colonização fora base da interiorização dos interesses metropolitanos e que concentrava grande parte das fazendas e escravos da calha norte. Nesse sentido, além dos inquéritos da Barra, podemos apontar como pista o conjunto das “Instruções que hão de servir para o governo e regra dos Oficiais do Distrito de Óbidos”, datado de 1º de julho de 1829. O Secretário da Câmara, Antônio Salgado dos Santos Guimarães, que assinou o documento, listou dezesseis artigos que estipulavam as mais diversas obrigações que teriam de ser “observadas à risca” pelos Oficiais. Entre as incumbências expressas nas instruções chama atenção o conteúdo do artigo 3º, que dava conta da necessidade premente de vigilância sobre certas populações:

Artigo 3º - Vigiará que no seu Distrito não haja desertores, negros fugidos, vadios, pessoas suspeitas ou outros indivíduos que possam ser prejudiciais à sociedade fazendo prendê-los e remetê-los presos a respectiva autoridade; ou dar parte para esta dar as providências que julgar necessárias; bem entendido que os desertores pertencendo ao comandante policial; a quem devem dar parte, e remetê-los presos os criminosos ao Juiz Criminal; os vadios e pessoas suspeitas ao Juiz de Paz⁴⁰.

Preocupação comum por todo o Império, o cuidado com desertores, escravos fugidos, vadios e pessoas suspeitas tinha no território amazônico algumas especificidades. Era evidente uma precarização das formas de controle dos que viviam pelas florestas, favorecidos pela elaboração de agências que se alimentavam do conhecimento dos ritmos

São Paulo). In. GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e pós-abolição no Brasil*. São Paulo: Summus/Selo Negro Edições, 2014.

³⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998, p.189-190

⁴⁰ ABAR. Caixa de Manuscritos, diversas tipologias, 1813-1899.

e meandros da natureza⁴¹. Essas referências não subtraíam em nada a violência empregada pelas autoridades e senhores, que elaboravam suas estratégias e puniam duramente os refratários alcançados.

A gravidade da questão tornava-se ainda mais patente com a recorrente formação de mocambos pelo rio Trombetas, cercanias de Belém e Macapá, que contava com significativo trânsito de fugitivos e índios⁴². Não era por acaso a firme atribuição de limitar os passos e assegurar um efetivo controle da circulação de alguns grupos de indivíduos, proibindo que “andassem pretos passeando de casa em casa e de sítio em sítio (...), todo aquele que for encontrado, será considerado fugido, e como tal preso e remetido ao Juiz Criminal para que este o castigue com o rigor das leis”⁴³. Interessante salientar que o referido código ia além do policiamento da população negra, que era posicionada ao lado de um contingente mais amplo de sujeitos passíveis de coerção. Uma heterogênea parcela de livres e libertos era alvo dessas ações repressivas, que recaíam grandemente sobre as pessoas consideradas “de cor”.

O Artigo 5º do documento, por exemplo, buscava fiscalizar quaisquer “ajuntamentos de pessoas mal-intencionadas e turbulentas”. Seu texto condenava especificamente a formação de grupos que se organizassem em torno do recebimento de esmolas, embolsadas por “condutores de santo, pagadores de promessa e foliões” que formavam cortejos em épocas festivas e hipoteticamente cometiam “atos indecentes, indecorosos e prejudiciais a sociedade”. A eles não era permitido qualquer tipo de reunião sem prévia licença do Presidente da Câmara, que se preocupava essencialmente com os personagens que poderiam ajudar a compor seus ajuntamentos. Arrematando a questão, o Artigo 13º tornava ilegais reuniões lúdicas nas cercanias da Vila, proibindo quaisquer “festividades que a título de religiosas costumam fazer-se pelos sítios”, que afastados das vistas das autoridades poderiam causar transtornos. O mesmo tom pode ser encontrado

⁴¹ Sobre o conceito de agência, utiliza-se como referências reflexões de Walter Johnson, que problematizou os limites da ideia de “resistência” a partir de uma acurada discussão sobre a chamada “nova história social” da escravidão nas Américas. Os sentidos de agência aqui empregados vão além dos contornos de possíveis engajamento em ações de resistência, voluntarismos e rebeldia coletiva. A categoria coloca em causa também os limitados campos de possibilidades de populações subalternizadas, que em contextos altamente coercitivos estavam atreladas a redes de sociabilidade e poder que abalizavam e igualmente tolhiam suas ações. Cf. JOHNSON, Walter. On agency. in *Journal of Social History*, vol. 37, no.1, 2003.

⁴² SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Universidade Federal do Pará, 1971.

⁴³ ABAR. Caixa de Manuscritos, diversas tipologias, 1813-1899.

no Artigo 7º, que proibia reuniões em torno de “Sarais ou Versos, que possam atacar e boa e sã moral”.

Mais do que a vigilância de reuniões e festividades em si, havia preocupação com as oportunidades criadas por tais ajuntamentos, que poderiam disfarçar redes de sociabilidade e interlocuções, esgueiradas em meio a festas de santo, sarais e cantorias. O próprio conteúdo dos ritos populares, com suas cantigas, versos, danças e outras expressões, poderia resguardar teores ofensivos, compondo quebra-cabeças difíceis de decifrar e por isso sujeitos à interdição.

Não é possível perder de vista a densidade política desse cenário de tensões, que tinha participação contundente dos habitantes da floresta. Ao passo que as autoridades tentavam criar uma “sociedade” com regras definidas em discussões de Câmaras e mesas de reuniões de particulares, havia toda uma organização social que se constituía na ilegalidade pelas matas, rios e vilas, fora ao alcance de enclaves oficiais e censos populacionais. A década de 1830 foi fortemente marcada por tais agências, servindo inclusive de mote para muitas ações transgressoras na Cabanagem, uma das mais importantes revoltas populares das Américas do século XIX. Tal movimento fora enxergado dentro do prisma do descontrole, especialmente quando se tratava das ações das camadas populares. O corte da “cor” estava posto como um dos principais fatores lidos na composição dos revoltosos, percebidos em estreita relação com os mais pobres.

É possível afirmar que a Cabanagem agravara um cenário social problemático já existente, composto por conexões sociais clandestinas que subvertiam os ordenamentos oficiais, advindas das experiências de populações historicamente tolhidas pelas violências da escravidão e de várias modalidades de trabalho compulsório. Assim, muitos desertores, escravos fugidos e indígenas tomaram parte no levante, aproveitando a ocasião de insubordinação para virar o mundo de ponta-cabeça, fortalecendo suas posições, ou mesmo vingando-se dos desmandos sofridos⁴⁴.

As refregas oficiais não tardaram e foram violentíssimas, deixando um saldo de milhares de mortos. Ocasião em que a pecha da ociosidade e da indolência abriu espaço

⁴⁴ Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro tratou na terceira parte de sua tese de doutoramento alguns aspectos de uma “Amazônia Insurgente”, incluindo questões voltadas às ações de atores sociais partícipes da Cabanagem. Cf. PINHEIRO, Luís Balkar S. P. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, 1998.

para a afirmação das imagens de uma turba incontrolável, que legitimamente deveria ser combatida e rigorosamente punida. Pinheiro destaca que autores de época interpretaram a Cabanagem afirmando o “caráter irracional e instintivo das hordas semibárbaras de negros, índios e mestiços que compunham a sociedade paraense”⁴⁵. Esse tipo de argumento tinha base na produção discursiva que destacava o potencial explosivo da massa mestiça, fortificando o aparato repressivo e as estratégias de vigilância frente ao perigo de seus “atos irracionais”.

Após o conturbado período cabano, foram articuladas leis que incidiam diretamente no cotidiano dos subalternizados associados ao movimento. Nos idos de 1838, como pontua Claudia Maria Fuller, foram instituídos pela Província do Pará os *Corpos de Trabalhadores*, que “deveriam ser formados a partir do recrutamento de índios, mestiços e pretos que não fossem escravos, e não tivessem propriedades ou estabelecimentos que se aplicassem constantemente”⁴⁶. Tais mecanismos de recrutamento foram aproveitados anos mais tarde pela Província do Amazonas, que herdou a legislação do Pará e deu continuidade ao complexo inter-relacionamento das autoridades com os habitantes dos sertões amazônicos. Com uma pequena (mas significativa) população escrava, o Amazonas buscava garantir sua suficiência em mão de obra de olhos fitos nos novos desafios de uma exploração efetiva da floresta⁴⁷. A unidade provincial deu continuidade à trajetória secular de arregimentações da força de trabalho nativa, com pressa em conhecer e dar a conhecer seu território.

1.2 A Província do Amazonas e os desafios da conquista.

Mesmo após três séculos de colonização lusitana e mais de trinta anos de Brasil Independente, os problemas amazônicos eram ainda encarados como desafios de conquista. As empreitadas iam muito além de tentativas de preservar ou alargar fronteiras geográficas, já que passavam obrigatoriamente pelo crivo de submeter a natureza e os

⁴⁵ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. A Revolta popular revisitada: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. *Revista Projeto História* (PUC-SP), n.19, nov.1999. p. 228

⁴⁶ FULLER, Claudia Maria. “V. S^a. não manda em casa alheia”: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na Província do Pará, 1838-1844. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. III, n.2, 2008. p. 42

⁴⁷ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (org). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém, Ed. Açaí/CNPq, 2011.

habitantes aos interesses dos exploradores. Em pleno século XIX, quanto mais se subia os rios mais evidenciava-se a rarefação da presença do Estado, articulado em enclaves cercados por um mundo social cuja complexidade não era inteiramente conhecida.

A Província do Amazonas foi implementada no início da década de 1850 como peça chave na tentativa de descortinar esse cenário⁴⁸. O argumento central de suas primeiras *Fallas* tratava de enormes riquezas desperdiçadas, resguardadas por um “tostão de gente” inculta, que habitava imensas matas cujo potencial deveria ser calculado e efetivamente aproveitado⁴⁹. O tom de desprestígio para com as populações locais servia como primeiro passo na tentativa de deslegitimá-las, atualizando estratégias coloniais que constituíam um “Outro” atrasado e passível de controle. Rearticulações de imagens do *Eldorado* também eram corriqueiras, recicladas ao gosto dos interesses econômicos da época, que enxergavam o território amazônico como espaço aberto aos triunfos pretensamente pacíficos do capitalismo em expansão.

A sinalização na direção capitalista foi inicialmente articulada pelos empreendimentos de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, financiador da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que a partir de 1853 passou a instrumentalizar linhas regulares de navios a vapor entre Belém e a capital do Amazonas. Segundo Roberto Santos, a companhia iniciou suas atividades operando “com três navios pequenos, dos quais o *Marajó* gastava 22 dias na viagem Belém-Manaus-Belém, o que significava uma velocidade sete vezes maior que a das embarcações tradicionais”⁵⁰.

Além da aceleração das movimentações de pessoas e mercadorias, entre os planos da empresa figurava o objetivo de fundar colônias agrícolas que incentivassem a entrada de migrantes. Os assentamentos, responsáveis pelo abastecimento de gêneros de

⁴⁸ Um censo geral da Província do Amazonas veio à tona somente em 1856. Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Secretário Interino, apontou a estimativa de 40.907 livres e 912 escravos. Embora os números indicassem um significativo aumento populacional dos “livres” desde o censo apresentado por Baena, em 1839, ainda estava muito aquém dos números almejados para um efetiva “conquista” e desenvolvimento da floresta. Os quadros estatísticos de Guimarães foram publicados no Relatório de Presidente de Província de João Pedro Dias Vieira, 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/64/000034.html>

⁴⁹ Em sintonia com os Relatórios e *Fallas* dos Presidentes da Província, Samuel Benchimol analisa a “ocupação” do interior do Brasil, dando atenção especial ao território amazônico à época do surto da borracha. O autor afirma que havia: “Um milhão de rios, de índios, de matas, de drogas, de coisas para um tostão de gente. Só mesmo a ambição, a cobiça dos olhos com a mobilidade dos pés, ocupando os horizontes enormes, poderiam derrubar a distância”. BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977. p.156.

⁵⁰ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800- 1920*. São Paulo: Queroz, 1980. p. 55.

primeira necessidade, estariam interligados com as rotas dos vapores, que distribuiriam a produção pelas praças comerciais amazônicas. É importante salientar que concomitante a implementação do novo aparato tecnológico e da tentativa de mudança de perfil produtivo, persistia a visão condenatória e persecutória das populações da floresta. Seguindo exemplo de outras províncias do Império, o Amazonas legitimava suas posições modernizantes estimulado pelas promessas e benesses do capital, que em seu avanço jogava com conhecidas imagens de barbárie e desordem, que corriqueiramente desclassificavam pobres livres, escravos e libertos⁵¹.

Após mais de uma década de debelação do movimento cabano, ainda fazia sentido manter os *Corpos de Trabalhadores*, que permaneceram ativos até 1859. Seu caráter policialesco se reproduzia através de recrutamentos compulsórios, deixando expostos os abusos cometidos pelos que aproveitavam o mecanismo legal para suprir demandas particulares, muitas vezes sem respeitar o tempo de serviço e o pagamento de soldos previamente estabelecidos por lei sob os auspícios dos Juizes de Paz. A referida problemática foi apresentada por Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Amazonas em 1853. O dirigente elaborou um pequeno histórico sobre os *Corpos*, tratando do contexto de sua criação e alertando sobre os excessos cometidos.

A criação de tais Corpos, decretada pela Lei Provincial do Pará de 25 de Abril de 1838, e modificada pelas de 24 de outubro de 1840 e 12 de junho de 1841, tendo por fim chamar à obediência e ao trabalho todos os índios já domesticados, mestiços e pretos livres ou libertos, que não se achassem em circunstâncias de ser alistados na Guarda Policial, satisfizes certamente a uma grande necessidade da época, porque poupou à Sociedade muitas malfetorias e agressões de uma grande parte da população mais grosseira e ignorante, que impossível seria conter na órbita do dever pelos meios que dispunham as Autoridades Cíveis (...).

O Regulamento expedido pela Presidência daquela Província atendeu mais a esta necessidade (...) e sua severidade poderia conciliar-se com as conveniências sociais, e até mesmo com os interesses dos próprios indivíduos alistados, se todos os executores quisessem cumprir conscienciosamente [sic] o seu dever.

O contrário se observou em muitos Distritos: a ambição do ganho ilícito, ou outras paixões não menos condenáveis começaram bem depressa a adular a instituição, e os maiores abusos e violências se cometeram para constranger os trabalhadores, não a dedicar-se a qualquer ocupação honesta e pacífica, segundo a intenção da Lei, mas servir gratuitamente àqueles mesmos que tinham por principal

⁵¹ Cf. ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig Assunção. *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2014.

obrigação velar sobre a observância dos respectivos contratos, para que esses não fossem lesados, ou a seus amigos protegidos. Se alguns desses abusos e violências se praticam ainda hoje, creio, todavia, que não podem admitir comparação com os de outros tempos (...) ⁵².

Ferreira Penna concordava em parte com as medidas punitivas voltadas aos rebeldes no final da década de 1830, não negando a utilidade dos *Corpos de Trabalhadores* nos tempos pós-cabanagem. A autoridade taxava os atingidos pela lei como a parte mais grosseira e ignorante da sociedade amazônica, considerando-a, portanto, potencialmente suspeita. Seus arrazoados estavam em sintonia com uma visão de época que grassava por todo o Império, associando o “populacho” com representações de um mundo em desordem ⁵³. Contudo, mesmo estando de acordo o olhar dos “de cima”, o dirigente tinha uma percepção crítica sobre o que considerava como os “maiores abusos e violências”, que atingiam trabalhadores condenados a labutar sob coerção e sem nenhum tipo de remuneração. Seus argumentos se voltavam contra dirigentes e particulares que se serviam de posições de poder para explorar a força de trabalho dos recrutados, sem a observância dos contratos e outras obrigações. Penna arrematava seus argumentos fazendo alusão aos abusos ocorridos em anos anteriores, que, segundo ele, teriam sido ainda maiores diante da ausência de qualquer fiscalização.

O Amazonas possuía *Corpos de Trabalhadores* em muitas localidades de seu território. Havia agrupamentos em Moura, Tomar, Silves, Villa Bella, Maués, Canumá, Borba, Alvellos e Ega. Os trabalhadores eram divididos e distribuídos entre obras públicas, autoridades e particulares, atuando como remeiros, pedreiros, carregadores, carpinas, dentre outras possibilidades de serviços. Embora funcionassem oficialmente apenas em terras amazônicas, estratégias semelhantes abrangiam também várias outras partes do Império, que receitavam o trabalho compulsório no combate aos “rebeldes” ⁵⁴. Na segunda metade do século XIX, tempos de afirmação do Estado Nacional, ainda permaneciam vários dos desafios coloniais voltados ao domínio dos vadios, atualizados por novas regras, mas atingindo personagens semelhantes.

Nos sertões amazônicos a afirmação dessa lógica se dava de modo bastante incisivo, pois além da intenção de angariar braços havia uma grave preocupação com

⁵² Falla de Herculano Ferreira Penna dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas, 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000023.html>

⁵³ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2011.

⁵⁴ DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

pleno controle sobre os rios e matas, que ainda estavam grandemente sob o domínio das pessoas que viviam nas florestas. Logo, os *Corpos de Trabalhadores* funcionavam também como tentativa de acelerar um processo de desarticulação desses atores sociais, que livremente navegando em suas canoas, extraindo produtos das matas e cultivando seus roçados, ameaçavam projetos interessados em sua subalternização.

Outras medidas que iam ao encontro dessas posturas oficiais eram os recrutamentos militares compulsórios. Seu funcionamento consistia em mecanismos coercitivos que não eram nenhuma novidade no século XIX, posto que, segundo Denis Antônio de Mendonça Bernardes, “o enquadramento militar da população masculina era um princípio do Estado monárquico no Antigo Regime. Todos os que não fossem inválidos, entre 15 e 65 anos, faziam parte das forças auxiliares e deviam se apresentar regularmente”⁵⁵. Homens pobres livres não-brancos eram seus principais alvos, submetidos aos recrutamentos não somente como meio de conseguir praças, soldados e marinheiros, mas também como forma de intimidar e reprimir potenciais transgressores.

Havia na primeira década de existência do Amazonas estreita relação entre arregimentações militares e os *Corpos de Trabalhadores*. Suas interlocuções tornam-se evidentes quando observamos os ofícios trocados entre a Chefatura de Polícia e o Presidente de Província do Amazonas, que solicitava aos Delegados arrolamentos do número de praças conjuntamente com os contingentes de trabalhadores. Em Silves, por exemplo, existia em 1854 um destacamento com 14 praças e 1 cabo, que recebiam como soldo “peixe e farinha durante a diligência”, sem outra remuneração. Na referida Vila não havia no momento nenhum integrante que engrossasse a fileira dos trabalhadores, salvo “por acaso (fosse) apanhado algum a laço”. Na Villa Bella da Imperatriz havia 12 praças destacados, enquanto obreiros não havia “nenhum aquartelado”. Em Maués, existia um destacamento da guarda policial com 16 integrantes e outro dos Corpos com 8 membros, estes atuavam nos serviços do cemitério da Vila e ocasionalmente em “diligências por alguma outra autoridade requisitada”⁵⁶.

Soldados e trabalhadores compartilhavam agruras semelhantes, dividindo quarteis e ambientes de trabalho. Não por acaso, suas formas de resistência também

⁵⁵ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça Bernardes,. 1817. In. DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções... op.cit.* p.77.

⁵⁶ Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM). Livro n.04 – Polícia (delegacias), 1854. Manuscrito.

guardavam proximidade. Fugas e prisões eram corriqueiramente registradas nos boletins policiais, que divulgavam as dificuldades de controle das furtivas e elaboradas táticas dos desertores.

Esse foi o caso do índio José Maria, chamado para ser interrogado pela polícia da Cidade da Barra em 1854, sob a acusação de ser desertor do Patacho de Guerra *Camarão*. O Delegado Suplente recebeu denúncia de que o indígena havia fugido e mudado de nome para dificultar sua captura, sendo reconhecido por outros homens que haviam convivido com ele no serviço das armas.

Auto do interrogatório do índio José Maria

Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e quatro aos vinte e um dias do mês de novembro nesta Cidade da Barra do Rio Negro em a casa do Delegado Suplente em exercício Alexandrino Magno Taveira Pao Brazil onde eu Escrivão do seu cargo me achei assim chamado (...) aí compareceu o Índio que diz chamar-se José Maria, e a este foi interrogado pelo Juiz da maneira seguinte: - Qual seu nome, naturalidade, idade, estado, profissão e filiação? Respondeu nomear-se José Maria, natural da cidade de Santarém, ter vinte anos pouco mais ou menos, solteiro, remeiro de canoa, filho de Jorge Mariano e de Margarida Maria, moradores em a mesma cidade de Santarém. - Por que razão declara chamar-se José Maria, quando dizem que o seu nome verdadeiro é José Pedro? Respondeu que o seu nome verdadeiro é como já disse. -Perguntado em que canoas (ilegível) remeiro? Respondeu na “Três de junho” da propriedade de Antonio Alves Lima (...) negociante de Santarém, depois marinheiro no Vapor *Rio Negro* posteriormente ao conserto e ultimamente na Escuna Bom Jesus de Joaquim Pinto de França chegada a esta Capital no mês passado. – Perguntado porque desertou do serviço nacional como marinheiro no Patacho Brasileiro de Guerra *Camarão*. Respondeu que nunca teve praça alguma. Perguntado por que então há praças aqui que o reconhecem como marinheiro do dito Patacho onde teria uma praça? Respondeu que o soldado Miranda que como tal o denuncia não é senão por calúnia que lhe levanta, pois que ele interrogado tendo sempre andado assalariado servindo publicamente de remeiro não só em canoas, como no Vapor *Rio Negro*, ninguém nunca o reconheceu embarçado com praça, porque com efeito é livre sem praça alguma tanto na marinha como no exército em terra⁵⁷. (...)

O interrogatório é bastante longo e ainda questiona sobre as pessoas de Santarém que poderiam confirmar suas respostas. José Maria listou vários nomes de negociantes que assegurariam sua condição de “livre”. O índio reforçou no depoimento seus contatos com indivíduos “dignos de fê”, a quem teria servido como remeiro,

⁵⁷ APEAM. Livro n.04 – Polícia (delegacias), 1854. Manuscrito.

marinheiro e ajudante geral. Essa era uma tática bastante acionada, que apontava atividades legítimas aos olhos das autoridades.

Assim, sem provas efetivas sobre a deserção do acusado e prevendo a enorme demora para confirmar as informações no Pará, o Juiz articulou para o inquérito um desfecho bastante comum. Mesmo depois de ouvir as elaboradas explicações do investigado, inadvertidamente recomendou que o indígena assentasse praça “voluntariamente” como “soldado de 1ª linha de terra com a condição de servir nesta Província”. Ao analisar a posição da autoridade no caso, além de outras referências contidas na mesma documentação, é possível afirmar que na condição de índio e suspeito um fugitivo dificilmente escaparia da sanha sobre sua força de trabalho. José Maria (ou José Pedro), sendo ou não desertor, teve como destino o serviço militar, confirmando o que era a regra.

A referida lógica era bastante acionada, existindo vários exemplos congêneres que confirmam a disposição de recrutar “índios” por suspeição ou por fugirem do trabalho. Esse foi o caso do indígena Jerônimo Afonso Nogueira, também ameaçado pelo serviço das armas. Diferentemente de José Maria, ele era conhecido na Barra como ajudante do negociante Manoel José de Macedo, que estava atuando na capital do Amazonas também nos idos de 1854. Após três anos de serviços não remunerados, Jerônimo teria abandonado seu posto de trabalho em protesto contra seus pagamentos nunca efetuados. Em retaliação à sua ação, foi denunciado e ameaçado com a possibilidade de arregimentação militar, que, segundo o Subdelegado local, poderia ser revertida caso ele retomasse seus serviços e obrigações com Macedo. O tratamento desigual dado ao índio e ao seu patrão nos deixa entrever a gravidade das situações enfrentadas por personagens como Jerônimo, que mesmo sendo submetidos a condições aviltantes, sem receber seus jornais, ainda poderia ser punido com o recrutamento compulsório.

Jerônimo, sob coação, teria então retornado ao trabalho, mas logo teve que se ausentar, regressando ao sítio de sua família em ocasião da ausência de seu pai, que havia sido destacado pela Guarda Nacional e obrigado a abandonar sua mãe e três irmãs. Após largar pela segunda vez seus serviços, o índio fora acusado pelo negociante de furtar uma montaria, situação que convenceu o Subdelegado local da urgência de sua punição. Na iminência de ser preso (agora com o agravante da acusação de furto), Jerônimo buscou

dialogar diretamente com o Presidente da Província, que recebeu uma petição onde havia referências sobre sua situação desfavorável:

Exm^o e Illm^o Snr^o Presidente da Província

Aos pés de V.Ex^a vem respeitosamente Jerônimo Affonso Nogueira implorar da Alta Justiça de V. Ex^a. por ser salvo a uma formidável perseguição que se lhe faz.

O Supp. servia há três anos a Manoel José de Macedo, e como não lhe agradasse as contas que lhe faziam, deixou o serviço do mesmo Macedo, o Meritíssimo Subdelegado porém disse ao Supp. mandando-o buscar, que voltasse ao serviço de Macedo, o Supp. obedecendo a autoridade assim o fez, entretanto como o pai do Supp. Domingos Pacheco é Guarda Nacional da 1^a Companhia e está destacado nesta cidade, ficando sua mulher, mãe do Supp. e três suas irmãs, duas impúberes, a sós em seu sítio, e sendo preciso fazer roças para terem farinha para comer, sendo o Supp. o único filho, deixou por isso, de novo, o serviço de Macedo, tanto para cuidar nas roças para subsistência de seu pai, mãe e irmãs, como para...(falta uma página do documento)...dignando-se ordenar por isso que se instaure o processo contra o Supp. e que se decida como for por Direito, e para que também tenha tempo o Supp. a obrigar o dito Macedo a que lhe preste contas de três anos que o Supp. o serviu.

Cidade da Barra, 8 de novembro de 1854
E.R.M (Espera Receber a Mercê) a rogo
Alexandre Nogueira de Lacerda⁵⁸

A petição foi redigida e encaminhada por Alexandre Nogueira Lacerda, que anos mais tarde serviria como Promotor Público da Vila de Tefé⁵⁹. Certamente havia alguma proximidade entre o índio e o redator da missiva, que trouxe ao conhecimento da polícia outras referências sobre o caso. Mesmo faltando uma das páginas da fonte, fica evidente a minudência com que foi explicada a trajetória de trabalho do indígena, narrada provavelmente pelo próprio acusado, que colocava em xeque os argumentos de seu patrão. Contudo, o Subdelegado não se convenceu com tais justificativas, anexando dois ofícios à petição, onde recomendava veementemente o recrutamento militar de Jerônimo. A autoridade claramente ratificava a versão patronal, acrescida de um argumento bastante convincente à época, que classificava o comportamento de Jerônimo, a exemplo de outros

⁵⁸ APEAM. Livro n.04 – Polícia (delegacias), 1854. Manuscrito.

⁵⁹ Sobre a nomeação de Alexandre Nogueira Lacerda conferir: Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA). *Estrela do Amazonas*, 09 de abril de 1859. n.267, p.02. (Digitalizado).

nativos, como “irregularíssimo”, passível de ser submetido aos meios legais de disciplinarização.

Então, ao analisar a versão de Jerônimo e a contra argumentação da polícia da Barra, o Presidente da Província não teve dúvidas. No mesmo dia o acusado foi recrutado junto com mais dois índios e entregue ao Comandante das Armas do Amazonas. Dali em diante faria parte do rol de muitos outros homens, que vinham sendo perseguidos pelas forças militares de modo crescente na segunda metade do século XIX. Ao lado de Jerônimo e seus companheiros de infortúnio podem ser encontradas várias outras relações de recrutados⁶⁰. Nessas listagens existe uma atenção especial para algumas das características físicas dos indivíduos, que lidas a contrapelo deixam ainda mais evidente o teor das políticas ostensivas de coerção da “multidão colorida” amazônica⁶¹.

Além de casos como o de Jerônimo, havia vários outros “criminosos” ligados à problemática das armas. Os esforços em enquadrar o máximo de indivíduos dentro dos chamados militares (que eram igualmente demandas por trabalho) podem ser lidos também como sintoma das dificuldades de conservar o contingente dos batalhões que atuavam na região. Nesse cenário, a atuação da polícia consistia em prender uns na busca de aumentar os contingentes e perseguir outros por desertarem. Logo, além de funcionar como medida punitiva, a urgência em recrutar tinha relação com o alto índice de deserções no território amazônico, reforçadas pela violência e precariedade das condições de praças e soldados.

Na mesma época em que se constituía a frente de expansão rumo aos altos rios, fora iniciado o conflito que redundou na trágica Guerra do Paraguai. Essa combinação aumentou a abrangência do serviço das armas no Amazonas, assim como a pressão em áreas ainda pouco frequentadas pelas autoridades policiais. Eram emitidos para todas as subdelegacias pedidos de mais recrutas, que mais tarde seriam convertidos em soldados de baixa patente nos campos de batalha. Relações de recrutas eram enviadas do interior quase diariamente ao Presidente da Província, a maioria classificados nas listas

⁶⁰ APEAM. Livro n. 04 – Polícia (delegacias), 1854. Manuscrito.

⁶¹ Referência a ideia de “multidão colorida” foi retirada do relato de Paul Marcoy, que viajou pela Amazônia nos idos da década de 1850. O viajante ficou estarecido diante do grande *degradê* de cores das pessoas que circulavam pelas ruas de Belém, multidão que lhe parecia ao mesmo tempo intrigante e ameaçadora. Cf. MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: EDUA, 2006. pp.280-282.

como “tapuios” e “índios”, encaminhados em “remessas” aos navios e cadeias, onde aguardariam a fatídica viagem em direção ao sul do Império.

Como resposta à violência crescente dos recrutamentos, muitas pessoas decidiram adentrar ainda mais os centros das florestas na busca de refúgio, instalando-se em lugares distantes para fugirem do “pega-pega”⁶². Houve verdadeiros esvaziamentos de vilas e povoados, registrados em correspondências oficiais que respondiam negativamente as demandas feitas pelo Chefe da Polícia e pelo Presidente da Província. É importante salientar que a guerra não criou uma nova dinâmica de fugas, já que tais modalidades de resistência já eram bastante acionadas por seus habitantes. O que houve foi um aumento significativo, pois além do fluxo já existente de desertores e escravos fugidos, agora a população em geral (especialmente pobres livres) também era impelida a ganhar as matas. Em Barcelos, no rio Negro, o Subdelegado oficiou ao Presidente da Província o malfadado resultado de suas diligências. Sem conseguir nenhum recruta, tentou explicar seus pífios resultados falando dos sítios e lugarejos abandonados:

Subdelegacia de Polícia da Vila de Barcelos,
27 de dezembro de 1865
Illmº. e Exmº. Snrº.,

Acuso o recebimento de ofício de V. Exª. de 22 e 29 de setembro último, ambos no mesmo sentido, em que V. Exª. me ordena que cumpra com urgência, atividade e zelo as ordens do Illmº. Senrº. Drº. Chefe de Polícia a fim de prestar o maior número de recrutas que pode dar este Distrito; afiançando-me V. Exª. todo o apoio para o bom resultado deste pedido. É do meu dever comunicar a V. Exª. que é lamentável a sorte deste Distrito; aos meses atrasados ainda se encontravam moradores pelos sítios, hoje, porém, estão todos abandonados, seus donos retirados para lugares longínquos e incertos. Neste estado, não é possível cumprir as terminantes ordens de V. Exª., ainda que meus desejos saibam por conhecer que a causa é justa, mtº. principalmente achando-se o nosso adorado Monarca no teatro da guerra, de quem esperamos o breve extermínio de nossos inimigos, ou uma imaterial paz. É isso que tenho a informar a V. Exª.

Deus guarde a V. Exª.,
José Pedro Salmello, Subdelegado de Polícia⁶³

Esse progressivo abandono dos sítios, no entanto, não tinha relação somente com os recrutamentos. Na mesma época, estava sendo desenhada uma grande frente de

⁶² Agradeço a Davi Avelino Leal pela referência sobre o “pega-pega”, expressão que os índios Mura do rio Madeira usam ainda hoje para definir os períodos passados de arregimentações compulsórias militares.

⁶³ APEAM. Província do Amazonas, Livro n. 10, Subdelegacias de Polícia da capital e do interior – 1865. (Manuscrito)

expansão econômica de matriz extrativista⁶⁴, que subiria os rios de maneira concomitante aos vapores e expedições oficiais responsáveis por esquadrihar o oeste amazônico. Eram tempos em que a economia da borracha passava a ganhar maior notoriedade na floresta, impulsionada por sua crescente valorização no mercado internacional⁶⁵. Embora não haja referência direta no ofício da autoridade de Barcelos, em outros casos existem indícios sobre um processo de ressignificação das referidas movimentações. Se por um lado havia um aumento das tentativas de controle do interior, por outro, muitos valiam-se da crescente circulação de pessoas e incremento das explorações de drogas para escaparem das incursões policiais, misturando-se aos fluxos internos em direção às frentes de exploração extrativistas.

Adentrar a calha de rios ainda pouco conhecidos era tarefa que estava na ordem do dia não somente de fugitivos nativos, mas também de pequenos negociantes, migrantes e regatões, que se embrenhavam no interior da Província do Amazonas em busca de empreender negócios e conseguir fontes de drogas da floresta. O aumento da exploração das matas, grandemente viabilizada através dos ricos seringais dos altos rios, vinha ganhando maior fôlego desde a criação da Província do Amazonas⁶⁶.

Tabela 1 - Quantidade de borracha exportada, 1825/1860.

Ano	Toneladas	Ano	Toneladas
1825	93	1844-1845	367
1830	156	1849-1850	879
1834-1835	175	1854-1855	2.868
1839-1840	418	1859-1860	2.531

Fonte: Exceto para o ano de 1825, Série Retrospectiva do Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40. Negrito, grifos meus.⁶⁷

⁶⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009. O autor entende “Frente de Expansão” como fenômeno demográfico que guarda sua historicidade em estreito contato com a definição de fronteira. No caso do surto extrativista no século XIX na Amazônia, também estudado por Martins, a população passou a se deslocar para áreas de forte atuação da empresa extrativista, não simplesmente como “massa” trabalhadora, mas sim enquanto agentes que também ajudavam a estabelecer (e até ressignificar) a Frente de Expansão. Mais detalhes sobre o referido processo serão discutidos nas próximas sessões deste capítulo.

⁶⁵ Cf. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

⁶⁶ Cf. SANTOS,. *História econômica da Amazônia*....op.cit.

⁶⁷ Obs.- A estatística organizada por Palma Muniz, em Imigrações e Colonização – História e Estatística – 1616/1916, difere dos números acima, ora para mais, ora para menos. Mas as divergências não dizem respeito ao comportamento geral da série. In: SANTOS,. *História econômica da Amazônia*....op.cit. p.55

Nos tempos dos recrutamentos voltados à Guerra do Paraguai, conformava-se uma espécie de esteio que abriria passagem para a entrada de “pioneiros” e outros exploradores nos anos seguintes⁶⁸. Na década de 1860 estava em curso a estruturação de uma larga frente de expansão no sentido *Leste-Oeste* que desaguardaria no chamado *boom* da borracha no final do século⁶⁹. O incremento da economia extrativista estava conectado à velocidade das linhas de navegação à vapor e à cata de outros valorizados produtos, como óleo de copaíba, salsa parrilha, castanha, cravo, madeiras, breu e manteiga de tartaruga.

O cruzamento entre a ocasião de guerra e esses deslocamentos deixou pistas de um cenário bastante complexo, pois ao passo que aumentavam as possibilidades de vigilância com o incremento da presença de agentes oficiais recrutadores, eram também maiores as possibilidades de recorrer aos crescentes fluxos na tentativa de isentar-se do serviço militar ou de outras formas de arregimentações compulsórias. A Subdelegacia de Canumã, localizada no rio Madeira, estava com dificuldades em conseguir mais “voluntários” justamente por conta da referida problemática. Situada nas margens de um dos caminhos fluviais mais acessados por extratores de borracha, a localidade vivenciava uma queda em seu número de habitantes à época. Isso acontecia em decorrência da decisão de muitos sujeitos que seguiam rumo às áreas de exploração, situadas especialmente no alto curso do Madeira.

Subdelegado de Polícia de Canumã, 2 de novembro de 1865

Acuso a recepção do ofício circular de V. Ex^a. datado de 22 de setembro do corrente ano em que V. Ex^a. recomenda-me que cumpra com urgência a ordem do Senr^o. Dr^o. Chefe de Polícia acerca do alistamento de voluntários da Pátria e recrutamento, tenho trabalhado com maior esforço de conseguir maior número de recrutas; (mas) não me tem sido possível pela grande falta de gente neste distrito porque a população maior existe para o Alto Madeira na faturação de seringa da onde tem saído alguns guardas voluntários desta Companhia de Guardas Nacionais. Aqui neste Distrito não tenho cessado de fazer diligência, mas nada se pode fazer porque só se encontra pessoas moradoras com seus estabelecimentos não (sendo) próprias para o serviço.

⁶⁸ Sobre a entrada de “pioneiros” será discutida a trajetória do norte-americano Asahel Dana Piper, no tópico 4.2.

⁶⁹ Cf. DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

Domingos José de Carvalho, 1º Suplente da Subdelegacia de Polícia em exercício⁷⁰.

Ao subir os rios e seus afluentes no intuito de explorar drogas e/ou fugindo dos recrutamentos ocorriam inevitáveis encontros com indígenas não aldeados ou nunca contatadas por adventícios. Sobre essa questão quase sempre são esboçadas explicações que reforçam o caráter violento dos encontros, dando ênfase às rusgas entre os recém-chegados e índios, atores classificados ora como vítimas, ora como algozes. Sem negar a impactante dimensão dos conflitos, considera-se que o cenário era bem mais complexo. O primeiro problema a ser analisado diz respeito à variedade de agente envolvidos, tanto indígenas como forasteiros, que não podem ser enquadrados em chaves analíticas uníssonas. A atenção a esse fator nos faz pensar nas variadas modalidades de relações possíveis, que poderiam, inclusive, guardar espaços para a tessitura de associações conjuntas contrárias aos ditames oficiais.

Estava em curso uma releitura dos sentidos apregoados pelo discurso público sobre a abertura de novas fronteiras e pacificação de populações, valores centrais do ideário pioneiro⁷¹. Essas reelaborações eram constituídas em meio a redes de sociabilidade marcadas por experiências de subalternização, enredadas em variadas formas de trabalho compulsório (inclusive serviço militar) e escravidão. Tudo leva a crer, acompanhando reflexões de James Scott, que havia para esse contexto elaborações de discursos ocultos em contraponto às tentativas de controle e disciplinarização dos habitantes da floresta⁷². Esses arrazoados eram produzidos pelos “marginais”, que sob um ponto de vista socialmente desclassificado (inculto, bárbaro, etc.) apregoavam novos significados para o avanço rumo às cabeceiras, colocando em xeque inclusive os planos oficiais.

Ainda em 1865, ano lutuoso de guerra, o aumento da caça de recrutas e desertores deixava mais evidente algumas situações da reconstituição desse processo. Esse quadro problemático foi enfrentado pela Subdelegacia de Polícia de Santo Antônio,

⁷⁰ APEAM. Província do Amazonas, Livro n. 10, Subdelegacias de Polícia da capital e do interior – 1865. (Manuscrito)

⁷¹ Entende-se o “ideário pioneiro” como o conjunto de ações oficiais e particulares que articulavam os desenhos da frente de expansão econômica na segunda metade do século XIX. Nesse ensejo, agências de autoridades e exploradores se destinavam aos altos rios engrossando a zona de contato pelos sertões, muitas vezes tecendo alianças complexas e desencadeando conflitos com populações indígenas e/ou fugitivas.

⁷² SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013. p.173.

no rio Madeira, que ao perseguir um desertor do exército, chamado Salvador Brandão de Goes, acabou descobrindo muito mais do que sua trajetória de fuga. Soldado do Corpo de Artilharia da Província do Pará, Goes era um fugitivo de 2ª deserção, tendo sido capturado a primeira vez no Mato Grosso, seguindo a rota de extratores de borracha por afluentes do Madeira. Após ser recambiado ao seu Batalhão de origem, em pouco tempo empreendeu nova fuga, buscando novamente enfrentar as águas bravas⁷³. Dessa vez, foi acompanhado por um companheiro de farda, a princípio identificado como Lourenço, mas depois descoberto como Antonio José de Anveres, que tinha adotado novo nome na fuga. Segundo a polícia, os dois desertores estavam seguindo rumo às cabeceiras em busca de local seguro, subindo o Madeira somente à noite, avançando furtivamente para escapar da vigilância, vencendo lentamente as poderosas corredeiras do rio.

Nas imediações do Distrito de Santo Antônio, área de águas ainda mais velozes e de difícil navegação, os fugitivos decidiram deixar a montaria e seguir por terra até a cachoeira de Teotônio. Após vararem a mata e chegarem ao destino, receberam guarida dos índios *Caripuna*, que já conheciam Salvador Brandão de Goes desde sua primeira deserção. Segundo o inquérito, os fugitivos teriam vivido dois anos entre tais indígenas, apreendendo seus hábitos e também “pervertendo” seus costumes. Seu cotidiano pela floresta acompanhava os circuitos nativos, composto por relações de trocas e intercâmbios com outros povos. Por isso, iam periodicamente ao território boliviano, de onde trariam um terceiro personagem, chamado Ricardo Chaves, que passou a viver também junto aos índios e desertores. Em seus giros nos rios da região também acompanhavam a tendência dos negócios extrativos lastreados pela economia indígena, empreendendo contatos com o povo *Turá*, do rio Machado, cultivadores de mandioca e milho, com quem teciam trocas e barganhas.

Numa das ocasiões em que estavam entre os *Turá*, os três homens foram localizados pelo enviado da Subdelegacia de Santo Antônio, o cidadão Honório Cavalcante de Albuquerque, que organizou um cerco aos fugitivos. Após a captura dos desertores, enquanto as forças policiais organizavam a viagem de volta, os índios se articularam em posição belicosa, armados com flechas e espingardas. Diante do impasse

⁷³ Eurípedes Antônio Funes usa a expressão “águas bravas” para definir os caminhos de fuga em direção às áreas de Mocambos no Baixo Amazonas. Aqui utilizamos a mesma nomenclatura, tendo em conta a aproximação entre as experiências de fuga entre desertores e escravos. Cf. FUNES, Eurípedes. *Buscar as águas bravas: história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas*. Florianópolis, XX Simpósio Nacional de História, ANPUH, 1999.

foi necessário “acalmar os ânimos” dos indígenas, sem que fosse feita nenhuma reprimenda por parte da polícia. Certamente receando um massacre, por estarem em número muito menor, as forças policiais tiveram que agenciar com os *Turá* uma saída pacífica dos desertores da aldeia, que foram liberados somente após muita negociação. Depois de resolvido o impasse, finalmente seguiram viagem, e chegando em Santo Antônio os fugitivos foram interrogados e presos⁷⁴.

O caso foi registrado pelo Subdelegado João Fleury da Silva Brabo, responsável pelo Distrito de Santo Antônio, que encaminhou dois ofícios ao Presidente da Província descrevendo os passos da investigação para alcançar os desertores capturados. A minudência da descrição da trajetória dos fugitivos deixa entrever ricos detalhes de suas rotas e contatos, que escapariam se a análise não considerasse a dimensão relacional forjadora de seus caminhos. Pode-se dizer que as experiências da primeira deserção de Salvador Brandão de Goes lhe renderam subsídios para repensar sua nova fuga, que obteve significativo sucesso graças a sua boa interlocução com os indígenas do Madeira, com quem iria conviver e negociar por dois longos anos. A atitude dos *Turá* em defesa dos desertores também é bastante reveladora, já que afirmaram seu protagonismo em revelia dos interesses das autoridades presentes, que rapidamente perceberam quem realmente governava aqueles rincões. Portanto, é importante salientar que apesar dos esforços crescentes para devassar a floresta e perseguir fugitivos, sabia-se que enfrentar áreas do oeste amazônico não era um desafio simples. A imensa rede de rios e canais estava conectada a acuradas sociabilidades, tornando mais difícil o papel dos que intentavam esquadrihar suas terras e populações. O aproveitamento das novas movimentações econômicas marcava as agências dos subalternos, deixando em alerta as forças policiais.

Essa problemática ganha ainda mais substância quando visualizamos a presença de muitos escravos entre os fugitivos que se dirigiam em direção às cabeceiras. Alvos permanentes da vigilância de senhores e dirigentes oficiais, personagens escravizados também se transformaram em mestres dos rios e dos sertões amazônicos. Com as mudanças em curso na segunda metade do século XIX, não era incomum encontrar entre os anúncios de fuga de escravos dos jornais de Belém indicativos de rotas

⁷⁴ APEAM. Província do Amazonas, Livro n. 10, Subdelegacias de Polícia da capital e do interior – 1865. (Manuscrito)

em direção ao Amazonas e seus altos rios. Esse foi o caso de Antônio Fernandes, “idade de 25 a 30 anos, pouco mais ou menos, bastante reforçado, beiços grossos, pescoço curto”, evadido da padaria de seu senhor João Antônio Henriques, residente em Belém, que afirmava “com toda certeza” que o fujão estava no Amazonas, por já ter sido visto nos “arredores da fazenda do seu primeiro sr. José Coelho de Abreu”⁷⁵. Com direcionamento semelhante seguiu “um preto escravo marinheiro de “nome Felipe, de nação Congo, idade 42 anos, estatura regular, pouca barba, vestido com calça e camisa azul e barrete de marujo”, embarcado ilegalmente no Vapor *Marajó* passando-se por tripulante, seu senhor rogava “aos capitães do mato” sua captura⁷⁶. Já no rio Purus, um dos epicentros da frente de expansão, foram capturados “Sátiro, cafuzo de 26 anos, pouco mais ou menos, natural da cidade de Óbidos (...) e Cyriaco, também cafuzo de 35 anos, pouco mais ou menos, natural de Moju da Província do Pará”⁷⁷. É possível afirmar através do exame desses e de outros exemplos congêneres que a orientação de várias rotas de fuga estavam em sintonia com as movimentações gerais, acompanhando a tendência dos deslocamentos e demonstrando que as travessias fluviais de escravos não estavam desconectadas das possibilidades de sobrevivência e liberdade rio acima.

O contexto oitocentista dava mais fôlego a essas composições sociais. Nunca antes a bacia amazônica estivera tão movimentada. Os personagens centrais dessa trama, embarcados em montarias, igarités, canoas de regatão, ou mesmo escondidos em vapores, foram se encarando e atualizando rusgas coloniais, enfrentando suas diferenças e dividindo muitas vezes um mesmo cotidiano problemático. Considera-se que as variadas embarcações da Amazônia oitocentista, assim como as que cruzaram o atlântico no período colonial, eram “viveiros de rebeldes, pelo menos como um ponto de encontro onde várias tradições se apinhavam (...)”⁷⁸. Ao singrar as águas dos rios, os barcos carregavam muito mais que mercadorias e pessoas aos seus destinos; levavam consigo também ideias, línguas, experiências, expectativas e esperanças.

Foram sendo aglutinadas no dia-a-dia da floresta muitas disparidades culturais, onde dessemelhantes costumes se encontraram, unidos pelos mundos do

⁷⁵ Biblioteca Pública Arthur Viana (BPAV) – setor de microfilmes. *Diário do Gram-Pará*, 31 de dezembro de 1857. Rolo 01 – junho-dezembro

⁷⁶ BPAV – setor de microfilmes. *Diário do Gram-Pará*, 6 de outubro de 1857. Rolo 01, junho-dezembro

⁷⁷ LHIA. *Estrella do Amazonas*, 15 de dezembro de 1858. n. 313 p. 4 (digitalizado)

⁷⁸ LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo, Companhia das letras, 2008. p.163

trabalho e por experiências de subalternização que cruzavam experiências dissonantes. Podemos dizer que os deslocamentos da frente de expansão misturaram mundos e dessa mistura tivemos como produto inumeráveis contendas, sociabilidades e desafios de alteridade.

Para compreender esse cenário é preciso encarar a floresta como uma territorialidade de caráter eminentemente relacional. A composição dessas dimensões, inclusive, antecede o crescimento dos fluxos pela bacia amazônica no século XIX. Bem antes da criação da Província do Amazonas, populações locais foram forjando seus cruzamentos, conectados por elementos que iam além do cotidiano coercitivo da escravidão ou do trabalho compulsório, que impeliram, vide os casos analisados neste tópico, muitas fugas no decorrer dos oitocentos.

Nesse sentido, conexões culturais, permeadas por um mesmo idioma, ajudaram a produzir experiências de resistência ainda pouco evidenciadas na historiografia. É nessa perspectiva que figura o *Nheengatu*, a língua geral amazônica, principal código falado entre trabalhadores da floresta durante o período colonial, que chegou também ao século XIX e influenciou em suas transformações.

1.3 *Nheengatu* entre alianças complexas.

Para além de suas diferenças culturais e conflitos, indígenas, negros e mestiços compartilhavam outras demandas. Não eram somente experiências de subalternização que os aproximavam, posto que havia entre eles conexões sociais que transcendiam os mundos do trabalho. Muitos desses personagens em suas vivências pelas vilas, rios e matas dividiam um idioma em comum, o *Nheengatu*, a língua geral da Amazônia. Tal língua não era nativa da calha norte, tendo sido forjada pelos Jesuítas, oriunda do *Tupi*, como ferramenta para enfrentar uma das primeiras e mais duras barreiras ao processo de exploração colonial, qual seja, a imensa diversidade linguística existente na floresta⁷⁹.

⁷⁹ FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da Língua Geral ao Português: para uma História do uso social das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Literatura Comparada, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

Os pupilos de Inácio de Loyola aprenderam o *Tupi*, falado pelos *Tupinambá* e por outros povos que habitavam a costa, adaptando-o à gramática portuguesa. Os membros da Companhia de Jesus foram os primeiros que codificaram a chamada língua geral, como meio de facilitar o contato com indígenas. Muitos dos habitantes nativos alcançados por jesuítas, falantes de diversas outras línguas, foram sendo catequizados através do novo código, que se espalhou rapidamente – inclusive entre colonos brancos e seus filhos. Ao invés de um dialeto de contato, o *Nheengatu* tornou-se a principal língua falada no Grão-Pará por quase trezentos anos⁸⁰.

Outras razões ajudaram a tornar a questão idiomática ainda mais complexa. Africanos escravizados começaram a aportar em São Luiz, Belém e em outras áreas do território amazônico trazendo outras tantas culturas, idiomas e experiências. Durante esse processo a língua geral recebeu influências de tais adventícios. Muitos escravos recém-chegados, convivendo com a sociedade local, também passaram a dominar e influenciar o *Nheengatu*.

Não por acaso, de acordo com José Ribamar Bessa Freire, existiu no território amazônico uma progressiva distinção entre o português, como idioma das elites, e o *Nheengatu*, língua dos extratos sociais mais baixos, falado especialmente por índios e negros. Embora existissem muitas pessoas bilíngues, havia diferenças entre o código considerado “oficial” e o “vulgar”. Nesse sentido, o autor não descarta a existência do bilinguismo, “mas sob fortes condições de dominação e opressão, num quadro onde a língua materna da elite econômica e política era uma, e a dos fornecedores de força de trabalho era outra”⁸¹.

Apesar das condições coercitivas, o *Nheengatu* ganhou mais espaço que a língua portuguesa nas vilas, rios e florestas alcançadas pelo avanço colonial. Não eram incomuns desentendimentos e dificuldades de comunicação vivenciadas por autoridades recém-chegadas do reino em Belém. Bessa Freire afirma que durante o período pombalino, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado chegou para tomar posse como dirigente do Estado Grão-Pará e Maranhão, teve dificuldades em se fazer entender em seu palácio. A razão era simples, seus auxiliares e demais servidores somente eram fluentes em *Nheengatu*. Nesse contexto, não tardou até o governador encetar medidas

⁸⁰ Idem.

⁸¹ FREIRE, J. *Da Língua Geral ao Português...op.cit.* 139

para fortalecer a língua portuguesa, mudando nomes de vilas e proibindo o ensino da língua codificada pelos jesuítas, como meio de fortalecer o domínio lusitano na floresta.

Ironicamente, a língua geral, pensada para facilitar a conquista, acabou criando dificuldades para autoridades coloniais. Apesar de ajudar no processo de catequese, a língua acabou ganhando outros sentidos com o passar do tempo, fortalecendo conexões entre personagens subalternizados, que atribuíram novos usos e significados ao código. Talvez as primeiras *alianças complexas* tramadas entre habitantes da floresta tenham sido acordadas em *Nheengatu*, que se tornou um elo linguístico entre agentes de diversas ascendências⁸².

De acordo com Bessa Freire, o idioma atravessou o período colonial, sobreviveu ao processo de lusitanização da Amazônia, e conseguiu adentrar no século XIX sendo ainda falado por diversas populações. Durante a quadra oitocentista, após a disseminação da imprensa nas capitais amazônicas, os primeiros jornais deixaram índices analíticos que ajudam a identificar falantes do *Nheengatu* pós-1850, muitos dos quais localizados em anúncios de fuga de escravos.

Como apontou Vicente Salles, o contexto de fugas à época generalizava-se, especialmente no decorrer e logo após o movimento cabano, tornando-se “processo contínuo, rotineiro, incontrolável”, o que levou autoridades e senhores a publicarem regularmente seus reclames contra fugitivos, tomando muitos dos editoriais dos periódicos⁸³. O processo de deslocamento de fronteiras também era um fator importante, que colocava diante de fugitivos a possibilidade da busca de autonomia nos altos rios, misturando-se ao crescente movimento de pessoas em demanda das cabeceiras. Talvez esta tenha sido a escolha do escravo mulato Geraldo, cujos *signaes* eram: “*fala língua geral*, estatura regular, cabelos pretos e um pouco frisados, muitas marcas de bexigas no corpo, e algum tanto barrigudo por já ter tido barriga d’água”. Ele escapou de Belém da casa de seu senhor, José da Silva Castro, em 1º de outubro de 1855.

⁸² Dialogando com David Kreps, em seu estudo sobre sistemas complexos aplicados a dimensões históricas, considera-se que o tecido social da floresta oitocentista era composto por negociações assimétricas, abertas e mutáveis, que ajudavam a compor o que chamamos de *alianças complexas* entre os envolvidos na frente de expansão. Cf. KREPS, David. The Complexity of Social Systems: could hegemony emerge from the micro-politics of the individual? In. KREPS, David. *Gramsci and Foucault: a reassessment*. Burlington (VT): Ashgate, 2015.

⁸³ SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Universidade Federal do Pará, 1971. p.208

Cerca de duas semanas depois, Castro publicou um anúncio no jornal *Treze de Maio*, enfatizando que seu escravo era “filho do Amazonas” – pista de seu possível paradeiro⁸⁴. O conhecimento do *Nheengatu*, explicitado no anúncio da fuga, não era tratado como um modesto ornamento cultural do escravo fugido. Tal conhecimento poderia facilitar a comunicação com indígenas, outros escravos fugidos ou desertores, que poderiam servir como interlocutores nas presumíveis rotas de Geraldo em busca de liberdade pela Província do Amazonas.

O *Treze de Maio* publicou em 10 de janeiro de 1854 um outro anúncio que guarda índices semelhantes. Dessa vez, o jornal apresentou referências sobre a captura de uma mãe negra, escrava fugida, que havia sido apanhada em Camutá juntamente com seus sete filhos. A mulher, escravizada por Pedro Lourenço da Costa, havia fugido dezenove anos antes, em 1835. Durante esse período, ela teria vivido junto com um “preto criminoso”, este fugitivo da cadeia pública de Belém durante o transcurso da rebelião cabana. O casal se refugiou junto aos índios *Anambé*, de língua *Tupi* (mesmo tronco da língua geral), que viviam nas proximidades do rio Tocantins. Todos os filhos capturados da escrava eram “menores”, nascidos em liberdade, tendo o mais velho a idade de dezesseis anos⁸⁵.

A família negra capturada havia se constituído entre indígenas. Mesmo que não seja apontado que os “menores” tivessem pais índios, certamente guardavam traços culturais *Anambé*. Vários escravos fugidos aparecem nesse contexto como *atapuiados*, com maneiras *mais tapuias que negras*, ou *puxando mais para tapuio*. Existem exemplos nos jornais de Belém e Manaus de indivíduos descritos a partir dessas chaves analíticas que, ao que tudo indica, significavam mais que simples denominações físicas de cor de pele. Dialogando com reflexões de Mark Harris, é interessante salientar que os sentidos atribuídos à “gente de cor” guardavam características complexas⁸⁶. Os “signaes” também passavam pelo crivo de outros jogos de sentido.

Para além da descrição física, os termos ligados a noção de *atapuiado* parecem revelar cruzamentos culturais derivados dos significados históricos da ideia do que era ser *tapuio* na Amazônia. Desde o período colonial tal categoria estava em uso,

⁸⁴ HDBN – *Treze de Maio*, 13 de outubro de 1855. n.561, p.4.

⁸⁵ HDBN – *Treze de Maio*, 10 de janeiro de 1858, n.277, p.8.

⁸⁶ HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798-1840*. Cambridge University Press, 2010. p. 262.

descrevendo, em geral, os “contrários” de indígenas de ascendência *tupi*, que falavam idiomas de outros troncos linguísticos, descritos como inimigos mais agressivos e resistentes ao avanço lusitano⁸⁷. Não obstante, dependendo da região e das relações tecidas entre indígenas e portugueses, outras camadas de sentido foram cobrindo os significados da categoria através dos séculos. No território amazônico, durante o século XIX, *tapuio* usualmente servia como qualificativo de indígenas supostamente destribalizados. Havia embutido o entendimento de que esses personagens estavam em vias de civilizar-se, suscetíveis à pesada legislação que receitava o trabalho como medida de disciplinarização, vivendo sob o jugo do labor coercitivo e compulsório.

Não por acaso, os tapuios eram vistos como potencialmente suspeitos. O *Jornal do Pará*, de 30 de julho de 1874, posicionou entre suas colunas referências bastante elucidativas dos *porquês* das referidas medidas ostensivas de controle.

Sabe-se o quanto é difícil fazer valer a autoridade da lei em todas as localidades de nossa vasta província, aqui onde o intrépido tapuio, nascido nas margens dos rios, aprende de criança a guiar uma igarité ou montaria sobre o abismo das águas, com a mesma facilidade com que o pássaro corta em voo a imensa amplidão dos ares (...) ⁸⁸.

Por trás das cruentas medidas de disciplinarização, estava embutido o receio diante das habilidades de tapuios que conheciam muito bem a ambiência da floresta e vinham utilizando seus saberes e conexões sociais clandestinas para encarar aparatos de controle oficiais. Portanto, tudo levar a crer que ao aproximar escravos negros do qualificativo *tapuio*, existia mais que a intenção de designar seus “sinais” físicos, adjetivando outras características. É possível inferir que a categoria *atapuiado*, mais que descrever mestiços, era um outro modo de qualificar escravos *ladinos* na Amazônia⁸⁹.

Transgressores podiam tirar vantagem das trocas culturais imbuídas no aprendizado de línguas e nos diversos processos de mestiçagem, dificultando a identificação e perseguição dos que buscavam escapar da escravidão ou do trabalho compulsório. Todavia, senhores e autoridades, em contrapartida, também foram

⁸⁷ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo*. Campinas, Tese de Livre Docência, 2001.

⁸⁸ HDBN - *Jornal do Pará*, 30 de julho de 1874, n.169, p.1.

⁸⁹ *Ladino*, grosso modo, era um antônimo de *Bossal*. A primeira categoria buscava qualificar escravos nascidos no Brasil, conhecedores dos melindres sociais da terra, e a segunda, seu contrário, qualificava recém-chegados do continente africano. Cf. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo, Hucitec /História Social, 1998, p. 135.

produzindo suas estratégias na tentativa de neutralizar as agências daqueles que transgrediam a ordem desejada.

Nesse direcionamento, Antonio José Pereira Carneiro publicou em Manaus, no *Estrella do Amazonas*, um anúncio de fuga de um casal de escravos. Ele suspeitava que os fugitivos tinham se dirigido para o rio Negro, onde um dos cativos havia vivido antes de ser vendido. O aviso da fuga veio a público em 30 de abril de 1856, na expectativa que senhores e autoridades da Província do Amazonas pudessem fornecer pistas. De acordo com o anúncio, os fugitivos eram: João mulato, “*puxando mais para tapuio*”, 34 anos mais ou menos, que tinha no rosto a palavra “escravo” marcada à ferro, “*escrita em língua geral*”; e Alexandrina, que possuía entre 26 e 28 anos, preta, alta e boa figura⁹⁰.

O rosto marcado de João significava que aquela não era a primeira vez que ele desafiava o poderio senhorial. O fugitivo, mesmo descrito como mulato, “puxava para tapuio”, o que evidenciava mais que um qualificativo físico. A palavra “escravo” grafada em *Nheengatu* indicava a provável ambiência linguística vivenciada pelo escravo nos sertões amazônicos antes de ser vendido para seu senhor belenense. A marca podia simbolizar tanto a memória de uma punição, como um designativo para distingui-lo como escravo na floresta, evitando assim que se misturasse aos trabalhadores “livres” negros, indígenas e mestiços que também compunham os mundos do trabalho locais. É preciso salientar que além de traduzir a violência do regime escravista em terras amazônicas, o exemplo de João também demonstrava o alcance da língua geral durante o século XIX, ressignificada dentro de contraofensivas de senhores que podiam fazer uso do *Nheengatu* para literalmente “marcar” fugitivos.

À época da fuga de João e Alexandrina se avizinhava o *boom* da borracha, que traria ainda mais complexidade ao cenário em tela. Os fugitivos que tanto preocupavam senhores e administradores, enchendo as colunas dos jornais e páginas de documentos policiais, passariam a dividir com outros personagens as paisagens transgressoras da floresta. Naqueles tempos, índios, negros e mestiços iniciariam a tessitura de conflitos e

⁹⁰ LHIA - *Estrella do Amazonas*, 30 de abril de 1856, n.141, p.4. (Digitalizado). Obs. Patrícia Sampaio também analisou o caso de Alexandrina e João Mulato em interessante livro sobre a presença negra na Amazônia. A autora traduziu o termo que estava escrito à ferro no rosto do fugitivo, que seria “miaçua”, designativo de escravo em *Nheengatu*. Cf. SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.) *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Açaí/CNPq, 2011. p.14

expectativas com os trabalhadores pobres livres migrantes, que vinham chegando crescentemente e se engajando nos trabalhos da borracha.

Segundo Bessa Freire, foi somente a partir da chegada desses agentes, vindos de outras províncias do Império, que finalmente a língua portuguesa se tornou hegemônica em terras amazônicas⁹¹. Contudo, experiências de resistência tramadas em *Nheengatu* não sumiram com a diminuição dos falantes da língua, posto que, ao contrário, parecem ter se conectado aos outros matizes de subalternização de adventícios e seus contra-teatros⁹².

Embarcados em vapores, migrantes passaram a se relacionar cotidianamente com as populações da floresta, com quem articulavam diálogos e também travaram encarniçadas rusgas. Vistos inicialmente como mais um vetor de avanço da conquista do território amazônico, os desejados trabalhadores nem sempre corresponderam às expectativas a contento. Dialogando com Mark Harris, estava em causa mais que uma simples “amalgamação” entre vivências de indígenas, negros e migrantes, que crescentemente circulavam pelo território amazônico⁹³. Tratava-se de um processo de reconstituição de experiências e aspirações tecidas por novos protagonistas, que engrossariam a lista dos potencialmente suspeitos.

1.4 Trabalhadores migrantes e os perigos da *indianização*.

Inconstantes e despreocupados dos sérios problemas da vida, preferem ao sedentário o trabalho nômade. Assim acodem contentes as imigrações periódicas que é de uso fazer todos os anos para a extração de seringa (borracha) ou do óleo de copaíba; para a recolta de salsaparrilha, da castanha ou do cravo; para a pesca do pirarucu ou da tartaruga. Não é a ambição que os leva, que não a têm. O dinheiro merece-lhes pouco. Mas a civilização, digo mal, a falta de educação, havendo-os degredado, encontra, nesses ajuntamentos periódicos, onde reina a maior licença, além da satisfação de terem herdado instinto nômade, a dos vícios a que mais dão-se: a bebedice, a dança, a devassidão, a vida fácil, em suma⁹⁴.

⁹¹ FREIRE,. *Da Língua Geral ao Português...op.cit.* p.199.

⁹² Sobre a ideia de contra-teatro dos pobres, Cf. THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p.65.

⁹³ HARRIS,. *Rebellion on the Amazon...op.cit.* p.70.

⁹⁴ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p.79.

Para José Veríssimo, intérprete da vida amazônica dos oitocentos, os hábitos dos que se envolviam com o extrativismo não eram nada benfazejos. Nascido em Óbidos em 1857, Veríssimo teve a maior parte de sua vida situada entre Belém e o Rio de Janeiro, divulgando muitas questões sobre sua terra natal na Corte. Sua ilustração estava sintonizada com o ideário *fin-de-siècle*, apresentando-se como crítico dos costumes dos moradores da floresta. Em 1878, publicou *Raças Cruzadas do Pará*, pintando um quadro recheado de imagens ligadas à degeneração e ao pitoresco, abastecidas pelas teorias raciais em voga na época. Seu recorte incidia majoritariamente sobre os mestiços, cuja ascendência indígena trazia traços indesejáveis que supostamente poderiam influenciar outros com sua devassidão e nomadismo.

Para Veríssimo, o cotidiano dos envolvidos com a coleta de drogas da floresta era tido como fruto da falta de educação e derrota da civilização, pois constituíam ajuntamentos licenciosos que desrespeitavam a boa e sedentária disciplina do trabalho. O autor estava em sintonia com uma posição crítica que ganhava força na segunda metade do século XIX nas províncias amazônicas, que via com desconfiança a economia extrativista e buscava fomentar projetos voltados à agricultura. Esses intentos almejavam transformar o perfil produtivo local, ambicionando também mudanças na composição da força de trabalho disponível. Era preciso fixar mão de obra para melhor conduzir (e controlar) os trabalhadores.

Foi com essa tônica que inicialmente foi pensada a entrada de migrantes em terras amazônicas, para que ocupassem posições em colônias agrícolas encampadas pelo Estado e pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Grande parte do contingente dos adventícios era de origem nacional, especialmente vindos de outras províncias do Norte, como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco⁹⁵. Houve também a entrada de um pequeno número de africanos livres, produto de apreensões posteriores à proibição do tráfico de escravos em 1831, distribuídos entre obras públicas e particulares sob precários contratos⁹⁶. Essas pessoas travaram contato direto com a

⁹⁵ Cf. CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, 2011.

⁹⁶ Cf. SAMPAIO, Patrícia Melo. *Mundos Cruzados: etnia, trabalho e cidadania na Amazônia Imperial*. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009; MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres no serviço público: trabalho compulsório (até) nas fronteiras do Império*. In: XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003; MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

frente de expansão em curso, ajudando também a conformá-la. Novos ingredientes foram adicionados às complexas tramas já existentes, que agora passavam a contar com ainda mais personagens.

Logo no início da década de 1850 podem ser encontrados nos extratos policiais a presença desses sujeitos presos por variados motivos, que envolviam embriaguez, brigas, pequenos furtos e, claro, deserções do trabalho⁹⁷. Os africanos livres e os demais adventícios passaram a dividir celas com índios, escravos e fugitivos militares, e gradualmente foram também sendo associados como parte dos problemas da disciplinarização da força de trabalho amazônica.

No caso específico dos migrantes nacionais, havia uma expectativa sobre sua sedentarização em colônias agrícolas, mais tarde percebida como malfadada. A agricultura vinha ganhando força como alternativa para sanar os problemas identificados com o extrativismo que, visto inicialmente com bons olhos, passou com o tempo a ser associado às culturas indígenas e ao redesenho dos sentidos da subida dos rios feito por parte dos “indesejáveis”. Contando com avultados investimentos, o projeto agrícola mobilizou uma significativa parcela dos capitais da empresa de navegação de Mauá, que ficou responsável por implementar colônias ao longo do percurso dos vapores. Mesmo reclamando do possível comprometimento dos lucros, o Barão disponibilizou capitais da ordem de 30:000\$000 para gastar com os empreendimentos, que garantiram, entre 1853 e 1858, segundo os cálculos da empresa, a entrada de cerca de “mil trabalhadores robustos”⁹⁸.

A presença desses migrantes era bastante desejável pelas províncias do Pará e Amazonas, que ansiavam, além de mais força de trabalho, pela ação de obreiros que ajudassem a incutir hábitos enredados em valores que pusessem em causa os “mofinos” costumes locais. Mas, as fontes indicam que nem todos os recém-chegados se comportavam de acordo com as expectativas das autoridades e de particulares. Muitos passaram a compartilhar com os indígenas as imagens de um comportamento potencialmente suspeito, não correspondendo às expectativas sobre sua tenacidade e

⁹⁷ Nos extratos policiais do Jornal *Estrella do Amazonas* da década de 1850 são corriqueiras as referências sobre a presença desses personagens, assim como nos ofícios sobre prisões e solturas enviados pelos Delegados aos Presidentes da Província. Dessa última tipologia analisamos dois livros de manuscritos “sobreviventes” no Arquivo Público do Amazonas, dos anos 1854 e 1859.

⁹⁸ Grêmio Literário Português - GLP (Belém-PA). Setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 27 de maio de 1858.

apego ao trabalho. Foi registrado em muitas ocasiões o fracasso de colônias de trabalhadores implementadas com esforços do Estado, abandonadas justamente por migrantes que seguiam rumo aos altos rios em busca das possibilidades abertas com a frente de expansão. Na colônia da Ilha das Onças, por exemplo, cercanias de Belém, o correspondente da *Gazeta Oficial do Pará* culpava os cearenses pela debilidade do empreendimento:

Fecundidade das terras, proximidade de um grande mercado, e fácil meio de transporte, são circunstâncias que poucas vezes se encontram reunidas, e que tornam o local desta colônia um dos melhores da província. Porém aí o empresário lançou colonos do país, pela maior parte do Ceará (...) não ativos nem perseverantes no trabalho. Com tais elementos o progresso era impossível⁹⁹.

Essa problemática adicionava ainda mais elementos à questão. Se de um lado havia o indicativo de enquadrar e disciplinarizar as populações do interior com o intuito de melhor aproveitar sua força de trabalho, por outro existia certa angústia quanto aos novos problemas e prejuízos causados pelos recém-chegados. Alguns migrantes além de desapontarem com sua falta de “perseverança” na labuta, ainda davam mostras de sua recusa à matriz agrícola apregoada nas colônias. As autoridades, dissonantes à tendência do fortalecimento do extrativismo, queriam assegurar a sedentarização e racionalização da produção de gêneros alimentícios. Todavia, seguindo reflexão de Barbara Weinstein, “a complexidade e vastidão do ambiente da Amazônia não apenas atuou no sentido de frustrar esforços de inovação técnica e ‘racionalização’ da produção, como ainda agiu sobre as atitudes da população da região em relação à exploração dos recursos naturais”¹⁰⁰.

O deslocamento de pessoas rumo aos seringais e outras explorações extrativas impunha-se como uma tendência que os esforços oficiais não conseguiam frear. O Cônego Francisco Bernardino de Souza, em suas *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*, publicadas em 1899, afirmava que mesmo diante dos possíveis benefícios da produção agrícola muitos preferiam “a morte nos insalubres e desconhecidos longínquos rios, tão abundantes de ouro, representado na goma elástica, como de riscos e

⁹⁹ GLP, setor de periódicos. *Gazeta Oficial*, quinta-feira 20 de maio de 1858.

¹⁰⁰ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p.17

privações, do que o cultivo da lavoura”¹⁰¹. Seu testemunho corroborava com os reclames apresentados nos Relatórios de Presidentes de Província, que algumas décadas antes já se queixavam do apelo do extrativismo e de uma consequente “perversão dos costumes”¹⁰²:

A irresistível tendência da população a empregar-se de preferência na colheita de produtos que a natureza espontaneamente oferece, é um mal, cujas funestas consequências muitos começam felizmente a reconhecer: como sejam a falta dos gêneros alimentícios, o abandono dos povoados, a disseminação dos habitantes, o estrago das florestas, as moléstias, a miséria geral; sem falar na perda do ensino, e perversão dos costumes, e em tudo mais que resulta dos hábitos da vida nômade (...).¹⁰³

Embora esse cenário fosse composto majoritariamente por extratores nativos, estava em curso um processo que colocava os recém-chegados próximos da “incúria” dos habitantes locais. Não era raro classificar os migrantes que abandonavam seus postos de trabalho como *desertores*, figurando como alvos de investigações policiais. Esse é um indício de como era tratada a questão do trabalho em terras amazônicas, sendo o caráter compulsório da faina também extensivo aos adventícios.

Além de alocados em colônias, alguns migrantes também eram contratados para servirem em obras públicas, que, assim como os indígenas, africanos livres e outros *habitués* dessas modalidades de trabalho, eram encarados com dureza e firme vigilância. Nesse sentido, em agosto de 1854, o Chefe da Polícia do Amazonas recebeu um ofício do Presidente da Província que dava conta de uma fuga ocorrida numa obra pública no Pará. A intenção era deixar em alerta as forças policiais sobre os possíveis caminhos do trabalhador *desertor*, que, segundo suspeitas, tinha como destino os altos rios, rumo ao Peru:

Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex^a. de ontem nº 11 em que V. Ex^a. me remeteu os sinais do carapina Fideliz Correia de Barroz que havendo sido contratado no Ceará para trabalhar nas obras públicas da Província do Pará dali desertou em princípio do mês de julho p. p^o. havendo desconfiança de que se dirigiu para o Peru. Passo a recomendar às autoridades policiais desta Província a captura dele, caso apareça em qualquer parte desta Província.
Secretaria da Delegacia de Polícia do Amazonas, 10 de agosto de 1854.

¹⁰¹ SOUZA, Cônego Francisco Bernardino. *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*. Belém: Typographia do Futuro, 1899. p.58

¹⁰² Relatório do Presidente de Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000042.html>

¹⁰³ Relatório do Presidente de Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000042.html>

O cearense aparece em meio a um montante de documentos que tratava de fugas de escravos, índios e desertores militares, certamente aproximados e percebidos de modo semelhante. A fuga do migrante foi lida como parte do contexto problemático do caldeirão social dos mundos do trabalho amazônicos. Sua possível rota de fuga contava com um longuíssimo percurso, que deveria enfrentar a subida de algum dos inúmeros rios que levavam até a nação vizinha.

Mesmo não sabendo mais detalhes de seus caminhos, é possível inferir, com base em casos semelhantes, que Fideliz Correia de Barros pode ter recorrido a artifícios utilizados por vários fugitivos, que muitas vezes passavam despercebidos e eram engajados em outras localidades com nomes trocados e contando trajetórias insuspeitas. Essa indumentária de saberes fazia parte do rol das táticas de várias outras pessoas que, inteirados do rarefeito alcance da fiscalização oficial, traçavam seus itinerários anonimamente misturando-se ao movimento geral rumo aos altos rios.

Como os vapores eram alvos mais visados pela fiscalização, a maior parte desses percursos era feita em canoas ou montarias. Acima da capital do Amazonas, onde os vapores ainda não circulavam regularmente, ainda reinavam as inumeráveis canoas e igarités, embarcações a remo e a vela muitas vezes incólumes diante das tentativas de controle. As movimentações desses pequenos barcos iam acelerando o desenho de uma zona de contato¹⁰⁵, que colocava no mesmo palco extratores de drogas, transgressores e populações locais, onde várias culturas se imbricavam. Dialogando com Sidney Mintz, é possível entrever ainda que apesar das regras do jogo da frente de expansão estarem assentadas em nível oficial, *o jogo em si* era vivido e articulado no cotidiano da floresta, ganhando formulações novas diante das novas demandas, muitas vezes contrárias aos interesses do Estado e de particulares¹⁰⁶.

¹⁰⁴ APEAM. Livro da Polícia – ofícios expedidos pela delegacia, 1854.

¹⁰⁵ A autora Mary Louise Pratt articula sua noção de *zona de contato* sofisticando alguns aspectos do conceito de fronteira. Trabalhando essencialmente com literatura de viagem, passa longe de enxergar apenas a indumentária do testemunho europeu, buscando evidências da presença do mundo dos colonizados na construção das narrativas dos viajantes. Ao posicionar-se perante a situação de fronteira, a autora não elucida somente o “lado” que avança, mas busca explorar também as divergências/trocas entre os projetos sociais em contato, destacando a importância das suas dimensões transculturais. PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.

¹⁰⁶ MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations...* op.cit.

Estava posto um campo aberto de disputas sobre o funcionamento do deslocamento de fronteiras, onde os subalternos exerciam papel significativo. Se inicialmente havia boas expectativas com a expansão, aos poucos, com o processo em curso, foram ficando explícitas suas dimensões conflituosas. Por isso, especialmente ao longo da década de 1850, o *frenesi* das novas movimentações de pessoas e mercadorias era publicizado de maneira ambígua em vários editoriais de periódicos.

O *Estrella do Amazonas*, folha da Cidade da Barra do Rio Negro, pode nos servir de janela para acompanhar tais leituras indecisas. Ao tratar, por exemplo, da chegada do Vapor *Rio Negro* em 1854, alardeou com otimismo o desembarque de seus inúmeros passageiros, entre os quais havia muitos desejosos de “fixar a sua residência nesta Província, abrindo casas de comércio, ou aplicando-se na extração de borracha, que é abundantíssima, como se sabe, em muitos lugares dela, e alcança hoje um elevado preço”¹⁰⁷. Contudo, os elogios do jornal transmutavam-se em apreensão quando “outros” personagens apareciam entre as mesmas movimentações. Alguns anos depois, em 1858, a subida dos rios já era apontada sob outro prisma: o rio Purus aparecia como um “Teatro de Atrocidades”, devido à “imensidade de pessoas que todos os anos ali se reúne em número de quase mil (...) para extração de castanha, estopa, óleo, salsa, faturação da manteiga e peixe” proporcionando “toda a sorte de distúrbio contra a propriedade e a segurança do cidadão pacífico e laborioso”¹⁰⁸.

Seguindo as movimentações rumo ao Purus, o *Estrella do Amazonas* trazia notícias sobre as ocorrências policiais nos sertões do Amazonas. Seus leitores eram alertados sobre assassinatos e fugas, que vinham sendo relacionados ao aumento da busca pelas drogas da floresta. Ficava implícito nesse tipo de notícia que os fluxos de negociantes poderiam esconder personagens indesejáveis. Num desses episódios o jornal noticiou o assassinato de um jovem com um tiro de espingarda, associando a fatídica ocorrência ao contexto de grande circulação de pessoas que fugia ao controle das autoridades policiais. Com tantas idas e vindas, com tantas áreas de exploração se multiplicando, ficava difícil garantir a “honra e a segurança” dos moradores do rio:

Consta-nos que no rio Purus no lugar Surára fora assassinado com um tiro de espingarda um moço, cujo nome ignoramos (...) Aquele ponto (da Província) concorre não pequeno número de pessoas que vão a

¹⁰⁷ LHIA. *Estrella do Amazonas*, 18 de julho de 1854. n. 96-97, p.2 – digitalizado.

¹⁰⁸ LHIA, *Estrella do Amazonas*, 26 de junho de 1858. n. 302, p.4 – digitalizado.

negócio; além disso acresce que não havendo segurança individual, e polícia no lugar, concorrerão para ali desertores, escravos fugidos e outros criminosos para se refugiarem; portanto é de justiça que a Polícia estenda suas vistas até lá, e procure garantir a vida, os bens e a honra à esses negociantes, e aos pacíficos e laboriosos moradores daquele rio.¹⁰⁹

A cena problemática esboçada pelo periódico ganharia ainda mais força com o aumento da chegada de migrantes nas áreas de exploração. Para a nascente Província do Amazonas a entrada de trabalhadores era plenamente desejável, desde que funcionasse sob total controle. Sem obter o sucesso planejado, vide o esvaziamento das colônias agrícolas e outros empreendimentos, foi sendo articulado um esforço de disciplinarização do movimento refratário, que dificilmente seria decifrado por agentes não afeitos aos arranjos sociais concatenados no interior da frente de expansão. Uma das saídas foi examinar possibilidades de cooptar indivíduos entre os “potencialmente suspeitos”, de modo a incorporá-los aos quadros administrativos.

Sabia-se que o contingente de adventícios não era homogêneo, assim como suas razões para deslocar-se em direção ao território amazônico. Alguns deles, destoando do quadro geral conflitante, tornaram-se aos poucos signatários de demandas oficiais, servindo como peças chave diante dos desafios de disciplinar os deslocamentos. Assim, pessoas “condenáveis” passaram a preencher cargos públicos em localidades do interior, servindo como interlocutores da causa do Estado.

Esse foi o caso do cearense João Gabriel de Carvalho e Mello, emigrado em 1847, que se engajou em Belém como freguês da casa aviadora do português Elias José Nunes da Silva¹¹⁰. Em 1854, a convite de seu patrão, seguiu para o Amazonas, abrindo feitorias no Purus, contando com crédito e licença para recrutar os trabalhadores que achasse necessário. De olhos atentos às oportunidades trazidas com a criação da província, a casa comercial que lhe financiava estava acompanhando um movimento que gradualmente foi fortalecendo a cadeia do sistema de aviamento, que se destacou como principal vetor de financiamento das explorações extrativista. Contando com mercadorias

¹⁰⁹ LHIA. *Estrella do Amazonas*, 15 de maio de 1858, n.291, p.3 – digitalizado.

¹¹⁰ O aviamento significava uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico”, *aviando-os*, ou seja, fornecendo-os alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta. Esse sistema também estava atrelado ao transporte de trabalhadores para a floresta, a quem posteriormente eram cobrados os encargos da viagem, pagos em trabalho. C.f. WEINSTEIN, *A borracha na Amazônia...op.cit.*; SANTOS, *História econômica da Amazônia...op.cit*

a crédito, faltava conseguir força de trabalho e localizar áreas no rio que detivessem boas quantidades das drogas cobiçadas à época.

Os detalhes da trajetória de João Gabriel podem ser analisados através de duas cartas que ele endereçou a família, em 1854 e 1858, respectivamente. A primeira foi escrita em Belém e enviada ao pai, José Gabriel de Mello, e tratou dos detalhes de sua ida pela primeira vez à Cidade da Barra. A missiva confidenciou suas expectativas sobre a viagem, falando sobre as mercadorias que carregava e dos altos preços das passagens para embarcar no Vapor *Rio Negro*. Após chegar em seu destino, concomitante à investigação de áreas para exploração, João Gabriel exerceu o ofício de regatão, fazendo um duplo trabalho de buscar fontes de gêneros e negociar suas quinquilharias. Tais experiências certamente lhe colocaram em sintonia com o funcionamento da vida econômica do Purus e de seus presumíveis fregueses.

A segunda carta, redigida em Manaus e endereçada para sua esposa, Mariana, apresentava um viés diferente, guardando menos espaços para expectativas e apresentando alguns “sucessos” do migrante. A missiva traz a indicação que João Gabriel assentara sua feitoria na região do Itapá, próxima da foz do Purus, para onde levou 40 famílias emigradas do Maranhão, que passariam a ser suas freguesas na exploração de drogas da floresta. A entrada desses trabalhadores em grupos familiares era bastante sintomática dos esforços de sedentarização oficiais. Por isso, João Gabriel, ao contrário de outros adventícios, foi sendo percebido como um colaborador das causas da Província do Amazonas, pois mesmo engajado no extrativismo, atividade vista com ressalvas, era tratado como auxiliar de uma devassa controlada do Purus¹¹¹.

Não por acaso, seus empreendimentos foram alvo dos maiores elogios em jornais, relatórios e *Fallas* provinciais, onde aparecia como um cidadão “digno de fé”. Como forma de aproveitar melhor seus “serviços”, em 1861 João Gabriel foi nomeado Subdelegado do rio Purus¹¹². Como representante do encargo das armas, o migrante

¹¹¹ Vários trabalhos historiográficos tratam da trajetória de João Gabriel, inclusive anexando e comentando suas cartas, além de outros documentos. Cito a seguir algumas dessas obras em ordem cronológica: José Carvalho – O matuto cearense e o caboclo do Pará, 1917; Craveiro Costa – A conquista do deserto ocidental, 1924; Napoleão Ribeiro – O Acre e seus Heróis, 1930; Soares Bulcão – O Commendador João Gabriel, 1932; Soares Bulcão – O Commendador João Gabriel retificações, 1939; Arthur Cezar Ferreira Reis – O seringueiro, 1953; Mário Diogo de Melo – Dos sertões do Ceará às barrancas do Acre, 1970. Em dissertação de minha autoria defendida em 2011 faço uma análise mais ampla sobre esses autores, incluindo mais subsídios sobre a trajetória do migrante. Cf. CARDOSO, . *Nem sina, Nem acaso....op.cit.*

¹¹² LHIA, *Estrella do Amazonas*, 10 de julho de 1861. n.383 p.3 – digitalizado.

passou a angariar mais espaço para levar adiante suas explorações, subindo cada vez mais o rio e abrindo outras feitorias. Em suas empreitadas testemunhou muitos dos formatos da frente de expansão, encarando, juntamente com outras autoridades, o quadro adverso geral dos deslocamentos em direção aos altos rios.

Com o aumento de seus negócios no Purus e enfrentando problemas com o quadro da força de trabalho local, teve a ideia de angariar trabalhadores em sua própria terra natal. Após longos anos de ausência, retornou ao Ceará em 1869, reencontrando seus familiares e contando as novidades das terras amazônicas. Seu exemplo, como homem de poucas posses que após alguns anos retornara rico, fez com que muitas pessoas contatadas quisessem prontamente segui-lo em direção ao Purus. Dessa forma, a ideia de migrar ganhava sentido com base no seu sucesso, raro entre cearenses retornados, colocando em circulação representações atrativas sobre a Amazônia no Ceará¹¹³. João Gabriel transformava-se em *Paroara*, apelido dado aos homens que recrutavam trabalhadores para o território amazônico no século XIX.

Após passar alguns meses no sítio de sua família organizou a viagem de volta. Levou consigo toda sua parentela, além de vários outros indivíduos, num total de 53 pessoas. Seu embarque no porto de Fortaleza foi bastante festejado por um jornal local, que parabenizou a iniciativa do patricio em “povoar” uma área tão longínqua¹¹⁴. O mesmo tom pode ser encontrado em outras fontes, como na *Falla do Presidente da Província do Amazonas*, que reiterava valores carregados de um ideário pioneiro, que interpretava o Purus como área a ser “desbravada” e aproveitada por quem realmente estava comprometido com seu desenvolvimento¹¹⁵.

Embora a trajetória de retorno de João Gabriel tenha sido narrada como uma grande aventura, não deixava de ser uma viagem de negócios e como tal tinha seus riscos. A travessia da bacia amazônica talvez fosse o primeiro desafio a ser enfrentado pelo chefe da incursão, que havia pago passagens e estava sustentando toda a comitiva. Todos os embarcados partiram já endividados com seu patrão e conterrâneo, tendo que trabalhar por muito tempo até conseguir obter saldos para ressarcir-lo, condição que, em geral,

¹¹³ Sobre a representação de destinos de migração, ver. SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

¹¹⁴ Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP), *Cearense*, 26 de outubro de 1869, setor de microfilmagem, números 145 – 290, rolo 085.

¹¹⁵ Relatório do Presidente de Província do Amazonas João Wilkens de Mattos, 25 de março de 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/79/000032.html>

muitos nunca alcançavam. Nas longas viagens entre o Ceará e o Amazonas, não eram raros os relatos sobre fugas de recém-chegados que intentavam escapar da condição coercitiva prévia de devedores¹¹⁶. As paradas em Belém e Manaus eram momentos de tensão e firme vigilância, pois os “cobiçados” trabalhadores poderiam escapulir ou mesmo serem “seduzidos” por outros negociantes que, livres das despesas com passagens e outros encargos, poderiam obter lucros ainda maiores.

João Gabriel não passou ileso em sua trajetória até o Purus. Seis integrantes de sua comitiva desertaram. Os homens fugiram ao aportarem em Manaus, provavelmente na busca de outras possibilidades ofertadas por interessados em sua força de trabalho. Como forma de retaliar seus “íngrats” patrícios, o *Paroara* mandou publicar no *Correio de Manáos* uma carta em tom de desabafo, contando seus percursos e aproveitando para listar o nome de cada um dos fugitivos:

Ao público

O Sr. João Gabriel de Carvalho e Mello e a emigração cearense

... Eis porém que dias depois de nossa chegada a esta capital, alguns deles (migrantes), sem motivo algum justificado, abandonam-me quase no fim de nossa jornada, dando-me como justa recompensa a satisfação de suas passagens, esquecendo-se do amor de Pai que lhes havia consagrado e dos trabalhos que lhes havia dispensado. (...)

Sirva esta para firmar ainda uma vez o axioma – o dia do benefício é a véspera da ingratidão.

Manáos, 10 de outubro de 1869

João Gabriel de Carvalho e Mello¹¹⁷

O autor da carta carrega suas experiências com o afeto de um “pai” atencioso e cioso pelo sucesso dos “filhos”. Essa dimensão borrava a relação patronal existente entre João Gabriel e os membros da comitiva, que ao desertarem, assim como outros tantos, foram desqualificados publicamente como indignos de confiança. A postura benemérita do agente é apresentada como alheia às dimensões coercitivas que

¹¹⁶ Um exemplo sintomático das péssimas condições de trabalho e do arrependimento da travessia foi pintada pelo “Caboclo Velho”, autor de várias cartas publicadas no jornal *Retirante* de Fortaleza, que alertava sobre as “mentiras” contadas pelos Paroaras sobre as terras amazônicas. Certamente a carta era de autoria de alguém engajado na luta anti-migratória, que reclamava a perda de braços da Província do Ceará. Contudo, é importante salientar que essa referência não invalida a autenticidade do testemunho, que descreve minuciosamente a rota dos migrantes, além de citar o nome do próprio João Gabriel de Carvalho e Mello como um dos “infames patrícios”, enganador de seus conterrâneos com falsas promessas. Cf. BPMP, *Retirante*, 12 de agosto de 1877, ano 1, n.8, p.3 - Microfilmado – rolo n.36a

¹¹⁷ LHIA, *Correio de Manáos*, 11 de outubro de 1869, n. 11, p. 03. Rolo de jornais diversos 1867-1898 – Microfilmado. Obs. A partir da discussão supracitada aprofundo algumas reflexões anteriormente posicionadas em minha dissertação de mestrado, que também discutiu aspectos da trajetória de João Gabriel de Carvalho e Mello. Cf. CARDOSO, *Nem sina, Nem acaso... op.cit.*

atravessavam a viagem, supostamente guardando espaço até para uma “divisão de lucros”, prática incompatível com o sistema de aviação que o *Paroara* servia.

O testemunho de João Gabriel deixa entrever parte da complexidade que envolvia o movimento de migrantes. Suas modalidades de deserção eram associadas a outras agências condenáveis, que entravam em desacordo com uma adequada devassa do território. Mesmo nutrindo grandes diferenças, é plausível afirmar que as fugas e as negações ao trabalho (seja na agricultura ou no extrativismo) aproximavam os recém-chegados de disputas pré-existentes, colocando no mesmo palco atores sociais culturalmente diversos.

Nesse sentido, é interessante atentar ao testemunho deixado por Antônio Rodrigues Pereira Labre, maranhense fundador do que hoje vem a ser o município de Lábrea (AM)¹¹⁸. Assim como o explorador cearense supramencionado, Labre foi responsável por abrir caminho para devassa do Purus na mesma época, contando para isso com o uso da mão de obra de muitos migrantes. A partir de suas experiências no rio foi elaborando uma série de anotações e escritos, com longos apontamentos sobre as atividades econômicas locais, além de pormenorizadas classificações dos habitantes nativos das imediações de sua feitoria. Como produto desses arrazoados, em 1872 publicou um livro intitulado *Rio Purus*, no qual trouxe ricos detalhes sobre sua região de exploração.

Mesmo estando ao lado do rol dos “cidadãos dignos de fé”, fez observações sobre as péssimas condições vivenciadas no cotidiano de trabalho das áreas de extrativismo, com argumentos que antecipavam em mais de 30 anos as críticas de Euclides da Cunha de matriz semelhante¹¹⁹. Ainda com relação aos perigos enfrentados pelos trabalhadores, Labre alertou para a gravidade da questão que, segundo ele, prejudicava o rendimento da labuta. O explorador afirmou que grande parte da “pobre gente” que chegava ao Purus adquiria “hábitos de vida nômade, com tendências bem pronunciadas para o estado selvagem, este estado absolutamente retrógrado da maior

¹¹⁸ ROCHA, Hélio. *Coronel Labre*. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

¹¹⁹ DA CUNHA, Euclides. *Um paraíso perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.

parte da população do Amazonas”¹²⁰. Trocando em miúdos, Labre alertava a audiência de seu livro para a temeridade de uma espécie de *indianização* dos trabalhadores.

Com isso, é possível inferir que homens como Labre reconheciam a existência de outros projetos e leituras de mundo, que colocavam na berlinda seus próprios anseios e ideais hegemônicos. Essa era uma preocupação que já existia séculos antes, como no período colonial, momento em que transcorria uma forte intenção de lusitanização do território, buscando impor a cultura dos colonizadores portugueses aos modos de vida indígenas, tentando forçar o uso da língua portuguesa em detrimento do *Nheengatu*. Medidas como essa só podem ser entendidas se as percebemos a contrapelo, pois escondida nessas atitudes havia uma luta em torno da atribuição de sentidos ao território e o reconhecimento por parte do Estado de que havia outros projetos e posicionamentos que ameaçavam a ordem desejada¹²¹.

Base fundamental da força de trabalho em terras amazônicas desde o início do período colonial, as populações locais nem sempre eram vistas como “parceiras” do progresso. Bem antes do testemunho de Labre já se condenava “indolência” dos índios, responsabilizados pela ausência de “braços” e pelo pouco significativo desenvolvimento econômico. Como assevera Victor Leonardi, “tentaram derrotar os autóctones inclusive no plano da memória, construindo sobre o tema do ócio dos mestiços e caboclos uma abundante documentação desprestigiadora”¹²².

Mesmo que no século XIX houvesse um processo de reabilitação das representações de indígenas na literatura, como indivíduos ordeiros e romantizados, não havia ressonância desse tipo de elaboração em áreas do Império onde os nativos eram ainda a mão de obra essencial. Nas cabeceiras amazônicas ainda estava em jogo a conquista da força de trabalho e a disciplinarização dos índios. Esse processo ganhava fôlego como justificativa para avançar sobre enormes áreas de rios e matas pouco conhecidas, que ainda eram controlados majoritariamente pelos povos nativos.

Juntamente com esses esforços, visando obter melhores resultados, foram organizadas expedições oficiais de reconhecimento e mapeamento dos altos rios. Essas

¹²⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*. Maranhão. Typ. do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872. p.45

¹²¹ CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Nos meandros da história rio Purus: problemáticas de alteridade e os mundos do trabalho no século XIX. In: Marta Amoroso; Gilton Mendes dos Santos. (Org.). *Paisagens Ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. Terceiro Nome: São Paulo, 2013.p. 245

¹²² LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios...* op.cit. p.41.

empreitadas tiveram entre seus objetivos a tarefa de escrutinar povos nativos em áreas visadas pelos deslocamentos. As incursões tiveram apoio fundamental de pessoas diretamente ligadas ao interior amazônico, como os regatões, que serviram de elo entre as iniciativas oficiais e os habitantes contatados. Para conquistar o que ainda era insondável era preciso esquadriñar mais detidamente os caminhos da frente de expansão, numa tentativa de alcançar um controle mais efetivo de territórios ainda parcamente ocupados pelos poderes instituídos.

1.5 Tramas da devassa

O Vapor *Marajó* foi o primeiro de sua tecnologia a subir o rio Solimões em 1853. O signo da velocidade e os ares de novidade da embarcação carregavam consigo olhares escrutinadores, que objetivavam mapear terras e populações sob o crivo atento de seus emissários. O navio partiu da Cidade da Barra do Rio Negro no dia 22 de setembro às 4 horas da manhã e chegou ao seu destino, na povoação de Nauta, no Peru, na tarde do dia 16 de outubro. Ao todo a viagem de ida e volta venceu cerca de quatro mil quilômetros em 36 dias e 18 horas, incluindo os tempos de parada e estudos, abrindo um novo ritmo de explorações da floresta. O vapor foi capitaneado pelo Conde Florestan de Rozwadowski, engenheiro polonês nomeado Inspetor Geral das Medições de Terras Públicas do Amazonas, responsável por levantar a primeira carta topográfica do imenso Solimões¹²³.

Aproveitando as informações já levantadas pelo engenheiro estrangeiro, em 1854 foi a vez do Vapor *Monarcha* fazer o mesmo itinerário, dirigido por autoridades locais, como o deputado João Wilkens de Mattos. A embarcação partiu da Cidade da Barra na manhã do dia 11 de março e chegou em Nauta no dia 29 do mesmo mês, apanhando um meticuloso panorama de todas as paradas e lugares visitados no percurso, com atenção especial aos locais de abastecimento de lenha e povoações indígenas. A viagem teve o desígnio de aprofundar os conhecimentos sobre o alto Solimões e suas

¹²³ Falla do Presidente da Província Herculano Ferreira Penna, 1854.

Sobre o trabalho do engenheiro Rozwadowski como Inspetor Geral das Medições de Terras Públicas do Amazonas, ver: LHIA, *Estrella do Amazonas*, 10 de abril de 1855. n.114 p.4

possibilidades de navegação em escala comercial, que se concretizaria meses depois na inauguração de uma linha regular entre a Cidade da Barra e Nauta¹²⁴.

Mesmo diante do caráter técnico das duas empreitadas, a primeira dedicada à elaboração de cartas topográficas e a segunda debruçada sobre as possibilidades da navegação capitalista, é possível entrever em seus relatórios preocupações que extrapolavam conteúdos eminentemente científicos e/ou econômicos. Entre os variados detalhes e observações físicas foram inseridas uma série de informações sobre hábitos e costumes das populações locais, que foram quantificadas e qualificadas em narrativas pretensamente neutras. Considera-se que esses testemunhos, ao lado de outros esforços da época, podem ser auscultados como empreendimentos de conquista, pois tinham um duplo papel de decodificar os segredos de caminhos fluviais e aumentar o alcance das explorações e do controle dos habitantes locais.

Existiam nessas elaborações relações de força permeadas por várias formas de violência (físicas e/ou simbólicas), situadas entre discursos de assimilação e/ou aniquilação dos “Outros”. Entre observações sobre distâncias, correntezas, limites, ventos, troncos flutuantes, havia espaço, por exemplo, no entendimento de João Wilkens de Mattos, para classificar a indolência de alguns índios como “proverbial”, vistos como auxiliares do atraso do Amazonas na ausência de “outros trabalhadores”¹²⁵. Além disso, atento às movimentações já em curso, o Deputado não se esqueceu de apontar o possível destino de fugitivos na rota singrada pelo Vapor *Monarcha*.

Pessoas aqui residentes informaram-nos que os Soldados desertores que assassinaram o infeliz Capitão Nina, em Tabatinga, no ano de 1844, residiam em alguns povoados do litoral (do Peru), mas atualmente apenas existem dois, que habitam o rio Napo, tendo os outros falecido. Vimos aqui (Nauta) alguns dos escravos que fugiram de seus senhores residentes nas Províncias do Pará e do Amazonas. Não gozam da liberdade que esperavam achar no país estrangeiro, porque são constantemente chamados para o serviço público, e sofrem muito, se são exatas as informações que tivemos¹²⁶.

Ao chegarem em Nauta, os membros da incursão de Wilkens de Mattos procuraram saber notícias sobre desertores e escravos fugidos residentes no Peru. O

¹²⁴ Cf. MORAES, Rinaldo Ribeiro. *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha*. Belém, Programa de Pós-graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Tese de doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, 2007. p.103

¹²⁵ Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI). MATTOS, João Wilkens. *Roteiro da primeira viagem do Vapor Monarcha desde a Cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Província do Amazonas, até a povoação de Nauta, na República do Peru*. Rio Negro, Tipografia de M.S. Ramos, 1855. p. 396

¹²⁶ Idem. p. 404

interesse no assunto estava na ordem do dia das preocupações do Estado, e não é de admirar que tenha sido inserido também entre os misteres da expedição. Portanto, na alçada da investigação da viabilidade física e econômica da linha regular de navegação, também eram esboçadas preocupações com as movimentações de fugitivos em direção às cabeceiras.

Para além das referências sobre transgressores, os registros também apresentaram informações sobre a presença indígena nos caminhos dos vapores. Conforme esboçado por Peter Gow, é preciso ter em conta o processo de apropriação dos conhecimentos pré-existentes da malha fluvial, imbuídos sobremaneira em rotas e circuitos produtivos nativos, incorporados ao novo sistema de navegação e comércio¹²⁷. Os saberes de origem indígena aparecem nos relatórios escamoteados em narrativas permeadas por um mundo pitoresco e isolado, que necessitava receber as luzes do progresso e do desenvolvimento pioneiro, que chegaria através de adequados processos de disciplinarização da floresta e de suas populações.

Mesmo deplorando os costumes de uns, como no caso do ritual do *Yurupary* dos *Ticuna* em São Paulo de Olivença, ou condenando a falta de apego ao trabalho de outros, como no caso dos “preguiçosos” índios contatados em Loreto, é evidente a presença de conhecimentos de matriz indígena apropriados pelos relatórios. Em várias ocasiões é possível encontrar detalhamento de varadouros, cálculos de dias de viagem em canoas, mensuração de distâncias, indicação de furos e atalhos, além de apontamentos sobre locais onde eram exploradas drogas da floresta. Ao passar pela foz do rio Juruá, por exemplo, além de situar os graus de latitude e longitude, vazão da correnteza e velocidade do vapor, Wilkens de Mattos afirmou, mesmo sem ter entrado no rio, que este era plenamente navegável, e que “depois de uma viagem de 40 dias de canoa pequena chegasse ao ponto em que nele afluí o rio Parauacu, pelo qual na estação da cheia com 10 dias de navegação, passa-se para o rio Purús”.

Ao lado dessas informações, o autor indicou alguns povos indígenas que habitavam a área, como os “*Marauá, Canamari, Náua, Conibo, Catuquina e Catauixi*”. Sem revelar os créditos dos dados levantados, o Deputado continuou seu relato tratando da produção local e da sua diversidade de atividades. Segundo ele, o rio era “abundante de tartarugas, pirarucu, e nas extensas praias que oferece durante a vazante fabricam-se muitos mil potes de manteiga de ovos de tartaruga e tracajás”. Além disso, era possível

¹²⁷ GOW, Peter. “Canção Purús”. Nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2006, V. 49 N° 1. p.451

colher nas matas banhadas pelo rio, “castanha, salsa, óleo de copaíba, breu, e fabricar muita goma elástica, de que também abundam as margens”¹²⁸. Em nenhum momento ele indica que essas produções e conhecimentos passavam pelo crivo indígena, ocultando-os como atores ativos na composição do cenário socioeconômico local. Mesmo diante de argumentos não diretamente beligerantes, a narrativa de Wilkens de Mattos era atravessada por violências semelhantes às políticas de controle empreendidas pela Província do Amazonas¹²⁹.

Esses discursos tinham base nos desafios de alteridade que impregnavam a trajetória das expedições de reconhecimento dos altos rios. Ao observarmos essas tentativas de deslegitimar o mundo e os conhecimentos dos “Outros”, pode-se perscrutar as disputas que existiam sobre a atribuição de significados ao território.

Havia pressa por parte dos poderes instituídos em adaptar a floresta e seus rios aos novos padrões desejados, de modo a buscar sobrepujar os “indômitos” e disciplinar os “ingênuos”. Se indígenas, desertores, migrantes, escravos, dentre outros personagens, conseguiam em algumas ocasiões ressignificar a tendência desfavorável às suas demandas, o Estado, por sua vez, engendrava um discurso público que se apropriava dessas táticas (e de alguns de seus agentes), ajudando a constituir um tenso cenário de interlocuções entre autoridades e habitantes das florestas.

Muitas experiências de indivíduos “de baixo” serviram de base para o avanço dos interesses oficiais pelas cabeceiras. Expedições de reconhecimento eram obrigadas a contrair relações com pessoas supostamente “indesejáveis”. Nesse ensejo, além das populações indígenas, se destacavam os regatões, que em decorrência de suas longas viagens de negócios acabaram produzindo relatos e cedendo informações sobre áreas a serem devassadas. Não por acaso, mascates fluviais foram incorporados aos quadros oficiais da Província do Amazonas, responsáveis por viagens de reconhecimento dos sertões, especialmente em territórios ainda inacessíveis às linhas de vapores.

¹²⁸ Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI). MATTOS, João Wilkens. *Roteiro da primeira viagem do Vapor Monarcha* ...op.cit. p.381

¹²⁹ Seguindo reflexões de Michel de Certeau, acreditamos que a escrita dos relatos de viagem voltadas ao território amazônico oitocentista ainda trazia um conteúdo semelhante à “Escrita Conquistadora” dos cronistas coloniais. Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

O rio Purus foi um dos principais atingidos por essas empreitadas, capitaneadas por vários homens ligados aos circuitos produtivos internos. A primeira incursão ao rio foi conduzida em 1847 pelo pequeno negociante João Cametá, que alcançou a foz do rio Ituxi; a segunda foi dirigida em 1852 pelo regatão *preto* Serafim da Silva Salgado, que teria navegado 1300 milhas, deixando muitas referências sobre as praias e os índios do rio; a terceira foi liderada em 1860 pelo *mulato* Manoel Urbano da Encarnação, que avançara até o afluente Aquiry (Acre), ultrapassando seus predecessores.

Todas essas incursões foram referenciadas com distinção pela Presidência da Província do Amazonas, que paulatinamente ia acumulando conhecimentos sobre áreas ainda insondáveis. Interessante notar que as experiências dessas expedições foram abertamente aproveitadas por outros agentes oficiais, inclusive homens de perfil ilustrado e científico. João Martins da Silva Coutinho, afamado engenheiro militar do Império, pode ser apontado dentro da referida classificação. Em 1862, dirigiu uma empreitada destinada também ao Purus, seguindo as pegadas de Manoel Urbano, que o guiou a bordo do Vapor *Pirajá*. Mesmo que Coutinho não fosse necessariamente um neófito em questões amazônicas, a presença de Manoel Urbano foi fundamental em grande parte das informações coletadas na incursão¹³⁰. Ao lado de seu interlocutor, Coutinho fez alusão a referências pouco exploradas da complexidade social do interior amazônico, admirando-se ao encontrar habitantes “brancos” vivendo e incorporando costumes “selvagens”, ou estranhando o comportamento de indígenas detentores de pequenas fortunas amealhadas em seus negócios com os mascates fluviais.

Ao ler o relatório do engenheiro fica claro que essas informações vieram através de arrazoados de Manoel Urbano. A própria logística da expedição tinha o interlocutor mulato como articulador principal, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de lenha, adquirida através dos contatos de Urbano ao longo do rio. Várias foram as paradas estratégicas para o abastecimento do Vapor *Pirajá*, que levou os membros da expedição até as barreiras de Huytanahan, localidade que anos depois tornou-se ponto final (não coincidentemente) da navegação a vapor comercial no Purus¹³¹.

¹³⁰ O engenheiro examinou no Amazonas, além do Purus, os cursos dos rios Japurá e Madeira, e em seus relatórios é possível visualizar uma preocupação bastante significativa com aspectos físicos do percurso, localizando corredeiras, rochas, bancos de areia, dentre outros acidentes geográficos, dando mostras de sua preocupação com a implementação da navegação comercial a vapor no rio, desenvolvida alguns anos depois.

¹³¹ Dando continuidade aos trabalhos da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, foi implementada a Companhia Fluvial do Alto Amazonas em 1871, empreendimento de Alexandre Paulo de

Mesmo sem esboçar um exercício censitário preciso, o engenheiro calculou o contingente populacional que vivia próximo das margens do rio em 5.000 pessoas, chegando talvez a 7.000 ou 8.000 se contasse com os que habitavam áreas mais distantes nos centros das matas. Alguns dos povos indígenas contabilizados mereceram atenção especial no relatório da expedição. Os *Mura* foram classificados como os “verdadeiros ciganos da América”, já que deslocavam-se continuamente exercitando seus perniciosos vícios de “furto e roubo”; os *Paumari* foram vistos como “extremamente inclinados a música” e exímios pescadores; os *Apurinã* apareceram como “amantes dos combates”; os *Catauixi* figuraram como “bonitos, vigorosos e dóceis”; os *Jamamadi* foram vistos como lavradores por excelência e medrosos quando colocados em canoas, pois “tremiam como um sertanejo do Ceará”; os *Canamary* e os *Manetenery* (*Manchineri*) eram os que na opinião dos membros da expedição mais facilmente “se poderiam civilizar”, muito elogiados por Urbano, “que sempre dizia em sua linguagem simples que eles só faltam falar!”¹³²

A maneira como se distinguia cada “tribo” dava ao leitor do relatório uma espécie de gradação entre os que estariam mais próximos ou mais distantes da civilização. A qualificação, quantificação e localização da presença indígena auxiliava agentes oficiais e particulares a adentrarem a calha do Purus com vistas a garantir o acesso à mão de obra desses povos. À época destacava-se o papel da *Diretoria de Índios*, instituição que também fazia parte da devassa dos altos rios amazônicos, regida pelo *Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* de 1845¹³³.

As diretorias eram encarregadas de empreender “descimentos” de índios “selvagens” para aldeamentos, antiga prática colonial que vinha sendo reciclada na subida dos rios amazônicos nos oitocentos. Seus membros se somavam aos esforços de arregimentação compulsória de indígenas ao trabalho, responsáveis por “distribuí-los” entre obras públicas e particulares. Mesmo diante do protesto de alguns dirigentes oficiais, a maior parte dos Diretores de Índios no Amazonas eram indivíduos leigos,

Brito Amorin, que iniciava comercialmente o transporte de passageiros para o Purus. Sobre a instalação da dita Companhia ver: LHIA, *Comércio do Amazonas*, 2 de maio 1874 (microfilmado) e Arquivo Público do Estado do Amazonas - APEAM, *Contratos celebrados com a Presidência* – folheto publicado pela Thezouraria da Fazenda Provincial do Amazonas, 1871 (impresso).

¹³² NEAI. Relatório da Exploração do Rio Purus apresentado pelo Engenheiro João Martins da Silva Coutinho, 1862. (Impresso) pgs. 67; 72; 74; 76; 77.

¹³³ Cf. SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

muitos dos quais mascates fluviais do interior, chamados ao dever pelo Estado em função de seus conhecimentos sobre rotas fluviais, costumes e línguas indígenas¹³⁴. Estes homens, além de levarem a cabo as ordens oficiais, também colocavam seus próprios interesses em jogo, algumas vezes entrando em atrito com seus catecúmenos.

Vários indígenas protestavam contra o trabalho não remunerado, tendo seus reclames registrados em ofícios trocados entre membros da Diretoria de Índios e os dirigentes da província. Esse foi o caso relatado pelo Diretor Interino de índios do Arimã no Purus, Vitorino Manoel de Lima, que teve suas atividades paralisadas em 1854 devido ao abandono dos indígenas que estavam com seus provimentos de farinha atrasados. O Diretor da Aldeia do rio Abacaxis, afluente do Madeira, também passou por apuros semelhantes, pois quando incumbido de fornecer trabalhadores para obras públicas na Freguesia de Serpa, não o fez porque os indígenas se negavam a prestar o serviço, “aturados (sic) que sua índole não tolera que prestem e ainda fora de seus lares”¹³⁵. Já o responsável pelo aldeamento do lago Aiapuiá, no Purus, vivenciou situação ainda mais grave. O negociante Manoel Nicolau de Melo confidenciou ao Presidente da Província que os índios *Mura* estavam se confederando para matar todos os brancos da região. Um *Tuxaua* da localidade de Manacapuru vinha subindo o Purus insuflando outros indígenas a seguirem suas determinações.

Aiapuiá, 16 de janeiro de 1854

Aqui chegaram uns Muras de Manacapuru, e dentre eles um de nome José Capuham, incumbido pelo Tuxaua Vitoriano de Manacapuru de convidar a todos os Muras deste rio para assassinar os brancos que por aqui estivessem, dizendo aos parentes que brancos os perseguiram com serviço, e que deste modo os acabaria, que era necessário fazer cerco aos brancos (...)

Manoel Nicolau de Melo¹³⁶

Ecoss da rebelião cabana pareciam retornar dos escombros do passado, atacando diretamente projetos de assenhoreamento da floresta na Província do Amazonas. Como se sabe, os *Mura* tiveram participação destacada ao lado dos insurgentes durante a

¹³⁴ A presença de regatões nos quadros da Diretoria de Índios demonstrava o grau de ambiguidade do tratamento dispensado aos mascates por dirigentes da Província do Amazonas. Mais detalhes da composição desse quadro serão discutidos no decorrer dos Capítulos 2 e 3 desta tese.

¹³⁵ APEAM. Livro da Diretoria de Índios de 1854. (Manuscrito)

¹³⁶ APEAM. Livro da Diretoria de Índios de 1854. (Manuscrito)

quadra da revolta popular, auxiliando sua expansão pelo interior¹³⁷. A ideia da guerra contra os brancos foi uma tônica bastante acionada pelos Cabanos, que estava em sintonia com inúmeras revoltas atlânticas de populações escravizadas e de diversos outros personagens submetidos ao jugo do colonialismo.

A perseguição com o “serviço” estava na ordem do dia das políticas oficiais da época. Embora a lida de indígenas fosse componente fundamental dos mundos do trabalho da floresta, suas respostas violentas, vide o caso dos *Mura*, eram temidas pelos signatários da Diretoria de Índios. Por isso, articulavam-se também contraofensivas que buscavam evitar o confronto direto. Havia na zona de contato personagens que tentavam “amansar” os nativos através de barganhas e de outras modalidades de tratativas.

A posição de regatões dentro da Diretoria de Índios não era fortuita. Além atuarem como encarregados e diretores, suas artimanhas na negociação de mercadorias com nativos em troca de “serviço” possibilitavam a abertura de redes de interlocução com os sistemas produtivos da floresta. No bojo de seus interesses foram sendo criados vínculos de sociabilidade e trabalho, constituídos através das trocas entre produtos manufaturados e gêneros advindos dos circuitos da produção indígena.

Em conexão com indígenas, a atuação dos regatões foi ganhando bastante amplitude nos rios e canais amazônicos durante o século XIX, detalhe que certamente pesava positivamente na escolha de representantes do comércio ambulante fluvial como interlocutores da Província do Amazonas. Segundo José Alípio Goulart, sua presença remontava ao período colonial, herança portuguesa de antigos mascates que mercadejavam ao retalho no Reino, alcançando lugares distantes de centros distribuidores de bens de consumo.

Na Amazônia a atividade seguiu uma lógica bastante semelhante, mas ao invés de andarilhos de trilhas terrestres os regatões tornaram-se hábeis navegadores de caminhos fluviais. Sua atuação tinha base em trocas entre produtos naturais (sobremaneira extrativistas) e mercadorias manufaturadas, como tecidos, calçados, utensílios domésticos, facões, terçados, entre outros provimentos criadores de novas necessidades e usos entre as populações contatadas. Seus circuitos davam fôlego e

¹³⁷ Cf. HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon...*op.cit.

capilarizavam atividades econômicas pelo interior amazônico, aproveitando especificidades pré-existentes da produção e do trabalho locais.

Eram muitas vezes os primeiros a alcançarem áreas distantes e ainda não tocadas pela presença do Estado, precedendo as famosas expedições de reconhecimento embarcadas em vapores. Os regatões tinham uma relação dúbia com as autoridades, pois se de um lado eram agentes que levavam o comércio (e supostamente a civilização) aos mais distantes rincões, por outro eram acusados de explorar e desviar as populações do interior dos projetos desejados pelas províncias. Como assevera Mário Ypiranga Monteiro, podemos destacar duas visões opostas, uma que os atacava “como causa e origem de explorações e sangrias da economia do ribeirão e da fazenda estatal” e outra que os desculpava como “pertinaz e frequente varador de meandros”¹³⁸.

O Deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos, conhecido por seu engajamento na abertura internacional da navegação na bacia amazônica, era um dos que refletia sobre a problemática do regateio e deixava entrever os dilemas dos discursos oficiais. Embora salientasse a “espoliação” que os mascates impingiam aos indígenas e a outros habitantes das matas, afirmava que a prosperidade da região dependia de suas atividades que, ao invés de serem importunadas com pesada carga de impostos, deveriam ser desoneradas e incentivadas. Afirmava que as canoas de regatão “eram indispensáveis naqueles desertos imensos”, mesmo que em seus giros firmassem contatos indesejáveis aos olhos de muitos¹³⁹.

Tais desconfiças não existiam à toa. Eram conhecidas das autoridades as relações existentes entre regatões e os mocambeiros do Baixo Amazonas, os quais nutriam com os comerciantes sociabilidades que extrapolavam tratos especificamente econômicos¹⁴⁰. Como os mascates fluviais tinham o hábito de subir os rios para alcançarem áreas distantes, ansiando mais fregueses, havia sempre a possibilidade de cruzamento com transgressores ou com comunidades ilegais de fugitivos pela floresta.

¹³⁸ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Regatão* – notícia histórica. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia Editores, 1958. pp. 23-24.

¹³⁹ TAVARES BASTOS, A.C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. p.356

¹⁴⁰ GOULART, José Alípio. *O Regatão* (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968.

As ações dos regatões reforçavam elos materiais que ajudavam a sustentar economias clandestinas. Ao passo que legisladores organizavam todo um aparato para fiscalizar e punir seus cúmplices; regras contrárias, negociações subversivas e barganhas ilegais eram costuradas em conversas anônimas pela floresta, precarizando o alcance do controle dos regulamentos e das leis. A importância desses arranjos evidenciava o posicionamento das alianças complexas tecidas entre escravos e regatões, que apresentavam convergências de interesses em ocasiões determinadas, abrindo canais de diálogo que se organizavam em detrimento dos ditames oficiais. Havia, nesse sentido, um processo de criação de redes de sociabilidades, compondo as tintas de um *Eldorado* onde os deserdados e perseguidos colocavam em xeque a devassa da floresta, construindo outros meios de sobrevivência e liberdade.

Capítulo 2 – Regatões, ambíguos agentes da frente de expansão

2.1 Regatões e a historicidade da floresta

No tecido social amazônico oitocentista os regatões compunham parte da cadeia dos sistemas produtivos, servindo como ponte entre a produção local e mercancias de outras terras. A vivência nos sertões lhes atribuía habilidades *sui generis*. Mais que mercadores dos rios, eles eram importantes canais de contato entre o mundo do capitalismo expansionista e os gêneros da floresta. Com canoas carregadas de quinquilharias, acessavam as redes de troca do interior, baseadas na produção de pequenas lavouras e do extrativismo.

A prática do regateio fazia parte da paisagem social das províncias do Pará e do Amazonas. Segundo José Alípio Goulart, por essa razão, “no Brasil regatão passou a ser denominação exclusiva do vendedor ambulante fluvial em atividade na Amazônia”¹⁴¹. Para o autor, a venda de produtos embarcados em canoas foi forjada em consonância com as configurações ecológicas locais, obedecendo aos intercursos das cheias e vazantes que incidiam diretamente sobre as dinâmicas da exploração da floresta. Tal processo de adaptação ao ambiente constituiu-se em relação direta com as interlocuções e redes de contato com as populações do interior, que foram se tornando “freguesas” dos mercadores dos rios. Para Goulart, uma vez afeiçoados ao labirinto fluvial, os regatões “inconscientemente, iam alargando as fronteiras econômicas e geográficas do Brasil; repetindo, nesse particular, o feito dos bandeirantes paulistas”¹⁴².

Ao cruzar com habitantes dos mais recônditos rincões, esses personagens teciam alianças complexas, manobrando dentro de um terreno prenhe de tensões, assimetrias de poder e desafios de alteridade. Eram mensageiros do movimento de expansão rumo aos altos rios da Amazônia Ocidental, antecedendo (e muitas vezes, contrariando) interesses oficiais e suas medidas de esquadrinhamento do território. Em seus longos itinerários pelas estradas fluviais aprendiam línguas e experimentavam costumes locais, colocando em movimento processos de transculturação próprios da

¹⁴¹ GOULART, José Alípio. *O Regatão* (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968. p. 27

¹⁴² GOULART, José Alípio. *O Regatão*...op. cit. p. 33

situação de fronteira¹⁴³. Ao entremear-se entre as populações do interior transportavam ideias e notícias do mundo exterior, que circulavam fora do crivo de emissários do Estado.

Os regatões oitocentistas integravam um extrato social enervado pela historicidade da floresta. Sua atuação estava interligada com modalidades de exploração e comércio muito antigas, enraizadas a partir da interiorização da empresa colonial portuguesa em terras amazônicas. Desde os primeiros tempos da conquista foram forjados personagens ligados aos sertões que, semelhante aos regatões, se conectavam com modalidades de exploração econômica no interior através dos rios. Nesse sentido, podem ser apontados os antigos *Régulos do Sertão*, que segundo David Sweet estavam entre os mais destacados agentes econômicos do território amazônico colonial, explorando grandes áreas do interior em busca de drogas da floresta e de força de trabalho indígena¹⁴⁴. Assim como os regatões do século XIX, esses personagens foram responsáveis por erigir redes de contato e sociabilidade pelos rios, estabelecendo negócios e marcando presença nos confins ocidentais amazônicos em detrimento das autoridades portuguesas.

De acordo com Francisco Jorge dos Santos, ao se estabelecerem pelo interior, os *Régulos do Sertão* foram costurando alianças com lideranças nativas¹⁴⁵. Essa estratégia entrava em atrito com interesses oficiais que também negociavam sua influência sobre os índios através da tessitura de vínculos de trabalho, escravização e redes de troca ligadas às drogas do sertão. Esse quadro denotava as tensões entre poderes particulares e Reais que entravam em disputa e ao mesmo tempo se confundiam entre barganhas e modalidades de regateio pelo interior. Interessante notar que tal problemática não era inerente à experiência colonial amazônica, posto que esteve presente também em outros

¹⁴³ A *situação de fronteira* tinha relação direta com os encontros e desencontros dos envolvidos na frente de expansão. Desse modo, os processos de *transculturização*, ou seja, de cruzamento de costumes, línguas e visões de mundo (nem sempre de maneira harmônica) podem ser considerados peças chave para a compreensão dos desafios de alteridade que ajudavam a conformar as situações de fronteira no território amazônico oitocentista. Cf. GRANERO, Fernando Santos, BARCLAY, Frederico. *La Frontera Domesticada: História econômica y social de Loreto. 1850-2000*. Lima: Ed. Pontifica Universidad Católica Del Peru, 2002; PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.

¹⁴⁴ A tese de David Sweet, defendida em 1974, ainda guarda referências pouco exploradas sobre o tema do avanço colonial pelos sertões dos rios Solimões e Negro. Além da questão dos “régulos do sertão”, o autor também aborda de maneira bastante exitosa o papel das ordens religiosas, especialmente a dos Carmelitas, no contexto de expansão colonial na Amazônia. Ver. SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*. Madison, Phd Thesis, Modern History, The University of Wisconsin, 1974.

¹⁴⁵ DOS SANTOS, Francisco Jorge. *Nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa: mando metropolitano e a prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Manaus: Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2012. pg. 76-77

domínios portugueses pelo mundo. É importante salientar que por trás dos vários matizes dos negócios que envolviam caminhos fluviais estavam embutidas as dimensões atlânticas do colonialismo.

Segundo Rafael Chambouleyron, as ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e a costa da Guiné se conectaram ao Estado do Maranhão e Grão-Pará por rotas de navegação e fluxos de pessoas pelo Atlântico Equatorial¹⁴⁶. Nesse processo, várias levas de colonos açorianos foram deslocados para as terras amazônicas ao longo do século XVII, como medida oficial de ocupação e sedimentação dos interesses portugueses na região¹⁴⁷. Entre esses colonos pulsavam experiências atlânticas de exploração dos domínios lusitanos na costa da África, pontilhada de desembocaduras de rios que serviam de portas de entrada para a interiorização colonial também naquele continente.

Uma vez em terras amazônicas, os adventícios das ilhas iniciaram um trabalho de reconhecimento das áreas a serem exploradas, encetando negociações com as populações locais contatadas. As necessidades da expansão atlântica do mercantilismo aumentavam a importância desses personagens. De acordo com Alida Metcalf, estes geralmente eram práticos e marinheiros, muitos dos quais mestiços, que vinham atuando na abertura de rotas comerciais na África. Eram chamados de *Lançados* ou *Tangomaos*, que transitavam em comunidades africanas servindo como mediadores entre chefes nativos e comerciantes portugueses desde os primeiros decênios do processo de conquista naquele continente. Em seus longos itinerários aprendiam línguas e costumes, atuando como valiosos intérpretes, muitas vezes aliados aos chefes locais, com quem manejavam suas demandas longe do alcance de autoridades¹⁴⁸. Ao se entranharem pelos

¹⁴⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia Colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo*: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. v. 2 - n. 1 - jan./dez. 2008.

¹⁴⁷ As conexões com as rotas oceânicas obtiveram ainda mais impulso com a entrada de milhares de escravos de origem africana pelos portos de Belém e São Luiz, trazidos pelas Companhias de Comércio que foram criadas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Mas bem antes disso, a rarefeita fiscalização e as enormes dimensões das desembocaduras dos rios abriram possibilidades para outras potências coloniais também arriscarem incursões de exploração, trazendo consigo escravos africanos. Nessa perspectiva, Walter Hawthorne registra que os primeiros africanos começaram a “gotejar” na Amazônia vindos em embarcações inglesas que aportaram no Cabo Norte entre o final do século XVI e início do XVII. De acordo com o autor, a região também recebeu exploradores de origem holandesa, francesa e irlandesa que, conjuntamente com “muitos negros de Angola”, capturados de navios portugueses, assentaram rendosas plantações de tabaco. Cf. HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 38.

¹⁴⁸ METCALF, Alida. *Go-betweens and the Colonization of Brazil*. Austin: University of Texas Press, p. 58

rios constituíam vínculos sociais em áreas distantes da vigilância metropolitana, ganhando notoriedade na sombra dos interesses e do poder Real.

Tudo leva a crer que esses intermediários do mundo atlântico foram precursores históricos dos regatões dos oitocentos. Ao longo dos séculos, as grandes embarcações que cruzaram o oceano rumo à Amazônia deram lugar a incontáveis canoas e igarités para conseguir penetrar na floresta. Os agentes coloniais adventícios tiveram de aprender a manejar pequenas embarcações indígenas e as relações mercantis tiveram de inteirar-se da ecologia e das sociabilidades locais¹⁴⁹. O comércio ambulante fluvial se constituiu em sintonia com essas adaptações, interligando saberes de habitantes da floresta e experiências atlânticas de expansão colonial. A exemplo dos *Régulos do Sertão* e dos *Lançados* da costa da África, os regatões prosperavam nas sombras do poder oficial, angariando notoriedade (e desconfiança) por sua desenvoltura nos mais distantes rincões.

No século XIX, os vendeiros dos rios estiveram entre os agentes responsáveis por traduzir as mensagens do capitalismo expansionista nos sertões amazônicos, barganhando quinquilharias industrializadas numa economia ainda parcamente monetarizada. Os trânsitos atlânticos à época já eram impulsionados pela velocidade do vapor. Arrojadadas máquinas fumegavam pelos oceanos, encurtando distâncias e misturando sociedades mundo afora. Rústicas manufaturas foram paulatinamente dando lugar a complexos processos industriais sequiosos por matérias-primas e mercados consumidores, ampliando e diversificando enormemente hábitos de consumo¹⁵⁰.

Mercadorias importadas, como rifles *Winchester*, manteiga inglesa, biscoitos, sapatos, roupas, pentes, bebidas, joias, entre outros infindáveis produtos e miudezas, tomaram parte nas rotas de negócios do interior amazônico. Em seus giros comerciais, os mascates transacionavam tais produtos em troca de valiosas drogas da floresta cujo valor era sempre subestimado em comparação ao preço dos produtos vendidos, o que facilitava o alcance de grandes lucros. Tal costume era uma das razões da condenação dos mercadores dos rios, acusados dos mais diversos embustes e trapaças.

¹⁴⁹ Sobre a ideia das redes de trocas indígenas pré-existentes ver. GOW, Peter. “Canção Purús”. Nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 49 Nº 1, 2006. Obs. Mais detalhes sobre a referida problemática também estão presentes no tópico 5.1 deste trabalho.

¹⁵⁰ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Regulamentos e leis passaram a tratar com minudência a atividade, que chegou a ser proibida temporariamente no Pará em 1850¹⁵¹. Os mascates fluviais resistiram às interdições esgueirando-se nos igarapés e furos, posicionando-se fora do alcance da fiscalização. Em resposta a impossibilidade de “abolir” os regatões, foi ganhando força entre autoridades um ideário de regulamentação da atividade, que não necessariamente significava simpatia aos alvos da lei. Essa tendência tolerante (e ao mesmo tempo rígida) teve lugar entre as primeiras decisões de políticos no Amazonas. A lei n.19, de 25 de novembro de 1853, sancionada por Herculano Ferreira Pena, trazia algumas resoluções nesse sentido, suplantando a legislação proibitiva herdada do Pará. A nova província colocou em evidência a possibilidade da cobrança de impostos como medida subsidiária do controle do comércio ambulante fluvial.

Após a organização da lei, foi arrolada pela Secretaria da Câmara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro uma lista de regatões que acataram a medida legal naquele ano, pagando pelo licenciamento de suas atividades. No documento constam apenas onze nomes, com o detalhamento dos valores recebidos pela “taxa de patente” e pela aferição de pesos e medidas¹⁵². No ano seguinte, em 1854, nova listagem foi elaborada, dessa vez com dezenove nomes e seus correspondentes registros de pagamento. A inexpressividade dos números permite entrever o parco alcance da medida regulatória¹⁵³.

¹⁵¹ Em 1850 a Resolução nº182 aprovada pela Assembleia Provincial do Pará proibiu o comércio de regatão, aplicando pesadas multas aos refratários. Já em 1853 a recém-criada Província do Amazonas, herdeira da legislação paraense, sancionaria a Lei nº19 que tornava legal o regateio em seus rios e canais. Pouco tempo mais tarde, em 1854, o então presidente da Província do Pará, Sebastião do Rêgo Barros, revogaria a Resolução proibitiva nº182, aprovando a Lei nº246 que legalizava novamente a atuação dos mascates fluviais¹⁵¹. Após tantas idas e vindas, em 1856 seria finalmente organizado um Regulamento que guiaria as atividades dos regatões, isto que no tange ao território do Amazonas. O código era uma extensão da Lei nº19 que havia tornado legais os mascates fluviais na província, mas agora acrescida de muito mais minudência, cobrando impostos, licenças, matrículas das embarcações e tripulantes, estipulando multas, dentre vários outros mecanismos de controle fiscal e vigilância. Chama atenção no Regulamento as várias referências restritivas ao trato com escravos e fugitivos, indícios das suspeitas que recaíam sobre os variados contatos contraídos pelos comerciantes no interior amazônico.

¹⁵² Na segunda metade do século uma série de leis regulatórias, como a de registro civil, conscrição militar, novo sistema de aferição de pesos e medidas, dentre outros, vieram à tona sob os auspícios do Império. Essas regulações podem ser lidas como esforços em torno da sedimentação do Estado-Nação, que muitas vezes entrava em atrito com interesses das camadas populares, principais atingidas pelas medidas oficiais. Casos de revoltas populares se multiplicaram nesse contexto, com destaque para sublevações que negavam os esforços censitários (1852), ou mesmo os episódios conhecidos como “quebra-quilos” (1874-1876) que tomaram feiras de várias províncias, contra o novo sistema decimal de pesos e medidas. Para mais detalhes ver: CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; e SECRETO, Verónica María. *(Des)medidos: A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011.

¹⁵³ Segundo consta no livro de “Quadros demonstrativos” da administração da Província do Amazonas, somente para o ano de 1855 aportaram na Cidade da Barra, vindas do Pará, 166 embarcações, entre canoas,

Além da licença municipal, os mascates fluviais ainda deveriam pagar 25\$000 pelo correspondente imposto devido ao fisco provincial, também previsto na Lei n.19 de 1853. A cobrança de impostos passou a ser uma das principais tônicas dos poderes oficiais em sua relação com os mercadores dos rios, que eram arrolados numa lista própria, separada das “canoas de negócios lícitos”.

Tabela 2 – “Relação das pessoas que tem obtido licença da Câmara Municipal para poderem comerciar pelo interior da Província ao comércio de regatão no corrente ano de 1853”.

Nomes das Canoas	Propriedades	Imposto por Alvará de Licença	Taxas de Patentes	Aferição de Pesos e medidas	Totalidade
Canoa Flor do Amazonas	Hipólito Lourenço Serrão	12\$000	10\$000	1\$800	23\$8000
Igarité Sem Nome	Matheos Magno Gzlº Campos	12\$000	5\$000	1\$700	16\$700
Arcoense	Silva S. Comp ^a	12\$000	—	\$400	12\$400
Coberta Bella Amazonas	Pedro Mendes Gzlº Pinheiro	12\$000	7\$000	2\$500	21\$500
Barco Dois Amigos	José Pereira de Moraes	12\$000	6\$000	1\$000	19\$000
Igarité Catão	Manoel Ribrº Candido	12\$000	—	\$400	12\$400
Santa Thereza	Mendonça S. Coelho	12\$000	6\$000	2\$000	20\$000
Igarité sem nome	Bernardino d’Oliveira Costa	12\$000	6\$000	2\$700	20\$700
Coberta Santa Thereza de Jesus	Geraldo José Joaquim Pucú	12\$000	6\$000	2\$700	20\$700
Santa Maria de Jesus	Luciano Ferreira da Cruz	12\$000	6\$000	2\$300	20\$300
D. Ressureição	Juvencio Alves da Silva	12\$000	6\$000	2\$300	20\$300

cobertas e igarités, todas envolvidas com modalidades de comércio ambulante fluvial. Tal número, quando comparado aos pagantes das licenças dos anos anteriores, deixam entrever o quão baixo era o índice de mascates fluviais em dias com o fisco. Cf. APEAM. Livro de quadros demonstrativos da administração da Província do Amazonas, 1856. (Manuscrito).

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Documentos manuscritos da Câmara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro (1853-1854). Livro sem numeração

Tabela 3 – “Relação das pessoas que tem obtido licença da Câmara Municipal para poderem comerciar pelo interior da Província ao comércio de regatão no corrente ano de 1854”.

Nomes das Canoas	Propriedades	Imposto por Alvará de Licença	Taxas de Patentes	Aferição de Pesos e medidas	Totalidade
Canoa Inveja	Juvencio Alves da Silva	12\$000	10\$000	1\$800	23\$800
Dita São Braz Cudajaense	Albino Correia da Costa	12\$000	14\$000	1\$600	27\$600
Dita Florinda	Paes de Souza S. Comp ^a Sobrinho	12\$000	14\$000	—	26\$000
Dita Andorinha	Costa S. Companhia	12\$000	14\$000	—	26\$000
Dita Acary	João José Ferreira	12\$000	14\$000	1\$800	27\$800
Dita Montaria	Joaquim Quintela de Miranda	12\$000	14\$000	—	26\$000
Dita Coberta Nazareth	José de Souza Coelho	12\$000	14\$000	2\$100	28\$100
Dita Andorinha	Servolo José Everton	12\$000	8\$000	—	20\$000
Dita Guajará	Manoel de Souza Cruz	12\$000	14\$000	—	26\$000
<u>Dita Amphitrite</u>	<u>Henrique Antony</u>	12\$000	14\$000	2\$800	28\$800
Dita Nossa Senhora da Guia	Manoel Joaquim de Oliveira	12\$000	14\$000	—	26\$000
Dita Bela Amazonas	Pedro Mendes Gzl ^o Pinheiro	12\$000	14\$000	2\$700	28\$700
Dita Santa Tereza de Jesus	Geraldo José Joaquim	12\$000	14\$000	2\$700	28\$700

Dita Vigilante	Manoel Policarpo Barrozo	12\$000	14\$000	2\$500	28\$500
Dita Amazonas	Ricardo Zany Pereira	12\$000	14\$000	\$400	26\$400
Dita Liberal	Damazo de Souza Barriga	12\$000	14\$000	2\$200	28\$200
Dita Flor do Amazonas	Francisco Ramos	12\$000	14\$000	2\$700	27\$700 (sic)
Dita Conceição Amazonense	Bernardino de Sena Marques	12\$000	14\$000	2\$800	28\$800
Barco Dois Amigos	Bernardo Joaquim Dias Ferreira	12\$000	14\$000	3\$700	29\$700

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Documentos manuscritos da Câmara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro (1853-1854). Livro sem numeração

A distinção entre as “canoas de negócios lícitos” e as de regatão evidenciava as gradações entre embarcações ligadas ao comércio ambulante, cujo fracionamento indicava a construção de diferenças entre os licenciados. A Lei n.19 do Amazonas não explicitava qual a origem dessa diferenciação. Muito provavelmente referenciava-se na Resolução n.182, que ao proibir os negócios de regatão no Pará em 1850 teve que definir o que seriam as “canoas de negócios lícitos”, que, ao fim e ao cabo, não se distanciavam do comércio de regatão.

Segundo o dispositivo legal paraense eram “lícitas” as canoas empregadas no transporte de mercadorias, gêneros e gado; embarcações destinadas ao serviço dos lavradores, engenhos, fazendeiros, fábricas e feitorias; e barcos ocupados na exploração de óleos, salsa, e outros produtos da natureza. Já os regatões, de acordo com a mesma lei, eram aqueles que circulavam, levando “secos e molhados, como verdadeiras lojas ou tavernas flutuantes, vendendo e comprando ou permutando gêneros e objetos de comércio pelos sítios, fazendas, fábricas, engenhos e feitorias”.¹⁵⁴

A distinção que atribuía aos regatões o papel exclusivo de bufarinheiro da floresta mostrava-se bastante frágil, posto que as “canoas de negócios lícitos” seguiam itinerários de comércio praticamente idênticos. Ambos transportavam mercadorias e estavam conectados com demandas por bens de consumo que vinham aumentando em

¹⁵⁴ Cf. Anexos de documentos na obra de José Alípio Goulart (1968), p. 189.

consonância com o avanço da frente de expansão. Talvez a diferença fundamental entre uns e outros tenha sido referenciada pela pecha de burladores do fisco, que recaíam sobre aqueles que navegavam fora dos portos fiscalizados por agentes da província.

Contudo, em detrimento das medidas de controle o regateio generalizava-se. De maneira lícita ou não, a atividade espalhava-se entre diferentes personagens, que perseguiram os atraentes lucros do comércio ambulante fluvial. De acordo com pesquisa de Irma Rizinni, o alcance do regateio era tal, que havia até mesmo “professores regatões”, mestres de primeiras letras que aproveitavam os longos percursos de canoa até as escolas para negociarem miudezas manufaturadas pela floresta¹⁵⁵. Em outras palavras, para além dos regatões ou “negociantes lícitos” já estabelecidos, outros agentes, que nem sempre tinham o comércio como atividade principal, vinham tomando parte nos lucros advindos das trocas entre drogas e quinquilharias nos sertões.

Esse quadro torna-se ainda mais complexo quando localizamos na lista dos regatões licenciados nomes de conhecidos “cidadãos dignos de fé”. Nesse sentido, destaca-se Henrique Antoni, afamado comerciante nascido em Livorno, na Toscana, que emigrou para o Pará em 1821, com apenas 15 anos¹⁵⁶. Ao chegar em terras amazônicas, Antoni iniciou seus itinerários de subida dos rios, fixando residência no que viria ser a capital da Província do Amazonas, envolvendo-se diretamente no comércio ambulante pelos sertões¹⁵⁷.

Seus negócios o alçaram a uma posição de prestígio na antiga Vila de Barra, base para suas empreitadas, que continuaram após a implementação da Província do Amazonas. Fiando-se em sua riqueza e influência, o estrangeiro tornou-se um conhecido anfitrião de viajantes. Antoni era acionado para ciceronear ilustrados hóspedes em sua casa, uma das melhores da pequena povoação, com dois pavimentos – o térreo reservado

¹⁵⁵ RIZINNI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p.145

¹⁵⁶ SPRUCE, Richard. *Notas de um Botânico na Amazônia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006. p. 155

¹⁵⁷ BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. Nos dados contidos no trabalho de Agnello Bittencourt existem referências diferentes das apresentadas por Richard Spruce no que se refere à origem de Henrique Antoni. Segundo o autor brasileiro, Antoni seria originário da Ilha de Córsega e não de Livorno, na Toscana. Tendo em conta a proximidade que Spruce teve com Antoni e os alentados diálogos pessoais (presentes no relato de viagem) que os dois tiveram em 1850, optou-se por conservar no texto as referências do nascimento de Antoni presentes no testemunho do viajante inglês.

para armazenar suas mercadorias e gêneros, e o primeiro andar destinado a residência de sua família¹⁵⁸.

O proprietário da canoa *Amphitrite* (ver tabela 3) não representava o “tipo” de regatão estipulado na letra da lei. Sua presença na listagem da Câmara da Cidade da Barra do Rio Negro revelava que a definição legal da atividade era bastante limitada, não abarcando o movimento expansivo da mesma pelos rios do interior, nem sua diversidade de agentes. As leis que proibiram ou tentaram regular o comércio ambulante pelos sertões partiam de referências bastante específicas, inspirando-se na recorrente sonegação fiscal, agravada pelas denúncias sobre a relação de regatões com “indesejáveis” que se esgueiravam na floresta.

Entre as várias facetas possíveis dos regatões, a de Henrique Antoni não se afinava com o ideário negativo presente na legislação. Esta era uma das nuances não explicitadas na letra da lei, índice do ambíguo tratamento voltado aos mascates fluviais. Antoni não figurava entre os potencialmente suspeitos, mesmo fazendo seus giros comerciais em áreas distantes do alcance do Estado. Sabia-se que os regatões em geral manobravam nas linhas de frente do deslocamento de fronteiras, se articulando firmemente à problemática do crescimento do trânsito de pessoas e mercadorias pelo interior. Essa conjuntura alimentava uma perspectiva de aumento de dividendos econômicos, mas também trazia desafios do ponto de vista do controle da miríade de embarcações e de seus passageiros.

Se de um lado abria-se um horizonte favorável a um aporte populacional ligado ao incremento do potencial produtivo, por outro, impunham-se desafios do ponto de vista da disciplinarização dessas novas movimentações. As embarcações a remo e a vela estavam no centro desses debates. Não por acaso, em 1856, João Pedro Dias Vieira, Presidente da Província do Amazonas, incrementou a Lei n. 19 em vigência, executando

¹⁵⁸ Em 1850, Antoni recebeu o militar norte-americano Williams Lewis Herndon, que vinha em viagem de “reconhecimento” descendo o rio Solimões desde o Peru. O viajante estadunidense ficou bastante impressionado quando soube que seu guia local, possuía jornais de Nova York e acompanhava o movimento comercial das principais praças comerciais da América do Norte. Ainda em 1850, Antoni foi anfitrião do botânico Richard Spruce, que deixou notas de grande admiração ao estimado interlocutor da Cidade da Barra. Sua eloquência nas conversações em diversas línguas ajudava no estreitamento de relações com outros estrangeiros – e destes com as populações da floresta. Nesse sentido, Antoni, assim como outros afamados comerciantes envolvidos no regateio, figurava como um importante intermediário, servindo de elo entre interesses de adventícios e habitantes locais. Mais detalhes serão discutidos no tópico 4.2.

seu Art. 7º, que possibilitava ajustes no dispositivo legal, submetidos ao crivo da Assembleia Provincial.

Foi aprovado o Regulamento n. 4 de 8 de março de 1856, que detalhava ainda mais as medidas oficiais voltadas ao controle dos mascates fluviais. No texto havia disposições bastante criteriosas sobre a matrícula das canoas e de seus tripulantes, que deveriam ser devidamente registrados. Era devotada atenção aos mínimos detalhes dos barcos. As anotações dos fiscais deveriam contemplar a classe e nome da embarcação, assim como altura, largura, quantidade de mastros, observações sobre a popa, gurupé, entre outros detalhes cobrados para efeito de licenciamento. Quanto aos tripulantes, a pormenorização prevista na lei era também bastante detalhada:

Da matrícula dos tripulantes

Art.13. Nenhuma pessoa nacional, estrangeira ou escrava, poderá ser empregada na tripulação das embarcações destinadas ao comércio de regatão, sem que esteja matriculada na Secretaria de Polícia da Capital, ou nas Delegacias ou Subdelegacias do interior, conforme o lugar donde tiver de sair a embarcação.

Art.14. Para ter a matrícula das pessoas acima ditas, deverá o dono, mestre ou consignatário da embarcação declarar perante as respectivas autoridades policiais.

§ 1º O ajuste que houver feito da soldada pela viagem;

§ 2º Os rios, lagos, igarapés, ou outros lugares para onde tiver de navegar;

§ 3º Que os indivíduos das tripulações estejam livres e desembaraçados para a dita viagem; não havendo entre eles desertores, nem criminosos, nem escravos, sem licença ou autorização de seus senhores, feitores ou administradores¹⁵⁹.

Por circularem para além das fronteiras geográficas conhecidas, a legislação previa a possibilidade dos vendeiros dos rios ultrapassarem também os limites da legalidade. A resolução atingia, além dos mascates, membros da chamada “multidão colorida” que ajudavam a conformar grande parte das tripulações.

É interessante salientar que a legislação estava conectada com o panorama político pós-cabanagem, responsável por precarizar ainda mais as condições de trabalho na floresta. Qualquer irregularidade poderia majorar o risco de capturas compulsórias voltadas aos *Corpos de Trabalhadores*, Batalhões, canteiros de obras públicas e

¹⁵⁹ Anexos de documentos na obra de José Alípio Goulart (1968), p. 204.

particulares. Semelhante ao que ocorria em outras áreas do Império e do mundo atlântico, a circulação de índios, negros e mestiços muitas vezes estava condicionada à apresentação de autorizações e licenças expedidas por senhores, administradores ou forças policiais¹⁶⁰.

Nesse ponto, revelam-se os cruzamentos entre a legislação que tratava dos regatões e o contexto de perseguição e disciplinarização das populações da floresta. Muitos mascates fluviais tornavam-se potencialmente suspeitos por figurarem como parceiros de fugitivos, especialmente de escravos. A passagem de embarcações de regateio nos portos fiscalizados eram alvo de grave escrutínio de forças policiais, que juntamente com periódicos, deixaram diversas referências sobre o contato entre mercadores fluviais e tripulantes.

2.2 Regatões e escravos entre alianças complexas

As leis sobre os regatões guardavam mais que diretrizes sobre o funcionamento do comércio nos sertões amazônicos, possuindo várias camadas de sentido que denunciavam outras preocupações. Para além de inquietações com o fisco, a legislação também previa a fiscalização de remeiros, carregadores e práticos de embarcações. Estes corriam o risco de serem custodiados e submetidos a regimes de trabalho forçado, entrando no rol dos interesses no “aumento dos braços” capitaneado pelas políticas locais. Mesmo sob olhadores escrutinadores, regatões tornaram-se alternativas dentro de itinerários de índios, desertores e escravos fugidos, que poderiam refugiar-se como parte de tripulações das pequenas embarcações comerciais.

Aos que almejavam subir os rios era fundamental possuir algum traquejo com as rotas que mercadejavam pelo interior. Esse panorama ajudava a sincronizar os interesses de regatões com fugitivos que viam nos altos rios possibilidades de liberdade. Os jornais de época apontaram vários indícios desse cenário, que pesava sobre os ombros dos envolvidos no comércio fluvial. Para além das já conhecidas denúncias sobre as

¹⁶⁰ Sobre a problemática da circulação de escravos no mundo atlântico e dos vários usos dos “papéis” em seus itinerários ver. SCOTT, Rebeca & HÉBRARD, Jean. *Freedom Papers: an Atlantic odyssey in the age of emancipation*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

relações entre mascates e mocambeiros¹⁶¹, chamavam atenção as várias notas explicativas de anúncios de fuga de escravos que apontavam o cruzamento entre os itinerários dos cativos e das embarcações de regateio.

O *Diário do Gram-Pará* noticiou várias dessas ocorrências, colocando em evidência as redes de sociabilidade assentadas nos percursos fluviais, que muitas vezes serviam de base para fugas de escravos. O reconhecimento de distâncias, itinerários, rotas, dentre outros aspectos, entravam na alçada dos que buscavam refúgio pelos rios do interior. Essas habilidades eram compartilhadas num cotidiano de barganhas e trocas que incluía fugitivos como “Marcelino, preto retinto, alto, sem barba, desdentado, olhos pequenos, 44 anos” e “Manoel, 50 anos, preto fulo, estatura regular, olhos grandes, pouca barba”, ambos cativos da casa de João da Silva Miranda, de Belém, que alertava sobre a possibilidade dos fujões andarem se passando por “forros nos barcos que navegam no interior da Província”, recomendando aos mestres e patrões bastante atenção aos “signaes” estampados no anúncio do *Diário do Gram-Pará*¹⁶².

Nessa mesma perspectiva, o jornal registrou os reclames do senhor Manoel Gonçalves Meninea Netto, residente na Vila de Mazagão. Para o reclamante não restava dúvida que seu escravo Vencislau, “carafuz, 28 anos de idade, estatura além da ordinária, cheio de corpo, cara larga e grande, de fala rápida e um tanto fanhosa”, havia fugido para o Porto de Moz, onde teria se matriculado ilegalmente como tripulante do barco de Severino Diniz de Souza. O proprietário rogava à polícia “a capturação de seu escravo”, comprometendo-se a pagar todos os possíveis dispêndios de sua busca¹⁶³. Ainda tratando da região do Cabo Norte também foi registrada a escapada de nove escravos e escravas de Pedro Rodrigues de Macedo Barata, da Vila de Curuçá, que teriam furtado uma canoa grande para empreenderem fuga juntos, embarcação “com toldo de palma, mastro branco, proa e gurupés preto”, pertencente a Cândido Barbosa de Lima, comerciante de “secos, molhados e fazendas”¹⁶⁴.

¹⁶¹ GOULART., *O Regatão...* op.cit.

¹⁶² BPAV – setor de microfilmes. *Diário do Gram-Pará*, 19 de abril de 1860. Rolo 03, janeiro-maio de 1860 – janeiro-dezembro de 1861.

¹⁶³ BPAV – setor de microfilmes. *Diário do Gram-Pará*, 4 de maio de 1861. Rolo 03, janeiro-maio de 1860 – janeiro-dezembro de 1861.

¹⁶⁴ BPAV – setor de microfilmes. *Diário do Gram-Pará*, 26 de fevereiro de 1861. Rolo 03, janeiro-maio de 1860 – janeiro-dezembro de 1861. O detalhe das atividades do comerciante Cândido Barbosa de Lima pode ser encontrado no “Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso” do Pará do ano de 1869, mais precisamente na página 302. O documento encontra-se disponível *on-line* no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A lida rotineira com os regatões trazia aos fregueses contatados, incluindo escravos, a mensuração de rotas e negócios, além de outras referências que poderiam ser úteis em ocasiões de fuga. Esses talvez tenham sido os arrazoados do “creoulo” Celestino, “idade de 40 a 50 anos, pouco mais ou menos, bastante alto, magro, pouco retinto (acarafuzado)”, fugido da padaria de João Antonio Henriques, residente em Belém, que suspeitava que o escravo estava navegando pelos “sertões” passando-se por negociante “de cabo de canoa” (ou seja, regatão), intitulando-se “mestre José” e dizendo-se forro¹⁶⁵.

A possível incorporação do papel de regatão por parte do cativo deixava entrever a estreiteza entre suas experiências na floresta e o mundo dos giros comerciais pelo interior amazônico. Celestino passava por livre tornando-se “mestre José”, disfarçando-se nos circuitos de regateio para ganhar legitimidade como forro, aproveitando-se do precário alcance da fiscalização e da imensidão de rios e matas para construir seus espaços de liberdade. Essas possibilidades eram conhecidas das autoridades, e por isso tripulantes ou mesmo “mestres” de canoas transformavam-se em suspeitos em potencial. A polícia estava atenta ao movimento daqueles que aportavam nas localidades onde havia fiscalização. Em vários documentos se repetem roteiros de averiguações de embarcações, com a atenção aos boatos que se espalhavam sobre fugitivos esgueirados na equipagem de canoas:

Participo a V. Ex. que ontem mandei pôr em custódia o preto Justo José Manoel que veio no número de pessoas da tripulação da canoa Espírito Santo da propriedade de Raimundo Cândido Ferraz chegada a pouco a esta cidade vinda do Pará, por ter eu suspeita que ele é escravo fugido visto ter tido denúncia que nessa vinha um escravo fugido, não me sendo, porém, declarado precisamente que era, pois (havia) mais 2 pretos que vieram na mesma canoa, houve aqui pessoa capaz que os conhecesse como livres. Nas indagações que procedi ao referido preto, não duvidei ter suspeita dele, por quanto divergiu na declaração que fez da paragem em que embarcou ao que me disse o encarregado dessa canoa que certificou que o recebeu a bordo em outro lugar por oferecimento espontâneo do mesmo preto. A vista do que tomei nota por escrito do lugar de seu nascimento e moradia nessa cidade e dos sinais, assim como nome de algumas pessoas que diz ele o conhecem no Pará, e vou officiar ao Chefe de Polícia dali remetendo essas declarações e sinais a fim de se verificar se com efeito é escravo, no entanto continua a estar retido na cadeia até a solução daquele Chefe de Polícia.¹⁶⁶

¹⁶⁵ BPAV – setor de microfilmes. *Diário do Gram-Pará*, 03 de fevereiro de 1860. Rolo 03, janeiro-maio de 1860 – janeiro-dezembro de 1861.

¹⁶⁶ APEAM. Livro da Polícia – ofícios expedidos pela delegacia, 1854.

Segundo o Subdelegado, o “preto” Justo José Manoel teria se oferecido de maneira espontânea para compor a equipagem da canoa *Espírito Santo*, o que aumentava ainda mais o grau de suspeição sobre seus itinerários, cuja origem ainda não tinha sido descoberta. Em geral, a referida “oferta” era aceita em troca de trabalho, pago com a facilitação da fuga do transgressor.

Tais negociações revelavam o teor das alianças complexas tecidas entre regatões e escravos. Embora os comerciantes facilitassem fugas, aproveitavam a condição ilegal de seus embarcações para angariar força de trabalho sem a observação de contratos de soldada ou outras diretrizes previstas em lei. Os escravos fugidos, por sua vez, na esperança de alcançar alternativas de liberdade em áreas distantes, saíam da órbita de senhores e passavam a experimentar outras dimensões coercitivas sob o jugo de acoitadores também interessados em explorá-los. A situação evidenciava as diferenças de poder de barganha existentes entre escravos e regatões, cujas assimetrias servem de base para o auscultar a tessitura de suas negociações e interesses na subida dos rios.

Dialogando com reflexões de James Scott, pode-se afirmar que o conteúdo dessas tratativas era pensado como discurso oculto de agências originadas nas rotas fluviais, escamoteadas em diálogos e aprendizados cotidianos, que tiveram relação direta com o processo de subida dos rios¹⁶⁷. Escravos e regatões participaram da conformação desse emaranhado de experiências, ressignificando o deslocamento de fronteiras das terras amazônicas no século XIX com base em suas alianças complexas.

A mobilidade desses personagens chamava atenção pela largueza de seus itinerários. Muitos atravessavam milhares de quilômetros, marcados por variados contatos durante os percursos de fuga. Um caso ilustrativo da complexidade dessas rotas foi registrado pela polícia da Cidade da Barra em 1854. A Coberta *Nova Diana*, de Manoel Ribeiro de Vasconcelos, ancorou no porto da capital do Amazonas em 30 de outubro carregada com secos e molhados, trazendo como tripulantes o proprietário e sua família, juntamente com um homem chamado José Manuel, agregado ao barco de regateio durante o percurso. Mesmo tendo aceitado a presença do desconhecido, Manoel Ribeiro suspeitava que José Manuel fosse desertor militar. Não se sabe ao certo qual foi o arranjo acordado entre os dois, mas provavelmente a guarida ao estranho veio em troca de

¹⁶⁷ SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

serviços prestados ao comerciante durante a viagem, acordo comum firmado com a população “lotérica” que conformava tripulação nos barcos dos mascates fluviais¹⁶⁸.

Após ancorar na Cidade da Barra, a *Nova Diana* passaria pelo crivo da vigilância policial e pelo fisco, situação sempre tensa, ainda mais para os que traziam consigo tripulantes não matriculados. Nessa ocasião, certamente antevendo medidas punitivas voltadas aos seus negócios, Manoel Ribeiro desfez a aliança com o suposto desertor e comunicou ao delegado sua suspeita sobre o incógnito embarcado, que logo seria apreendido na cadeia e interrogado. Foi iniciada uma investigação sobre sua pretensa trajetória de fugitivo, tendo como objetivo sua correção e devida punição.

O agora prisioneiro José Manuel logo no primeiro dia de prisão confessou que era soldado da 1ª Companhia do Batalhão nº 11 do Pará, ficando à disposição do Delegado Suplente Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil. Parecia ser mais um caso corriqueiro de deserção militar, e o praxe dizia para contatar seus superiores e organizar o traslado ao destino devido. Mas, antes de ter seu caso despachado, o prisioneiro enviou dois bilhetes ao Delegado que mudariam os rumos da investigação. Em ofício, após as novidades expressadas pelo desertor, a autoridade encaminharia para o Presidente de Província novas informações.

Illmº Exmº Snr.

Tendo eu participado a V.Exª em meu ofício de 30 de Outubro p.pdoº. sob o número 392 que dentre a tripulação da Coberta de Manoel Ribeiro de Vasconcelos tinha eu descoberto um soldado desertor, tendo este mesmo logo depois declarado que com efeito o era, e que pertencia à 1ª Comp.ª do Batalhão nº 11 e que se chamava Jozé Manuel por cujo motivo o tinha por isto em custódia à disposição de V. Exª.; agora ultimamente acaba mais de declarar ele a esta Repartição que é escravo no Distrito do Rio Xingú, Província do Pará, e que tendo fugido assentara praça, e pouco tempo depois desertara, e que seu nome é Raphael Manuel Jozé, incluso envio a V. Exª. dois bilhetes que por parte do referido desertor me foi enviado [sic] da prisão. É o que assim tenho a honra de levar a conhecimento de V. Exª.

Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil,
Delegado Suplente dos Termos da Capital¹⁶⁹.

¹⁶⁸ GOULART, José Alípio. *O Regatão* (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968. p.30

¹⁶⁹ APEAM. Livro n.04 – Polícia (delegacias), 1854. Manuscrito.

O suposto “José Manuel” era Raphael Manuel Jozé, escravo fugido que assentara praça com nome falso e vivia como livre. Após ser aceito como soldado, em pouco tempo fugira novamente e na empreitada teria encontrado a Coberta *Nova Diana*, que ia em direção à Cidade da Barra do Rio Negro. A escolha de seguir para o Amazonas não era fortuita, especialmente porque poderia confundir-se dentro do crescente movimento de outros tripulantes e demais agentes que todos os dias aportavam em situação semelhante.

Mesmo que na documentação da Delegacia de Polícia do Amazonas não figurem outros indícios sobre quais os motivos da denúncia ou mesmo o conteúdo dos bilhetes que posteriormente teriam sido enviados ao delegado, fica bastante evidente a complexidade da trama. Muito provavelmente depois de afirmar sua condição de cativo, Raphael foi remetido ao Xingú, pois o mesmo ofício assinado pelo delegado em 30 de outubro foi copiado e enviado ao Presidente da Província do Pará no dia 7 de novembro, um aceno claro para as autoridades paraenses tomarem providências. A partir desse ponto os rastros do escravo *desertor* desaparecem nas fontes.

Os caminhos de Raphael apontam a complexidade existente entre ser livre ou cativo na Amazônia na segunda metade do século XIX. A condição de soldado, inicialmente vista como possibilidade ou garantia de liberdade, revelava-se precária, impelindo-o a escapar uma segunda vez, agora na qualidade de desertor militar. Após sua captura na Cidade da Barra, Raphael voltaria à condição de cativo em um mundo onde as linhas entre a liberdade e a escravidão eram tênues, com fronteiras móveis e infortúnios semelhantes.

A situação de suspeição generalizada impunha graves desafios do ponto de vista do controle dos fluxos internos, que não poderiam ser duramente contidos sem prejuízos. Mesmo diante do grave quadro de fugas, persistia o indicativo de incentivar o desenvolvimento dos giros econômicos da floresta, que incluíam o regateio e seus tripulantes. Segundo estudo de Siméia de Nazaré Lopes, “o comércio interno constituía-se em uma das principais áreas de intervenção dos Presidentes de Província, setor que reclamava por melhoras desde o abalo que a revolta cabana causou na economia, na

política e na vida social”¹⁷⁰. Sabia-se que os ganhos econômicos do Amazonas e do Pará dependiam fundamentalmente do tráfego dos barcos (grandes e pequenos), que movimentavam os sistemas produtivos da floresta.

O deslocamento de fronteiras estava na base do fortalecimento dessas práticas, que propagavam interesses comerciais que extrapolavam o significado “oficial” atribuído ao regateio. Por isso, a dureza da legislação e o recorrente escrutínio de tripulantes acabava comprometendo diversos ramos da economia, atingindo inclusive interesses de abastados “cidadãos dignos de fé”. Esse era um dos dilemas localizados entre as decisões provinciais sobre a matéria, deixando entrever a complexidade social que comportava as atividades dos regatões. As preocupações com a sua alegada má fama dividiam espaço com a disposição em conservar práticas comerciais. Embora não fossem os “pioneiros” mais desejáveis, era difícil obliterar sua presença nas fileiras dos que se lançavam na devassa do interior.

Nesse sentido, uma orientação de caráter mais complacente acabou ganhando força mesmo com todas as desconfianças que recaíam sobre os regatões. Na década de 1860, políticos de grande expressão, como José Vieira Couto de Magalhães e Aureliano Cândido Tavares Bastos, passaram a defender medidas cada vez menos incisivas, alinhadas com um ideário liberal contrário às regulações que tolhiam o regateio. O panorama econômico de introdução das linhas de vapores, de incremento da circulação de bens de consumo e, finalmente, a perspectiva de abertura definitiva da Bacia Amazônica para embarcações estrangeiras, animava-os a desincentivar o endurecimento da legislação e o policiamento voltado contra os mercadores dos rios.

Na opinião de Couto de Magalhães, que foi Presidente da Província do Pará entre 1864-66, a vigilância e as altas cobranças do fisco causavam mais danos aos “fregueses”, que pagavam preços superestimados, embutidos dos lucros e dos valores dos impostos cobrados¹⁷¹. Conquanto a autoridade não esquecesse dos alardeados “males” causados pelos regatões, jogava mais luz sobre a perspectiva que os posicionava como importantes intermediários dos interesses comerciais nas mais distantes localidades.

¹⁷⁰ LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855*. Belém: Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, 2002. p.17

¹⁷¹ Relatório dos Negócios da Província do Pará, apresentado por José Vieira Couto de Magalhães. Belém: Typ. De Frederico Rhossard, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/527/000012.html>

Os arrazoados do autor de *O selvagem* traziam em si parte das ambiguidades presentes no debate sobre o regateio na arena política local. Eram nítidos os desencontros entre a tendência de posituação e as copiosas denúncias sobre embustes e transporte de fugitivos. A questão mostrava-se, assim, recheada de incongruências, apresentando uma tendência geral permissiva, mas cheia de ressalvas, que posicionava os regatões como uma espécie de “mal necessário”, relacionando-os ao processo de expansão da economia amazônica na segunda metade do século XIX. Com o contexto de avanço da exploração dos seringais esse cenário ganhou ainda mais complexidade. A busca por bens de consumo aumentou enormemente com a chegada de milhares migrantes, que se destinaram às áreas de coleta de goma elástica, somando-se às populações indígenas e fugitivas que já eram freguesas dos regatões.

2.3 Regatões e Seringais

No Amazonas o mercador ambulante, que tem a classificação de regatão, é um homem-máquina, que movido pela mais sórdida e repreensível ganância, percorre em todos os sentidos os rios da província, entrando nos igarapés e lagos, atravessando igapós imensos, tocando nas ilhas uma por uma, vencendo impetuosas correntezas dos rios (...). Este homem extraordinário, que assim afronta todos os perigos, que podem antepor-se a sua ambição de lucrar muito, com a permuta que fizer das mercadorias que conduz no valor de muitos contos de réis, que lhe fiaram sem garantia, com os produtos colhidos pelo pescador ou seringueiro, não tem consciência de si, desconhece sua temeridade e valor, e nem alcança por falta de instrução, além de si mesmo, a nobre missão que exerce, sem querer, de levar a esses incultos ignorantes habitantes dos nossos sertões a ideia de que fora deles existe um mundo todo de grandeza e luz. A ambição o cega, e gera-lhe na alma os mais negros sentimentos!¹⁷²

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho da Vila de Barcelos, rio Negro, foi o primeiro Presidente da Província do Amazonas. Depois de ocupar o mais alto cargo da nova unidade do Império, continuou atuando na política local, sendo interlocutor de incursões oficiais pelos sertões. Na edição da Revista do Amazonas de maio de 1876, iniciou a publicação de uma série de relatos sobre sua viagem entre Barcelos e as

¹⁷² ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. Rio Demeuny – Viagem de Barcelos a Maloca dos Índios Xirianas. In. *Revista do Amazonas*: publicação mensal sobre exploração de rios, catechese e civilização de índios; colonização, agricultura e indústria. ano 1; número 2, Manaus, Typ. do Commercio do Amazonas de Gregório J. de Moraes, 1876. p.25

“malocas” dos índios *Xiriana*, no rio Demeuny. No testemunho, Tenreiro Aranha esboçou interessantes observações sobre o papel dos regatões naqueles sertões, deixando nítido o viés ambíguo de suas opiniões sobre o tema.

A Revista do Amazonas, publicação mensal sobre “exploração de rios, catequese, civilização de índios, colonização, agricultura e indústria”, divulgava através dos escritos de seus colaboradores um ideário de planificação do desenvolvimento local¹⁷³. A viagem de Tenreiro Aranha se inseria dentro desse panorama, como mais uma contribuição para o arcabouço de informações sobre o interior amazônico. Sua incursão ocorreu em meses de vazante, época em que a maior parte da população se ocupava na salga dos peixes, fabricação de manteiga de tartaruga, extração de borracha, entre outras atividades típicas do verão amazônico à época. Segundo Aranha, pelo fato dos trabalhadores atuarem longe das pequenas comodidades de suas casas, aumentava a demanda pelos préstimos dos mascates fluviais que se entranhavam pelos mais distantes rios e igarapés para negociarem quinquilharias.

A ambição pelos altos lucros advindos dos gêneros da estação seca impelia os regatões ao enfrentamento dos maiores perigos. O ex-presidente deixou registrado o desassombro dos comerciantes dos rios que, segundo ele, nunca eram desencorajados pelas grandes distâncias e intempéries da floresta. O autor chegou a classificar os regatões como “homens-máquina”, personagens animados pelo combustível da ganância, que venciam incólumes os mais atribulados caminhos fluviais em busca de multiplicar seus ganhos. Aranha se inspirava no exemplo das arrojadas máquinas a vapor, que venciam correntezas e dificuldades numa velocidade espantosa para a época. As canoas de regatão, assim como os modernos vapores, eram posicionadas entre as forças que levavam “um mundo todo de grandeza e luz” aos sertões incultos. Ironicamente, mesmo sob permanente suspeita, os vendeiros dos rios eram positivados como agentes que vinham ajudando no desenvolvimento econômico da floresta.

É interessante sublinhar que a expansão dos interesses capitalistas na floresta se conectava aos lastros de uma sociedade em constante trânsito, muitas vezes condenada nas *Fallas* provinciais. Como visto no capítulo anterior, projetos de colonização e

¹⁷³ Embora tenha produzido apenas 6 números (entre abril e setembro de 1876), a Revista do Amazonas guarda interessantes índices analíticos que tratam dos projetos para o desenvolvimento local, com atenção especial para contato com populações indígenas e as possibilidades de aproveitamento econômico das potencialidades da floresta.

sedentarização se apequenavam diante da força atrativa das atividades de caráter nômade e extrativista. Se para as autoridades locais era motivo de pesar a detecção do fracasso de empreendimentos de sedentarização de indígenas e colonos, para a ordem econômica internacional o nomadismo servia de garantia para o fornecimento de produtos que animavam a indústria. Tal conjuntura posicionava os mascates fluviais ao lado dos que ajudavam no avanço dos interesses econômicos internacionais na selva. Em outras palavras, tomando o mote da reflexão de Tenreiro Aranha, os ambiciosos regatões podiam ser considerados “homens-máquina”, parte das engrenagens do capitalismo expansionista, interligados a dinâmicas macroestruturais oriundas de potências distantes que enxergavam a Amazônia como uma nova fronteira econômica.

À época da publicação do relato de viagem de Tenreiro Aranha o principal produto amazônico incorporado pelas demandas do capitalismo industrial já era a borracha. A disseminação do processo de vulcanização, patenteado pelo estadunidense Charles Goodyear desde 1844, vinha transformando a goma elástica numa matéria-prima de destaque mundial. Após o tratamento químico, a substância não mais variava de textura e consistência, servindo de excelente impermeabilizante para diversos produtos, que poderiam ser utilizados tanto em temperaturas quentes como frias¹⁷⁴. Assim, o leite das seringueiras ganhou notoriedade entre produtores de botas, sapatos, capas de chuva, peças de maquinário, dentre outros artefatos industrializados – e isto ainda estava distante do *boom* do uso em pneus de bicicleta e automóveis¹⁷⁵.

A floresta equatorial da América do Sul era a única produtora de goma elástica no mundo à época, o que ajudou a desenhar as conexões de interesses internacionais com a abertura e exploração dos seringais em terras amazônicas. Grandes corporações foram obrigadas a ensejar conexões com circuitos econômicos internos, ligados ao processo de expansão rumo ao oeste amazônico já previamente em curso.

Uma das facetas da interiorização dos interesses estrangeiros sobre a borracha teve base no aporte da oferta de crédito, impulsionando a circulação de mercadorias importadas, que se imbricavam diretamente ao comércio ambulante fluvial. Mesmo

¹⁷⁴ Antes do processo descoberto por Goodyear, a borracha mudava de consistência dependendo do clima, tornando-se pegajosa no calor e endurecida no frio. A vulcanização, que consistia na aplicação de enxofre sob pressão e altas temperaturas na goma elástica, lhe atribuía propriedades estáveis, podendo revestir produtos em qualquer latitude, tanto em altas como em baixas temperaturas. Cf. DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

¹⁷⁵ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia...op.cit.*

condenados por seus “negros sentimentos”, os regatões eram parte importante dessa cadeia de expansão, perfilando-se nas primeiras fileiras da subida dos rios, abrindo caminho para outros exploradores e seus empreendimentos.

Os fluxos migratórios advindos de outras províncias do Norte do Império incrementaram ainda mais o referido processo de expansão, aumentando as demandas por gêneros e produtos manufaturados. Para além dos giros dos mascates fluviais, foram sendo constituídos outros canais de acesso às mercadorias, dessa vez instrumentalizados por seringalistas, homens que buscaram monopolizar internamente os circuitos da produção de borracha através de estabelecimentos fixos de exploração extrativista.

Os seringalistas, em detrimento dos regatões, passaram a “aviar”, ou seja, a disputar a venda de quinquilharias para trabalhadores migrantes e indígenas em troca da produção do látex. Para tanto, os seringais erigiram seus próprios armazéns, que forneciam rudimentos de trabalho, vestuário e alimentos aos seringueiros, praticando preços supervalorizados. Tal relação econômica era a base das cadeias de endividamento do sistema de aviamento, que serviam de fio condutor das relações de trabalho num contexto de monetarização ainda rarefeita.

Os regatões paulatinamente foram ganhando a concorrência do que Euclides da Cunha classificaria anos mais tarde como “Barracão Senhorial”¹⁷⁶. Os estabelecimentos de exploração de borracha tentaram impedir que seus trabalhadores barganhassem a produção com atravessadores, fora da alçada da coercitiva relação patronal que se impunha. A conformação dessa conjuntura trouxe ainda mais desafios ao comércio ambulante, que além da desconfiança oficial também passou a enfrentar a concorrência e as reprimendas de seringalistas. Regras internas coagiam trabalhadores a venderem sua produção exclusivamente para os “donos” do seringal, retaliando transações com intermediários. Segundo estudo de David Macgrath, nesse contexto, os regatões encarnaram o papel de indesejáveis contrabandistas, comutados em piratas dos rios:

Aproveitando a resistência dos seringueiros às medidas cada vez mais coercitivas empregadas pelos seringalistas, os regatões penetraram nos seringais, comprando as “sobras da safra” direto dos seringueiros. Dessa forma, os seringueiros e regatões montaram uma resistência formidável à monopolização da atividade econômica pela elite local e

¹⁷⁶ Cf. DA CUNHA, Euclides. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, 2000.

regional. Ganhando o ódio dos comerciantes e proprietários locais, os regatões frequentemente foram chamados de “piratas fluviais” na imprensa internacional da época e castigados por causa dos problemas que causavam aos seringalistas e comerciantes do interior¹⁷⁷.

Conforme esboçado por David Macgrath, os trabalhadores podiam ser “aviados” pelos regatões em detrimento do “Barracão Senhorial”, negociando mercadorias em troca de borracha desviada do comprador principal. Tais agências demonstravam algumas das brechas existentes no sistema de aviamento sustentado nos seringais, que sofria com a concorrência sorrateira dos regatões. O comércio ambulante dos rios, mais uma vez, tomava um lugar indesejável, especialmente entre aqueles que perdiam dividendos com a exploração de borracha.

É importante destacar que os condenados negócios de regatões com seringueiros acompanhavam padrões prévios de sociabilidade tecidos com outras populações amazônicas. Mocambeiros, desertores e escravos fugidos de longa data enxergavam nos mascates fluviais possibilidades de romper estruturas de vigilância e disciplinarização assentadas na floresta, negociando produtos das matas longe da tutela e monopólio de senhores, administradores e chefes militares. Essas reflexões eram também extensivas às populações indígenas que atuavam como extratores de látex, inclusive àquelas aldeadas. Em outras palavras, seringueiros entraram paulatinamente no rol de problemáticas inerentes ao tecido social amazônico oitocentista, somando-se as rugosidades pré-existências dos mundos do trabalho na floresta.

2.4 Regatões: parceiros e algozes de indígenas

A problemática oriunda da relação entre regatões e índios era uma das mais candentes à época. Como se sabe, havia sérias preocupações com o disciplinamento e adequação de nativos às necessidades de trabalho locais. Após a implementação do *Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios*, de 1845, foram reorganizadas as esferas de atuação dos chamados Diretores de Índios, que no Amazonas

¹⁷⁷ MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Belém: *Cadernos NAEA*, v.2, n.2, 1999. p.64

eram em grande parte leigos e muitas vezes rivalizavam com os negócios dos mascates fluviais. A base das contendias estava assentada nas disputas em torno do acesso à força de trabalho e do controle dos sistemas produtivos indígenas. De modo equivalente ao que ocorria nos seringais, os regatões que aportavam nas proximidades de aldeias eram condenados como contrabandistas, desviando a produção que estava sob a “responsabilidade” dos Encarregados e Diretores de Índios.

A ideia da catequese vinha sendo dessacralizada e o cotidiano do “contato” sofria adaptações ao gosto dos interesses de autoridades e exploradores particulares leigos que demandavam gêneros das matas e força de trabalho¹⁷⁸. Essas práticas eram tidas como adequadas aos caminhos da civilização, mesmo crivadas de denúncias sobre os abusos praticados. Um dos presidentes de Província que mais refletiram sobre o tema foi Couto de Magalhães, deixando registrado de maneira contundente seu descontentamento com a matéria. Na ocasião em que presidiu o Pará, não poupou críticas aos Diretores de Índios, comparando-os com os regatões no que se refere à ganância em torno da obtenção de lucros sobre seus catecúmenos. Na opinião de Magalhães, os funcionários responsáveis pela “civilização” de nativos deveriam ser seriamente fiscalizados, pois estes tinham a obrigação de zelar pela proteção dos índios e não de explorá-los de modo abusivo.

As medidas que se tem adotado para protege-los, isto é, dar-lhes diretores, longe de produzirem bons efeitos, tem concorrido extraordinariamente para sua desgraça. Por via de regra, os diretores de aldeias aqui do Pará são outros tantos negociantes que recebem do governo brindes para gratuitamente dá-los aos índios, e que, em vez de assim procederem, servem-se deles para obterem os produtos que com tanta dificuldade e risco de vida arrancam da natureza. Não é o pior. Servem-se da autoridade que eles exercem, obrigam-nos a trabalhar, tomam-lhes o que é seu, e, quando o índio reclama contra isso, fazem vexames de toda sorte!

Dois ou três dias depois de tomar posse da administração entrou-me pelo palácio a dentro um *Tuxaua*, acompanhado de toda a sua família, e disse-me que vinha pedir proteção contra as extorsões de que vinha

¹⁷⁸ A ideia da “catechese” como processo civilizatório via trabalho, muitas vezes forçado, era uma das características mais marcantes da referida dessacralização do contato com populações ameríndias nos percursos da frente de expansão. Tal referência não era novidade no século XIX, posto que desde a Colônia, como assevera Giuseppe Marcotti, o trabalho forçado era bem visto até mesmo como forma de “educação civil”. Nesse sentido, o autor completa que já havia imbricado no processo colonial um ideário de trabalho que extrapolava um simples “termômetro das qualidades humanas”. A própria ideia da “salvação” – que estava intimamente ligada à conversão e civilização de índios – poderia chegar mais rápido através do trabalho, mesmo que este fosse coercitivo. Cf. MARCOTTI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no Império Português (ca. 1450-1650). *Revista Tempo*, n. 30, jul. 2011, p.45-46.

sendo vítima, arrancado-se-lhe dois filhos, e dando-se-lhes praça de aprendizes marinheiros. Fiquei realmente compadecido daquela família, composta de homens e mulheres, entre os quais só o pai falava mal a língua portuguesa¹⁷⁹.

Couto de Magalhães problematizou o papel dos Diretores de Índios indicando que sua posição era análoga à dos negociantes dos sertões. Essa perspectiva ainda era agravada pela posição de poder exercida pelos responsáveis pela “catequese”, que podiam fazer uso de suas prerrogativas para efetuar desmandos. Além dos interesses econômicos destacados no relatório, Magalhães deixou entrever aspectos da utilização dos mecanismos de recrutamento como medida de punição ou retaliação, como no caso do *Tuxaua* que se dirigiu ao palácio da presidência da Província junto com sua família para reclamar sobre os filhos indevidamente arregimentados. Semelhantes clamores contra abusos de emissários oficiais não eram incomuns, nitidamente afinados ao contexto coercitivo assentado nos mundos do trabalho para índios na Amazônia durante o século XIX.

Os “brindes” não eram simplesmente presentes, posto que entravam na roda dos interesses comerciais que vinham ensejando relações entre indígenas e adventícios nos sertões amazônicos, em conexão com a expansão do capitalismo na Amazônia. Não por acaso, a aproximação dos interesses de Diretores de Índios e regatões ganhava fôlego com a subida dos rios e a sedimentação da economia gumífera. No limite, sua atuação se tornou tão semelhante que em alguns casos se fundia.

Alguns tarimbados mascates fluviais, velhos conhecedores dos sertões e de seus habitantes, chegaram mesmo a ser nomeados como encarregados da administração de aldeias indígenas. Se para Couto de Magalhães no Pará era condenável o estreitamento dos interesses de diretores e negociantes ambulantes, para outros dirigentes prevalecia uma linha de pensamento diversa, que via a referida aproximação com bons olhos. Este quadro é bastante sintomático do funcionamento das Diretorias de Índios na Província do Amazonas, onde a presença de negociantes nos altos rios crescia juntamente com o deslocamento de fronteiras. Um exemplo bastante significativo dessa tendência foi a nomeação de Manoel Urbano da Encarnação como Diretor de Índios do Purus em 1861¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Relatório dos Negócios da Província do Pará, apresentado por José Vieira Couto de Magalhães. Belém: Typ. Frederico Rhossard. 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/527/000013.html>

¹⁸⁰ LHIA, *Estrella do Amazonas*, 16 de janeiro de 1861. n.517, p.1. (digitalizado)

O “mulato” Urbano destacava-se como conhecido mascate fluvial, afamado intermediário dos negócios da Província no interior que vinha angariando notoriedade como guia de expedições de engenheiros, interlocutor de autoridades e de viajantes estrangeiros.

Urbano, a exemplo de outros comerciantes, buscou aproximar-se dos interesses oficiais como meio de privilegiar seus negócios pelos rios do interior. A Província do Amazonas, por sua vez, ganhou um intermediário entre as populações indígenas no rio Purus, conhecedor de várias línguas e dos meandros de uma das mais ricas estradas fluviais amazônicas. Evidenciava-se, assim, uma tendência de aproveitamento seletivo das habilidades de habitantes da floresta, entre os quais Manoel Urbano teve grande destaque, tornando-se um dos mais importantes personagens da expansão econômica e demográfica em direção à Amazônia Ocidental no século XIX¹⁸¹.

Essa era uma das facetas de regatões alinhados com os projetos de conquista pensados na Província do Amazonas. A relação com populações indígenas era uma das peças chave dessa aproximação. Nesses casos, eram obliteradas ou relegadas para segundo plano denúncias sobre abusos e exploração, dando ênfase aos benefícios que o trabalho de “catequese” leiga pretensamente poderia trazer. Os mascates fluviais que se envolviam com negócios da Província ganhavam uma blindagem não extensiva aos seus pares em geral.

Alguns comerciantes ambulantes, além de Diretores de Índios, foram se engajando na devassa de seringais, ajudando na abertura de novas frentes de exploração do látex. Nas áreas de expansão da economia gumífera os índios contatados eram os primeiros trabalhadores “disponíveis”, seguidos dos migrantes que vinham chegando em quantidades cada vez maiores a partir da década de 1870. Portanto, o contato com populações indígenas era fundamental para o andamento das explorações e do avanço do deslocamento de fronteiras em curso. O traquejo comercial já assentado entre índios e regatões ajudava a pavimentar o caminho para a abertura de novos seringais.

Os registros desse processo aparecem de maneira débil em fontes oficiais, talvez tendo em conta o envolvimento direto de autoridades nas práticas abusivas. Por outro lado, importantes referências foram documentadas através de relatos de estrangeiros, que em viagens de exploração anotaram detalhes que passavam fora do crivo oficial. Destacam-se, nesse sentido, uma série de cartas publicadas pelos representantes

¹⁸¹ O Capítulo 3 da tese trará mais subsídios sobre a trajetória de Manoel Urbano da Encarnação.

da *South American Missionary Society* (SAMS), que estiveram em terras amazônicas ao longo das décadas de 1870 e 1880, concentrados mais detidamente no rio Purus. Tratava-se de um grupo de missionários ingleses anglicanos que, acompanhando a tendência de avanço de empreendimentos britânicos no território amazônico a partir dos anos 1870, buscaram expandir o ideal protestante entre populações indígenas.

As cartas dos missionários foram publicadas na *South American Missionary Magazine* (SAMM), divulgando relatos de seus representantes em vários outros locais do continente sul-americano¹⁸². O contato direto dos emissários ingleses com regatões e outros negociantes dos sertões está presente em praticamente todos os relatos dos anglicanos sobre a Amazônia. Os religiosos acompanharam diversas expedições de negócios, que buscavam contato com indígenas e a abertura de novas frentes de exploração de seringais, detalhando itinerários e interesses envolvidos. Algumas dessas ocasiões eram visualmente documentadas, como no caso de fotografias e desenhos que foram posteriormente publicadas na SAMM.

Imagem 1 – “Regatao (Huckster) and the floating shop, trading on the Purus”.

¹⁸² Mais detalhes sobre a trajetória da SAMS na Amazônia e sobre as publicações da SAMM serão discutidos com mais vagar no tópico 5.1.

Os regatões e outros negociantes do interior foram os principais guias dos missionários ingleses. Desde a chegada dos anglicanos em Manaus em 1874, o Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, delegou aos comerciantes o papel de anfitriões dos estrangeiros, a quem deveriam entregar cartas de recomendação ofertadas pelo dirigente. A relação entre os religiosos e os negociantes locais foi intensa desde as primeiras incursões, que redundaram em tentativas de implementação de uma missão protestante no Purus. Os mascates fluviais aparecem tanto nas cartas como em gravuras que ilustram a revista, como no caso da edição de março de 1880, onde figura um desenho inspirado numa fotografia tirada por Jacob Evert Resyek Polak, que mostra um regatão junto com sua tripulação numa das praias do Purus.

A canoa em destaque apresentava duas pequenas estruturas cobertas de palha, uma para acondicionar as mercadorias e outra para o descanso dos tripulantes, contando ao todo com cinco pessoas, entre as quais uma criança e uma mulher que aparecem na proa e na popa da embarcação, respectivamente. A presença feminina e o detalhe do pequeno integrante da equipagem são índices analíticos bastante significativos, ainda mais quando cruzados com os relatos presentes em várias das cartas dos missionários anglicanos publicados na SAMM.

Para além de servirem como anfitriões, um dos interesses que ligavam os anglicanos aos regatões era a busca por crianças indígenas, que seriam pupilos e “ajudantes” nas missões. Nas cartas torna-se patente o papel dos mascates fluviais como traficantes de índios, vendidos aos enriquecidos donos de seringais e às “boas famílias” das capitais, que adquiriam sobremaneira meninas, meninos e mulheres jovens. Em tempos de ocaso da escravidão negra e de expansão da economia rumo aos altos rios, eram vendidos, além de borracha, crianças e jovens indígenas na condição de trabalhadores ilegalmente escravizados, que conformavam grande parte da força de trabalho em novas áreas de exploração na floresta e também nos serviços domésticos urbanos.

Os missionários tinham em conta a ilegalidade da venda de indígenas pelos regatões. Suas cartas registraram a existência da prática, demonstrando que as referidas transações ilegais eram generalizadas pelo Purus. Em certas ocasiões, os próprios

anglicanos “encomendaram” crianças aos negociantes que subiam o rio; em outras oportunidades, quando seguiam suas expedições pelo Purus, eles próprios propunham aos nativos contatados que cedessem alguns de seus filhos e filhas, com a promessa de instruí-los.

Mesmo diante da significativa aproximação dos missionários com os meios ilegais de obtenção de crianças, existem nos relatos tentativas de diferenciação entre as intenções de missionários e de comerciantes. Os anglicanos não queriam ser confundidos com os regatões, asseverando que não buscavam “barganhar” crianças, mas sim civilizá-las, alimentando-as e ensinando-as a ler e a escrever. Todavia, as crianças que aparecem nos relatos se tornavam pequenas serviçais, acompanhando os missionários no trabalho e ajudando no aprovisionamento de seus “tutores”.

Nesse sentido, as cartas dos ingleses guardam vários índices analíticos que permitem problematizar a gravidade do cenário de tráfico de crianças indígenas no Purus. Algumas passagens são extensas, mas devido à importância documental desses testemunhos vale a pena reproduzir a tradução de alguns de seus trechos mais significativos, redigidos entre os anos de 1877 e 1878:

Os comerciantes são muito perspicazes em adquirir crianças, dando em troca presentes em quantia considerável, sabendo que um índio que pode cortar seringueiras custa muito pouco para sustentar. Embora existam leis no Brasil que protegem os índios, declarando que eles são pessoas livres do Império, não susceptíveis a serem chamados para o serviço militar, etc., ainda existem homens aqui que conseguem crianças dos índios rio acima, transportando-as rio abaixo na esperança de vendê-las por 8 ou 9 libras, de acordo com seu tamanho e aparência. Um homem passou aqui outro dia com uma jovem garota (*Apurinã*), que tinha entre 18 e 20 anos de idade, a qual ele queria vender se arrumasse um comprador por 130 mil réis, mais ou menos 13 libras. (SMM, Aug.1, 1878, p.185)

Nós fizemos duas tentativas de obter crianças dos índios que passavam, que nos prometeram trazer, mas pode-se atribuir muito pouca confiança a eles, pela bem conhecida indisposição que os índios têm de se separar de seus filhos. (...) Não foi feita a menor tentativa da parte dos comerciantes para nos trazer crianças indígenas, embora estejam perfeitamente prontos para nos enviar tão logo recebam deles (dos índios). (SMM, Dec. 1, 1877, p. 283)

...há alguns dias eu fui até o estabelecimento de um Senhor Brandão para comprar provisões. Na chegada, no porto, o garoto *Maniwa*, que me acompanhou, chamou minha atenção para uma canoa com alguns índios(...). Observei que na canoa havia quatro pessoas - um homem, duas mulheres (suas esposas) e um menino, este último sem nenhuma

vestimenta. Falei imediatamente com o homem, dizendo-lhe que ficaria honrado de receber a criança indígena, afirmando que eu não o queria para cortar borracha (...). Antes de acolher o garoto dentro do meu mosquiteiro eu desci até a beira do rio e dei-lhe um banho. À medida que a bela lua refletia em seu rosto, eu podia ver que ele era um menino brilhante (sic), e eu estava animado com o pensamento de que este pobre menino pagão poderia um dia sair entre seus irmãos como pregador do santo evangelho de Deus. O nome deste menino é *Warisamba*; Ele tem cerca de 12 anos de idade. Perguntei a *Warisamba* onde estava sua mãe. Ele apontou para o chão e me disse que era órfão. (SAMM, Feb. 1, 1878, pg. 44-45)

As crianças que estão sob nossa instrução estão progredindo muito bem. Elas podem fazer qualquer tipo de trabalho doméstico. Costurar parece ser o que as meninas estão mais avançadas, isso elas podem fazer tão bem quanto crianças inglesas da mesma idade. (SAMM, Feb. 1, 1878, p. 44-45)¹⁸³ (Tradução nossa)

A tutela de crianças tornou-se uma das principais frentes de atuação dos missionários durante sua passagem pela Amazônia. O ideário de transformá-los em reprodutores da fé anglicana alimentou o ímpeto de tê-los sob a guarda dos religiosos, sendo instruídos a servirem seus mestres. A faina diária consistia no trabalho de coleta de gêneros da floresta, pesca, costura, limpeza, que dividia espaço com lições religiosas e

¹⁸³ Em ordem de citação, trechos originais: Author, W.T. Woods. SAMM, Aug. 1, 1878, pg. 185: *The traders are very keen on obtaining children, and will give presents in exchange for them to a considerable amount, well knowing the value of an Indian lad who can cut Indian-rubber for them, and costs but little to sustain. Although there are laws in Brazil protecting the Indian, and declaring him a free subject of the Empire, and not liable to be called out for military service, etc., yet there are men here who will arrange children from the Indians far up river, and bring them down in the hope of selling about 8L or 9L, according to their size and appearance. A man passed here the other day who had a young girl with him (Ipuriná) about eighteen or twenty years old, whom he wished to sell, if he could find a purchaser, for, RS. 130.000 - about 13L. (...)* Author, W.T. Duke, SAMM, Dec 1, 1877, pg. 283: *We have made two endeavors to obtain children from passing Indians, and received promises from them, but can place very little reliance upon them from the manner in which they were made, and from the well-known unwillingness which the Indians have to part with their own children. (...) Owing to the uncertainty of our movements, and fearing to commit myself to any conditions just now, I have not received any Brazilian pupils as yet. Not the slightest attempt has been made on the part of the traders to bring us Indian children, although they are perfectly ready to send us their own as soon as we will receive them. (...)* Author, W. T. Woods, SAMM, Feb. 1, 1878, pg. 44-45: *You will doubtless be glad to hear that we have another pupil. We procured him in this way: a few days since I went to the settlement of one Senhor Brandão to purchase some provisions. On arrival at his port the boy Maniwa, who had accompanied me, called my attention to a canoe which had some Indians. I waited at the port until they brought-to. I observed that in the canoe there were four persons - one man, two women (his wives), and a boy; the last had not a single article wearing apparel. I at once addressed the man, telling him I would be glad to receive Indian children, simultaneously stating that I did not want them to cut Indian rubber (...). Before receiving the boy into my mosquito net I brought him down to the river side and gave him a thorough washing. As the beautiful moon reflected on his face, I could see that he was a bright lad, and I was cheered with the thought that this poor heathen boy may one day go forth amongst his brethren as a dispenser of God's holy Gospel. (...) This boy's name is Warisamba; he is about 12 years of age. I inquired of Warisamba where his mother was. He pointed down to the ground, and told me that he was an orphan. (...) The children are still under our instructions, and are progressing fairly well. They can do domestic work of any kind. Sewing seems to be what the girls are farthest advanced in, this they can do as well as English children of their age.*

até com possíveis banhos de rio sob a luz da lua, que poderiam terminar, como no caso do menino *Warisamba*, debaixo do mesmo mosquiteiro do tutor.

Mesmo não sendo necessariamente “negociantes” de índios, os membros da SAMS acompanhavam a tendência dos abusos e exploração de crianças indígenas na Província do Amazonas. Conquanto tenham se esforçado em negar e obliterar a faceta violenta de suas investidas, suas práticas se aproximavam dos regatões até mesmo nas formas de barganha. Os missionários não só foram guiados por pessoas ligadas aos negócios da devassa do interior, como também se inspiraram em suas estratégias para conseguir indígenas para as missões. De acordo com Rogério Sávio Link, que também analisou o material produzido pela *South American Missionary Society* no Purus, os missionários chegavam a se irritar quando seus “sinceros pedidos” aos índios não eram acatados, posto que, carregados de boas intenções, os ingleses “queriam trocar facas, facões, machados e anzóis por crianças e se indignavam quando os indígenas diziam que queriam trocar ferramentas por bananas”¹⁸⁴.

O uso da força de trabalho de crianças em troca de instrução e “tutela” era bastante disseminado. A Historiografia Social da Amazônia nos últimos anos vem desenvolvendo diversas discussões sobre esta problemática, com destaque para a análise de alguns grupos de fontes, como os livros do Juizado de Órfãos e os diversos debates da florescente imprensa das capitais amazônicas¹⁸⁵. As cartas da SAMM apontam, vide o exemplo de outros grupos documentais, uma tendência de naturalização do aproveitamento de crianças nos mundos do trabalho da Amazônia, cuja demanda fomentava o tráfico capitaneado por regatões e outros negociantes dos sertões.

Segundo pesquisa de Ygor Olinto Rocha Cavalcante, “o problema da escravização de crianças livres permanecia sem resolução e o tema não ultrapassava os discursos indignados”. Embora vários políticos, religiosos e outros personagens ilustres

¹⁸⁴ LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre Mundos: o povo Apurinã e última fronteira do Estado brasileiro*. Tese de Doutorado em História – UFRGS, 2016, p. 113. Embora a tese de Rogério Sávio Link considere a existência do desrespeito dos anglicanos aos limites posicionados pelos índios, investe em argumentos que privilegiam a perspectiva de um benigno “patriarcado” inglês, deixando exíguo espaço para uma discussão aberta sobre os abusos dos religiosos, que também corroboravam com o contexto altamente coercitivo voltado ao trabalho de crianças indígenas em terras amazônicas.

¹⁸⁵ Sobre o tema do trabalho de crianças, conferir: PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus. (1890-1920)*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2010; TEIXEIRA, Alcemir Alijean Bezerra. *O Juízo dos Órfãos em Manaus (1868-1896)*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2010; REZENDE, Ivana Otto. *Os órfãos da cidade do látex (1897-1923)*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

criticassem os abusos, muitos deles não estavam dispostos a dispensar os bons serviços de “criadas” e “ajudantes” indígenas em suas casas, feitorias e seringais¹⁸⁶. Mesmo quando estes condenavam os negócios dos regatões, era dada maior ênfase às práticas de burla do fisco do que propriamente ao danoso tráfico ilegal de meninos e meninas. Por isso, a questão continuava sendo tratada muito mais no nível do discurso, sem necessariamente ser combatida com ações efetivas contrárias ao tráfico ilegal.

Enquanto autoridades estavam preocupadas em conservar a crescente arrecadação que vinha enchendo os cofres do Amazonas e do Pará, a prática sistemática de venda de indígenas persistia nas décadas finais do século XIX. Interessante notar que o debate sobre a abolição da instituição escravista no Brasil circulava de maneira significativa nas principais rodas de intelectuais de Manaus e Belém, tomando jornais, folhetos e gerando acaloradas discussões na arena pública¹⁸⁷. Entretanto, as reflexões abolicionistas pareciam desconectadas de uma agenda local de liberdade para populações de origem indígena, que compunham grande parte dos trabalhadores do território amazônico. A principal barreira para a sedimentação de ações contrárias aos abusos contra indígenas parecia estar posta na já mencionada naturalização da exploração dos nativos, que eram os mais antigos componentes das paisagens do trabalho forçado na Amazônia.

Desde as expedições de *Régulos dos Sertões* no século XVII até os giros comerciais dos regatões no século XIX foram sendo tecidas redes de sociabilidade e predação estruturadas entre os adventícios e as diversas sociedades indígenas. Nessa conjuntura, não houve significativas rupturas no ideário do trabalho forçado como medida civilizatória, agravado nos oitocentos a partir dos desdobramentos da rebelião cabana e das crescentes necessidades por força de trabalho dentro do processo de expansão da economia amazônica na segunda metade do século XIX. A riqueza da borracha não

¹⁸⁶ CAVALCANTE. Ygor Olinto Rocha. Os Xerimbabos: a vida de crianças indígenas e negras em tempos de escravidão (Brasil, Amazonas: séc. XIX). *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, Vol. 01, nº. 01, fevereiro de 2014. p.86

¹⁸⁷ Sobre o processo de abolição da escravidão negra na Amazônia, conferir: BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888). São Paulo, Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica, 2009; POZZA NETO, Provino. *Aves libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2011; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. Belém, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Pará, 2012; COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. *Por todos os cantos da cidade: escravos negros nos mundos do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

alterou significativamente o quadro problemático de rusgas já experimentadas pelas populações locais. A chegada de modernas embarcações a vapor, a disseminação da imprensa, a remodelação e o crescimento das cidades não trouxe alívio para a carga que historicamente pesava sobre ombros indígenas nos mundos do trabalho.

A ânsia por novas fontes de látex auxiliou no processo de deslocamento de fronteiras, que já vinha se constituindo sob a batuta de indígenas, escravos, desertores e fugitivos de toda ordem. Ao passo que os preços do produto e a demanda internacional aumentavam, a cadeia produtiva da borracha ganhava mais fôlego, assim como as levas de pessoas destinadas ao trabalho nos seringais, situados em territórios cada vez mais distantes, em áreas de significativa presença indígena.

Embora as diversas populações contatadas no decorrer do avanço rumo ao oeste amazônico tenham constituído sofisticadas agências, lidando astuciosamente com o *Outro* adventício, isto não pode obliterar as graves circunstâncias de violência características desses “encontros”. Tal cenário tinha a contribuição de regatões, que estavam envolvidos em diversas situações de abuso. Por isso, é preciso salientar que os mascates fluviais não devem ser pensados apenas como parceiros de populações espoliadas. Além da recorrência do tráfico ilegal de crianças e jovens indígenas, também eram registradas denúncias de assassinatos e maus tratos que acompanhavam o rol de relações estabelecidas entre os vendeiros dos rios e índios:

Entre os criminosos capturados ocupa lugar de primeira importância Izidoro José Elias, regatão, a quem se imputa o fato de haver encurralado nove gentios da nação *Catauixi* no rio Purus em 1857, fazendo-os saltar e correr separadamente os fuzilava como por passatempo, e de ter esquartejado um recém-nascido, que restava. Foi este criminoso preso em dezembro do ano passado pelo Subdelegado suplente da Villa Bella da Imperatriz, Primo Feliciano da Silva¹⁸⁸.

Manoel Gomes Correia de Miranda, Vice-presidente da Província do Amazonas em 1860, divulgou a prisão de um regatão acusado do assassinato de diversos *Catauixi*, inclusive uma criança recém-nascida. O relato faz lembrar outros testemunhos de violência congêneres, bastante recorrentes desde o início da conquista. O mascate Izidoro José Elias poderia figurar ao lado dos agentes coloniais descritos pelo frade dominicano Bartolomé de las Casas, autor de um dos mais chocantes registros dos

¹⁸⁸ MIRANDA, Manoel Gomes Correia de. Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1860.

contatos entre espanhóis e indígenas no avanço sobre o que viria a ser a América de língua hispânica¹⁸⁹.

Tzvetan Todorov analisou o trabalho do religioso andaluz e problematizou questões de alteridade bastante elucidativas de encontros de sociedades distantes e desiguais. O autor refletiu sobre diferentes formas de compreensão e de destruição do *Outro*. Entre as modalidades de aniquilação mais violentas estava o massacre, que se diferenciava dos assassinatos comuns. Segundo Todorov, mesmo o mais hediondo criminoso quando morto por vias legais gerava um registro, possuindo um nome, sexo e profissão, signos de sua humanidade perante as leis – mesmo aquelas que prescreviam sua eliminação¹⁹⁰. Em contrapartida, a violência via massacre objetificava suas vítimas, que se tornavam corpos espetados por lanças, ou “fuzilados por passatempo”, sem nenhum registro ou signo de humanização. Homens, mulheres e crianças indígenas eram aviltadas e silenciadas até na morte, destituídas de qualquer traço de direito ou individualidade.

Na Amazônia do século XIX, ocorrências de tal natureza tinham relação direta com o avanço da frente de expansão, que alcançava áreas distantes do poder central. Se por um lado, um caminho fluvial longínquo poderia resguardar indígenas, escravos fugidos e desertores da tirania de senhores e do próprio Estado, por outro, abria flancos para a ação de tiranos particulares, que agiam na sombra dos poderes oficiais. Não por acaso, a conjuntura de deslocamento de fronteiras complexificava a relação das populações do interior com o aparato legal das Províncias do Amazonas e do Pará. Os sertões dos altos rios eram ao mesmo tempo espaço de refúgio e de perigo, constituídos a partir da relação multifacetada com o Estado, exploradores e negociantes. Havia complexas tramas relacionais na floresta, território prenhe de intrincadas composições sociais. Em tal conjuntura, os vendeiros dos rios não atuavam somente como intermediários que ajudavam a burlar abusos advindos do centro do poder. Regatões, a exemplo de Izidoro José Elias, poderiam figurar também como violentos algozes de seus interlocutores indígenas.

¹⁸⁹ LAS CASAS, Bartolomé de. *O Paraíso Destruido*: a sangrenta história da conquista da América espanhola. Porto Alegre: L&PM, 2008.

¹⁹⁰ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 208-209.

Entre astuciosas agências e diversas formas de violência, os habitantes da floresta iam constituindo seus caminhos em busca de autonomia no interior amazônico. Os mascates fluviais estavam nas primeiras fileiras da conformação desse cenário, podendo figurar como cúmplices ou carrascos daquelas populações. As várias nuances que conformavam o perfil dos regatões davam o tom da constituição de suas alianças complexas com os habitantes da floresta. O limite entre a negociação e a violência era bastante tênue. A frente de expansão e as crescentes demandas por bens de consumo eram pontos chave que estruturavam e demarcavam as possibilidades de parceria e/ou conflito.

A equação da inter-relação entre regatões e seus fregueses consistia, *grosso modo*, em duas modalidades de intercâmbios: uma mais assimétrica, conformada pela troca de trabalho por refúgio e/ou gêneros de subsistência; e outra, mais nivelada, relacionada com a barganha entre produtos das matas e as miudezas oferecidas pelos vendeiros. No primeiro caso, a parte que disponibilizava trabalho buscava geralmente auxílio para fuga, ou mesmo pleiteava assentar matrícula ilegalmente nas canoas de regatão para escapar dos diversos tipos de arregimentações compulsórias. No segundo caso, comunidades já estabelecidas (legal ou ilegalmente) teciam contatos com regatões para escoar seus excedentes de produção extrativista e sobras de pequenas lavouras. Dentro de tais linhas relacionais, os personagens mais frágeis eram os fugitivos, susceptíveis aos desmandos dos mascates, que nem sempre cumpriam sua “parte” nos acordos firmados com embarcações em fuga¹⁹¹. Já as aldeias indígenas e mocambos estavam melhor situados dentro das alianças complexas com mascates fluviais, resguardados pela floresta e por redes de sociabilidade que guarneciam suas coletividades.

O avanço rumo ao oeste amazônico foi paulatinamente reconfigurando alguns detalhes desses padrões de inter-relação. A demanda por trabalhadores para a coleta de borracha impôs significativos limites à produção autônoma de habitantes do interior, fossem estes indígenas, negros e/ou fugitivos. Muitos dos que se dirigiam aos sertões, seguindo a tendência do deslocamento de fronteiras, foram sendo absorvidos pela faina do látex, que já vinha se espalhando previamente entre as populações indígenas. Assim, pode-se dizer que a *era dos seringais* impôs novos desafios aos sistemas produtivos da

¹⁹¹ Vide, por exemplo, caso já citado do escravo fugido Raphael no Capítulo 1.

floresta, que passaram a se conectar, para além das atividades tradicionais, com as demandas do exclusivismo gumífero.

Os “barracões senhoriais” e outros estabelecimentos particulares de produção extrativista foram gradativamente implementando formas coercitivas de organização do trabalho, conjugadas sob a batuta de seringalistas e outros exploradores. O poderio dos negociantes dos sertões foi ganhando mais peso, em desfavor dos diversos trabalhadores envolvidos nas cadeias de produção do látex. Tudo leva a crer que a violência embutida no avanço da frente de expansão tinha base na majoração das assimetrias existentes entre o poder de barganha de regatões/seringalistas e de populações da floresta. Nesse caso, os mascates fluviais se posicionavam como intermediários, aproveitando as diferenças de poder para auferir ainda mais dividendos e vantagens.

É preciso salientar que mesmo enfrentando um contexto desfavorável, as agências de habitantes locais persistiam operando, ajudando a impor limites aos desmandos de seus interlocutores, sejam regatões ou patrões. As respostas nativas iam além de atos violentos, consistindo também em elaboradas formas de engajamento na economia da borracha. As associações com negociantes dos sertões eram índices dessa conjuntura. Mesmo em pleno funcionamento da lógica do sistema de aviação, que vinha enchendo os altos rios de mercadorias, o avanço “pioneiro” dependia grandemente das conexões com sistemas produtivos pré-existentes, que garantiam a sobrevivência das empreitadas ligadas ao deslocamento de fronteiras.

Nas revistas da SAMS existem referências sobre o papel de indígenas na sustentação dos empreendimentos extrativistas no interior. Seu engajamento na economia da borracha não estava condicionado somente ao caráter coercitivo das relações de trabalho implementadas nos seringais. Semelhante ao que ocorria no trato com regatões, os armazéns dos novos estabelecimentos buscavam se conectar com os sistemas produtivos indígenas, introduzindo bens de consumo manufaturados em troca de trabalho e gêneros produzidos localmente.

Na ocasião em que estavam procurando um local adequado para assentar missão, os missionários das SAMS foram subindo o Purus, parando em diversas “colocações” – estabelecimentos onde se explorava borracha e outros gêneros da floresta. Numa extensa carta escrita por Jacob Evert Resyek Polak, publicada na *South American Missionary Magazine* em fevereiro de 1875, existem referências sobre a precariedade da

vivência de seringueiros não-índios dependentes de patrões e do fornecimento de armazéns. Tais trabalhadores, segundo o testemunho do inglês, necessitavam seguir trilhas indígenas em busca de ovos de tartarugas para escapar de períodos de fome e do aumento de dívidas. O próprio missionário foi obrigado a acompanhar algumas dessas “expedições” em busca de comida, para garantir melhores condições de abastecimento durante períodos de escassez¹⁹².

Ao passo que o religioso foi subindo o Purus, adentrando áreas de exploração mais recentes nas quais havia uma presença maior de indígenas, percebeu que a oferta de alimentos e as condições gerais de trabalho eram melhores. Não por acaso, decidiu fixar as primeiras bases do que viria a ser a missão anglicana numa área de terra firme que já vinha sendo alvo de negócios da borracha. A localidade escolhida foi a de *Terruham*, circundada por várias áreas habitadas por indígenas *Apurinã*, que, segundo Polak, possuíam pequenas plantações de bananas, abacaxis e mandioca, e prestavam serviços para Francisco de Souza Pinheiro, seringalista que atuava na área¹⁹³.

A importância da presença indígena mostrava-se patente aos missionários ingleses. Na condição de fornecedores de alimentos e facilitadores da sedimentação de explorações, os indígenas eram vistos como “parte” fundamental do processo, tão importantes como as próprias seringueiras. O reverendo Robert Stewart Clough, que alguns anos antes de Polak, em 1872, empreendeu viagem em terras amazônicas a mando SAMS, deixou um interessante testemunho que trouxe a lume um entendimento sobre a participação indígena na extração do látex. Em seu relato de viagem intitulado *The Amazons: diary of a twelve month's journey*, Clough refletiu sobre uma espécie de fusão entre indígenas e a natureza amazônica¹⁹⁴.

O autor asseverou que os sistemas produtivos nativos continuavam operando para além da borracha, mesmo enfrentando um cotidiano coercitivo em áreas de exploração de seringais. No que se refere aos mundos do trabalho, Clough mostrava-se crítico da escravidão, colocando em causa os abusos sofridos por índios no contexto da frente de expansão. Todavia, o autor compactuava com resoluções que enxergavam o trabalho como medida civilizatória, incluindo suas modalidades coercitivas. Com isso, é possível detectar diversas ambiguidades no relato de viagem do missionário, que

¹⁹² NYU- DL. *South American Missionary Magazine* (SAMM), 1875, February 1, p. 31

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons: diary of a twelve month's journey*. London: SAMS, 1873.

apresentava resoluta negação à escravidão negra e indígena, mas enxergava, ao mesmo tempo, o trabalho forçado com condescendência.

No que se refere à labuta nos seringais, Clough expressou de maneira bastante contundente sua visão sobre o papel de indígenas no contexto da empresa extrativista. Nesse sentido, em certa altura, quando tratava do cotidiano da labuta nos arredores de Tefé, no rio Solimões, o autor apresentou uma interessante gravura que apresenta pessoas trabalhando na coleta de látex. Na representação existe um grupo de indígenas atarefados no fabrico de borracha, extraída de árvores monumentais, cujas copas carregam grande parte da luminosidade da imagem. A floresta gigante apequena e se funde com os trabalhadores, que aparecem na penumbra, quase se confundindo com os arbustos rasteiros que ladeiam a paisagem representada.

Imagem 2 – “India-rubber Forest – Collecting rubber.”.

Fonte: New York Public Library¹⁹⁵.

¹⁹⁵ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons: diary of a twelve month's journey*. London: SAMS, 1873. Na versão digitalizada disponível na *New York Public Library* a gravura se encontra sem numeração, em um intervalo entre as páginas 128 e 129.

Mais que uma simples ilustração, a imagem documenta a visão do autor sobre o papel dos indígenas na economia gumífera. A floresta descomunal enche toda a cena, se confundindo com os pequenos índios que trabalhavam riscando seus troncos para retirar borracha. Nessa perspectiva, as matas gigantes pareciam tragar os trabalhadores, que se tornavam parte da paisagem natural. Assim, indígenas eram vistos de maneira nada lisonjeira como parte da natureza que deveria ser submetida e transformada pelo jugo da civilização.

Para além de seus arrazoados sobre os indígenas, o autor também asseverou que os ritmos da natureza (que incluía agências nativas) impunham a sazonalidade dos sistemas produtivos da floresta, que não se concentravam somente na coleta do látex. Esse era um índice da mobilidade e da diversificação da atuação de indígenas no âmbito do deslocamento de fronteiras. Peixes salgados, tartarugas, bananas, farinha, dentre outros gêneros produzidos fora dos seringais, entravam diretamente na economia das novas áreas de exploração que tinham de negociar a sustentação de sua permanência também com os interlocutores (e fornecedores) nativos. Desta feita, os indígenas iam tecendo suas alianças complexas com exploradores e regatões que acessavam seus territórios, engajando-se em trabalhos ou mesmo negociando seus produtos em troca de quinquilharias que poderiam maximizar o resultado de suas atividades tradicionais, como no caso de anzóis, agulhas, machados, facões e até armas de fogo.

Para além das vultosas e condenadas discrepâncias no que se refere ao valor monetário dos gêneros comercializados (quase sempre em desfavor dos índios), é preciso salientar que essas relações econômicas também guardavam significados plurais, posto que sob o viés ameríndio se revestiam de outras valorações. Assim, conforme assevera Márcio Henrique Couto e Laura Trindade de Moraes, faz-se necessário ir além da interpretação adventícia do mundo das trocas, num esforço de recompor a complexidade da situação de contato. Para os autores, é necessário virar a chave da análise, pois “não se pode definir como ‘enganados’ e ‘ingênuos’ povos que têm outra percepção e expectativa daquilo que entendemos como comércio ou troca e que conferem aos objetos de nossa cultura outras significações e utilidades”¹⁹⁶. A violência advinda com os

¹⁹⁶ HENRIQUE, Márcio Couto e MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia. (Século XIX). *Revista de História* (São Paulo), n.171, jul-dez 2014. p. 77

mascates fluviais e outros exploradores ligados à economia gumífera não eliminava a agência de indígenas e de outras populações do interior. É preciso salientar que para além das contendas havia diversos níveis de interlocução que ultrapassavam relações eminentemente econômicas, forjando complexas relações sociais e de poder na floresta.

Embora quase sempre obliteradas, tais inter-relações com índios foram pontos chave na organização não somente da economia gumífera, mas também da territorialidade da Província do Amazonas como um todo. Bem antes do fortalecimento da exploração de borracha tal processo já estava em curso. Como já destacado anteriormente, logo nos primeiros anos de existência da referida unidade do Império foram organizadas expedições de reconhecimento de rios do interior, que já apontavam a importância dos nativos como caros intermediários. Algumas dessas expedições foram capitaneadas por experimentados personagens, muitos destes envolvidos no comércio de regatão. Esta é uma outra interessante faceta dos mascates fluviais, que também atuaram como importantes agentes oficiais.

2.5 Regatões como agentes oficiais

No Rio Tiquié, em suas cabeceiras ou vertentes em que habitam tribos de indígenas; é onde existe um Índio *ladino* a quem os negociantes vão levar suas faturas para serem vendidas aos silvícolas, por meio de resgates, em troca de gêneros do mato. No princípio da Cachoeira do Panové, que existe uma povoação habitada pela nação *Tariúna* (*Tariana*), com seu principal o índio Manoel Calisto, muito úteis ao comércio, e bons práticos das cachoeiras que por ali se passam; fabricam muita farinha, e se empregam na extração das drogas das matas (...). Depois as malocas denominadas de Cururu-cachoeira, habitadas por muitos indígenas da nação *Annajá*, domesticados, com o seu principal o índio Alexandre, também muito úteis ao comércio. Nos rios Querani e Uaupés habitam muitos indígenas de diferentes nações aonde os negociantes vão comprar drogas do país¹⁹⁷.

Década antes da sedimentação da exploração dos seringais, regatões já figuravam no centro da cena exploratória da Amazônia Ocidental. O coronel João Henrique de Matos divulgou em 1845 seu “Relatório do Estado de Decadência em que se acha o Alto Amazonas”, extenso testemunho sobre o território que conformaria a

¹⁹⁷ MATOS, Joao Henrique de. “Relatório do Estado de Decadência em que se acha o Alto Amazonas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n. 325. 1979, pp. 140-180. In: Reis, Artur Cezar Ferreira. *O Amazonas em 1845*. p. 168-169

Província do Amazonas alguns anos depois. Sua missão principal, segundo Artur Cezar Ferreira Reis, foi investigar a situação de fronteira do rio Branco, afluente do rio Negro, que estava sendo alvo de investidas britânicas, oriundas da Guiana¹⁹⁸. Todavia, o militar foi além de sua incumbência inicial e produziu um pormenorizado relato sobre a situação de áreas de fronteira, alertando sobre o estado de abandono e precariedade das políticas do Império na floresta.

O autor deixou entrever em seu testemunho a necessidade de fortalecer a presença do Estado Nacional naqueles rincões, encetando a tarefa de defender e desenvolver aqueles ricos sertões. Os anseios do militar seriam efetivados (pelo menos simbolicamente) nos alvares da década de 1850, quando muitas das recomendações de seu testemunho seriam usadas como baliza para a nova Província. João Henrique de Matos forjou com seus escritos um projeto que apontava as interlocuções entre indígenas e negociantes como eixo de conquista efetiva dos altos rios. Em várias passagens, o autor posicionou informações sobre a presença de nativos em redes de comércio e relações de trabalho. Os índios eram tratados como a fortuna da floresta, cabendo ao Estado inculcar-lhes valores tidos como adequados à sua civilização.

Em várias passagens o militar destacou os sistemas produtivos locais, sobremaneira capitaneados por índios. Mesmo detectando a situação de desamparo da Comarca do Alto Amazonas, Matos anotou uma série de detalhes sobre os negócios que animavam os rios do interior, considerados benfazejos do ponto de vista econômico¹⁹⁹. Na descrição de sua subida do rio Negro foram disponibilizadas particularidades sobre índios “ladinos”, “muito úteis ao comércio”, “bons práticos das cachoeiras”, além daqueles dedicados à produção de gêneros agrícolas e empregados em atividades extrativistas. Para Matos, era preciso encampar esses negócios, prestando auxílios e incentivando a interação entre nativos e negociantes que circulavam pelos sertões. Na opinião do militar, para conhecer e dar a conhecer os segredos dos caminhos fluviais era

¹⁹⁸ Cf. DE OLIVEIRA, Reginaldo Gomes e IFILL, Melissa (orgs.) *From historical paths to the cultural process between Brazil and Guyana*. Editora da Universidade Federal de Roraima - EDUFRR, Boa Vista, 2012.

¹⁹⁹ A Comarca do Alto Amazonas em 1845, ano do relatório apresentado por João Henrique de Matos, fazia parte e era subordinada à Província do Pará, tornando-se uma unidade provincial (Província do Amazonas) somente em 1850. João Henrique de Matos era militar e seria nomeado Comandante da Comarca do Alto Amazonas, como assevera Reis (1979, p.141): “Em 1847, mês de janeiro, (foi nomeado) Brigadeiro Honorário, começou a exercer até abril do ano seguinte, o comando militar da Comarca, tentando retirá-la da condição aflitiva que denunciaria...”

preciso conectar os interesses do Estado com as demandas dos mundos do trabalho do interior.

Não por acaso, logo nos primeiros anos de existência da Província do Amazonas alguns tarimbados comerciantes foram encarregados da produção de relatórios sobre rios e povoações. Essa era mais uma faceta da relação ambígua entre mascates fluviais e os poderes instituídos, que ora condenavam, ora celebravam o ideário do regateio. A exemplo do trabalho feito por João Henrique de Matos, personagens envolvidos com o comércio ambulante dos rios foram aproveitados pela nova unidade do Império, transformados em agentes oficiais do reconhecimento do território, ajudando no levantamento de informações úteis para a administração e planificação de políticas da província²⁰⁰.

Tenreiro Aranha, primeiro dirigente do Amazonas, deu início às investidas oficiais em demanda do mapeamento dos rios e povos do interior. Áreas consideradas estratégicas para a econômica local foram tratadas com prioridade. Um dos mais visados mistérios geográficos da época estava assentado na existência ou não de uma rota para o Mato Grosso e Bolívia que evitasse o perigoso trecho encachoeirado do rio Madeira. O objetivo de Aranha, ao animar empreitadas de exploração, era descobrir possibilidades de interligar a Província do Amazonas com os dividendos da mineração do Mato Grosso e também com povoações bolivianas e seus campos naturais, reconhecidamente adequados para a criação de gado. Tal interesse, com o tempo, se tornaria não somente uma problemática discutida localmente, mas também alvo de interesse internacional, especialmente durante o *boom* da borracha. A questão se arrastaria por décadas, desdobrando-se a partir dos anos 1870 na planificação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM)²⁰¹.

Na década de 1850, Tenreiro Aranha não contava com o projeto do caminho de ferro, e menos ainda com os vultosos capitais que seriam mobilizados para sua construção. Nessa conjuntura, o Presidente do Amazonas teve que avaliar objetivamente

²⁰⁰ Cumpre notar, como já esboçado no tópico 2.1, que a compreensão de regatão aqui discutida não se confunde somente o com viés exposto pela legislação que apreciava a matéria nos idos dos anos 1850. Entende-se que todos os negociantes do sertão, fossem grandes ou pequenos vendeiros, estavam conectados com modalidades de comércio ambulante fluvial que subsistiam constituindo alianças complexas com as mais diversas populações do interior. Vários dos homens “dignos de fê” tratados com distinção em *Fallas* oficiais, iniciaram seus giros pela floresta interligados diretamente com facetas do regateio, vide o caso de Henrique Antoni, Manoel Urbano da Encarnação, e tantos outros “ilustres” personagens da Província do Amazonas.

²⁰¹ Mais detalhes sobre a construção da EFMM serão discutidos no Capítulo 4.

as possibilidades de explorar os sertões e para isso abriu diálogos com os saberes locais, cujos portadores eram personagens que já vinham circulando pelos labirintos fluviais do interior.

Para dar cabo da empreitada de exploração, Tenreiro Aranha traçou duas rotas que deveriam ser estudadas pelos encarregados das expedições. A primeira deveria “explorar, descrever e calcular a passagem do rio Abacaxis pelas matas e campinas até a foz do Arinos, que desse comunicação, livre das cachoeiras do Tapajós e do Madeira, para os povoados do Diamantino, e outros de Mato Grosso até Cuiabá”; a segunda, deveria averiguar as possibilidades de um caminho alternativo “pelo rio Purus e pelas campinas até o rio Beni, superior as catadupas do Madeira, (buscando) uma passagem livre delas e menos extensa para os povoados da Bolívia”²⁰².

A expedição iniciada no rio Abacaxis foi capitaneada pelo então Presidente da Câmara da Vila de Maués, o português João Rodrigues de Medeiros, que já havia sido suplente do Delegado local, atuando nas linhas de frente dos giros de negócios no interflúvio Madeira-Tapajós²⁰³. Em auxílio ao trabalho de investigação de Medeiros, Tenreiro Aranha disponibilizou apoio logístico, deixando sob seu comando “trabalhadores, alguns soldados, ordens, instruções e *regatorias*” que o habilitariam a acessar “sertões inexplorados”²⁰⁴. Interessante notar que as “regatorias”, ou seja, gêneros e mercadorias, eram posicionadas como chave para adentrar áreas desconhecidas dos poderes oficiais. Tal índice analítico deixa entrever o reconhecimento da importância dos intercâmbios e trocas comerciais com populações do interior, condição precípua para facilitar o acesso aos caminhos fluviais.

A expedição partiu em 12 de maio de 1852 e sofreu diversas atribulações, incluindo a doença de seu chefe, que permaneceu várias semanas debilitado. Ao retomar os trabalhos, Medeiros constatou que os afluentes investigados possuíam correntezas

²⁰² HDBN. Exposição apresentada ao Exmo. Presidente da Província do Amazonas João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, pelo Exmo. Presidente da do Grão-Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar, em 9 de dezembro de 1851.

²⁰³ No Jornal *13 de Maio*, de 10 de junho de 1848, existe referência sobre a exoneração de João Rodrigues de Medeiros da posição de suplente do Delegado local. A alegação, segundo consta na folha paraense, seriam “arbitrariedades” executadas contra outras autoridades e recrutamentos injustificados. Ao que parece, a destituição da referida função não afastou Medeiros de funções públicas: ele se encontrava ocupando um cargo ainda mais alto quando foi chamado ao dever por Tenreiro Aranha. Ver. HDBN. *Treze de Maio*, 10 de junho de 1848, n. 809, p.1.

²⁰⁴ HDBN. Exposição apresentada ao Exmo. Presidente da Província do Amazonas João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, pelo Exmo. Presidente da do Grão-Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar, em 9 de dezembro de 1851.

muito fortes, prenúncio de trechos encachoeirados poderosos. A característica que afligia o curso do Madeira parecia também acometer outras rotas, como a do rio Arinos, que se mostrou igualmente inacessível. Os problemas com os velozes cursos d'água não eram os únicos percalços. Medeiros tomou informações mais abalizadas com um *Tuxaua Mundurucu* encontrado durante a empreitada, que garantiu que as cachoeiras não eram os maiores empecilhos da navegação da região. Segunda a liderança indígena, “os obstáculos mais insuperáveis eram os índios selvagens das tribos *Araras, Parintintins, Matauaués, Juruás e Pirianaus*”, que não permitiam nem mesmo o trânsito de outros índios pela calha do Madeira²⁰⁵.

Não tardou até que o dirigente da expedição concluísse sobre a inviabilidade da rota alternativa às cachoeiras do Madeira. Muito do que foi levantado, incluindo as notícias sobre barreiras intransponíveis – humanas e naturais - tiveram origem em informações cedidas por indígenas encontrados nos percursos da viagem, que aparecem com destaque no relato de Medeiros apresentado em 1853. Chama atenção, nesse sentido, as referências sobre a recorrência do contato com diversos *Tuxauas*, que se colocavam como interlocutores dos membros da incursão. Esta disponibilidade, segundo Medeiros, não era gratuita:

Apresentaram-se muitos Tuxauas com seus vassalos, e, como são na generalidade todos os indígenas, começaram a exigir coisas, brindes, de maneira que, para agradá-los, não só os tratei com toda afabilidade, como distribuí para eles brindes, como me foi ordenado (...).²⁰⁶

Os “brindes” eram parte das regatorias oferecidas pela Província como meio de acessar o interior. O contato com o “Outro”, ou seja, com os membros da expedição de reconhecimento oficial, entrava em conexão com o sistema de trocas e comércio previamente existente. Mesmo sem necessariamente perseguir os objetivos de um giro comercial de regateio, Medeiros teve que disponibilizar mercadorias, dessa vez em troca das informações e do auxílio cedido pelas lideranças indígenas. Os *Tuxauas*, ao que tudo indica, ao se depararem com os membros da incursão, enxergaram o evento como mais uma passagem de “brancos” naquelas paragens, agentes que potencialmente portavam

²⁰⁵ Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1o de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.a sessão ordinária, pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Amazonas, Typ. de M.S. Ramos, 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000104.html>

²⁰⁶ Falla dirigida a Assembleia... 1853, op. cit.. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000105.html>

quinquilharias e buscavam viabilizar negócios com índios. Assim, o caráter investigativo da expedição ganhava outros sentidos, vislumbrados por seus interlocutores como mais uma oportunidade de viabilizar trocas.

Para os “vários Tuxauas e seus vassalos” importava abrir canais de diálogo com os viajantes. Ao alertarem sobre os “perigos” do Madeira referenciaram povos que limitavam seus movimentos naquele caminho fluvial. Tratava-se de um entendimento relacional da floresta, ordenada a partir de uma geografia de sociabilidades indígenas, onde velozes correntezas de rios eram menos temidas que a presença de inimigos mordazes. Em outras palavras, os desafios de alteridade se mostravam bem mais perigosos que as dificuldades de navegação.

A partir das experiências da viagem e dos preciosos informes dos índios, o líder da incursão produziu seu relatório, encaminhado ao Presidente Ferreira Pena – que sucedeu Tenreiro Aranha. Suas conclusões malfazejas, que apontaram a inexistência da ansiada rota alternativa às cachoeiras do Madeira, iriam se somar ao outro testemunho, que tratava do Purus, também disposto entre os anexos da *Falla* de 1853. Para esta segunda empreitada, voltada ao meandroso Purus, foi encarregado o mulato pernambucano Serafim da Silva Salgado, regatão bastante conhecido nas imediações da Cidade da Barra do Rio Negro, que circulava carregado de mercadorias em longos giros comerciais.

No que tange ao trabalho de levantamento de informações para “ilustres” interlocutores, Serafim Salgado não era um neófito. Antes de ser convidado por Tenreiro Aranha para capitanear a expedição oficial ao Purus, o negociante já havia servido em 1850 como informante do viajante norte-americano Williams Lewis Herndon. O contato entre os dois se deu na Cidade da Barra do Rio Negro, quando Herndon estava sendo ciceroneado por Henrique Antoni, dono da canoa de regatão *Amphitrite*. A amizade entre Antoni e Herndon possibilitou o contato do norte-americano com Serafim Salgado.

O viajante estrangeiro, que guardava uma visão altamente depreciativa das populações indígenas e de ascendência africana, foi obrigado a buscar com Serafim Salgado, classificado como um “very dark Brazilian”, as informações sobre o Purus que compuseram parte de seu testemunho. Segundo Herndon, o comerciante mulato era um dos maiores conhecedores do curso do rio. Na ocasião do encontro, Salgado confidenciou alguns detalhes sobre seu último giro comercial, que havia durado 18 meses, rendendo-

lhe grande quantidade de óleo de copaíba e salsa parrilha que seriam negociados a partir da Cidade da Barra. Nesse sentido, deu destaque para os *Catauixi*, que cultivavam milho e mandioca e eram preciosos interlocutores nos trabalhos do Purus. Além disso, Salgado forneceu um abalizado cronograma sobre os dias de viagem dentro do rio, detalhando regimes de cheia e vazante, afluentes, pontos de parada e contato com povos indígenas, sugerindo, inclusive, possíveis áreas de conexão entre as bacias do Purus e do Madeira – que se provaram mais tarde inexistentes²⁰⁷.

As habilidades de Serafim Salgado no comércio e na lida com habitantes do interior certamente estiveram entre as razões de sua aproximação com os interesses da nascente Província do Amazonas. Seus conhecimentos e seu traquejo com indígenas evidenciaram-se de maneira nítida em seu testemunho. Logo na apresentação de seu relatório, definiu o limite de seus percursos a partir de marcadores espaciais indígenas, afirmando que navegou “quatro meses e dezenove dias”, chegando até a “sétima maloca dos índios Cocamas”. Semelhante ao relato de Medeiros, o regatão do Purus também fez menção aos “brindes e demais utensílios” que utilizou para viabilizar sua viagem²⁰⁸.

A expedição de Serafim Salgado saiu da Cidade da Barra do Rio Negro na tarde do dia 10 de maio de 1852, contando com duas canoas tripuladas por doze índios, acompanhado ainda por um cabo de esquadra e doze praças armados e municiados. A incursão seguiu em direitura do rio Solimões, subindo suas águas barrentas em busca da foz do Purus, que seria alcançada somente no dia 31 de maio, quando finalmente seria iniciada a aguardada subida do rio. Chama atenção a pormenorizada descrição das áreas habitadas nas margens do caminho fluvial, que deviam servir de ponto de apoio para passagem dos negociantes, vide o caso do próprio líder da expedição²⁰⁹.

A morosa subida dos meandros do Purus foi anotada por Salgado com atenção aos dias de viagem e locais de parada, sem atribulações durante as primeiras semanas. Contudo, no início de julho, o negociante registrou uma grave baixa em sua tripulação. Durante a navegação de um extenso trecho margeado por praias, oito índios *Mura* fugiram, paralisando o andamento da expedição. Somente após conversações com uma liderança indígena da área, o *Tuxaua Mary*, foi possível que “gente da aldeia do Arimã”

²⁰⁷ HERNDON, William Lewis. *Exploration of the Valley of the Amazon*. Washington: Robert Armstrong, public printer, 1853. pgs.282-283-284

²⁰⁸ Falla dirigida a Assembleia Legislativa ... op. cit., 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000093.html>

²⁰⁹ Idem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000094.html>

socorresse a incursão, certamente ajudando a recompor a equipagem. Nesse tipo de tratativa entravam em cena as regatorias que, segundo o líder da expedição, vieram em quantidade insuficiente para barganhar o apoio de guias e informantes. Salgado deixou entrever que as mercadorias disponibilizadas não foram suficientes para “pagar” a todos que prestaram serviços. O negociante asseverou ao Presidente Ferreira Pena que não pôde fornecer praticamente “salário algum” a dois dos seus mais prestimosos auxiliares, o “*Tuxaua* Mamurité, e o índio Baidá, Purupuru”. Aos dois somente foram disponibilizados poucos brindes e peças de roupa, não compatíveis com os trabalhos por eles efetuados durante a viagem²¹⁰.

Mesmo com escassez em mercadorias, Serafim Salgado seguiu seu itinerário de subida do Purus, que se encontrava em período de vazante e ia descortinando muitas praias. As áreas de várzea, fecundas para pequenas lavouras e coleta de ovos de quelônios, estavam sendo alvo de muitas pessoas, indígenas e não-indígenas, que buscavam as margens do rio para os trabalhos da estação seca. No mês de setembro, a expedição encontrou cerca de 100 pessoas concentradas numa praia, estacionadas ali devido a um forte repiquete que há poucos dias tinha varrido as redondezas. O fenômeno ocorria quando fortes chuvas banhavam áreas mais altas do rio, que enchia de maneira repentina, causando prejuízos aos que se dedicavam à faina nas praias durante o estio.

Na área da ocorrência do repiquete, a expedição registrou também a existência de várias malocas dos índios *Jamamadi*, descritos como “antropófagos”. Além destes, contava-se um grupo *Canamary*, que, segundo um dos tripulantes fluente na “gíria” falada entre eles, planejava atacar os membros da expedição durante a noite. Ao saber da possibilidade do incidente, Serafim Salgado se preparou para um possível conflito, mas ao mesmo tempo agiu como negociante, barganhando com seus presumíveis algozes:

Setembro – Continuando a subir o rio, navegou-se os dias 1, 2 e 3, e no 4º passou-se a foz do igarapé Macuiany, em que dizem habitar uma horda de gentios Jamamadi, antropófagos, em número de quatrocentos talvez. Assim, navegou-se até o dia 11, em que passou-se outro igarapé, Euacá, à esquerda, em que igualmente habitam muitos índios Jamamadi. Na foz deste igarapé, e em uma praia próxima estava um acampamento de mais de cem pessoas que acabavam de concentrar-se por ter dado um repiquete. No dia 12 passou-se a foz do rio Canaquiri, cujas vertentes nascem nos campos do rio Madeira. Neste rio avistou-se dezesseis ubás e cascas com índios da tribo Canamary, os quais

²¹⁰ Idem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000093.html>

vieram logo nos encontrar, eram ao todo 65 pessoas. Por um índio que ia na expedição, que falava um pouco da gíria desta tribo, soube-se que depois de conferenciarem entre si, pretendiam ao anoitecer surpreender as canoas em que navegavam a expedição, matar a todos, e roubar tudo quanto achassem.

Sendo avisado deste plano (...) pela madrugada conseguiu-se dispersá-los, comprando-se antes suas flechas e curabis, e dizendo que ainda vinha uma canoa atrás, e que eles fossem vê-la²¹¹.

Serafim Salgado conseguiu desarmar momentaneamente os *Canamary* sem necessariamente atacá-los. O negociante pernambucano comprou as flechas e curabis envenenados dos indígenas, que seriam usados na alegada investida surpresa durante a noite. Além disso, visando neutralizar outras possíveis ofensivas, advertiu o grupo de índios sobre a hipotética chegada de uma outra canoa, indicativo da possibilidade de mais negócios. O blefe teve o objetivo de desencorajar a probabilidade dos *Canamary* optarem por perseguir a expedição rio acima. O regatão manobrava dentro da assimetria de poder em relação aos índios, posto que não seria possível organizar uma defesa eficaz contra um ataque sorrateiro dos guerreiros *Canamary*. Numa conjuntura de nítida desigualdade, na qual os indígenas eram mais numerosos e fortes, triunfaram as redes de troca embutidas nas alianças complexas previamente estabelecidas entre nativos e adventícios.

Após o ocorrido com os *Canamary*, a expedição prosseguiu seu itinerário no Purus, sem ter até àquela altura encontrado pontos de conexão com a bacia do Madeira. Quando já estavam adentrando o quarto mês de viagem, no dia 2 de outubro, alcançaram a sétima “maloca” do povo *Cocama*, que habitava várias partes do que era considerado já o alto Purus. Segundo Salgado, os grupos encontrados ao longo do percurso eram conformados por 30 ou até 50 pessoas, que se distribuíam nos trabalhos das lavouras de aipim e bananas, base da alimentação desses indígenas. Os *Cocama* não apresentaram informações que pudessem ajudar na empreitada, ocasião em que o rio parecia cada vez mais estreito e obstruído.

Serafim Salgado, em contato com tais indígenas, começou a perceber que a área navegada do Purus já se encontrava em terras estrangeiras. O negociante anotou que os *Cocama* contatados falavam algumas palavras oriundas da língua espanhola, indício de sua proximidade com povoações pertencentes a países vizinhos. Interessante notar que

²¹¹ Falla... , 1853, op. cit.. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000098.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000099.html>

os vocábulos hispânicos utilizados pelos índios identificavam mercadorias que usualmente circulavam entre os comerciantes ambulantes. Segundo o regatão, falavam “de tal modo que nos parecem serem índios pertencentes à Bolívia, porque entre a gíria percebem-se palavras espanholas, como ao chamarem o machado - *acha*; ao terçado – *macheta*; a faca – *cuchillo*”²¹².

Mesmo sem ter efetivamente encontrado a almejada ligação entre os rios Purus e Madeira, o negociante, no papel de agente oficial, alcançou uma área longínqua de fronteira, informando aos dirigentes da Província interessantes especificidades do caminho fluvial percorrido e de seus povos. A incursão pormenorizava um roteiro de viagem que serviria de rota de milhares de migrantes nas décadas seguintes, que perseguiriam os ricos seringais localizados no rio. As informações publicadas como anexos na *Falla* de Ferreira Pena traziam a público itinerários que somente eram conhecidos pelos regatões, indígenas e eventuais fugitivos que circulavam áreas de fronteira. O relatório de Serafim Salgado seria encampado oficialmente pelo avanço da frente de expansão.

Os regatões como agentes oficiais foram fundamentais no direcionamento do deslocamento de fronteiras no Amazonas durante a segunda metade do século XIX. Mais que mercadores dos rios, tais personagens foram responsáveis pelas primeiras sondagens e levantamento de informações sobre o interior, precedendo engenheiros e demais “homens de ciência” que singraram águas amazônicas nos oitocentos. Estes tornaram-se tributários dos saberes de regatões e de outros interlocutores locais, incorporando ao pensamento científico oitocentista arrazoados dos pretensos sábios “incultos” da floresta.

O caso mais emblemático dessa composição social foi o de Manoel Urbano da Encarnação, que alcançou não somente a liderança de expedições, como também ocupou importantes posições dentro da Província do Amazonas. Urbano, a exemplo de outros negociantes, teve grande notoriedade como interlocutor de viajantes nacionais e estrangeiros, que utilizaram largamente seus conhecimentos como fonte para a elaboração de testemunhos de viagem e outros escritos sobre o território amazônico.

Assim como Medeiros e Salgado, Manoel Urbano também foi responsável por uma tentativa de investigação do presumível acesso ao rio Madeira, para além das suas perigosas cachoeiras. Imbuído das informações de seus predecessores e contando com a

²¹² Falla... Idem. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000100.html>

experiência de muitos anos no comércio de cabo de canoa, Urbano foi convidado por Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas em 1861, a encetar nova tentativa de inspecionar o interflúvio Purus-Madeira. Semelhante aos seus antecessores, o negociante não conseguiu descobrir caminhos navegáveis entre os dois rios, sendo mesmo assim bastante congratulado pelas outras informações levantadas.

Embora não tenha sido publicado um relatório redigido por Urbano, sua viagem ganhou grande notoriedade, especialmente através dos escritos do engenheiro militar João Martins da Silva Coutinho, que foi responsável um ano depois por “passar a limpo” as informações disponibilizadas pelo afamado negociante do Purus. Coutinho afirmou que fez uso das informações “escritas e verbais” de Manoel Urbano para compor seu testemunho, publicado como anexo do relatório oficial do presidente Carneiro da Cunha em 1862.

A ser verdade o boato que corria, estava resolvida a grande questão da navegação livre para o Mato Grosso, de extraordinário interesse para o Império. Teoricamente falando, essa comunicação entre o alto Madeira e o Purus, sem o embaraço das cachoeiras, parece quase impossível; no entanto, a notícia devia ser verificada, porque importava um melhoramento de ordem superior (...). Segundo informações de Manoel Urbano, gastou ele da foz do Purus ao seu afluente Ituxi 53 dias em canoa mediana, subindo. A distância, pelo que se pode concluir da navegação em canoas, deve regular entre 120 à 130 léguas, aproximadamente. Do Ituxi seguiu no dia 19 de abril, e navegou 100 dias, tendo passado por 26 malocas de índios, 17 da tribo Apurinã, 2 da Jubery, 2 da Jamamadi, 1 Canamary, 3 da Manetenery, e 1 da Apurinã e Canamary. Não continuou a viagem em razão de ter encontrado dois índios, que informaram não distar muito a povoação boliviana de Sarayaco, de onde vinham (...).

Manoel Urbano chegando ao afluente Aquiry, que dista 33 dias de viagem do Ituxi, foi informado pelos índios desse rio que o Madeira se comunicava com ele. Seguiu, pois, em suas águas, mas não tardou em reconhecer que era falsa a informação, porque o canal, que diziam vir do Madeira, vinha de um outro afluente do Purus. Apesar disso, continuou navegando o Aquiry por 20 dias, no fim dos quais voltou, porque as águas tinham baixado muito²¹³

Nos escritos do engenheiro se repetia o roteiro de informações demandado para expedições de reconhecimento dos altos rios. Nesse momento, o “homem de ciência” estava dialogando diretamente com experiências de viagem de um regatão. Mais uma vez,

²¹³ COUTINHO, João Martins da Silva. 1862. Informações sobre o rio Purus – officio dirigido ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Dr. João Martins da Silva Coutinho. Documento n.3. In. Relatório da Presidência da Província do Amazonas Manoel Clementino Carneiro da Cunha, 1862. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/71/000092.html>

foram divulgados os dias de viagem, a contagem das malocas indígenas, suas especificidades, dentre outros aspectos, que ganharam espaço na imprensa e foram celebrados oficialmente²¹⁴. A exemplo do relato de Serafim Salgado, a expedição de Urbano também penetrou em área de domínio boliviano, alcançando o afluente *Aquiriy* (Acre). Interessante notar que tal curso fluvial se tornaria nas décadas seguintes um dos maiores produtores de borracha da Bacia Amazônica, atraindo milhares de negociantes e trabalhadores migrantes que encheriam a calha do Purus. A crescente entrada desses agentes fomentou tensões com a Bolívia, que no início do século XX acabou perdendo parte de seu território para o Brasil – justamente a área correspondente ao atual Estado do Acre.

O desenvolvimento da frente de expansão do Purus teve fundamental participação de Manoel Urbano da Encarnação. Seus conhecimentos e préstimos seriam aproveitados não somente em expedições de reconhecimento, como também em importantes cargos, conferindo-lhe poderes para contatar e arregimentar indígenas ao trabalho, vide o caso da Diretoria de Índios.

Seu papel de intermediário entre as populações da floresta seria aproveitado também nas empreitadas de estudiosos do século XIX. Desta feita, seus conhecimentos fizeram parte da elaboração de narrativas de viagem, que, em grande medida, compuseram representações exotizadas e pitorescas do território amazônico. Tais arrazoados de viajantes estrangeiros posicionavam Urbano na condição de “homem de cor” detentor de “natural inteligência”, ora como “mulato”, ora como “cafuzo”, possuindo “mais sangue negro do que índio”²¹⁵.

Sua distinção como “não branco” era quase sempre a primeira referência atribuída por seus interlocutores letrados, admirados com sua *esperteza*. Ao contrário da maioria da população amazônica, Urbano era identificado como *cidadão*, condição que não contemplava grande parte da chamada “canalha mestiça” que vivia pelas florestas e havia agitado o Grão-Pará nos tempos da Cabanagem²¹⁶. Resta entender os caminhos que

²¹⁴ Cf. LHIA. *Estrella do Amazonas*, 6 de julho de 1861, n. 558, p.2 (digitalizado)

²¹⁵ Referências retiradas dos testemunhos de William Chandless (1865) e William James (1865), que indicam em seus relatos de viagem estreitos contatos com Manoel Urbano da Encarnação. Mais referências serão discutidas no capítulo que segue, nos tópicos 3.3 e 3.4, respectivamente.

²¹⁶ Urbano é citado como cidadão, por exemplo, na *Falla* do Presidente da Província do Amazonas Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1861.

levaram tal personagem a alcançar sua posição de prestígio, tendo em conta sua relação com a devassa do Purus na segunda metade do século XIX.

Capítulo 3 – Manoel Urbano da Encarnação, “um mulato de pouca instrução e de grande inteligência natural”.

3.1 O velho regatão.

Cento e vinte cinco anos

Visitou-nos ontem, no escritório desta folha, o ilustre amazonense Manoel Urbano da Encarnação, seguramente o mais antigo dos viventes desta terra e o mais distinto dos catequizadores das muitas tribos conhecidas nos diversos rios do interior.

Foi o descobridor do rio Purus e contou-nos que “quando mandaram enforcar Tiradentes, s. s^a já era praça da Milícia Real, sob as ordens da Capitania do Rio Negro”. Afirmou-nos também que naquele tempo se Tiradentes triunfasse, o nosso dinheiro ficava todo no Brasil. (...)

Disse-nos ele, movido talvez por um justificado sentimento de despeito, que tinha-lhe causado riso ver um índio da tribo *Jauapery* uniformizado com a insígnia de capitão dos bombeiros e acompanhado de um ordenança de polícia, passeando pelas ruas desta cidade, com toda a pespurrencia (sic) de um grande personagem; enquanto ele, que tantos e tão reais serviços tem prestado à sua pátria e a sua província natal, nunca mereceu a mais insignificante recompensa²¹⁷.

No *Diário de Manáos* de 23 de dezembro de 1893 uma nota destoava das usuais notícias do *frisson* da cidade da borracha. O escritório do jornal recebeu a visita de Manoel Urbano da Encarnação e sua conversa com os redatores rendeu um pequeno apontamento publicado entre as colunas do periódico. O visitante afirmou ter sido contemporâneo de acontecimentos do final do século XVIII, quando era um jovem praça da Milícia Real da Capitania de São José do Rio Negro. A revelação denunciava sua longevidade, expressa no sugestivo título da nota, “cento e vinte cinco anos”, menção à presumível idade de Manoel Urbano naquela data.

Para o jornal, tratava-se do amazonense mais velho daquele fim de século XIX, quiçá o “mais antigo vivente desta terra”. A Manaus dos sobrados requintados, ruas largas e do suntuoso teatro em construção nem de longe parecia a tímida povoação que Urbano conhecera, com poucos prédios de pedra e cal e choupanas indígenas em redor de uma ruínosa fortaleza colonial. Da antiga Vila da Barra, de onde partia para seus giros comerciais ao Purus, havia sobrado pouco.

A cidade naquele fim de século se agitava com o crescente movimento de pessoas e mercadorias. Praças, jardins e cafés tentavam sobrepujar o lugarejo cortado por igarapés e margeado pela floresta. Semelhante às vitrines envidraçadas das lojas

²¹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Manáos*, 23 de dezembro de 1893, ano IV, número 139.

elegantes, as calçadas convertiam-se em espaços de exposição. As ruas tornavam-se palco não só de deleites e passeios, mas de complexos desafios de alteridade²¹⁸.

Urbano vinha presenciando tais transformações há décadas, tomando parte nas novas dinâmicas urbanas de Manaus. Em uma de suas andanças, Manoel Urbano confidenciou ao jornal ter visto uma figura que lhe causou riso e um “justificado sentimento de despeito”. Tratava-se de um índio *Jauapery* ostentando uniforme de capitão dos bombeiros, como “um grande personagem”. Ao descrever a cena, o “mais distinto dos catequizadores” parecia se ressentir da desvalorização de seu papel, merecedor de menos recompensas do que aquele recém-chegado à “civilização”, cujo povo até pouco tempo vivia em guerra com a província²¹⁹. Diante das insígnias do indígena, Urbano reclamava seu reconhecimento como longo parceiro do projeto oficial de assenhoreamento da floresta e dos povos do interior.

Nesse ensejo, o negociante se posicionava nas disputas da memória de uma sociedade que mirava outros espelhos. Na visão do experiente mascate fluvial, era preciso lembrar que a farda de capitão do *Jauapery* não desvanecia a lembrança de sua recente “pacificação”, eco de problemáticas que inegavelmente faziam parte da composição histórica da Manaus enriquecida daquele fim de século.

Muitas décadas antes do aformoseamento da urbe manauara, o alegado “descobridor do rio Purus” já aparecia nas fontes como um prestimoso interlocutor dos negócios e do contato com indígenas nos sertões. À época da expedição de João Henrique de Matos em direção à extinta Comarca do Alto Amazonas em 1845, Manoel Urbano já figurava como um importante intermediário, cedendo caros informes que seriam mais tarde utilizados na redação do testemunho do militar. Como já destacado anteriormente, a preocupação de Matos estava assentada no estado de abandono daquela enorme área do Império que, segundo sua avaliação, carecia de mais atenção do poder central. Ainda sem contar com a profusão dos dividendos da borracha, a rica e imponente floresta parecia um

²¹⁸ Cf. BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. In: A modernidade de Baudelaire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²¹⁹ Os *Jauapery*, habitantes de rio homônimo afluente do rio Negro, eram também conhecidos como *Crixaná* e possuíam um histórico de muitos conflitos com a frente de expansão oitocentista na Província do Amazonas. Na década de 1880, o Botânico João Barbosa Rodrigues, juntamente com um grupo de intérpretes e tradutores, incorreu em tratativas de contato que obtiveram sucesso, dando o povo por “pacificado”. Barbosa Rodrigues, nesse ensejo, publicou um relato de sua viagem, narrando seus percursos até a área habitada pelos índios *Jauapery*. Cf. RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauaperi: A Pacificação dos Crixaná*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

eldorado de deserdados, de homens e de mulheres que viviam distantes das presumíveis benesses da civilização e da expansão do capitalismo oitocentista.

Todavia, o cenário desolador descrito pelo militar era nuançado em várias ocasiões por passagens que destacavam pontos positivos da acanhada vida econômica dos altos rios. João Henrique de Matos deu ênfase aos negócios internos que articulavam mascates fluviais e indígenas. No detalhamento destas práticas comerciais, chama atenção a minudência na descrição de povos e suas redes de contato com outros agentes locais. Mesmo “nações” tidas como selvagens aparecem como parceiras das relações de troca existentes, que movimentavam a economia dos sertões. Esse foi o caso do Purus, cuja produção aparece comparada com a dos rios Amazonas e Negro, cuja colonização datava de períodos bem mais recuados.

O rio Purus é igualmente habitado por Nações Selvagens *com quem todavia se comercia*, e das muitas as principais são Mura, Puru, Panauari, Cathanaxi, e outras de menos vulto, nas matas contém abundantemente os mesmos gêneros que se encontram no Amazonas, e Alto Rio Negro, é composto por lagos fecundos de peixe-boi, tartarugas, pirarucu, e nas estações do rio vazio também se fabrica muito azeite dos ovos de tartaruga. Os dilatados campos que o embelezam parecem próprios para a criação de gado, os primeiros com prazer se descobrem em dez dias de navegação da sua foz, e de quinze a vinte da Vila da Barra do Rio Negro, em uma palavra é um importante rio que dá passagem para os rios Japurá, Iça, Juruá, Iutahy, Javari, e outros de menor conta; todos tributários do Amazonas, e povoados de muitas diferentes nações selvagens e com excelentes terras para lavoura.²²⁰

No século XIX, povos indígenas eram subdivididos no Brasil de acordo com a visão oficial, *grosso modo*, entre bravos e mansos. Os primeiros seriam aqueles hostis à expansão de fronteiras do Império, ainda não submetidos a processos de catequese; e os segundos seriam aqueles tratados como índios de contato mais longo com “brancos”, em vias de civilizar-se, ou seja, de serem *assimilados* pela sociedade nacional²²¹. João Henrique de Matos considerava que o fato de alguns povos do Purus serem “selvagens” (ou seja, bravos) não era impeditivo do incremento de relações comerciais pelo interior,

²²⁰ MATOS, João Henrique de. “Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas”. In REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1979. *O Amazonas em 1845*. Revista do IHGB – Tomo CCCXXV. p. 171

²²¹ DA CUNHA, Manoela Carneiro. Política Indigenista no século XIX. In. DA CUNHA, Manoela Carneiro (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 136.

estabelecidas nas linhas de frente do alargamento de fronteiras econômicas na floresta. Para Matos, sob a batuta de negociantes que singravam águas distantes do alcance do Estado, tecendo redes de troca e falando línguas indígenas, mesmo os “selvagens” poderiam se imbricar em benfazejas relações comerciais.

Manoel Urbano se inseria diretamente nesse cenário, como um agente que circulava pela floresta viabilizando seus negócios com habitantes do interior. O significado de seus giros em busca de “drogas do país” não se esgotava com a simples troca de quinquilharias por produtos das matas. Segundo João Henrique de Matos, o agente se destacava também como arregimentador de indígenas para o trabalho.

A partir da leitura da trajetória de Urbano, o militar registrou a associação entre incursões comerciais e os agenciamentos diversos da força de trabalho indígena. Seguindo trilhas muito antigas, a relação do negociante com os nativos possuía camadas de sentido subjacentes, oriundas de velhas estratégias de contato. Semelhante aos chamados *descimentos*, as tratativas de Urbano incluíam o convencimento de indígenas a se deslocarem do “centro” das matas para as margens do rio, onde eram orientados a se fixar para plantar roçados de mandioca e outras culturas agrícolas.

Importantíssimos serviços têm prestado no mencionado rio Purus o cidadão Manuel Urbano da Encarnação, que viajando-o todos os anos (para) a extração das drogas do país, tem arrancado das florestas quatorze nações de indígenas para a margem do rio, fazendo-os povoar, e trabalhar em roças de mandioca, e outras plantações (...)²²²

Matos positivava as atividades de Urbano, afirmando que o agente vinha prestando serviços que convergiam com interesses oficiais sobre populações indígenas. Na base do argumento estava a ideia de torná-las úteis à estruturação da entrada de mais exploradores. Ao dispor roçados nas margens da calha principal do rio, poderiam ser facilitados contatos e o acesso a gêneros oriundos de suas culturas agrícolas, que ajudariam a sustentar equipagens e impulsionar os interesses daqueles que subissem o Purus. Além disso, na interpretação de Matos, a iniciativa de Urbano se revestia de um caráter benemérito que extrapolava sua visão estratégica de mascate fluvial. Em outras palavras, havia por parte de seu interlocutor uma preocupação com a “civilização” dos

²²² DA CUNHA, Política Indigenista... op. cit., p.171.

povos contatados, que deveriam ser transformados em trabalhadores úteis à implementação de uma agenda de conquista, pacificação e exploração econômica daqueles rincões. Tais interesses seriam supostamente benéficos também para as populações indígenas.

Se por um lado o ato de “arrancar” índios da floresta reforçava uma ideia de tutela e influência de Urbano, por outro ignorava o interesse dos próprios habitantes indígenas em tecer relações de troca, facilitadas pela proximidade do Purus. A visão de Matos não refletia o viés indígena da situação de contato posta em causa em seu relatório. Assim, Manoel Urbano ganhava ares de catequizador leigo e os índios, por sua vez, tornavam-se ordeiros catecúmenos que simplesmente serviam aos interesses do regatão.

Nos escritos do militar prevaleciam as tintas de um ideário pioneiro, posto que em meio ao abandono da Comarca do Alto Amazonas se destacavam as iniciativas particulares. As ações de exploradores eram privilegiadas dentro do discurso do autor, que enxergava positivamente as movimentações em direção aos altos rios, pouco considerando o complexo entrecruzamento de interesses resguardados pelo caráter marcadamente relacional das territorialidades da floresta.

Urbano, nesse contexto, aparecia como um prestador de caros serviços aos olhos de autoridades, interessado na civilização de índios. Ao anunciar os trabalhos do negociante, Matos recomendou sua incorporação às fileiras dos emissários oficiais locais. O relatório do militar exaltava a influência e amizade entre Urbano e os índios do Purus, que o respeitavam e serviam. O explorador merecia, segundo Matos, ser nomeado *Capitão*, índice do reconhecimento de seu trabalho junto às populações do rio.

Os serviços prestados pelo dito Urbano da Encarnação merecem toda a devida consideração do Exm^o Governo para que o nomeie Principal das nações por ele catequizadas no mencionado rio Purus com a referida nomeação de Capitão, não só porque se prestará mais grato ao serviço da Nação, e do Estado, como porque goza de grande influência, e amizade naquelas nações que o respeitam, e o servem; ficando por esta forma isento do serviço das Armas com que o perseguem, e o embaraçam a viajar para o dito rio²²³.

Os escritos de Matos evidenciavam o indicativo de recompensar Manoel Urbano pelas empreitadas ao Purus. O reconhecimento como “Principal” apontava sua

²²³ MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência. 1845.. op. cit. p.172

posição de destaque entre povos indígenas, posto que tal designação era utilizada geralmente para qualificar *Tuxauas* e outras lideranças. Embora fosse tratado como alguém digno de distinção, chama atenção também a referência ao serviço das armas, apresentado como empecilho as viagens de Urbano pelo Purus. Àquela altura da vida, mesmo como reconhecido catequizador de índios, o interlocutor de Matos enfrentava problemas comuns à outras populações amazônicas, que viviam sob o peso de arregimentações militares forçadas.

Apesar disso, Urbano manejava seus conhecimentos e sua posição de informante para escapar das investidas que ameaçavam a continuidade de seus giros comerciais. A indicação do militar, que o recomendou para ser nomeado “Capitão” fornece pistas sobre o uso de seus conhecimentos como possível forma de barganha, que poderia render-lhe posições de destaque nos percursos da sedimentação do Estado brasileiros na Amazônia Ocidental. Não por acaso, a partir das experiências de Matos pela Comarca do Alto Amazonas, foi desenhado um quadro favorável ao fortalecimento da presença do Império na floresta no rastro da “catequese” de negociantes.

Agências como as do experimentado regatão não eram novidade em terras amazônicas. O papel de Manoel Urbano figurava como continuidade de práticas da época colonial, encetadas em muitos casos por outros afamados “homens de cor”. Desde os primeiros tempos da presença lusitana na floresta existem registros sobre a atuação desses personagens pelos sertões, conectados com os percursos da expansão atlântica portuguesa. Esse foi o caso do cabo-verdiano José Lopes, que teve significativa atuação na área do rio Negro entre o final século XVII e as primeiras décadas do XVIII, trocando correspondências com autoridades, chegando a dialogar até mesmo com o governador do Estado do Maranhão, que lhe conferiu uma medalha de ouro e o título de “Capitão daqueles sertões”²²⁴.

De acordo com Rafael Chambouleyron, o “preto” José Lopes aparece em vários registros como um industrioso personagem, “amado pelos gentios”, atuando em colaboração com as missões dos mercedários. Assim como Urbano, o cabo-verdiano também foi destacado como uma espécie de “catequista leigo”, responsável por intermediar a relação de indígenas com o avanço colonial. O agente ia muito além de

²²⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. “O senhor absoluto dos sertões”. O “capitão” preto José Lopes, a Amazônia e o Cabo Verde. *Boletín Americanista*, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008. p.34

contatar indígenas e catequizá-los (no sentido *estrito*), guardando outros interesses e conexões com os negócios dos sertões do rio Negro²²⁵.

Na época das ações de José Lopes, estavam em curso os chamados “resgates”, empreitadas de escravização de indígenas que ocorriam muitas vezes em colaboração com ordens religiosas. As “peças” eram negociadas entre colonos e missionários, ou mesmo seguiam longa travessia rio abaixo até Belém, de onde poderiam ganhar outros rumos. Na proa desse processo estavam os intermediários locais que lideravam os contatos e as barganhas com nativos, capitaneando também encarniçados conflitos que visavam auferir os lucros advindos da negociação de indígenas como escravos. Ainda acompanhando reflexão de Chambouleyron, José Lopes, mesmo sendo um congratulado “Capitão”, foi acusado de participar dessas modalidades de razias que, embora fossem tratadas como abusivas, eram igualmente alvo de grande interesse de exploradores e colonos portugueses que demandavam escravos.

É preciso salientar que “um africano nos sertões, deste modo, não significava necessariamente um preto fujão ou um negro aquilombado”²²⁶. O caso de José Lopes, e de outros personagens, denota as nuances desse cenário. Em que pese a proeminência desses indivíduos, seu destaque não obliterava a gravidade do tratamento violento dispensado a outros africanos à época, alvos de práticas de trabalho compulsório e escravização por todo o mundo atlântico.

É importante sublinhar que tais agências de intermediários tiveram significativas continuidades no século XIX, sem desvanecer o caráter coercitivo de políticas oficiais voltadas às populações de “cor” em geral. É possível inferir que houve até mesmo um agravamento das violências, justificadas como medidas de disciplinarização e controle, principalmente após a rebelião cabana. Ao contrário de José Lopes, que foi nomeado “Capitão do sertão do distrito das missões dos mercedários”²²⁷, Manoel Urbano, a quem também foi recomendado o título de “Principal” ou “Capitão”, nunca recebeu tal titulação. Como visto no início do tópico, a ausência de reconhecimento levou Urbano a confidenciar ao *Diário de Mandos* seu ressentimento pela falta de recompensas oficiais ante os serviços que prestou ao Amazonas durante décadas.

²²⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. “O senhor absoluto dos sertões”... op.cit. pp. 35-36

²²⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. “O senhor absoluto dos sertões”... op.cit. p.45

²²⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael. “O senhor absoluto dos sertões”... op.cit. p.35

Tudo leva a crer que ao longo de suas empreitadas Manoel Urbano fez uso de seus saberes sobre a floresta para se defender de medidas coercitivas. Ao passo que se esgueirava de medidas policiais, tentava negociar uma posição de destaque fiando-se em seus conhecimentos, aproximando-se dos interesses da frente de expansão do Estado brasileiro nos altos rios. Essa disposição só aumentou no transcurso do século XIX, especialmente após a criação da Província do Amazonas. Uma das primeiras medidas da unidade provincial foi incorporar saberes de agentes locais em áreas estratégicas, como em missões de reconhecimento do interior e também em incursões voltadas ao contato e catequização de indígenas. Manoel Urbano foi bastante requisitado em ambas as frentes de atuação. Nesse sentido, já em 1853, há registros sobre seu desempenho como encarregado da Diretoria de Índios.

Em 15 de junho do referido ano foram encaminhadas ao Presidente Herculano Ferreira Penna algumas informações sobre diligências da instituição empreendidas no Purus, tendo como principal interlocutor o próprio Urbano. Um ofício foi redigido pelo dirigente da Câmara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro, Raphael Assumpção e Souza, repassando detalhes dos sucessos da “facturação” de manteiga de tartaruga estabelecida nas praias do rio. O documento apresenta referências sobre o processo de “viração” dos quelônios, atividade bastante disseminada pelo rio à época, apontando ainda a maciça presença de trabalhadores indígenas em tal atividade.

Com base nas informações de Urbano foram detalhadas algumas especificidades do regime de trabalho, como a presença de “um Comandante para velar sobre a praia, postando sentinelas a fim de evitar de que ninguém nelas toque”²²⁸, indicando que conquanto fossem utilizadas técnicas e “braços” indígenas, a produção e o acesso às praias eram vigiados e vedados aos nativos. Isto implicava numa intervenção direta nos circuitos produtivos daqueles que se utilizavam da área de várzea na época do estio, que passavam a conviver com interdições de acesso aos recursos naturais. Ao vedar o ingresso dos índios nas praias e delegar a vigilância da produção à “sentinelas”, a Diretoria de Índios, por intermédio de Urbano, dava mostras de suas estratégias de atuação, que tinham o intuito de controlar a força de trabalho e os hábitos indígenas, submetendo-lhes rotinas impostas por particulares e/ou intermediários da instituição.

²²⁸ Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA) – Manaus - Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro. Manuscrito da Diretoria de Índios, 1853 (Encadernado)

O escopo de tais estratégias era tramado em conexão com os saberes dos próprios encarregados, que em geral eram já experimentados na lida com indígenas pelos sertões. Esse era o caso de Manoel Urbano, que delineava para seus superiores detalhes dos trabalhos viabilizados no interior. Suas ações divulgavam referências sobre atividades antes alcançadas somente por exploradores particulares que se embrenhavam por rios e igarapés. Havia, nesse sentido, um processo de entrecruzamento das experiências de negociantes com o aparato legal que regia tratativas com populações indígenas. Portanto, é possível inferir que, para além da presença de religiosos, a execução do “*Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios*”, publicado em 1845, estava condicionada no Amazonas aos liames dos interesses de negociantes dos sertões nos altos rios.

3.2 Manoel Urbano e a Diretoria de Índios.

Na Província do Amazonas, a atuação da Diretoria de Índios estava conectada com o deslocamento de fronteiras. Muitos negociantes, mesmo sendo alvos de recorrentes denúncias, posicionavam-se como protagonistas na “catechese”. O problema da escassez de religiosos era tema comum entre os reclames de autoridades, que demandavam a atuação de mais missionários para cobrir o enorme território. Como assevera Carlos de Araújo Moreira Neto, havia a problemática da “inoperância das normas de direito nas relações com indígenas”, piorada quando se tratava de áreas distantes do poder central, onde o alcance do Estado muitas vezes era precedido por agentes ligados à frente de expansão interna²²⁹.

Desde os primeiros anos após a criação da Província do Amazonas religiosos foram instados a assumir postos em aldeias pelo interior. Em 1854, o capuchinho Pier Paolo Crespi, mais conhecido como Frei Pedro de Ceriana, foi convidado para projetar e dirigir uma missão entre os indígenas do rio Purus. O Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena, convocou o religioso por conta de sua experiência bem-sucedida no rio Andirá, onde aldeou centenas de *Maué*, arrefecendo conflitos e incrementando a economia local. Como resultado do desenvolvimento do aldeamento, o

²²⁹ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília, FUNAI, 2005. p.76

povoado chegou a ser elevado à condição de Freguesia, chamada Nossa Senhora do Bom Socorro do Andirá, que contava à época com 1189 almas²³⁰.

Na coluna “Governo da Província” do jornal *Estrella do Amazonas* de 22 de julho de 1854 podem ser lidas as instruções feitas por Ferreira Pena ao capuchinho. A missão deveria ser assentada no *Arimã*, que na época já sediava empreendimentos de Manoel Urbano da Encarnação. No local deveria ser erigida uma capela sob o orago de São Luiz Gonzaga, que passaria também a nomear a aldeia. Como meio de sustentar seus catecúmenos, mais roças deveriam ser plantadas, configurando-se num dos primeiros trabalhos para os índios. A Tesouraria da Fazenda se responsabilizaria pelos “brindes” utilizados pelo religioso para atrair os nativos.

Frei Pedro de Ceriana automaticamente tornou-se o Diretor responsável pela área do Purus. A medida implicava no desligamento dos “Encarregados” leigos da catequese. Na ocasião, foram suspensos de suas funções Manoel Felix Gomes, Joaquim Bruno de Souza e Manoel Urbano da Encarnação, que deveriam forçosamente abrir espaço para a atuação do religioso, e também obedecer seus chamados e ordens, caso fossem requisitados.

Não demorou muito até a chegada do capuchinho em sua nova missão. Em 7 de outubro de 1854 circularam as primeiras notícias sobre o empreendimento, que se fixou num “sítio próximo da foz do Lago Jary, que reúne todas as condições de que depende a prosperidade de semelhantes estabelecimentos”²³¹. As qualidades do local ganhavam destaque em função da presença de inúmeros indígenas previamente agrupados na área, “descidos” por Manoel Urbano antes da chegada do religioso.

Frei Pedro de Ceriana tentou viabilizar um fortalecimento da produção de alimentos, que tinha o objetivo de sustentar os neófitos e, ao mesmo tempo, propiciar condição para acelerar a construção da capela e das casas dos moradores da aldeia. As ações do religioso demandavam grande parte da força de trabalho disponível, item bastante disputado com àqueles que estavam sob as “ordens” do religioso, incluso Urbano. Além disso, burlando arranjos socioeconômicos pré-existentes, buscou negociar os excedentes produzidos com comerciantes que pagassem melhor, não necessariamente

²³⁰ LHIA. *Estrella do Amazonas*, 4 de maio de 1854, n.88, p.4 (digitalizado)

²³¹ LHIA. *Estrella do Amazonas*, 7 de outubro de 1854, n.100, p.4. (digitalizado)

privilegiando os negociantes locais. O cenário de tensões estava posto, e o capuchinho paulatinamente foi ganhando a antipatia de seus “subordinados”.

Esse quadro pode ser comparado com o desenho de antigas contendas coloniais, formadas pelo eco das ações de régulos dos sertões que lutaram contra o “monopólio” de padres jesuítas, que acabariam expulsos do Estado do Grão-Pará no século XVIII. Pier Paolo Crespi não teve um destino muito diferente. Com menos de dois anos de funcionamento sua missão foi extinta. O Presidente João Pedro Dias Vieira assinou a exoneração do missionário em 21 de abril de 1856, publicando o documento no “Expediente do Governo” do *Estrella do Amazonas*²³². Segundo Gunter Kroemer, que teve acesso a cartas escritas pelo próprio Frei, a rápida supressão dos esforços de catequese ocorreu devido “a uma série de calúnias dirigidas por regatões e comerciantes”²³³ - entre os quais certamente estava Manoel Urbano.

Tudo leva a crer que a rarefeita resistência do clérigo na posição era indicativa da sua assimetria de poder ante os vínculos materiais e sociabilidades prévias existentes entre populações nativas e negociantes – e destes com o Estado. Conquanto estivessem inseridos em complicadas e violentas rotinas de contato, arranjos sociais locais poderiam ser mais atraentes aos nativos que a produção de alimentos e outras atividades tuteladas por religiosos. Mesmo enfrentando relações assimétricas, que favoreciam majoritariamente os exploradores, o engajamento econômico nos circuitos do extrativismo poderia abrir possibilidades de ganhos que ajudavam populações da floresta a burlar tentativas de controle advindas do poder central. Desse modo, o sucesso ou o ocaso de empreitadas de evangelização e catequese também estava relacionado com a capacidade de interagir com essas intrincadas configurações econômicas da floresta, que se constituíam atreladas aos diversos desafios de alteridade vivenciados nos sertões amazônicos.

Manoel Urbano da Encarnação esteve nas linhas de frente desse processo. Suas agências como articulador do contato com indígenas no Purus lhe conferiram o papel de importante interlocutor da Diretoria de Índios. Mesmo na condição temporária de “encarregado” de Frei Pedro de Ceriana uniu as funções de negociante e catequizador, encaminhando notícias de seu trabalho junto aos indígenas para autoridades. Os registros

²³² LHIA. *Estrella do Amazonas*, 28 de fevereiro de 1857, n.197, p.2 (digitalizado)

²³³ KROEMER, Gunter. *Cuxiuara: o Purus dos indígenas. Ensaio Etno-histórico e Etnográfico sobre os Índios do Médio Purus*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.p.52

de sua atuação aparecem em diversos documentos da instituição que, embora fragmentários, fornecem pistas sobre as várias facetas das agências de Urbano à época.

Nesse sentido, em 1854, o negociante aparece descrevendo uma de suas incursões. Seu relato tratava de experiências de contato esboçadas como parte da narrativa de sua viagem. O “encarregado” elaborou um pequeno testemunho sobre sua travessia até o alto Purus, cujo resultado foi encaminhado para o Presidente da Província. Essa modalidade de relato era bastante comum em se tratando de expedições de reconhecimento, que vinham ajudando na planificação do avanço sobre determinadas áreas. A associação entre o transcurso da frente de expansão e a desejada aceleração da incorporação de indígenas como trabalhadores era bastante nítida. Por isso, mais que detalhar as atividades econômicas estabelecidas no interior, eram cobrados esforços de mapeamento dos povos que habitavam os altos rios. Em ofício datado de 9 de junho de 1854, portanto antes da chegada de Ceriana, Urbano já divulgava notícias sobre seus itinerários, quantificando “malocas” e valorizando sua própria obra de “catechese”.

Participo a V. Ex^a. do resultado da minha diligência, que cheguei a certa altura, no afluente denominado Pao-iny com a catequese dos Indígenas, fazendo ver aos ditos a Ordem do Governo, vendo paragens suficientes na margem a fim de se aldearem, os demais junto convidei para esta aldeia; não houve entre eles repugnância alguma, de todas as malocas me disseram que estavam prontos para o dito fim, não cheguei a terça parte das tribos, a pressa cheguei a vinte e uma malocas - inclusive achará V. Ex^a. o número das malocas.

Deus guarde a V. Ex^a.

Aldeia de Arimã 9 de junho de 1854

Manoel Urbano da Encarnação, Encarregado²³⁴

Antes de se tornar uma “aldeia”, o território do Arimã já servia de base para giros de Manoel Urbano e de outros negociantes pelo Purus. A localidade destacava-se por possuir larga área de terra firme, não susceptível a inundações recorrentes. A aldeia passou a contar com um destacamento militar, que, na ausência do Diretor de Índios, ficava sob as ordens do “encarregado”²³⁵. Por isso, ao ser incumbido da viagem até o alto

²³⁴ APEAM - Manaus. Livro da Diretoria de Índios, 1854 (manuscrito). O referido ofício certamente foi escrito a duas mãos, devido ao contraste existente entre a assinatura de Urbano e o restante da grafia do documento. Isso indica que o texto foi ditado por ele e redigido por uma segunda pessoa, provavelmente Vitorino Manoel de Lima, chefe do destacamento militar do Arimã. Todavia, em todos os outros documentos assinados por Manoel Urbano no livro da Diretoria de Índios, o conteúdo redigido mostra-se coeso, indicando que dele escreveu integralmente os textos repassados ao Presidente da Província.

²³⁵ Essas referências podem ser analisadas através do espaço dedicado às mensagens do “Governo da Província” no periódico *Estrella do Amazonas*. Ver: Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) - Manaus. *Estrella do Amazonas*, 22 de julho de 1854. n.98, p.1

Purus, Urbano delegou a um de seus ordenanças a direção dos trabalhos. O cabo de esquadra Victorino Manoel de Lima ficou responsável por informar ao Presidente Herculano Ferreira Pena sobre as ocorrências gerais da pequena povoação. Lima enviou para a Cidade da Barra notícias sobre a passagem de “cobertas” e “igarités” pela localidade, que retornavam de giros comerciais carregadas de castanha, salsa parrilha e óleos vegetais.

Tabela 4 – “Lista das embarcações que passaram pelo destacamento da Aldeia do Arimã no rio Purus, no mês de abril de 1854”.

Qualidade ou denominação da embarcação	Porte (arrobas)	Qualidade da carga	Nomes dos proprietários	Nomes dos cabos ou encarregados	Pessoas na tripulação	Dias subindo	Dias descendo	Lugar de destino
Coberta	500	Castanha	Pedro Gonçalves Pinheiro	Joaquim Bruno de Campos	5	60	90	Anaman
Coberta	400	Óleos	Alexandre de Brito Amorim	Dominga da Silva Roza	5	50	56	Cidade da Barra
Coberta	300	Salsa	Pedro Gonçalves Pinheiro	Daniel José da Silva	3	46	66	Manacapuru
Igarité	100	Óleos	Juvêncio Alves da Silva	José Domingos da Silva	5	70	75	Manacapuru
Aldeia do Arimã, 30 de maio de 1854 Vitorino Manoel de Lima Encarregado interino dos Índios da Aldeia do Arimã								

Fonte: APEAM. Livro da Diretoria de Índios de 1854.

Para além de um território de catequese de indígenas, a área se notabilizava como um entreposto para negociantes que circulavam pelo Purus. Como assevera Manoela Carneiro da Cunha, existiam entre os aldeamentos do século XIX aqueles que “serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão de obra”²³⁶. A aldeia

²³⁶ DA CUNHA, Manoela Carneiro. Política indigenista no século XIX. In. DA CUNHA, Manoela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p. 144

do Arimã estava encravada em área atravessada pelo deslocamento de fronteiras na floresta e se colocava como ponto de apoio para aqueles que buscavam negociar nos confins ocidentais do território amazônico. A localidade se estabelecia na interseção de interesses oficiais e particulares ligados à frente de expansão.

Em outras palavras, não era fortuita a visita de comerciantes ambulantes e exploradores de drogas naquela paragem. Muitos vendeiros levavam consigo tripulantes indígenas, nem sempre sob a regência de contratos de trabalho ou soldada. Os mascates fluviais estavam cientes das altas demandas por força de trabalho em diversas vilas e povoações do Amazonas, onde estavam se multiplicavam obras públicas e interesses particulares que demandavam trabalhadores²³⁷. Além da busca por drogas da floresta, os itinerários de subida dos rios se acoplavam as referidas necessidades por mão de obra, que se consubstanciavam sobremaneira na negociação de trabalhadores indígenas com clientelas de áreas urbanas ou de novas explorações nas matas.

A venda ilegal de índios se somava as listas de nativos encaminhados para obras públicas, arroladas na documentação da Diretoria. Contudo, é preciso salientar que tão copiosas quanto as referências que dão conta de arregimentações para o trabalho compulsório e/ou escravização ilegal são as reclamações sobre fugas e deserções. Vitorino Manoel de Lima, na ausência de Urbano, além de encaminhar notícias sobre a passagem de embarcações comerciais, lamentou ao Presidente da Província a quase total retirada dos indígenas da aldeia que, segundo ele, estava sendo recoberta pela floresta e não possuía roçados por falta de trabalhadores.

Autoridades e particulares clamavam pelo aumento do contingente de “braços”, organizando incursões que atualizavam os “resgates” coloniais, especialmente nas primeiras décadas pós-cabanagem. No entanto, na contramão dessa tendência, a Diretoria de Índios prescrevia meios não violentos para atrair indígenas, seguindo preceitos apregoados por José Bonifácio à época dos debates sobre a primeira

²³⁷ Após a criação da Província do Amazonas foram iniciadas muitas obras, especialmente na capital, que principiou a construção de pontes, aterros, retomou a edificação de prédios públicos, dentre outros serviços, que recaíram grandemente sobre ombros indígenas. Nesse sentido, existem registros no livro de “Quadros Demonstrativos” dos primeiros anos de administração do Amazonas sobre os materiais de construção adquiridos às expensas dos cofres provinciais entre os anos de 1853 e 1855. Entre os materiais constam: tijolos, telhas, adobes, tábuas de madeira, palha para coberturas de prédios e chapéus para os trabalhadores, que custaram ao todo 1:655\$777. Cf. APEAM. Livro de quadros demonstrativos da administração da Província do Amazonas, 1856. (Manuscrito).

Constituição do Império. Tudo leva a crer que a viagem de Manoel Urbano se posicionava como parte desses esforços, aproximando-se de indígenas com base em redes de troca e de sociabilidade articuladas previamente.

Urbano estava determinado em assegurar a aplicação da “*Ordem do Governo*”, procurando locais propícios para erigir aldeamentos e efetuar “descimentos”. Em seu percurso de subida no Purus, o “encarregado” anotou o contato com 21 “malocas” de diversos povos, cujos membros foram convidados a “descer” para as margens do rio, ficando mais próximos das linhas da frente de expansão. Outros indígenas o acompanharam no percurso de volta até a aldeia principal, no Arimã.

Manoel Urbano disponibilizou a lista com o nome das 21 malocas contatadas e suas respectivas etnias. Infelizmente, o documento encontra-se em péssimo estado de conservação, não permitindo a leitura de todo o seu conteúdo, que possui várias partes danificadas. Na lista consta a presença de índios *Jamamadi*, *Apurinã*, *Pamaná*, *Jubery* e *Paumari*, porém, somente as informações dos dois primeiros povos encontram-se em grande parte legíveis.

A tribo Jamamadi compõe-se de cinco malocas, muito distantes uma das outras (...) vivem de suas caçadas e de aves, e plantam muito milho e pacovas. Nome das malocas: Jaisuam – Deriana – Aratacu – Jamiriary – Curimy;

A tribo Hipurinã (Apurinã) compõe-se de onze malocas, isto é, por onde naveguei, que me informam os mesmos que para os centros tem muitos (...) usam muito de andar em cascas de pau (...) usam de malocas pequenas, são de fazer muito pão de (ilegível), brigam muito uns com os outros. Nome das malocas: Mamuriá – Ansimã – Cerioá – Thomiá – Sepatiny – Inaary – Iucurian – Caiapá – Jyrtaan – Jaareté – Tamaapa²³⁸.

A descrição posicionava os *Jamamadi* como habitantes da parte mais alta do rio, nas imediações do afluente “Pao-iny” (Pauini), seguidos dos *Apurinã*, mais numerosos, que habitavam áreas um pouco mais abaixo. Sobre os outros povos é possível ler nos fragmentos do documento que os *Pamaná* contatados habitavam apenas uma maloca no afluente Ituxi. Já os *Jubery* moravam em três, que seriam compartilhadas com os *Paumary*, indígenas descritos como habitantes das águas, que viviam durante o inverno em suas jangadas e no verão habitavam as praias, sempre em contato com caminhos fluviais. Em sua descrição, o encarregado ainda afirmou ter conversado com indígenas

²³⁸ APEAM. Livro da Diretoria de Índios de 1854.

Canamary, Arapa e Ximaniry. Sobre estes três últimos, Urbano asseverou não ter alcançado suas casas, ficando sem referências sobre onde realmente habitavam. Além da menção ao número de malocas, não há na listagem nenhuma outra indicação quantitativa, nem mesmo sobre o presumível número de “descidos” até o Purus, nem sobre os encaminhados para aldeia do Arimã.

Urbano informou ao Presidente da Província que durante o percurso de descida do rio orientou trabalhos de coleta de ovos de quelônios e fabricação de manteiga em algumas praias, encaminhando mostras para a autoridade da Cidade da Barra. Em troca, o encarregado solicitou “dez alqueires” de sal, que seguramente seriam utilizados em outras “facturações” de peixes e caças. O negociante ainda asseverou a Herculano Ferreira Pena que era “preciso ir fazendo algum rendimento” para a sustentação da aldeia, que necessariamente significava a negociação da produção local com os exploradores que periodicamente ancoravam no Arimã.

Após seu retorno, Manoel Urbano retomou a direção da aldeia e o envio de correspondências ao dirigente do Amazonas. Durante sua ausência, seu substituto teve dificuldades em levar a cabo os diálogos com a autoridade, deixando entrever em seus escritos a recusa de indígenas a servirem como mensageiros do “correio”, que periodicamente deveriam encaminhar informações atualizadas sobre a situação da localidade. Mesmo enfrentando embaraços na comunicação, o encarregado interino foi instado a encaminhar uma relação das “madeiras de lei” presentes nos arredores da aldeia, demanda encaminhada para todas as aldeias dirigidas por representantes da Diretoria de Índios no ano de 1854. Esse era mais um dos indicativos do mapeamento das possibilidades de exploração econômica, que estavam atrelados aos trabalhos da instituição.

Com o regresso de Urbano, que trouxe consigo indígenas do alto Purus, as dificuldades de comunicação parecem ter diminuído. Somente entre os meses de junho e julho foram encaminhados cinco ofícios ao presidente da província, dando conta de vários aspectos do cotidiano da aldeia. Levando em conta a distância entre o Purus e a capital da Província, que à época era cruzada em canoas a remo, a quantidade de cartas é sintomática da retomada da normalidade do “correio” do Arimã.

Entre as informações enviadas por Urbano constam, por exemplo, referências sobre a “desobediência” de um *Tuxaua Catauixi*, que havia saído da aldeia à noite, dirigindo-se de maneira suspeita para a área do destacamento militar. A liderança indígena teria sido “seduzida” por José Bruno de Souza Lobato, ao que parece um soldado que estava sob as ordens de Manoel Urbano. Ao ler o relato fica implícita a tensão em torno das possibilidades da fuga ou de uma presumível associação indesejável entre o soldado e o índio. Mesmo enfrentando tal situação de suspeição, os trabalhos no Arimã não parecem ter sido comprometidos. Ainda entre os registros do negociante, foi referenciada ocasião em que Urbano se preparava para dirigir a implementação de roçados junto com os índios recém-descidos, que tomariam grande parte dos trabalhos do verão²³⁹.

Vários são os apontamentos que corroboram com indicativos da abertura de áreas de plantação no Purus, especialmente de mandioca. O engenheiro militar João Martins da Silva Coutinho, que foi guiado por Manoel Urbano em 1862, registrou que seu interlocutor havia reunido “grande número de *Apurinã* e *Jubery* e com eles fez extenso roçado nas barreiras de Huytanahan”. No Arimã, Coutinho asseverou que o encarregado teria reunido, quando dirigiu os trabalhos da aldeia, “600 *Paumari* e *Jubery* fazendo-os descer da parte superior do rio”, com eles abrindo “grande roçado e levantando uma capela”²⁴⁰. Mesmo não sabendo ao certo se este foi efetivamente o número de índios que Urbano conseguiu “descer”, o certo é que, ao reunir indígenas para assentar plantações e outras explorações, o encarregado colocava na roda também seus interesses particulares, como explorador de drogas e mascate fluvial.

Essa dedução torna-se plausível quando as atividades do interlocutor de Coutinho são comparadas com as de outros sujeitos que agiam de modo semelhante e que, mesmo não sendo necessariamente membros da Diretoria de Índios, nutriam contatos estreitos com os povos indígenas. Essas referências podem ser encontradas também no relato do engenheiro, que ao situar as várias localidades de exploração destacou algumas iniciativas particulares consideradas benfeitorias aos olhos oficiais. Como no caso do sítio

²³⁹ Além da denotada atmosfera de suspeição, outra referência presente entre os ofícios de Urbano, extensiva às muitas outras diretorias no Amazonas, tratava dos pedidos de “dispensa” de funcionários. Este foi o caso do cabo de esquadra Victorino Manoel de Lima, substituto de Urbano, que pediu permissão para se ausentar devido às febres que estavam debilitando sua saúde.

²⁴⁰ NEAI. Relatório da Exploração do Rio Purus apresentado pelo Engenheiro João Martins da Silva Coutinho, 1862. (Impresso). p.37

de Francisco José Rodrigues de Souza, próximo ao canal do Berury, baixo Purus, onde viviam quatro famílias *Mura* atuando na exploração da salsa, ou ainda como na feitoria do cearense João Gabriel de Carvalho e Mello, com grandes seringais e cacauais, nas imediações da foz do Jacaré, vizinha de uma maloca *Paumari*.

Cumpra notar que a proximidade com “malocas” não era fortuita. Mais que simples força de trabalho, os nativos serviam como fonte de saberes sobre a floresta, viabilizando (ou não) a entrada de agentes que acompanhavam as movimentações da frente de expansão. A Diretoria de Índios no Amazonas encampava tais práticas de contato previamente assentadas. Entre seus registros podem ser encontradas, por exemplo, referências sobre o descobrimento e exploração de seringais por indígenas aldeados. Esse foi caso narrado por Antonio José Lopes, responsável pela área de *Cahapiranga*, nas proximidades do rio Solimões, que atribuiu a um índio *Mura* de nome Miguel a descoberta e abertura de uma área rica em seringueiras. Segundo seu testemunho, o contato com o indígena foi fundamental para a efetivação da exploração da localidade. No entanto, devido à grande quantidade de árvores do látex, o território se tornou objeto de disputas com outros indivíduos que também circulavam pelo Solimões no ensejo de giros comerciais e na busca de drogas do sertão. Lopes encaminhou ofício ao Presidente da Província solicitando providências contra a “usurpação” da área descoberta por seu catecúmeno, ambicionada por um negociante chamado Bernardino de Oliveira Horta, que ansiava alargar suas explorações na área²⁴¹.

Assim, é importante salientar que o alcance da atuação de representantes da Diretoria de Índios poderia ir de encontro aos interesses de outros exploradores, gerando contendas. Esses embates não ocorriam necessariamente porque negociantes prejudicassem os trabalhos de “catequese”, mas porque havia coincidências de interesses econômicos entre as partes, que poderiam desdobrar-se em atritos. Além das drogas da floresta, também entravam nas disputas as possibilidades de contato com indígenas, que poderiam figurar como fonte de saberes e trabalho e como potenciais “fregueses”. Salvo melhor juízo, ao analisar a documentação disponível da Diretoria de Índios do Amazonas, é possível afirmar que seus representantes institucionalizavam modalidades de

²⁴¹ APEAM. Livro da Diretoria de Índios de 1854.

interlocução imbuídas tanto em trocas culturais prévias, como em intercâmbios de produtos manufaturados e drogas da floresta.

As redes de comércio internas eram parte fundamental da estruturação dessas multifacetadas modalidades de contato. Referências sobre o cenário podem ser encontradas entre os registros da instituição, como no caso do ofício de Francisco de Paulo Bitancourth, responsável por uma aldeia no rio Içá (Putumayo), que intermediou a negociação de “nove machados e doze terçados” entre o “Principal” da povoação e o afamado comerciante da Cidade da Barra, Henrique Antoni. O encarregado noticiou ao Presidente da Província que até a data do envio do ofício o *Tuxaua* não havia ido buscar as ferramentas, que se encontravam em seu poder. O representante afirmava ter a guarda dos produtos, sem necessariamente evidenciar como estes seriam cedidos ao indígena. Referências sobre o monopólio da distribuição de mercadorias também aparecem em outras ocasiões, como na distribuição dos “brindes”, que muitas vezes entravam em esquemas de fornecimentos de produtos em troca de trabalho e/ou drogas das matas²⁴².

Evidenciava-se o papel de “catequistas leigos”, que tinham interesses que iam além das preocupações apregoadas pelo Regulamento das missões de 1845. Manoel Urbano firmava-se como um dos representantes dessa tendência, que ganhou ainda mais fôlego com o aprofundamento da exploração dos altos rios na década de 1860. O encarregado do Arimã foi nomeado em 1861 um dos diretores parciais do Purus, responsável pela área que ia “desde o lago jacaré e o rio Tapauá e acima da maloca *Capana* em diante”²⁴³. O detalhamento do espaço de atuação de Urbano denotava a divisão do rio entre os interesses de outros diretores e encarregados que começaram a delimitar os espaços de exploração e concentração de indígenas.

A conjuntura dessas divisões se fez presente nos principais cursos fluviais da Província do Amazonas. A compartimentação acarretava uma maior produção de informações sobre os povos indígenas contatados. Esses desdobramentos podem ser analisados através da tabela apresentada pelo Presidente Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, que em 1864 divulgou uma listagem geral sobre a atuação da Diretoria de Índios no Amazonas. As informações tratavam das aldeias presentes nos rios Amazonas (Solimões), Negro, Madeira, Branco e Purus, guardando estimativa do

²⁴² Semelhante ao sistema de aviamento da época de sedimentação dos seringais no final do século XIX.

²⁴³ LHIA. *Estrella do Amazonas*, 16 de janeiro de 1861, n. 514, p.3.

contingente de indígenas aldeados, entre homens, mulheres e “menores”, que seriam ao todo 17.480 pessoas, espalhadas entre 755 “fogos”.

No total, foram arroladas 39 diretorias e os nomes de seus respectivos responsáveis, salvo as 3 que aparecem sem dirigente, todas no rio Madeira, notabilizada área de encarniçados conflitos entre indígenas “selvagens” e agentes da frente de expansão. Entre as “nações” aldeadas mais numerosas constam as dos povos *Mura* e *Mundurucu*, os primeiros espalhados em praticamente todos os rios listados, e os segundos concentrados em aldeias no Madeira.

Entre todas as Diretorias, apenas três se destacavam com mais de mil catecúmenos, quais sejam, a dos rios Uaupés e Içana, sob a responsabilidade de João José de Oliveira, com 1.301 aldeados; a do rio Branco, sob os auspícios de Manoel Caetano Vieira Cavalcante, com 1.171 indígenas; e a do rio Purus, mais especificamente do alto Purus, sob a gerência de Manoel Urbano da Encarnação, com 7.500 índios. Chama bastante atenção que a área do experimentado negociante alcançasse mais que o dobro do número das outras duas maiores, correspondendo a cerca de 42% do somatório de todas as diretorias da Província do Amazonas. Mesmo localizando-se no que era considerado o “alto” curso do rio à época, transpondo limites muito distantes e ainda pouco conhecidos, a área de responsabilidade de Manoel Urbano ultrapassava o Arimã, base de aldeamentos e várias incursões, e o Ituxy (Ituxi), afluyente riquíssimo em drogas da floresta.

A grande disparidade também pode indicar a inconsistência dos dados arrolados, que no caso do alto Purus poderiam figurar mais como uma estimativa do que como um cálculo preciso da população indígena sob a regência do Diretor Parcial. Por ser área de exploração recente, com Manoel Urbano na proa de diversas incursões, é provável que o cálculo tenha partido do próprio negociante, que tinha interesse em chamar atenção para sua Diretoria. O Purus tornava-se paulatinamente uma das principais artérias de interiorização da frente de expansão e sua grande população indígena poderia servir de lastro para atrair ainda mais a atenção oficial.

Tabela 5 – Listagem das Diretorias de Índios da Província do Amazonas em 1864.

D										
RIOS.	DIRECTORIAS.	NOMES DOS DIRECTORES.	Igrejas.	Fogos.	ADULTOS.		MENORES.		Total.	NAÇÕES.
					Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.		
AMAZONAS.	Manacapuru.....	Juvenio Alves da Silva.....	1	41	89	94	41	42	206	Mura.
	Acará.....	Hypolito Lourenço Serrão.....		22	31	34	14	15	94	»
	Manacá e Juçará.....	Balbino José Pereira Guimarães.....		4	10	7	6	4	27	»
	Aibú.....	Damaso de Souza Barriga.....		8	20	25	18	12	75	»
	Amatary.....	Bartholomeu Ferreira do Prado.....	1	20	46	55	32	33	166	»
	Içá.....	Bernardo Alves Martins.....		9	22	20	16	11	69	Pacé, Hynry, Marioté, Tucuma.
	Jundiatuba.....	Antonio José Ribeiro.....		4	17	20	11	6	54	Mura.
	Catua.....	Felippe Monteiro da Silva.....		4	8	7	8	5	28	Pacé, Hynry.
	Yapurá.....	Estulano Alves Carneiro.....		16	24	25	9	8	66	Idem.
	Teffé.....	Marcos José de Oliveira.....								
	Yurubá.....	Manoel Augusto Zany Pacinotti.....		18	231	252	49	56	588	Maraná, Araus.
	Tonantins.....	Manoel Jesuino de Azevedo Gomes.....		8	35	40	12	15	102	Cayaxana.
	Itatuby.....	Justo José Domingues Borges.....	1	13	191	207	57	74	529	»
	Tabatinga.....	Padre José Maria Fernandes.....	1	12	124	140	89	74	427	Tucuna, Mangerona.
	Fonte-Boa.....	Amandio Joaquim da Costa.....		14	36	19	12	24	91	Mura.
	Anamá.....	Antonio Lobo de Macedo.....		4	11	11	8	1	31	»
	S. Paulo.....	Padre Manoel Ferreira Barreto.....	1	21	29	36	19	28	112	Cucama.
	Caldeirão.....	Alexandre Ferreira das Neves.....	1	14	41	23	12	15	91	»
	Manaquiry.....	José Ricardo Zany Pacinotti.....								
MADEIRA.	Manicorá.....	Vaga.....		5	63	51	20	8	142	Mura.
	Autá-assú.....	José Antonio Rodrigues Junior.....		9	36	40	24	35	135	»
	Abacaxis.....	Francisco Antonio Rodrigues.....	1	53	90	129	95	85	399	Mundurucú.
	Murumurutuba.....	Antonio dos Santos Velho.....	1	13	30	26	11	9	76	»
	Canumã.....	Antonio Francioco Parente Junior.....	1	7	56	54	15	23	148	»
	Maués.....	João Rodrigues de Medeiros.....	2	40	131	181	108	92	512	Mundurucú, Macú.
	Andirá.....	Manoel Joaquim da Cruz.....	1	30	91	100	56	65	312	Mura, Maué.
	Sapucaia-oroca.....	José Maria da Conceição.....	1	103	135	140	63	71	409	»
	Crato.....	Vaga.....	1	32	301	304	50	70	725	Mura, Tará.
	S. Paio.....	Vaga.....		3	39	47	3	4	93	Mura.
NEGRÓ.	Mamurú.....	Manoel Joaquim Martins.....		28	102	94	98	78	372	Maué.
	Acará.....	Victorino Antonio Estrella.....		29	206	222	50	52	530	Xiriana, Bapianá.
	Marança.....	Candido Manoel Jacintho de Souza.....		9	26	36	12	13	87	Jabana, Madanacá.
	Uaupés e Içana.....	João José de Oliveira.....		81	546	322	273	160	1301	Diversas.
BRANCO. (Porto-Alegre.....)			1	27	385	401	193	192	1171	Sapará, Macuxi e outras.
PERUÍ.	Alto Purús.....	Manoel Urbano da Encarnação.....		83	2120	3080	1134	1166	7500	Diversas.
	Ituxy.....	Jesuino da Costa Fonseca.....		9	91	101	41	43	276	»
	Papaan.....	Joaquim Bruno de Souza.....		6					205	»
	Arumã.....	Manoel Joaquim de Castro.....	1	12	149	121	41	50	331	Mura.
	Ayapua.....	Manoel Nicoláo de Mello.....								
				21	755	5532	6464	2670	2609	17480

Fonte: Relatório do Presidente de Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000058.html>

Interessante notar que mesmo divulgando tais dados, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda reclamava da ausência de uma efetiva “catequese”, devido à inexistência de um número significativo de missionários. Lacerda chegou a afirmar que “em todo aquele imenso vale, povoado de tantos milhares de selvagens, nem

um missionário existe! ”²⁴⁴. A autoridade deixava explícita sua insatisfação com a catequese fora do crivo de religiosos. Entre as 39 diretorias arroladas em seu relatório somente suas eram dirigidas por padres, Tabatinga e São Paulo de Olivença. Em uma das passagens mais taxativas de seu incômodo, o dirigente do Amazonas questionava à audiência de seu relatório: “hoje quem vai ao encontro do índio no fundo de suas florestas virgens, no interior d’estes rios sem fim? Ninguém, a não ser o regatão, menos bárbaro por certo que ele, porém muito mais corrompido; que o explora, deprava e desonra, a pretexto de comerciar”²⁴⁵.

A condenação dos mascates fluviais acompanhava a torrente de críticas da época, que os via como exploradores sem escrúpulos de habitantes do interior. Lacerda se referia à categoria de regatão tendo em mente a definição do vendeiro ilegal, do indivíduo “sob suspeita” que se embrenhava pelo interior fora do alcance da polícia e do fisco, envolvendo-se com escravos fugidos e desertores. Como discutido no capítulo anterior, tal definição não abrangia a diversidade de negociantes envolvidos no comércio ambulante fluvial, que se espalhava não somente sob a égide de personagens indesejáveis. Entre os que guiavam canoas de regatão havia múltiplos atores, inclusive vários “cidadãos dignos de fé”. Esse era o caso de Manoel Urbano da Encarnação, que possuía sua embarcação de regateio e mesmo assim era um destacado interlocutor dos interesses da Província do Amazonas²⁴⁶.

Embora fosse um negociante “leigo”, Urbano em nenhum momento recebe qualquer palavra de desaprovação por parte de Lacerda. Ao contrário, ele aparece sendo promovido em suas atribuições, situado entre os Diretores parciais do Purus. Na ocasião, o rio aparecia delimitado em cinco diferentes áreas, que dariam continuidade ao trabalho de contato com indígenas e tentativas de assentamento de aldeamentos, iniciadas na década de 1850 por Manoel Urbano a partir da área do Arimã.

²⁴⁴ Relatório do Presidente de Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000035.html>

²⁴⁵ Relatório do Presidente de Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000036.html>

²⁴⁶ Entre outras referências, para o biênio 1867-1868, Manoel Urbano aparece na listagem dos que eram “convidados” a pagar impostos de “suas canoas de regatão e casas comerciais fora dos povoados”. Os nomes aparecem na segunda página do *Jornal do Rio Negro*, em fevereiro de 1868. Cf. HDBN, *Jornal do Rio Negro*, 8 de fevereiro de 1868, n.33, p.2.

No mesmo relatório de 1864 em que aparece a tabela com os dados da Diretoria de Índios, Lacerda encomendou a Urbano uma nova expedição de reconhecimento. Dessa vez, o alvo do negociante seria o rio Ituxi, um afluente ainda pouco conhecido do Purus que vinha ganhando fama por suas grandes reservas em drogas da floresta e também por ser cogitado como um possível caminho fluvial para atalhar as cachoeiras do Madeira.

Mais uma vez, a antiga agenda de alcançar o Mato Grosso e a Bolívia fora do perigo das corredeiras entrava em cena. Nesse ensejo, havia uma combinação de pelo menos três níveis de interesses (nem sempre concordantes), que envolvia o âmbito macro do capitalismo expansionista, os interesses de autoridades e particulares da Província do Amazonas, e também os negócios do responsável direto pela incursão, que poderia maximizar seus ganhos abrindo um novo corredor exploratório, multiplicando seus dividendos como mascate fluvial e explorador de drogas da floresta.

Chama atenção o detalhamento das tarefas delegadas a Urbano. Lacerda estipulou várias orientações para o explorador, que deveria atentar à extensão navegável do Ituxi, indicando a ocorrência de pedras, corredeiras, ou qualquer outro “fenômeno” que pudesse atrapalhar os percursos no rio. O viajante também deveria pormenorizar o contato com povos indígenas, se possível efetuando cálculos quantitativos de sua existência. Por fim, “na falta da comunicação fluvial”, ou seja, caso o Ituxi não levasse ao desejado curso do Madeira, Manoel Urbano deveria estudar a possibilidade de abrir outro caminho, seja por afluente ou por terra.

A 16 de maio partiu desta cidade o *prático* Manoel Urbano a quem mandei fornecer o pouco que exigiu para levar a efeito excursão tão penosa, consistindo pela maior parte de brindes destinados aos índios. São dignos do maior louvor a dedicação e o admirável desinteresse d’este prestante cidadão, a quem a província deve mais de um serviço desta ordem. Nas instruções, que para este fim expedi, recomendei-lhe que:

1º - Subisse o Ituxi em toda sua extensão navegável, procurando verificar se por si, ou por algum afluente, comunica com o Madeira;

2º - Observasse a navegabilidade dos rios que percorresse, e indicasse os lagos, pedras, saltos, bancos e outros fenômenos dos mesmos; figurando por horas as distancias das diversas tribos e rios entre si, e sondando-os tanto na subida como na descida;

3º - Relacionasse as tribos de índios, com discriminação das conhecidas daquelas que não são, calculando aproximadamente a população, e mencionando as indústrias e os costumes de cada uma;

4º - Procurasse, na falta de comunicação fluvial, o mais curto trajeto para o Madeira, em altura que salve as cachoeiras; verificando a qual das duas províncias pertence o território, por onde atravessasse de um para o outro;

5º - Determinasse com a possível exatidão a extensão deste trajeto, indicando a natureza do terreno, gênero da produção, índole e caráter das tribos aí existentes, e o mais que fosse de interesse;

Como vedes, é uma exploração modesta, mas que pode trazer um resultado de elevadíssimo alcance para a província e para o Império²⁴⁷.

Urbano aparece qualificado como “prático”. Tal definição se afinava com suas experiências como navegador dos rios de longa data, perito nos melindres de caminhos fluviais. Segundo estudo de Heather Roller, o significado de “prático” advinha dos tempos de domínio lusitano na Amazônia e designava personagens (em grande medida, indígenas) que dirigiam canoas em expedições de coleta de drogas do sertão. Estes eram responsáveis por traçar itinerários, fazendo uso de seus saberes para efetivar incursões. Embora tenham sido grandemente silenciados na documentação colonial, estes indivíduos eram os verdadeiros argonautas do labirinto fluvial amazônico, que viabilizavam o deslocamento das linhas de ocupação portuguesa na floresta. De acordo com Heather Roller, preciosos conhecimentos advindos dos *práticos* foram utilizados na confecção de mapas e na organização das mais diversas investidas ao interior, que estiveram relacionadas à sedimentação dos domínios portugueses na floresta²⁴⁸.

Seguindo o lastro desses antigos representantes da navegação fluvial, Manoel Urbano recebeu as instruções do Presidente da Província e iniciou sua viagem em direção ao Ituxi em 16 de maio de 1864. A saída da incursão foi bastante elogiada, merecedora dos cumprimentos da autoridade, que reiterou que aquela não era a primeira vez que Urbano prestava serviços em resposta às demandas da Província. Além das congratulações, o dirigente destacou que o prático havia solicitado auxílios de pequena

²⁴⁷ Relatório do Presidente de Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000031.html>

²⁴⁸ ROLLER, Heather Flynn. River Guides, Geographical Informants, and Colonial Field Agents in the Portuguese Amazon, *Colonial Latin American Review*, 21:1, 2012. 101-126

monta²⁴⁹. Segundo Lacerda, mesmo diante de “excursão tão penosa”, a maior parte dos pedidos do negociante consistia em “brindes”, usualmente utilizados dentro das estratégias de contato com os indígenas encontrados durante incursões de reconhecimento.

Mais uma vez, entravam em cena mercadorias como meio de encetar negociações com nativos. Urbano, tendo em mãos as quinquilharias cedidas pelo governo, incentivava a conformação de vínculos materiais e de trabalho, que articulavam e incrementavam redes de troca pelo interior. Como se sabe, as possibilidades desses intercâmbios econômicos vinham aumentando no bojo do deslocamento de fronteiras.

Dentro do referido processo de introdução de mercadorias aos “selvagens”, para além de uma perspectiva eminentemente econômica, outros significados se faziam presentes. Sob o viés de alguns povos, a chegada de novos agentes e de seus bens materiais era ressignificada como parte do alargamento de sociabilidades que poderiam se converter em alianças complexas e no incremento de relações de poder na floresta.

Como assevera Catherine Howard, que tratou de narrativas do povo *Waiwai*, habitantes de áreas fronteiriças entre o Brasil e a Guiana, havia embutido no ato de adquirir produtos ou brindes dos “brancos” a possibilidade da “domesticação dos seus estranhos poderes”²⁵⁰. Nesse sentido, sob o viés indígena, ao travar contato com bens trazidos por adventícios abria-se caminhos para o manejo de potências perigosas e desconhecidas. Em outras palavras, a partir da obtenção e controle de quinquilharias, os *Waiwai* intentavam pacificar o *Branco*, inserindo-o dentro de redes de sociabilidade e de ordenamentos de significados ajuizados pelos próprios indígenas. A autora indica que os nativos buscaram engajar os “brancos” em trocas recíprocas, afiançando que ao “adquirir e pacificar simbolicamente os bens do *Outro*, por extenso, também seria possível aos índios pacificar aqueles que os produzem”²⁵¹.

Os significados das mercadorias eram reconstituídos dentro do contexto relacional da floresta, impregnado pelas leituras e territorialidades indígenas. Ciente desse

²⁴⁹ Além de solicitar rudimentos para a expedição, Manoel Urbano foi remunerado com 500 mil réis, recebidos em 5 parcelas. Cf. HDBN. *O Catechista*. 18 de junho de 1864, n.118, p.2

²⁵⁰ HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In. ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa oficial do Estado, 2002. p. 25

²⁵¹ HOWARD,. A domesticação das mercadorias...op.cit. p.49

cenário, Oiara Bonilla, que pesquisou aspectos dos mitos e da história dos *Paumari*, destaca a importância das redes de comércio inauguradas à época das viagens de Urbano, que figuram como parte fundamental das narrativas do contato com os “brancos”, rearranjadas no âmbito do mito e da cosmologia indígena.

A autora afirma que entre os *Paumari* do lago *Marahãn* existem narrativas sobre a inauguração de uma “era dos patrões”, relacionada com a chegada de mercadorias e costumes considerados estrangeiros. Os *Paumari*, que à época eram perseguidos implacavelmente pelos *Mura* e *Joima*, atrelaram-se aos “brancos” como meio de adquirir seus produtos, mas também como forma de auferir proteção contra investidas de seus cruéis inimigos locais.

Bonilla destaca que a referida “era dos patrões” é posicionada pelos índios como época de paz, quando os *Paumari* iniciaram seus vínculos de reciprocidade com agentes da frente de expansão. Além de adquirir mercadorias e alegada proteção, os indígenas “recebiam bens simbólicos como nomes ou sobrenomes, estabelecendo laços de parentesco fictícios”²⁵². Ao adquirir e manejar insígnias dos recém-chegados, estes passavam a figurar como parte do mundo conhecido e supostamente controlável pelos indígenas, virando de ponta-cabeça a imagem que prefigurava presumíveis sentidos da aculturação.

Em certa altura das narrativas indígenas pesquisadas por Bonilla, um personagem aparece como o “primeiro patrão”. Tratava-se de um negociante chamado *Orobana*, vindo de uma expedição saída de Manaus, navegando o Purus em busca de contato. Segundo o relato, o comerciante já falava a língua dos índios, principiando relações de amizade e reciprocidade. Seu desígnio era ensiná-los a barganhar produtos, explicando as vantagens de não serem “selvagens”. A ideia do comerciante mítico era “descer” os índios para áreas mais próximas da calha principal do Purus e engajá-los como fregueses ou empregados²⁵³.

Segundo o registro, o comerciante *Orobana* chegou na área paumari na época de um poderoso *Tuxaua*, chamado *Titxatxa*, que transformava os brancos malfazejos em

²⁵² BONILLA, Oiara. O Bom patrão e o inimigo voraz. *Revista Mana* 11(1), 2005. p. 46

²⁵³ O relato indígena sobre *Orobana* encontra-se traduzido da língua paumari para o francês, transcrito na tese de doutorado de Oiara Bonilla. Cf. BONILLA, Oiara. *Des proies si desirable: Soumission et prédation pour les Paumari d'Amazonie brésilienne*. Tese de doutorado em Antropologia Social, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2007.

araras, ou mandava besouros comer seus víveres, quando detectava algum perigo²⁵⁴. Contudo, o *Xamã* paumari não fez uso de seus sortilégios contra *Orobana*. Semelhante aos regatões, o agente adventício “amansou” o afamado Chefe fazendo uso de quinquilharias diversas, introduzindo relações de troca com os índios.

Como sugerido por Bonilla, o registro do mito indígena sobre o início do contato com o comércio e padrões se aproxima de referências documentais que dão conta do avanço da frente de expansão no Purus no século XIX²⁵⁵. Nesse sentido, o personagem *Orobana* guarda muitas semelhanças com os registros históricos de Manoel Urbano da Encarnação. Acontecimentos narrados sobre a época de *Titxatxa* coincidem com vários elementos da interiorização dos interesses oficiais e particulares pelo Purus nos oitocentos. Seguindo a linha de raciocínio que cruza *Orobana* e Urbano, é provável que o contato entre o regatão e os *Paumari* dessa parte do rio tenha ocorrido à época da expedição oficial ao afluyente Ituxi, quando o agente levou os “brindes” enviados pela Província do Amazonas em 1864.

Infelizmente, o resultado da expedição de Manoel Urbano ao Ituxi não foi divulgado em detalhes, o que poderia incrementar ainda mais as possibilidades de problematização entre sua trajetória e a do personagem mítico da narrativa indígena²⁵⁶. Mesmo assim, existem inúmeras interseções entre a composição discursiva do “primeiro padrão” do Purus e os fragmentos documentais sobre Urbano. Ambos vieram da capital da Província subindo o rio, com a intenção de engajar indígenas como servidores e/ou fregueses, conectando sistemas produtivos com as demandas de trabalho e comércio vigentes. Além dos referidos pontos de cruzamento, existe ainda a passagem em que *Orobana* deixa um de seus filhos entre os *Paumari*, articulando as já citadas relações de

²⁵⁴ BONILLA, Oiara. O Bom padrão e o inimigo voraz...op.cit. p. 55

²⁵⁵ Cf. OIARA, Bonilla. The skin of history: Paumari perspectives on conversion and transformation. In: VILAÇA, Aparecida e WRIGHT, Robin. *Native Christians: modes and effects of Christianity among indigenous people of the Americas*. Routledge: London and New York, 2016.

²⁵⁶ Existe o registro de que as informações coletadas por Manoel Urbano foram repassadas para João Martins da Silva Coutinho, que ficou responsável por “passar a limpo” os dados levantados pelo prático. O engenheiro estava ocupado na mesma época em uma expedição ao rio Madeira, que detalhou de maneira meticulosa o curso do rio, com atenção especial as suas cachoeiras. No final das contas, somente as informações do engenheiro tiveram espaço no relatório oficial. (Cf. Relatório do Presidente da Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/74/000026.html>. Cumpre notar ainda que o papel do engenheiro, alçado à condição de revisor das informações de Urbano, era um indicio do lugar social dos saberes do velho negociante. Essa era uma tendência que posicionava “homens de ciência” como legítimos produtores de conhecimento sobre a floresta, colocando em segundo plano os arrazoados de habitante locais. Este costume antigo do colonialismo obliterava saberes locais como meio de deslegitimá-los.

reciprocidade e parentesco fictício, para que seu rebento também aprendesse a língua local. Certamente a ação do estrangeiro tinha um significado que ia além de seu traquejo comercial, entendendo a importância da conservação da interlocução com os indígenas.

De maneira semelhante, sabe-se que os filhos de Manoel Urbano participaram ativamente da devassa do Purus, acompanhando o pai em diversas incursões²⁵⁷. A habilidade de dialogar com os habitantes da floresta sem tradutores era um dado facilitador das ações de “catechese”. Urbano, na condição de mascate fluvial que viajava há décadas pelos rios do interior, sabia da importância do conhecimento de línguas indígenas para viabilizar seus intentos.

Existem referências sobre ações do explorador “repartindo” áreas imensas das margens do Purus para a atuação de três de seus herdeiros, que passaram a dividir com o pai a influência sobre grupos indígenas. Segundo registro do *Jornal do Amazonas* de 13 de novembro de 1886 (mais de duas décadas depois da viagem ao Ituxi) “o chefe” havia designado a região do *Mamuriá* para Gil Braz da Encarnação; o *Itapá* para Carlos da Encarnação; e *Canutama* para Maximiano da Encarnação”²⁵⁸.

O sucesso de Manoel Urbano e de seus filhos estava relacionado ao traquejo adquirido em suas tratativas com populações do interior, que incluíam não somente barganhas entre drogas das matas e mercadorias, mas também entre experiências e saberes. Os preciosos conhecimentos acumulados pelo negociante guardavam estreitos vínculos com as territorialidades relacionais da floresta. Sua habilidade em caminhar por encruzilhadas culturais ajudou a alça-lo ao lugar de destaque que ocupou dentro das incursões oficiais aos altos rios durante o século XIX²⁵⁹.

²⁵⁷ Segundo os registros levantados, Manoel Urbano teve pelo menos 4 filhos: Gil Braz da Encarnação, Carlos da Encarnação, Maximiano da Encarnação e Manoel Urbano da Encarnação Junior.

²⁵⁸ HDBN. *Jornal do Amazonas*, 13 de novembro de 1886. n. 1297, p. 3. Com o fortalecimento da frente de expansão, outros negociantes passaram a cobiçar as áreas delimitadas pelo velho explorador, questionando a validade legal da posse das terras. Com o avançar do *boom* do látex, sua posição privilegiada passou a ser colocada em xeque. Um conjunto de artigos também publicados no *Jornal do Amazonas* elaborou vários questionamentos sobre a legalidade das propriedades, que seriam medidas por um agrimensor contratado pelo próprio Urbano. Em certa altura dos debates, os próprios filhos de Manoel Urbano entram em atrito com o pai na disputa pelo controle dos seringais.

²⁵⁹ Nesse ponto, dialogamos com a ideia do *Cultural Broker* forjada em debates sobre o contato de indígenas com colonizadores na América do Norte, que guardam interessantes pistas sobre variadas formas de interlocução entre culturas dispares e conflituosas. A noção de *Cultural Broker* guarda proximidade com o entendimento dos personagens classificados na tese como *intermediários*. Cf. SZASZ, Margaret Connell (org). *Between Indian and White Worlds: The Cultural Broker*. Norman: University of Oklahoma Press, 1994.

As táticas do regatão, que já aparecia como um “velho” nos idos de 1860, foram encampadas como parte das estratégias da Diretoria de Índios na Província do Amazonas. Manoel Urbano se posicionava entre os que afiançavam interesses oficiais pelos sertões. Comunicando-se em línguas indígenas não necessariamente representava interesses nativos, funcionando como um tradutor que quebrava códigos culturais, divulgando valiosas informações sobre seus interlocutores. Os saberes de Urbano alcançavam presidentes de província e outros dirigentes do Império que, por sua vez, divulgavam os itinerários do agente em seus relatos oficiais que circulavam para além das fronteiras amazônicas.

Inadvertidamente, eram conformadas representações sobre a floresta que reforçavam a imagem de Manoel Urbano como explorador e sertanista. No lastro da divulgação de seus testemunhos (assim como de outros agentes de mesma lavra), áreas antes pouco conhecidas foram ganhando notoriedade, sendo alvo do impulso exploratório de velozes vapores e de outros empreendimentos que passaram a avançar para além de Manaus, que se tornou porta de entrada para os altos rios. Diversos viajantes estrangeiros se conectaram com tal tendência, iniciando seus itinerários e acelerando cada vez mais a produção de informações sobre as mais distantes paragens.

Nessas empreitadas, mais uma vez, entravam em cena os guias e “práticos” locais, contatados pelos agentes estrangeiros para viabilizarem seus percursos pela floresta. Não por acaso, além de catequizador, regatão e diretor de índios, Manoel Urbano também se tornou guia de expedições de viajantes estrangeiros. O velho negociante entrou em contato com “homens de ciência” que buscavam o território amazônico como destino para estudos e elaboração de relatos de viagem.

3.3 Manoel Urbano: guia e informante de William Chandless

A terceira expedição, em 1860, foi conduzida por Manoel Urbano, um mulato, homem de pouca instrução, mas com grande inteligência natural (...). Com ótimo tino, firmeza e coragem ele adquiriu uma influência extraordinária entre os índios do Purus, sendo bem familiarizado com muitas tribos e suas línguas. Eu digo tudo isso porque grande parte das informações que obtive foram recolhidas por ele, especialmente sobre os índios; e absolutamente tudo o que se sabe

sobre os afluentes do Purus, exceto os três primeiros, é conhecido através de suas informações²⁶⁰. (Tradução nossa)

Manoel Urbano foi descrito pelo geógrafo inglês William Chandless, membro da *Royal Geographical Society* (RGS) de Londres, como o maior conhecedor do Purus²⁶¹. O viajante buscou informações com o prático para viabilizar sua viagem pelo rio, no sentido de verificar a existência de possíveis conexões entre o Purus e as bacias dos rios Madre de Dios e/ou Ucayali, que poderiam conformar novas rotas comerciais até povoações do Peru e da Bolívia. A empreitada, ocorrida entre junho de 1864 e fevereiro de 1865, contou com apoio fundamental de Urbano, que cedeu preciosas informações ao cientista.

Antes da viagem, o geógrafo compulsou publicações oficiais sobre incursões anteriores ao rio. As duas primeiras expedições, comandadas respectivamente pelos negociantes João Cametá e Serafim Salgado, foram descritas como “desgovernadas e malconduzidas”, produtoras de “informações inúteis”. Segundo Chandless, as incursões falharam em determinar distâncias percorridas (salvo em dias de viagem), disponibilizando apenas uma “série de nomes indígenas para alguns bancos de areia”²⁶².

²⁶⁰ CHANDLESS, William. Ascent of the River Purús. In: *The Journal of Royal Geographical Society of London*. Londres, vol. 36. 1866. p. 86. Trecho original: “*The third expedition, in 1860, was conducted by Manoel Urbano, a mulatto, a man of slight education, but great natural intelligence. As a proof of his acuteness I may mention that he had found out for himself that rocks were deposited by water in a soft state, from observing fossil foot-prints in the rocks on the banks of the Amazon, at Manacapuru where he lives. By great tact, firmness, and courage he has acquired an extraordinary influence among the Indians of the Purus, and is well acquainted with many tribes and their languages. I have said thus much about him, because a great deal of the information, especially about the Indians, which I have obtained has been gathered from him; and absolutely all that is known of the tributaries of the Purus, excepting the first three, is known from his information.*”

²⁶¹ Detalhes sobre a biografia de William Chandless podem ser encontrados na interessante dissertação de mestrado de Rachel Alves Ishii, defendida no programa pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Acre. Chandless era bacharel em artes pelo *Trinity College* da Universidade de Cambridge, graduado em 1852. Advindo de uma família de classe alta, teve uma educação esmerada, filho de Thomas Chandless, que possuía o título de *Queen's Counsel*, um alto posto para advogados no Império Britânico. Cedo, o jovem Chandless interessou-se por viagens, iniciando um longo percursos pelos Estados Unidos em 1855. À época engajou-se nos movimentos rumo ao oeste, alcançando o estado de Utah e residindo na cidade de *Salt Lake City* entre a comunidade dos Mórmons. Como produto das experiências nos EUA publicaria seu primeiro relato de viagem, *A visit to Salt Lake: being a journey across the plains, and a residence in the Mormon settlements at Utah*, 1857. Após a aventura em terras yankees, Chandless voltaria sua atenção para os mistérios geográficos amazônicos, que entravam cada vez mais na alçada dos interesses militares e econômicos da potência da América do Norte com os quais ele esteve em contato. Para mais detalhes, ver: ISHII, Raquel Alves. *Viagens do “homem que virou rio”*: narrativas, traduções e percursos de William Chandless nas Amazônia (século XIX). Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.

²⁶² CHANDLESS, William. Ascent of the River Purús ... *op.cit.* p. 86. Trecho original: *The first, many years ago, conduct by one João Cametá, reached only mouth of River Ituxy, about 700 miles up; and both this and the*

O tom derogatório utilizado pelo viajante não se repetiu quando tratou da terceira incursão oficial, capitaneada por Manoel Urbano. O geógrafo guardou elogios para o velho regatão, descrito como poliglota e conhecedor de absolutamente tudo que se sabia sobre o Purus e seus povos. Aos olhos de Chandless, que eram também os olhos do império britânico, tratava-se de um mulato com *grande inteligência natural*, que não possuía instrução, mas *тино, firmeza e coragem* para lidar com os sertões.

O inglês não era necessariamente um iniciante em matéria de explorações dos rios amazônicos. Além do embasamento a partir de experiências prévias de navegação do Purus, Chandless já havia percorrido os rios Arinos, Juruena e Tapajós, cujo relato de viagem foi publicado na revista RGS em 1862²⁶³. Desde então, havia fixado residência em Manaus, que serviu de base para a organização de sua viagem ao Purus²⁶⁴.

A cidade se destacava como porta de entrada dos altos rios, lugar privilegiado para contratar guias, carregadores, remeiros e informantes, que poderiam viabilizar (ou não) incursões de viajantes estrangeiros ao interior. Na capital da Província do Amazonas, os fluxos de indígenas, escravos, negociantes e agentes oficiais colocavam em circulação conhecimentos sobre os sertões. Os saberes acumulados de Urbano faziam parte dessa dinâmica, acoplada às movimentações da devassa do interior amazônico, que levava à cidade uma série de referências sobre intercâmbios socioculturais acelerados pela frente de expansão. Sediado em Manaus, Chandless estava imerso no ambiente exploratório liderado por agentes oficiais, regatões e outros negociantes, que palmilhavam rios, igarapés, igapós, lagos, em busca de alargar dividendos e contatar populações indígenas.

Ao que tudo indica, além dos saberes sobre a geografia do rio, o inglês também aprendeu com Urbano e seus pares o *modus operandi* de contato com indígenas. Estratégias de giros comerciais se aproximaram dos itinerários traçados por Chandless.

following expedition succeeded far more, by mismanagement and misconduct, in giving offence to the Indians than in accomplishing any useful purpose. The second, in 1852, conducted by one Serafim, a Pernambucano, went well supplied with provisions and men, including twelve soldiers, and ascended the river for about 1300 miles, but, except the names and apparent size of a few of the tributaries, and the important fact of the absence of rapids, it brought back no information of value; the report being filled principally with a string of Indians names of different sandbanks - utterly useless - and no attempt having been made to determine distances, except by days' journey.. p. 86.

²⁶³ CHANDLESS,. Notes on the rivers Arinos, Juruena, and Tapajós. *The Journal of the Royal Geographical Society*, vol. 32, 1862.

²⁶⁴ Ao que consta nos documentos, Chandless residiu em Manaus entre 1861 e 1869. Tal baliza temporal é marcada pelo registro de sua primeira viagem ao interior (*Notes on the rivers Arinos, Juruena, and Tapajós*) até a publicação de “sua retirada do Império”, posicionada entre as colunas do jornal *Amazonas*. Cf. HDBN. *Amazonas*, 18 de dezembro de 1869, n.205, p. 4.

Nos preparativos de sua viagem ao Purus, o viajante proveu-se de quinquilharias variadas, como anzóis, miçangas, ferramentas de ferro, dentre outros “brindes” que seriam utilizados posteriormente em suas rotas pelo Purus.

Ainda nos arranjos da incursão, Chandless buscou em Manaus índios para sua tripulação. O viajante procurou preferencialmente por indígenas originários do território boliviano, que, segundo ele, eram mais obedientes e menos propensos a deserção que os “brasileiros”. A preferência do inglês se conectava com a “oferta” de índios *Mojos* oriundos do país vizinho, vindos das bacias do Beni, Guaporé e Mamoré, que estavam marcando as paisagens da capital do Amazonas e de outras vilas. Da Bolívia, segundo Gary Van Valen, anualmente vinham aportando várias embarcações e tripulantes, transportando carne salgada, tabaco, cacau, cigarros, açúcar, negociados em troca de mercadorias importadas compradas em Manaus, Serpa (Itacoatiara) e Vila Bela da Imperatriz (Parintins)²⁶⁵.

A presença de indígenas dos *Llanos de Mojos* se imbricava com a demanda crescente por força de trabalho na Província do Amazonas. Segundo Chandless, indígenas desciam o rio Madeira em demanda das vilas brasileiras, *on account of higher prices of labor*, buscando mercadorias importadas como remuneração por serviços prestados – o que raramente ocorria no país vizinho²⁶⁶. Assim como os indígenas, os comerciantes bolivianos também buscavam se conectar com a frente de expansão vinda do Brasil, estabelecendo canais de troca para seus produtos locais, barganhados por artigos importados adquiridos nas praças brasileiras²⁶⁷. Como se vê, antes da sedimentação do *boom* da borracha, a entrada de mercadorias industrializadas pela rota atlântica já posicionava Manaus, e outras vilas do Amazonas, como centros difusores de bens de consumo importados que se entranhavam pelos altos rios e extrapolavam fronteiras nacionais.

Ao posicionar-se na urbe manauara, o viajante entrou diretamente em contato com as possibilidades desses fluxos econômicos. Além de receber orientações de Manoel Urbano, comprar quinquilharias nos armazéns da cidade, contratar trabalhadores indígenas oriundos da Bolívia, Chandless ainda contou com o apoio do Presidente da

²⁶⁵ VALEN, Gary Van. *Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia*. Tucson: The University of Arizona Press, 2013. p. 59 e p.67

²⁶⁶ CHANDLESS,. *Ascent of the River Purús ... op.cit.* p. 88.

²⁶⁷ VALEN,. *Indigenous agency in the Amazon... op.cit.*

Província, que enviou recomendações aos Diretores de Índios para que estes disponibilizassem, caso fosse necessário, mais índios para a tripulação do geógrafo²⁶⁸.

No dia 12 de junho de 1864 Chandless iniciou sua subida do Purus. Na mesma época Manoel Urbano estava viajando em sua expedição ao Ituxi, que havia zarpado de Manaus no mês anterior. A viagem de Urbano anunciava aos Diretores de Índios do rio a passagem do viajante estrangeiro. Contudo, na opinião de Chandless, tais diretores não pareciam satisfeitos em “compartilhar” os índios disponíveis. Mesmo munido de recomendações do dirigente máximo do Amazonas, o viajante anotou que suas demandas por remeiros, tradutores e outros “ajudantes” entravam em rota de colisão com os desígnios dos negociantes que serviam na Diretoria de Índios, que se valiam de posições de autoridade para conservarem seus interesses particulares. Talvez por isso, o viajante tenha agregado à sua tripulação somente mais três indígenas.

Ao que consta no relato de Chandless, sua viagem contou ao todo com 6 tripulantes, conformados por 2 índios oriundos da Bolívia (provavelmente *Mojos*), 3 *Paumari* agenciados no Purus, e um ajudante “branco”, chamado Carlos, de origem italiana²⁶⁹. Não existem no relato referências sobre como foi viabilizada a contratação do assistente europeu, que figurava como *servant* de Chandless²⁷⁰.

Ao mencionar seu assistente “branco”, Chandless deixou entrever mais índices analíticos do contexto local, marcado pelos crescentes fluxos de pessoas de diversas origens que ajudavam a compor os (des)encontros desenhados pelo deslocamento de fronteiras. Ao fim e ao cabo, seguindo a tendência transnacional e

²⁶⁸ CHANDLESS., *Ascent of the River Purús ... op.cit.* p.88. Trecho original: ... *consequently, I carried orders to the Directors of Indians on the Purus to furnish me with men, should I require them: as, however, my Bolivians stuck to me, I did not require them - a fortunate circumstance, since on the Purus, as rule, the Indians care but little for the Directors, and the Directors as little for the Government.*

²⁶⁹ CHANDLESS., *Ascent of the River Purús ... op.cit.* pp. 104; 110.

²⁷⁰ Interessante sublinhar que em Manaus residia um rico comerciante de origem italiana, o já citado Henrique Antoni. Além de fornecer mercadorias para o viajante, Antoni pode ter servido de ponte para a contratação do ajudante pelo ilustre membro da *Royal Geographical Society*, cumprindo o papel de patrício próspero que agenciava conterrâneos e ajudava a concatenar redes de migração. Pesquisas recentes de Maria Luíza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro têm apontado diversas possibilidades analíticas para o estudo sobre o movimento de migrantes estrangeiros para Manaus, especialmente na passagem do século XIX para o XX. Entre as nacionalidades mais destacadas, os autores têm estudado os fluxos de portugueses e espanhóis, devassando especialmente a arena da imprensa. Cf. PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). In ARRUDA, José Jobson de Andrade (org). *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Lideranças estrangeiras entre trabalhadores manauaras (1910-1930). *Mundos do Trabalho*, v. 9, n.17, 2017.

transcultural da expansão da economia amazônica, a expedição contou com um inglês, um italiano, dois índios “bolivianos” e três “brasileiros”, que seguiram viagem em direção ao alto Purus obedecendo orientações de um regatão mulato amazonense²⁷¹.

Após firmar sua tripulação, uma das primeiras preocupações de Chandless durante a viagem foi anotar pormenorizadamente cada gênero comercializável produzido no Purus, com atenção às distâncias percorridas para alcançar as áreas mais ricas em drogas da floresta. O viajante disponibilizou aos leitores dos boletins da *Royal Geographical Society* uma abalizada ferramenta de localização dos produtos das matas.

O geógrafo teve o cuidado de descrever as atividades econômicas tendo em conta os regimes de cheia e vazante. Segundo ele, de “junho até novembro era o tempo do trabalho”, meses que caracterizavam o verão amazônico, época em que inumeráveis canoas de negociantes subiam o rio para barganhar com indígenas. O inglês deu destaque para a grande produção local de borracha que já comandava os fluxos econômicos do Purus, contando também com vultosa produção de salsa parrilha, óleo de copaíba, castanha, cacau, ovos de tartaruga e de farinha de mandioca em áreas de várzea²⁷².

Além de anotar referências sobre a vida econômica do rio, o viajante também ficou atento aos povos indígenas encontrados no itinerário de exploração. Chandless destacou especialmente áreas de “malocas”, que não se confundiam com os domínios das aldeias multiétnicas assentadas pelos trabalhos de Manoel Urbano e de outros membros da Diretoria de Índios. Segundo Chandless, na área do baixo Purus habitavam índios *Mura*, e um pouco mais adiante, acima do afluente Jacaré, iniciava o território dos *Paumari* e dos *Jubery*. Tais indígenas estavam em contato mais direto com a frente de expansão, trabalhando na coleta de borracha e de outras drogas das matas em troca de quinquilharias, negociando diretamente com seus “patrões”.

O geógrafo observou, por exemplo, que àquela altura do século XIX os *Paumari* não estavam mais aceitando machados portugueses, somente admitindo afiados machados americanos como pagamento. Em geral, em troca de uma tartaruga, os índios aceitavam uma ou duas unidades de pontas de flecha de ferro, mas quando o rio enchia,

²⁷¹ Sobre a ideia de História Transnacional conferir: WEINSTEIN, Barbara. Pensando a História fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, jan-jul de 2013.

²⁷² CHANDLESS, Ascent of the River Purús ... *op.cit.* pp.87-88

época de rarefação dos quelônios, eles cobravam mais caro. Além disso, Chandless anotou detalhes sobre o comércio interétnico instalado no Purus, posto que índios da parte baixa do rio estavam revendendo para outros índios rio acima ferramentas de ferro já desgastadas, juntamente com outros pechisbeques considerados sem serventia²⁷³.

A área com predominância *Paumari* e *Mura* se apresentava bastante capilarizada pela frente de expansão que continuava subindo o rio. Seus territórios eram marcados pela presença das chamadas *feitorias*, entrepostos fixos de coleta de drogas e de contato com indígenas. Assim como seus precedentes da era da expansão lusitana pelo Atlântico, as feitorias amazonenses oitocentistas tinham importante papel na estabilização das redes de troca, servindo como postos avançados dos interesses centrais da economia em expansão, como precursores dos “seringais”. No relato de Chandless ganhou destaque uma das feitorias de Manoel Urbano localizada nas proximidades do afluente Mucuí, na localidade de Canutama.

O viajante havia recebido orientações do regatão para contatar um de seus filhos na feitoria, provavelmente Maximiano da Encarnação, que falava a língua dos *Apurinã*, povo que seria encontrado rio acima. Chandless aguardou em Canutama mais de 15 dias pelo filho de Manoel Urbano, que estava ausente. Ao que consta, além de agregar mais um intérprete à incursão, o viajante tinha a expectativa de reabastecer seu estoque de gêneros e conseguir outra canoa com mais índios remeiros. Após longa espera, o ansioso intérprete dos *Apurinã* não apareceu e o viajante resolveu procurar outra feitoria, retornando 150 milhas rio abaixo para se aprovisionar de farinha de mandioca para continuar sua empreitada exploratória²⁷⁴.

²⁷³ CHANDLESS., *Ascent of the River Purús ... op.cit* p.93. Trecho original: *Traders employing a whole village of them have frequently received from 200 to 300 turtles from a single day's work. I have counted more than sixty canoes floating down river together in chase of turtle, each with a woman steering and an Indian standing like a statue in the bow of the canoe watching for turtle rising. The regular price for a turtle is one barbed iron arrow-head, or two unbarbed; but when the river is in flood they ask more (...) They now work to a great extent, though laxily, at collecting india-rubber, and well understand the value of it, and of what they receive for it; though like all Indians they will pay ridiculous prices for things they take a fancy to. Portuguese's axes they now refuse, and ask for Americans. They trade with other tribes, selling chiefly worn-out knives, axes, etc.*

²⁷⁴ CHANDLESS., *Ascent of the River Purús ... op.cit* p. 94; Trecho original: *Towards the end of July I reached the River Mucuí, and 3 miles above, Canotama, Manoel Urbano's feitoria, as the shed of any one who brings up one hundred pounds' worth or so of goods is pompously styled. Here I was delayed more than a fortnight waiting for one of his sons, who had accompanied him on his expedition and afterwards accompanied me, but was now absent. It was necessary to have with me someone who could speak the language of the Hypurinás, the tribe next above, and very desirable to strengthen my party by a*

Ao contrário dos “pacíficos” *Paumari*, os *Apurinã* eram descritos como ativos guerreiros; e a ausência de um tradutor poderia gerar problemas ao viajante. Mesmo assim, Chandless prosseguiu viagem, até alcançar a área acima do afluente Sepatini, onde iniciava o território de predominância dos ditos indígenas belicosos. Conquanto fossem temidos, o viajante anotou que extensas áreas dos *Apurinã* já se encontravam “pacificadas”. Existiam nas barrancas entre os afluentes Pauini e Aquiry (Acre) grandes explorações de salsa parrilha, que vinham sendo comandadas há muitos anos por Manoel Urbano e seus filhos. Ainda em suas observações sobre o alcance da frente de expansão no Purus, Chandless destacou que nas Barreiras de Caiauarité encontrou um *Tuxaua Apurinã* que dominava a língua portuguesa, certamente aprendida através dos contatos e negócios com agentes que vinham subindo o rio²⁷⁵.

Continuando sua viagem, o inglês alcançou a área limite navegada por Manoel Urbano. O percurso no Purus começou a se tornar mais estreito. Como já revelado por expedições anteriores, os habitantes dessa parte do rio traziam em seu vocabulário palavras em língua espanhola, mas Chandless também detectou vocábulos em português e em *Nheengatu*. Embora as línguas locais fossem desconhecidas pelos tradutores da incursão, palavras como “patrício”, “muchacho”, “cuchilo”, eram recorrentemente utilizadas na tessitura de barganhas por produtos e/ou informações²⁷⁶.

second canoe. Subsequently, finding my stock of mandioca-flour too small, I had to return 150 miles down to another feitoria to buy more.

²⁷⁵ O destaque sobre o *Tuxaua Apurinã* que falava português está presente no mapa de Chandless, que se encontra em anexo.

²⁷⁶ CHANDLESS,. *Ascent of the River Purús ... op.cit* p. 101. Trecho original: *It is probable that the Manetenerys have for many years traded on the Juruá, and perhaps direct with white men, to whom, however, they may be known by a different name; and the upper part of the tribe have, or have had, communication with the Ucayali. They always address one by the Portuguese "patrício"; they know, however, the spanish words "muchacho" and "muchaha", and call a knife "cuchero". Of the "lingua geral" I heard but one word, "pina" (fishing-hook), and that but once. Though eager for all articles of iron, they have a fair supply of them, and know perfectly the different values of Portuguese and an American axe; they know also the value of their own cotton-cloth, and will not, as a rule, sell it except for iron - a axe, or knife, or pair of scissors, according to the size of the piece (...) This cotton-cloth is coarse, but well made, and excellent for hammocks, but unravels if cut diagonally as for clothes, unless protected by an extraordinary amount of hemming. It is very saleable among the india-rubber makers on the Lower Purus, at 1\$000 per vara (43.3 inches)..* Diferentes idiomas, experiências e territorialidades se cruzavam. As linhas da frente de expansão se mostravam ao viajante transculturais. Mercadorias estrangeiras eram disseminadas pelos sertões e ressignificadas diante de demandas dos *Manchineri*, que calculavam a importância do recebimento de ferramentas não produzidas naqueles rincões. Seus tecidos de algodão, elogiados por Chandless, somente eram vendidos em troca de machados, facas e tesouras, que entravam em suas atividades produtivas e redes de troca com outros povos. Além disso, existe o indicativo de que a produção têxtil indígena era revendida para seringueiros no baixo Purus, colocando em movimento complexas dinâmicas socioeconômicas com a marca da etnicidade da econômica local.

À medida que Chandless avançava na subida do Purus a viagem tornava-se mais difícil. A rarefação do contato com indígenas comprometia o fornecimento de provisões. Em certo ponto, o viajante começou a detectar as falhas em sua tese, que presumia a existência de alguma ligação entre o Purus e as bacias dos rios Madre de Dios e Ucayale, frustrando os planos que vislumbravam alternativas de navegação em direção à Bolívia e ao Peru. Mesmo diante do malogro, o geógrafo aproveitou suas anotações do itinerário para produzir um minucioso mapa do Purus, agregando uma infinidade de informações, muitas das quais advindas de suas experiências com os índios da tripulação e de conversas com Manoel Urbano.

Imagem 3 – Rio Purus mapeado por Chandless.

Fonte: CHANDLESS, William. *Ascent of the River Purús ... op.cit.* Uma versão do mapa em tamanho maior e melhor resolução encontra-se como anexo

A partir do mapa de Chandless, o Purus ganhou novas formas e leituras. Seus infinitos meandros, antes descritos exclusivamente através das rotas de regatões, agentes oficiais, indígenas e outros habitantes da floresta, foram cortados por linhas de latitude e longitude, crivados pelo rigor cartográfico.

A ciência oitocentista se pronunciava diante dos saberes amazônicos. A produção do mapa posicionou o Purus no centro das discussões da *Royal Geographical Society*, que divulgaria amplamente informações sobre o rio, e agraciaria Chandless com uma medalha de ouro pelo seu detalhado relato. Não por acaso, cerca de uma década depois, uma grande empresa de navegação à vapor de bandeira inglesa, a *Amazon Steam*

Navigation Company, estaria singrando as águas do Purus, seguindo o lastro das informações levantadas pelo *Gold Medalist* da RGS²⁷⁷.

Tabela 6 – Detalhamento das informações do mapa do rio Purus feito por William Chandless, publicado em 1866

Proximidade/Localização partindo da foz	Margem esquerda	Margem direita	Proximidade/Localização partindo da foz
Canal de S. Thomé	Sítio de Manoel Ascenscao.	Sítio do Florencao.	Barreiras de Ypiranga
Campina	Proximidade de Maloca <i>Mura</i> .	Antiga missão <i>Mura</i> .	Barra d'Aruma
Ilha de Puru-puru caueira	Local onde ocorreram muitos anos antes um “abate” dos índios Puru-puru (<i>Paumari</i>)	Sítio de Boa Vista.	Lago Tauamirim
Canotama	Feitoria de Manoel Urbano.	Feitoria de João Gabriel.	Lago Manari
Barreiras de Huytanahan	Ponto mais distante alcançado por Vapor em 1862 – Presença de índios <i>Jamamady</i> .	Presença de índios <i>Hypurinan</i> .	Rio Aicinam
Rio Mamoriá-grande	Existência de indígenas que passam do rio Mamoriá-grande para rio Cuniuá e deste para o rio Tapauá.	Proximidade de Maloca <i>Jubery</i> .	Uaphury
Barreiras de Caiauarité	Proximidade de Maloca <i>Hypurinan</i> (<i>Apurinã</i>), cujo chefe fala Português.	Proximidade de Maloca <i>Manetenery</i> , onde existiam antigos roçados, e na margem esquerda localiza-se o início de uma trilha indígena por terra para o rio Juruá.	Rio Hyauacu
Rio Tauaracá	Presença de índios <i>Manetenery</i> (<i>Manchineri</i>)	Presença de índios <i>Manetenery</i>	Rio Aracá
Rio Curumahá	Proximidade de Maloca <i>Catiana</i>	Presença de índios <i>Canamary</i>	Rio Rixala
Rio de Mai-nauas	Proximidade de Maloca <i>Naua</i>	Sem vestígios de indígenas	Rio Manoel Urbano ²⁷⁸

Fonte: CHANDLESS,. *Ascent of the River Purús ... op.cit.* p.107.

²⁷⁷ Cf. BROWN, Charles Barrington e LIDSTONE, William. *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. London: E. Stanford, 1878. Mais detalhes sobre a implementação da *Amazon Steam Navigation Company* estão posicionados no tópico 4.3 da tese.

²⁷⁸ No mapa de Chandless, “Manoel Urbano” foi utilizado para batizar um rio, que conserva ainda hoje o mesmo nome, pertencendo ao Estado do Acre. Segundo o inglês, isso ocorreu “na falta de um nome melhor”. Cf. CHANDLESS,. *Ascent of the River Purús ... op.cit.* p.107. Trecho original: *We passed several small rivers, which I left nameless, as misapplying the names, given us by the Indians, could only lead to subsequent confusion, I gave the name of Manoel Urbano (for want of a better), and to another smaller one that of River de Patos, as we happened to shoot a couple of black ducks just inside the mouth.*

Cumprir notar que o mapa de Chandless era um produto híbrido, prenhe dos saberes da floresta. Apesar do geógrafo ter assinado o mapa sozinho, referências cedidas por Manoel Urbano e pelos indígenas que acompanharam a expedições se fazem presentes em vários detalhes de sua composição. Informações sobre acontecimentos passados, antigos roçados, áreas de conflitos indígenas, trilhas na mata, atalhos entre rios, afluentes, entre outras menções, aparecem pontilhadas no mapa, índices que iam além das observações do geógrafo que esteve apenas de passagem pelo Purus.

A obliteração dos saberes dos interlocutores locais na confecção do mapa guardava estreita relação com uma especificidade que vinha acompanhando empreendimentos da RGS em várias partes do mundo. Segundo estudo de Alexsander Gebara, que tratou da atuação da instituição no continente africano na mesma época, havia “uma singularidade no discurso geográfico britânico, qual seja, a incapacidade de reconhecimento das possibilidades do *Outro* produzir conhecimentos”²⁷⁹.

O velho regatão, embora posicionado como prestimoso informante, não era visto como um legítimo portador de conhecimentos. Na corrida da ciência em busca de devassar territórios “desconhecidos”, muitos sábios locais foram considerados incultos, posicionados na condição de *ajudantes*, muitos dos quais totalmente silenciados e apagados da história da produção do conhecimento no século XIX.

Ao borrar a participação de agentes locais, abriam-se caminhos para discursos que apontavam uma obrigatória dependência dos saberes dos “brancos” e de seus interesses. A partir da escrita de muitos viajantes, a Amazônia e seus habitantes foram fortemente atingidos por discursos científicos derogatórios.

Tal conjuntura estava operando concomitantemente em várias partes do mundo no alvorecer da chamada *Era dos Impérios*, justificando empreitadas predatórias de conquista e exploração econômica em todos os continentes²⁸⁰. Essa conjuntura atrelava ciência e capitalismo que, de acordo com Edward Said, operava em sintonia com o colonialismo, tanto global quanto localmente²⁸¹. Embora pouco lembrado, Manoel Urbano esteve em contato direto com os diferentes níveis desse processo na Amazônia.

²⁷⁹ GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações*. Tese de doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2006. p.109.

²⁸⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

²⁸¹ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Ao passo que fazia parte das investidas do colonialismo interno, também contribuía com as facetas globais do mesmo fenômeno, como interlocutor de agentes nacionais e estrangeiros que interviram diretamente nos destinos exploratórios da Amazônia Ocidental.

Após guiar os itinerários e ceder ricas informações para William Chandless, Manoel Urbano tornou-se um dos agentes locais mais requisitados por “homens de ciência” que aportavam na Província do Amazonas. Ainda no ano de 1865, depois de finalizada a expedição do inglês, Urbano seria incumbido mais uma vez de auxiliar um empreendimento estrangeiro. Tratava-se da comitiva da famosa expedição *Thayer*²⁸², capitaneada por Louis Agassiz, cientista suíço radicado nos Estados Unidos que estava no centro dos debates oitocentistas sobre origem da vida na Terra, sendo defensor ferrenho do criacionismo poligenista. O viajante, além do engajamento científico, estava imbuído em interesses em torno da abertura da navegação internacional da Bacia Amazônica, que seria efetivamente promulgada em 1867.

Após circular por várias partes do Brasil, aportando no Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém, Santarém, dentre outros lugares, a comitiva de Louis Agassiz chegou ao Amazonas em outubro de 1865. Dessa vez, Urbano seria responsável por prestar auxílios a um jovem estudante da Universidade de Harvard que acompanhava o professor Agassiz na empreitada exploratória.

3.4 Manoel Urbano como interlocutor do jovem William James

Antes da expedição *Thayer* zarpar rumo ao vizinho gigante do Sul, Louis Agassiz abriu vagas para estudantes da Universidade de Harvard que quisessem acompanhar os trabalhos da incursão. Segundo Maria Helena P. T. Machado, o naturalista admitiu coletores voluntários, grupo formado por jovens oriundos de famílias ricas de Boston, que objetivavam seguir os passos da célebre expedição. Os pais e parentes

²⁸² A expedição teve o desígnio de explorar várias partes do território brasileiro em busca de indícios das últimas glaciações, para tentar confirmar a teoria poligenista de Agassiz, que acreditava que os seres humanos descendiam de “troncos” diferentes, de distintas “raças” criadas por Deus. Tal teoria se opunha frontalmente ao evolucionismo defendido por Charles Darwin. A expedição foi batizada com o nome “Thayer” tendo como inspiração o sobrenome de um dos entusiastas e financiadores da empreitada científica, o rico empresário *yankee* Nathaniel Thayer. Cf. MACHADO, Maria Helena P. T. *O Brasil no olhar de William James: cartas, diários e desenhos* (1865-1866). São Paulo: EDUSP, 2010.

próximos dos estudantes financiaram a viagem. Os coletores seriam responsáveis por levantar amostras de rochas, vegetais e animais, posteriormente estudados no Museu de Cambridge. O engajamento dos alunos economicamente afortunados seguia tendências da época, que “prescreviam como etapa de formação dos jovens das famílias de elite a exposição em viagens e terras selvagens”²⁸³. William James, estudante de medicina de 23 anos que assistia palestras de Agassiz na universidade, foi um dos que tomou parte no grupo de coletores.

Durante sua estadia no Brasil, James produziu um diário e remeteu inúmeras cartas para sua família, que foram organizadas e traduzidas por Maria Helena P. T. Machado. A documentação compulsada pela autora guarda inúmeras referências sobre a trajetória do futuro filósofo do pragmatismo²⁸⁴. O engajamento no projeto exploratório de Agassiz levou James à Amazônia. O jovem viajante descreveu jornadas de canoa, diálogos com indígenas, descrições de sítios na floresta, dentre outros detalhes arrolados em diversas passagens de seus escritos. Em outubro de 1865, James aportou em Manaus, cidade que abrigou a expedição *Thayer* durante empreitadas que singraram águas da mais nova unidade provincial do Império.

Com pouco tempo de estadia na cidade, James foi incumbido de fazer uma coleta de peixes num lago nas proximidades da localidade de Manacapuru, situada próxima do rio Solimões. O trabalho seria longo, assim como a travessia de canoa, que enfrentaria durante alguns dias as rápidas águas do maior rio amazônico. Para a viagem, Agassiz recomendou um famoso guia local, que James teria que encontrar alguns dias depois numa das praias do rio Negro.

O Prof. me disse ontem à noite que eu deverei embarcar numa canoa com um *cavalheiro negro* para uma lagoa abaixo daqui para pescar,

²⁸³ MACHADO, *O Brasil no olhar de William James...* op.cit. p. 24. Além de William James, o grupo de auxiliares de Agassiz contava com Walter Hunnewell, Thomas Ward, Edward Copeland, Newton Dexter e Stephen Thayer, que provinham, segundo Machado, “de famílias de prestígio e fortuna de Boston”.

²⁸⁴ A filosofia do pragmatismo teve origem a partir de discussões de um conjunto de intelectuais norte-americanos de Cambridge nos anos 1870, entre os quais se incluía William James, Charles Pierce Oliver Wendell Holmes Jr e Nicholas Saint John Green. O grupo se reunia periodicamente no chamado “*The methaphysical Club*”. Sua ideia central se constituía na instrumentalização do pensamento em demanda de desdobramentos práticos, colocando em causa problemáticas metafísicas desligadas da concretude das agruras humanas. A filosofia do pragmatismo, a partir do olhar de James, ganhou notoriedade em sua vertente humanista como uma espécie de “filosofia da ação” e influenciou diversos outros estudiosos, notadamente na psicologia norte-americana (área de atuação de William James). Sobre o pragmatismo conferir: JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985; DO NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães. *Dewey e Rorty: da metafísica empírica à metafísica da cultura*. Tese de doutorado em Filosofia, UFMG, 2012.

enquanto ele seguirá no pavorosamente desconfortável navio de guerra que o governo cedeu para que ele suba o Purus. Sairei no dia 9 ou 10, suponho que durará quinze dias²⁸⁵.

James foi encarregado de contatar Manoel Urbano da Encarnação, descrito como o “cavalheiro negro”, que seria seu guia e companheiro de viagem nas próximas semanas. A indicação do experimentado regatão tinha relação com os sucessos alcançados por Urbano nos últimos anos, que havia acabado de voltar de uma longa expedição ao rio Ituxi, além de figurar como o principal interlocutor do geógrafo William Chandless. Outro ponto que aproximava Urbano do grupo de estrangeiros era a presença do engenheiro militar João Martins da Silva Coutinho em Manaus, perfilado entre as autoridades brasileiras que vinham auxiliando a expedição *Thayer* em suas rotas pela Amazônia. Coutinho já conhecia Manoel Urbano há vários anos, tendo sido, inclusive, orientado pelo “cavalheiro negro” em explorações pelo interior do Amazonas no início da década de 1860.

Cumprir notar que a incursão de Agassiz, assim como de outros viajantes, aproveitava as possibilidades abertas pela frente de expansão em curso. Além do aparato logístico, como vapores e outras facilidades, também se valiam do contato com intermediários locais e seus saberes. Manoel Urbano era um desses personagens, que conhecia bem a ambiência exploratória que vinha se desenhando no Amazonas, encarnando o papel de guia dos interesses científicos estrangeiros e a floresta.

Quando William James foi encontrar seu guia, este se achava junto com o “Major” Coutinho, que estava deitado numa rede, aparentemente combalido por alguma doença. Urbano já havia preparado a montaria para o percurso até seu sítio em Manacapuru, tendo posicionado a embarcação numa das praias do rio Negro, aguardando a chegada de James. Ao que consta em seus escritos, a grande quantidade de bagagens excedia a capacidade da pequena canoa. Por isso, Urbano teve que solicitar a Coutinho que escrevesse ao Chefe de Polícia para que este arranjasse uma segunda montaria. Como se vê, a articulação da viagem, inclusive no que tange à intercessão de autoridades, fora manejada por Urbano.

Desta forma eu fui e encontrei o major deitado em sua rede, aparentemente muito adoentado, com o *Signor* Urbano. Um cafuzo bem-apessoado, com muito mais sangue negro do que índio, de mais de 60 anos, vestido em um terno brilhante de alpaca preta. Eu não consegui

²⁸⁵ JAMES, William. In MACHADO, *O Brasil no olhar de William James...* op. cit. 143.

tirar de Coutinho se ele havia de ser meu anfitrião ou apenas meu piloto, mas entendi que ele havia de me levar até sua casa, distante 3 dias de canoa Solimões acima e de lá eu deveria seguir sozinho, com alguns índios, em direção ao lago Manacapuru para pescar. Prof. disse que não entendia nada do assunto e que eu deveria combinar tudo com o major e o cavalheiro.

Desta forma eu desci para a praia com este último que tinha, eu descobri, um companheiro tão marrom quanto um índio, mas pelas feições parecia ser um branco, para examinar sua canoa. Eu a achei excessivamente pequena, dificilmente poderia carregar qualquer das minhas bagagens. Seu U. subiu de novo para falar com o major para fazê-lo escrever ao chefe de polícia requisitando outra montaria, enquanto isso eu voltei para casa²⁸⁶.

Manoel Urbano foi descrito como um cafuzo bem vestido. O destaque da cor/raça também aparece na descrição do ajudante de Urbano, classificado como “marrom”, mas com feições de “branco”. Nos comentários do estudante, a cor da pele precedia outras denominações físicas. A percepção de James passava pelo crivo de estranhamentos diante de pessoas “diferentes”, sem necessariamente flertar com juízos depreciativos. Nesse ponto, o pupilo destoava do pensamento de seu mestre.

O naturalista Louis Agassiz tinha estreitas relações com discussões científicas sobre teorias de degeneração pelo hibridismo de “raças”, que asseguravam que pessoas mestiças eram inferiores moral e intelectualmente. Agassiz seguia de perto expoentes do pensamento *racialista* do século XIX, como o francês Georges Cuvier que, como assevera Luciana Brito, teve grande influência entre intelectuais que apregoavam o racismo científico nos Estados Unidos²⁸⁷.

Nesse ensejo, além das coletas de animais, minerais e plantas, a expedição *Thayer* vinha fotografando pessoas que supostamente eram “exemplares” de raças puras e mistas. Como destaca Maria Helena P. T. Machado, vários moradores de Manaus foram fotografados, preferencialmente mulheres, com o objetivo de serem utilizadas como exemplos de raças “puras” ou como modelos malsucedidos do hibridismo. Tudo isso

²⁸⁶ JAMES, William. In MACHADO, *O Brasil no olhar de William James...* op.cit. p. 149

²⁸⁷ BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões Norte-Americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. Tese de Doutorado em História Social – USP, 2014. p. 25.

aconteceu no mesmo mês em que James encontrou Manoel Urbano, em novembro de 1865²⁸⁸.

Imagem 4 – Fotografias de mulheres em Manaus, novembro de 1865

Fonte: Coleção de Fotografias de Louis Agassiz, série raças mistas. As imagens em destaque encontram-se entre os anexos do livro organizado por Machado e Huber.

De acordo com reflexões de John Monteiro, “as condições que circundam a composição dessas imagens ensejam sérias questões a respeito do consentimento dos modelos, que posaram nus e seminus, situando as imagens numa região incômoda entre a fotografia científica e erótica”²⁸⁹. As fotografias foram tiradas de maneira improvisada por Walter Hunnewell, outro dos estudantes do grupo de Agassiz. Os envolvidos na

²⁸⁸ Cf. MONTEIRO, John M. As mãos machadas do Sr. Hunnewell. In. MACHADO, Maria Helena P. T. e HUBER, Sasha (org) *(T)races of Louis Agassiz: photography, body and Science, yesterday and today / Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010.

²⁸⁹ MONTEIRO, John M. As mãos machadas do Sr. Hunnewell. In. MACHADO, Maria Helena P. T. e HUBER, Sasha (org) *(T)races of Louis Agassiz...op.cit.* p.72.

sessão de fotos estavam abrigados numa casa em ruínas, que o deputado alagoano Tavares Bastos ironicamente classificou como *Bureau d' Antropologie*. Bastos, em diálogo com James, deixou entrever que a situação do *Studio* fotográfico, cheio de mulheres despidas, podia ir além de seu caráter pretensamente científico.

O futuro filósofo do pragmatismo não demonstrou em seu diário concordância com as justificativas do ensaio fotográfico. Ao que consta, sem compactuar com o procedimento de seus pares, James voltou a ocupar-se na organização de sua viagem de coleta ao lado de Manoel Urbano, que, ao que consta, não foi convidado para a sessão de fotos. Conquanto fosse um representante das “raças” mistas, Urbano não teve participação no *Studio*, sendo incumbido somente de guiar a viagem de James. Talvez o negociante “de cor” não se encaixasse no perfil “específico” buscado no evento secreto do *Bureau d' Antropologie*.

No mesmo dia em que visitou o *Studio* fotográfico, James registrou detalhes da organização de sua incursão com Urbano, discorrendo sobre a chegada das provisões e posicionando algumas dúvidas sobre o papel do guia na empreitada.

10 de novembro (1865)

As mercadorias chegaram pela manhã. Mosquiteiro, uma caixa de biscoito salgado, farinha, pirarucu, café, açúcar, sardinhas, ervilhas em lata, víveres diversos, cachaça, cerveja, etc. Eu não sei se terei que alimentar o velho cavalheiro de cor ou não. Pela manhã ele veio à casa e despachou os barris: um grande, cheio; 2 pequenos, cheios; e 6 pequenos, vazios; e outras coisas, para o barco, e disse que o melhor seria que partíssemos às 4 horas da tarde (...). Eu subi e encontrei Coutinho que me disse que meu companheiro havia de me acompanhar na pescaria e ficar comigo o tempo inteiro. Fiquei um tanto contrariado, porque, apesar de supor que passarei melhor em termos materiais e trabalharei mais, não poderei ficar tão independente, e receio à necessidade de ter que usar meu português por tantos dias. Além disso, o negro velho me parece rígido e estranho(...).²⁹⁰

A atuação de Urbano, mais uma vez, adequava-se ao perfil de intermediário, sendo classificado pelo viajante como um velho negro “rígido e estranho”. Além de temer o ar severo do companheiro de viagem, o jovem estudante da Harvard receava pelo uso de seus ralos conhecimentos da língua portuguesa, que deveriam ser acionados nos inevitáveis diálogos com seu anfitrião na viagem Solimões acima.

²⁹⁰ JAMES, William. In MACHADO, O Brasil no olhar de William James... op.cit. p.150 - 151.

Na hora marcada, foi iniciada a acomodação das bagagens em duas canoas, incluso àquela cedida pelo Chefe de Polícia ao guia de cor. A tripulação, comandada por Urbano, contava com mais 5 pessoas, sendo quatro índios e o ajudante “marrom” do famoso regatão. No raiar do dia, o grupo já atravessava a foz do rio Negro em demanda do Solimões. Durante o percurso, os membros da incursão foram tecendo conversações, permitindo a James desatar nós de alteridade. O jovem estudante, que inicialmente resistia à conjuntura da viagem, passou a descrever no diário seus colegas de equipagem como “excelentes, robustos camaradas e perfeitos cavalheiros”.

William James foi paulatinamente mudando sua leitura sobre o grupo e deixou registrada por diversas vezes sua admiração quanto à polidez de seus companheiros de viagem. Depois das primeiras experiências na canoa, até mesmo sua visão de Manoel Urbano ganhou novos tons. Se antes o estrangeiro temia o contato com seu anfitrião, no decorrer da travessia os dois se aproximaram ao ponto de se tornarem amigos. Os diálogos com o “cavalheiro de cor” tomaram boa parte dos comentários de James sobre a incursão de coleta. Um dos pontos de maior destaque diz respeito ao convite feito por Urbano a James, indagando se o estudante gostaria de acompanhá-lo em um de seus giros comerciais pelo Purus, convidando-o para conhecer sua feitoria no rio.

A faceta do hábil negociante aparecia diante da oportunidade de firmar uma parceria comercial com William James. Segundo o registro do jovem viajante, Urbano se colocou à disposição para abrir uma espécie de sociedade. A ideia consistia em iniciar James nos misteres dos negócios dos sertões, propondo que o estudante fosse ao Pará comprar um grande sortimento de mercadorias importadas e depois regressasse ao Amazonas para reencontrar Urbano. Para o afamado mascate fluvial, James poderia se tornar um fornecedor de quinquilharias, auxiliando em seus giros comerciais pelo Purus. Assim, munidos de produtos cobiçados pelos habitantes do interior, ambos poderiam alcançar rendosos lucros.

O Sr. U. é o mais engraçado e inteligente tipo de velho camarada. Ele quase imediatamente propôs que fosse para sua casa em janeiro e voltasse em maio ao Pará e de lá para Manáos, com uma carga grande de mercadorias americanas, roupas, facas, etc. Ele aí me esperaria e nós iríamos juntos para sua feitoria no Purus. Em dezembro, eu iria novamente para casa com um grande carregamento de borracha, o qual eu venderia com grandes lucros. Enquanto conversávamos, a aurora

triste e solene começou a despontar, mostrando a mata, revelando-se, revelando-se (sic), como numa pintura²⁹¹.

O amanhecer do dia no Solimões serviu de pano de fundo para a situação de barganha encetada entre o regatão e o viajante. Atento aos movimentos comerciais e aos preços das drogas da floresta, Urbano tentava atrair o estrangeiro com a promessa de conseguir um grande carregamento de látex, que James poderia vender após seu regresso aos Estados Unidos. Cumpre notar que a feitoria de Urbano no Purus aparece no relato como uma espécie de protótipo das “colocações” ou estabelecimento de exploração de borracha que tomariam os altos rios amazônicos durante o *Boom* gumífero. Manoel Urbano, ciente da tendência de valorização da borracha, abria para James sua leitura sobre a economia local, que tinha no látex uma crescente fonte de dividendos.

As conversas e a viagem continuaram durante toda a manhã sem atribulações. Os planos de Urbano pareciam mexer com os brios do estrangeiro, que advinha de um país onde o ideário da aventura e do arrojo exploratório vinham ocupando grande contingente de homens jovens, envolvidos na “corrida” rumo ao oeste da América do Norte. Nesse sentido, a Amazônia e seus ricos seringais poderiam figurar como alternativa à rica Califórnia. Ao que consta em seus escritos, James ouviu atentamente os planos do cavalheiro de cor, anotando no diário o que poderia ser uma aventura futura.

Durante o percurso, além das conversas com Urbano, James presenciou uma interessante ocasião de negócios. Uma grande montaria, conduzida por sete mulheres indígenas, se aproximou do grupo de viajantes e iniciou alguns diálogos. A líder do grupo era uma velha índia, que fumava um cachimbo na proa e comandava a equipagem. James deixou registrado em seu diário que ficou encantado com o “tom polido das conversas entre seus amigos e a velha”. O jovem viajante não conseguiu captar todo o conteúdo dos diálogos, mas afirmou que discorriam sobre a Guerra do Paraguai. O membro da expedição Thayer não entendeu se “todos os seus homens haviam ido para a guerra ou se eles haviam ficado para trás com medo de serem enviados para guerra”. Ao fim das conversações, o grupo de mulheres vendeu algumas melancias aos viajantes e continuou seu percurso nas águas do Solimões²⁹².

²⁹¹ JAMES, William. In MACHADO, *O Brasil no olhar de William James...* op.cit. p.152 - 153.

²⁹² JAMES, William. In MACHADO, *O Brasil no olhar de William James...* op.cit. p. 153.

No mesmo dia do encontro com as mulheres indígenas, o grupo entrou num *paraná*, por onde navegaram até à noite. Nessa hora, James pontuou em seu diário que os “pernilongos começaram a cantar como um grande órgão de Boston”, causando enorme incômodo. O grupo pernitoitou numa praia e no dia seguinte prosseguiu viagem em demanda do sítio de Manoel Urbano. Na rota, ainda pela manhã, pararam numa localidade habitada por um francês, chamado Sr. Roberto, já radicado há muitos anos nas barrancas do Solimões. Após os típicos e “polidos” cumprimentos, prosseguiram viagem e em duas horas chegaram ao sítio de Manoel Urbano, base para a expedição de coleta.

Mais duas horas a remo ao longo da margem chegamos ao sítio do meu anfitrião. Uma praia alta, soterrada por vegetação desordenada, bastante relva alta, bananas, papaias, tabaco, palmeiras espinhosas, um perfeito mar de vívido verde, mas havia floresta por 4 ou 5 acres, onde estavam dispostas as roças de mandioca. Oh, céus, como encontrar tempo ou palavras para descrever, para Billy Washburn ou quem quer que leia este, a fisionomia deste lugarzinho campestre. Primeiramente fomos para uma casinha, toda em palafita e folhas de palmeira, limpa e amarela como ouro. Eu me sentei numa rede. Havia duas velhas senhoras acoradas, como só estas pessoas podem se acororar (como se fossem esqueletos nus), sobre uma esteira, à frente da qual se encontrava uma rede meio tecida na sua moldura²⁹³.

O sítio de Urbano parecia a James uma excelente paragem, com muitas plantações e bem situado diante da floresta. A admiração do jovem foi anotada em 12 de novembro de 1865, dia em que provavelmente iniciou seu itinerário de coleta de peixes guiado por Urbano. Durante o período em que esteve trabalhando junto com seu anfitrião, James interrompeu a redação de suas memórias, que foram retomadas alguns dias depois num tom ainda mais elogioso voltado ao seu companheiro de viagem. Se antes Manoel Urbano lhe parecia um velho negro rígido e estranho, nesse momento ele havia se transformado num sujeito “talhado para ser amigo de qualquer homem que exista, não importando quão elevados seu berço e dote”²⁹⁴.

A notável empatia do futuro filósofo do pragmatismo para com Urbano era indicativa do traquejo do guia como agente intermediário. Sua lida com as encruzilhadas culturais da floresta nesse momento incluíam o manejo de demandas de cientistas sobre a Amazônia. Tratava-se de uma tendência irreversível durante todo o restante do século

²⁹³ JAMES, William. In MACHADO, *O Brasil no olhar de William James...* op.cit. p. 158.

²⁹⁴ MACHADO. *O Brasil no olhar de William James...* op. cit.

XIX, quando o território recebeu uma infinidade de viajantes estrangeiros, que cresciam os olhos diante dos mistérios da natureza e das possibilidades econômicas da floresta.

Após as experiências ao lado de Urbano, William James regressaria aos Estados Unidos em dezembro de 1865, antes da conclusão efetiva dos trabalhos da expedição *Thayer*. O jovem coletor voluntário levaria na bagagem a amizade de Urbano e experiências de um mundo bastante diferente de suas referências natais. Como assevera Maria Helena P. T. Machado, a floresta, seus personagens, línguas e situações diversas de contato impuseram ao viajante desafios de alteridade inéditos, que certamente ajudaram a conformar as ideias do futuro grande intelectual que James se tornou²⁹⁵.

É importante salientar, por fim, que além da afinidade com James, Urbano tornou-se amigo e correspondente de outros cientistas, como o botânico alemão Gustav Wallis²⁹⁶ e o cientista brasileiro João Barbosa Rodrigues. As relações entre Urbano e Barbosa Rodrigues se tornaram bastante estreitas durante a implementação do Museu Botânico do Amazonas em 1883, para o qual o explorador do Purus encaminhou diversas amostras de plantas e outros artefatos coletados durante suas viagens ao interior²⁹⁷. Talvez a amizade entre os dois seja a chave para entender a procedência do único registro

²⁹⁵ MACHADO. *O Brasil no olhar de William James...* op.cit. p.42

²⁹⁶ O botânico alemão Gustav Wallis acompanhou Manoel Urbano da Encarnação e o engenheiro Silva Coutinho no Vapor *Pirajá*, durante a expedição oficial ao Purus em 1862. O cientista obteve decisiva contribuição das redes de relações de Manoel Urbano com indígenas no rio, quando permaneceu nas barreiras de Huytanahan durante vários meses de pesquisa. Além disso, Wallis, em informações dirigidas a Ferreira Pena, encaminhou carta redigida por Manoel Urbano sobre os casamentos, batizados e festas anuais de indígenas no Purus. O texto encontra-se publicado na Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cf. MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi. DA ENCARNAÇÃO, Manoel Urbano. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purus. In. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Ethnographia (Miscellaneas menores)* tomo III, fascículos 1-4, 1902. pp. 94-97.

²⁹⁷ Manoel Urbano aparece nas páginas da Revista *Vellozia* em 1887, publicação do Museu Botânico do Amazonas, como um dos doadores que contribuíam com o acervo da instituição. Ver. HDBN, *Vellozia* – Contribuições do Museu Botânico do Amazonas. Sobre o Museu Botânico do Amazonas conferir: COSTA, Rila Arruda. *Política Cultural e Museus no Amazonas* (1997-2010). Dissertação de mestrado em Sociologia, UFAM, 2011; LACERDA, Gabriela Ismerim. *Metamorfoses da Poranduba Amazonense*. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira. USP, 2016; SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a Ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v.8 (suplemento), 2001.

fotográfico conhecido de Manoel Urbano, encontrado entre as fotos da coleção da Princesa Isabel no Rio de Janeiro.

Após sua estada em Manaus, Barbosa Rodrigues foi convidado para dirigir o Jardim Botânico da capital do Brasil, em 1890. Em seu traslado até o Rio, o cientista levou grande acervo, entre os quais muitas fotografias, que foram disponibilizadas em seus trabalhos sobre expedições de reconhecimento e também em suas várias publicações sobre botânica. Muitos dos registros utilizados pelo cientista foram feitos pelo conde italiano Ermanno Stradelli²⁹⁸, que acompanhou Barbosa Rodrigues em algumas empreitadas. Stradelli, que também conhecia Urbano, tinha planos de explorar borracha na região, levando-o a residir durante muitos anos no Purus. É provável que no bojo das redes de relações entre Rodrigues e Stradelli, ambos conhecidos de Urbano, tenha sido captada a única imagem do regatão.

Vestido com alinhado terno preto, o registro fotográfico de Manoel Urbano chegou até as mãos da Princesa Isabel no Rio de Janeiro sob a legenda de “explorador do rio Purus”. Bem diferente das mulheres fotografadas por Walter Hunnewell na expedição de Agassiz, a imagem de Urbano não figura como amostra de sua suposta inferioridade racial. Todavia, o silêncio sobre sua trajetória, pouco conhecida mesmo na Historiografia da Amazônia, revela a incômoda presença de um personagem negro/mestiço ante um ideário pioneiro “branco”, que ajudou a constituir a memória oficial da frente de expansão e da pretensa *Belle Époque* manauara.

Manoel Urbano teve seus saberes e experiências aproveitados por diversos interlocutores, mas também soube manejar seus próprios interesses, tecendo redes de relações que asseguraram a prosperidade de seus negócios pelo interior, muitas vezes em detrimento de populações indígenas. Foi nesse ensejo que Urbano colocou diversos viajantes estrangeiros na berlinda amazônica, expondo-os a um mundo de complexos giros comerciais, habitantes nativos, diferentes idiomas, rios e florestas. Sua atuação estava inscrita dentro do plano maior de expansão de interesses internacionais sobre o território amazônico no século XIX.

²⁹⁸ Cf. STRADELLI, Ermanno. *Lendas e notas de viagem: A Amazônia de Ermanno Stradelli*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Imagem 5 – “Manuel Urbano da Encarnação, explorador do rio Purus”.

Manoel Urbano da Encarnação, explorador do rio
Purus 12 x 9 cm, 1889

Fonte: CORREIA DO LAGO, Pedro e CORREIA DO LAGO, Bia. *Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008. p.365

A ciência “inculta” de personagens como Manoel Urbano esteve entre os motivos que ajudaram a alargar interesses estrangeiros pela Amazônia. Embora desprestigiados, invariavelmente circulavam referências sobre seus saberes e experiências na floresta. Durante o século XIX esse processo se acentuou ainda mais, tendo em conta a grande efusão da economia extrativista, acompanhada pelos interesses de cientistas que singravam as águas amazônicas.

Esse foi o caso de Louis Agassiz e da Expedição *Thayer*, que embora estivessem imbuídos em debates científicos, também serviam interesses estrangeiros sobre a abertura da navegação internacional da Bacia Amazônica. O cientista suíço sabia que a floresta estava no centro de planos de expansão econômica de potências da época, que vislumbravam a abertura de novas fronteiras para seus empreendimentos. Tal processo entrava em sintonia com uma espécie de reabilitação do *Eldorado*, que atualizava o mito colonial ao sabor das demandas comerciais e expansionistas da época.

Semelhante às lendas do fabuloso lago de Parima, era divulgada uma floresta riquíssima, mas parcamente explorada pelo vigor das forças do capital²⁹⁹.

Nos alvores da chamada *Era dos Impérios*, a sociedade amazônica foi registrada por Agassiz e outros tantos viajantes como alheia ao ideário do progresso, com populações debilmente devotadas ao trabalho sistemático, que necessitavam de organização e controle mais efetivos. Esse posicionamento também estava presente entre as demandas das instituições e elites locais, mas seu alcance tinha outras tonalidades quando lidas na perspectiva de interesses estrangeiros.

Agassiz, que representava interesses dos Estados Unidos, sabia que a Amazônia figurava na agenda de projetos expansionistas da jovem potência no Norte. A nação norte-americana vinha participando ativamente das discussões sobre a abertura da Bacia à livre entrada de embarcações estrangeiras – que incluía a quebra do monopólio da empresa de navegação brasileira, sob os auspícios de Mauá. Para além de uma agenda dedicada exclusivamente aos interesses mercantis, havia muitas outras demandas, que precediam a viagem de Louis Agassiz e seus interesses pretensamente científicos. Um dos documentos mais interessantes para o estudo dessas referências é um outro relato de viajante. Trata-se do trabalho produzido pelo militar William Lewis Herndon, que ao lado de Lardner Gibbon, atravessou a Bacia Amazônica entre 1851 e 1852. Seu testemunho teve grande repercussão, pautando interesses que marcariam ações da política externa estadunidense nas décadas seguintes.

²⁹⁹ Sobre os interesses dos Estados Unidos na Amazônia no século XIX e o envolvimento de Agassiz na questão da abertura da navegação da Bacia Amazônica conferir: MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – USP, São Paulo, 2005.; Sobre a trajetória da ideia do “Eldorado” amazônico colonial, conferir: GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994; UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Editora Valer, 2009.

Capítulo 4 – Amazônia no alvorecer da *Era dos Impérios*

4.1 A Reabilitação do *Eldorado*: William Lewis Herndon e a escravidão na Amazônia.

Eu estava agora, pela primeira vez, precisamente no meu campo de operações. Fui enviado para explorar o Vale do Amazonas, para auscultar seus cursos d'água e informar sobre sua navegabilidade. Foi-me ordenado o exame de seus campos, suas florestas e seus rios, no sentido de sondar suas capacidades, ativas e dormentes, para negócios e comércio com os Estados da Cristandade, e dar a conhecer ao espírito e aos empreendimentos do século as fontes que ali repousam escondidas, esperando pelo toque da civilização e pelo sopro da máquina a vapor para dar-lhes animação, vida e uma existência palpável³⁰⁰. (Tradução nossa)

As cores da aventura expansionista estadunidense deram o tom do relato da viagem do Comandante Williams Lewis Herndon. Vinculado à Marinha norte-americana, o emissário trazia consigo um roteiro muito bem traçado, amparado pelo “destino manifesto” que vocacionava seu país à conquista de outros povos e territórios³⁰¹. O autor utilizou imagens brilhantes para ilustrar as riquezas da América do Sul, que estariam sendo desperdiçadas pelas sociedades locais, herdeiras de brancos ibéricos “carentes” de iniciativa e impulso empreendedor³⁰². Desde sua chegada em Lima em maio de 1851 até o final de sua jornada em Belém em maio de 1852, o viajante deixou clara sua parcialidade sobre as potencialidades do enorme território, posicionando a floresta na alçada dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. Esses fatores distanciavam o testemunho do militar norte-americano de um viés eminentemente científico,

³⁰⁰ HERNDON, William Lewis. *Exploration of the Valley of the Amazon*. Washington: Robert Armstrong, public printer, 1853. p. 63.: “I was now, for the first time, fairly in the field of my operations. I had been sent to explore the Valley of the Amazon, to sound its streams, and to report as to their navigability. I was commanded to examine its fields, its forests, and its rivers, that I might gauge their capabilities, active and dormant, for trade and commerce with the states of Christendom, and make known to the spirit and enterprise of the age the resources which lie in concealment there, waiting for the touch of civilization and the breath of the steam engine to give them animation, life and palpable existence.”

³⁰¹ A teoria do “Destino Manifesto” se relacionava com questões de fundo político-religioso apregoadas na conformação dos Estados Unidos como potência. Em sua construção existe significativa influência de matriz protestante, trazida pelos primeiros colonos, que justificavam uma espécie de predestinação a um destino de glória e conquista guiado pelo criador. Esse argumento incidia diretamente na agenda de viés capitalista da nação, que se vinculava, de acordo com Max Weber, a uma “ética protestante”. Tais referências de cunho religioso serviam, inclusive, para justificar suas incursões expansionistas durante o século XIX. Para mais detalhes, conferir: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, (1905) 1996; e SAMPAIO, Maria Clara Carneiro. *Não diga que não somos brancos*: Os projetos de colonização para afro-americanos do Governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860. Tese de doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2013.

³⁰² Nesse direcionamento, dialoga-se com argumentação de Ana Pizarro, que assevera a existência de representações definidoras da Amazônia “como imenso tesouro a ser explorado, porque seus habitantes não são capazes de fazê-lo”. Cf. PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.101.

aproximando-o, por outro lado, dos antigos cronistas coloniais e seus deveres “divinos” em favor da expansão da cristandade na “zona tórrida”.

Não é difícil encontrar no testemunho imagens edênicas que pintavam as terras amazônicas como o paraíso terreal da expansão dos capitais e do comércio do século XIX. Nesse ponto específico, o viajante se distanciava do embasamento de alguns dos que haviam enfrentado o “mar tenebroso”, pois sua justificativa ignorava o santo dever de converter índios pagãos, que deveriam ser, ao invés disso, aniquilados. Afinal de contas, a civilização precisava avançar, mesmo que para isso fosse necessário “pisar nos pescoços de selvagens”³⁰³.

Dentro desse mesmo processo de “pacificação”, Herndon acenava para a possibilidade fantástica da conexão da Bacia Amazônica à do Prata, que poderia ser realizada sob a batuta de arrojados projetos de seu país. Com a interligação desses verdadeiros “mares internos” seria possível devassar plenamente o grande interior da América do Sul, onde riquezas infinitas jaziam abandonadas nas mãos de indígenas.

O viajante enxergava a porção setentrional que se estendia das encostas dos Andes até a foz do Amazonas como um mesmo pacote de terras escassamente explorado, território “encantado” por um eterno verão. Toda essa área, que englobava vários países, tinha seu laço de união baseado em inumeráveis rios que poderiam ser os principais veios de disseminação do “espírito do século”. A marcha inexorável do progresso deveria entrar em ação e estabelecer conexões entre os negócios andinos e as diversas produções da floresta. Assim, os cobiçados metais preciosos das jovens repúblicas sul-americanas estariam interligados à produção agrícola e demais prodígios do vale amazônico, conformando um grande fluxo de riquezas canalizadas pelos rios até o atlântico.

Para isso, seria necessário a implementação de uma agenda definida pelo arbítrio do governo norte-americano, com políticas que seriam desenvolvidas em duas frentes principais. A primeira estaria vinculada à abertura da bacia amazônica para os interesses estrangeiros, que encheriam a região de embarcações à vapor e estradas de ferro, transportando o vigor, as ferramentas e as ideias que “faltavam” ao Brasil. A segunda, ainda mais complexa, estava relacionada com problemáticas internas dos

³⁰³ HERNDON,. *Exploration...* op. cit. p.228: “*This seems to be destiny. Civilization must advance, though it treads on the neck of the savage, or even trample him out of existence.*”

Estados Unidos, que discutiam o destino de suas populações afrodescendentes (inclusive, escravos). Na perspectiva apregoada por Herndon, os negros que enchiam as lavouras algodoeiras do Sul de seu país poderiam viver melhor na Amazônia, entendida como uma espécie de *éden* para a “raça” africana. Nessa perspectiva, Maria Helena P. T. Machado afirma que:

A Amazônia descrita por Herndon não é apenas o novo *éden*, é também o cenário da mais fantasiosa e agressiva ameaça arquitetada sob os auspícios do Destino Manifesto, que justificou, em certo momento, que o Vale Amazônico fosse visualizado como uma válvula de segurança de um Sul dos EUA escravista e expansionista.³⁰⁴

Após o incremento das tecnologias de transporte em voga no século XIX e a introdução de trabalhadores negros melhor “adaptados” ao clima amazônico, faltaria somente eliminar os inaptos habitantes indígenas. Esses objetivos conformavam os principais pontos do relato de viagem, emprestando-lhe ares de um poderoso panfleto que teve significativo impacto entre forças políticas dos Estados Unidos e do Brasil³⁰⁵:

Suponhamos agora que nas margens desses rios seja assentada uma ativa e industriosa população, desejosa por negociar os ricos produtos de suas terras por *commodities* e *luxuries* de nações estrangeiras. Suponhamos que sejam introduzidos em tal área a estrada de ferro e o barco a vapor, o arado, o machado e a enxada. Suponhamos essa terra dividida em grandes propriedades e cultivada pelo trabalho escravo, para então produzir tudo que for possível. Após essas considerações, nós não teremos dificuldade de chegar à conclusão de que nenhum território na face do globo está mais favoravelmente situado e que, se o comércio for uma vez despertado, o poder, a riqueza e a grandeza da antiga Babilônia e da moderna Londres deverão ceder ante seu poderio, que deverá ser estabelecido nas bocas dos rios Orenoco, Amazonas e da Prata (Tradução nossa)³⁰⁶.

³⁰⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – USP, São Paulo, 2005. p. 56

³⁰⁵ Percy Alvin Martin fez um balanço dos debates sobre a influência dos Estados Unidos na abertura da bacia amazônica no século XIX, incluindo referências sobre o impacto da obra de Herndon no tema. O artigo publicado em 1918 é um dos primeiros que coloca em questão a agressiva argumentação “liberal” do viajante e de seus pares, posicionando algumas das contrapartidas e críticas produzidas no Brasil. Cf. MARTIN, Percy Alvin. The Influence of the United States on the Opening of the Amazon to the World's Commerce. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 1, No. 2 (Maio, 1918), pp. 146-162.

³⁰⁶ HERNDON,. *Exploration...op. cit.* p.281. Texto original: “Let us now suppose the banks of these streams settled by an active and industrious population, desirous to exchange the rich products of their lands for the commodities and luxuries of foreign countries; let us suppose introduced into such a country the railroad and the steamboat, the plough, the axe, and the hoe; let us suppose the land divided into large estates, and cultivated by slave labor, so as to produce all that are capable of producing: and with these considerations, we shall have no difficult in coming to the conclusion that no territory on the face of the globe is so favorably situated, and that, if trade there is once awakened, the power, and wealth, and

O testemunho estava acoplado num plano de ação pensado previamente, cujo mentor era um personagem de grande estatura política que atuava também em diversos debates científicos. Tratava-se do Tenente da Armada e afamado Oceanógrafo Matthew Fontaine Maury, sogro de Herndon, que antes da expedição já propugnava uma série de ideias vinculando os destinos de seu país ao território amazônico. Maury teria sido mais que o autor intelectual da expedição, segundo estudo de Donald Marquand Dozer: o cientista teria orientado os passos de seu pupilo no sentido de levantar informações úteis para ações futuras, garantindo um efetivo conhecimento do território³⁰⁷.

Quase concomitante ao período de viagem de Herndon, foi redigido por Maury um folheto que reforçava e divulgava os objetivos da incursão³⁰⁸. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America* foi redigido como meio de reforçar as teses contidas no relato de viagem de Herndon. Composto por diversas cartas, assinadas com o pseudônimo “Inca”, o trabalho do militar e oceanógrafo norte-americano alcançou grande popularidade, sendo traduzido para o português no mesmo ano de sua primeira impressão, em 1853.

No Brasil foi publicado pela Tipografia de M. Barreto no Rio de Janeiro, ganhando também as páginas de vários jornais do Império, como o *13 de maio* de Belém e o *Cearense* de Fortaleza. Neste trabalho, o cientista-militar apresentava, entre outros argumentos, a ideia de que a bacia amazônica estaria naturalmente interligada à bacia do rio Mississippi, pois de acordo com suas pesquisas sobre correntes oceânicas se alguém soltasse uma tora de madeira da boca do rio Amazonas esta seria facilmente transportada até a foz do maior rio norte-americano. Em outras palavras, constatava-se que uma viagem de Belém até Nova Orleans era muito mais fácil e rápida do que uma viagem para o centro do poder do Império, o Rio de Janeiro. Isto justificaria a presença estadunidense na área, aproveitando a facilidade das conexões para expandir-se rumo ao território amazônico.

grandeur of ancient Babylon and modern London must yield to that of the depots of this trade, that shall be established at the mouths of the Orinoco, the Amazon, and the La Plata.”

³⁰⁷ Cf. DOZER, Donald Marquand. Matthew Fontaine Maury's Letter of Instruction to William Lewis Herndon. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 28, No. 2 (Maio, 1948), pp. 212-228.

³⁰⁸ Cf. MAURY, Matthew Fontaine. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*. Washington: F. Taylor, 1853.

De acordo com análise de Maria Helena P. T. Machado, “utilizando-se de uma roupagem científica, bem ao gosto da época, Maury formulou uma teoria geopolítica da América Latina que beneficiava amplamente as veleidades do Sul (escravista) em expansão”³⁰⁹. Afinal de contas, segundo ele, havia um vínculo “natural” que poderia viabilizar o “destino manifesto” na floresta.

Logo nas primeiras páginas de seu panfleto, Maury disponibilizou um mapa sem a delimitação das fronteiras das nações do continente. Ciente do poder das representações cartográficas, o Tenente da Armada da Marinha estadunidense transmitia aos seus leitores o retrato de um “vazio” não somente demográfico, mas também político³¹⁰. O “Vale do Amazonas” dava título ao mapa de toda a América do Sul, figurando como uma imensa área sem soberania. A representação diluía qualquer referência aos territórios dos países citados, somente situados em nomes soltos no mapa, podendo facilmente ser confundidos com simples localidades ou acidentes geográficos.

Os Estados Unidos à época passavam por um agressivo processo de expansão interna, direcionada rumo ao oeste, com a recente anexação do território do Texas em 1845. Segundo William H. Goetzmann, o país estava sendo perpassado por um processo de “westering”, mergulhado em esforços de conquista e pesquisas sobre seu território, em demanda da costa do Pacífico³¹¹. Nesse contexto, Maury se posicionava como mais um arauto que anunciava e tentava justificar novas frentes a serem conquistadas. Contudo, por trás desses interesses estava a preocupação com a economia escravista do Sul dos Estados Unidos, ameaçada por ações internacionais contrárias ao tráfico de africanos e a crescente oposição interna aos desígnios da sociedade senhorial. Maury, natural da Virgínia, defendia a relevância das *plantations* escravistas, cada vez mais divergentes dos projetos dos Estados do Norte de seu país, em grande medida críticos da escravidão. Esse quadro de contendas culminaria mais tarde com a Guerra de Secessão, nos anos 1860.

³⁰⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor...op.cit.* p.57

³¹⁰ Cf. HARLEY, J. B. *The new nature of maps: essays in the History of Cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

³¹¹ GOETZMANN, William H. *Exploration and Empire: The explorer and the scientist in the winning of the American West*. New York: Bookspan, 2006.

Imagem 8 – Mapa apresentado no folheto de Maury

Fonte: NYPL – New York Public Library. MAURY, Matthew Fontaine. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*. Washington: F. Taylor, 1853.

Concordando com estudo de Gerald Horne, a Amazônia na visão de Maury poderia se transformar num “Sul mais distante”, onde os perseguidos proprietários sulistas poderiam encontrar um refúgio para seus negócios e um “lar” para seus escravos³¹². A escolha do Brasil para esse projeto de expansão não era aleatória, pois tratava-se da maior economia escravista do mundo à época, onde se poderia supostamente

³¹² HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

reproduzir os costumes da sociedade sulina com mais facilidade, fortalecendo-a nas disputas contra o crescente poderio *yankee* do Norte. A força da “raça” anglo-saxônica sobrepunha os herdeiros das coroas ibéricas e o projeto de Maury se desdobraria numa “República Amazônica” cortada por imensas *plantations* escravistas. Seguindo a receita de seu mentor, Herndon articulava no relato de viagem alguns esboços possíveis desse “futuro” na região:

Eu acredito que em cinquenta anos o Rio de Janeiro, sem a perda do título de sua riqueza e grandeza, irá figurar apenas como uma vila se comparada ao Pará (Belém) e o Pará será o que Nova Orleans teria sido sem a concorrência de Nova York e seu “fatal climate”, (ou seja) a mais importante cidade do Novo Mundo. Santarém será como *St. Louis*, e a Barra, *Cincinnati*³¹³. (Tradução nossa)

A comparação entre cidades amazônicas e estadunidenses estava ligada ao objetivo panfletário do testemunho de viagem, que buscava interligar os destinos da política expansionista norte-americana ao território amazônico. Era preciso criar um horizonte de expectativas conectado com referências conhecidas do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, grandemente ambientado em seus florescentes centros urbanos. A propaganda, além disso, agitava um ideário arrivista de grandes proprietários sulistas, que viam sua Nova Orleans ser sobrepunha pela cidade de Nova York. Assim, Belém poderia vencer comercialmente a maior urbe *yankee* e se tornar a cidade “mais importante do mundo”, irmanada com a *Saint Louis* do rio Tapajós (Santarém), e com a *Cincinnati* do rio Negro (Cidade da Barra).

A Amazônia poderia ser reabilitada como um *Eldorado* escravista. O caminho estava pavimentado pelo secular regime servil já experimentado no território, que não vivenciaria uma mudança radical em suas modalidades de trabalho. O crescimento da escravidão traria os braços tão reclamados pelo desenvolvimento local, que seria impulsionado por grandes *plantations* dominadas pelo brio dos arrojados sulistas dos Estados Unidos. Segundo Herndon, esse impulso já tinha começado localmente, mas carecia da força de mais negros e negras escravizados.

³¹³ HERNDON, . *Exploration...* op. cit.371. Texto original: “I believe in fifty years Rio de Janeiro, without losing a title of her wealth and greatness, will be but a village to Pará, and Pará will be what New Orleans would long ago-have been but for the activity of New York and her own fatal climate, the greatest city of the New World; Santarém will be St. Louis, and Barra, Cincinnati.”

O viajante detectou que havia um movimento crescente de incursões comerciais que se entranhava pelos sertões amazônicos, que poderia ser rearranjado e aproveitado na agenda sulista. Ele visualizava as ações estratégicas do Império Brasileiro, que havia recentemente criado a Província do Amazonas, como forma de marcar posição dentro do processo de deslocamento de fronteiras em curso. Segundo Maria Helena P. T. Machado, o desenho desse cenário tinha base numa Amazônia que paulatinamente ganhava notoriedade internacional, sendo alvo de inúmeras incursões de estrangeiros que carregavam interesses nem sempre coevos com as agendas de expansão locais. De acordo com a autora:

Representada em discursos que oscilavam entre a justificação dos interesses territoriais, empresariais, bem como sociais nebulosos e aventureiros de descrições de paisagens luxuriantes e animais exóticos de uma literatura de viagem aparentemente benigna e abstrata, a Amazônia corporificou o próprio *lôcus* de enunciação do discurso da expansão capitalista-imperialista da segunda metade do século XIX³¹⁴.

Atento ao viés expansionista de sua aventura, o emissário norte-americano tinha como uma de suas missões conhecer as dinâmicas internas da economia e da sociedade amazônica, na intenção de melhor adaptá-la aos seus intentos. Para entender melhor os interesses do militar nos sertões, é preciso variar a escala de análise, escrutinando alguns índices de sua passagem por povoações amazônicas, que estavam vivenciando as transformações anunciadas pela frente de expansão rumo aos altos rios³¹⁵.

Herndon passou os últimos dias de 1851 em Ega (atual Tefê), informando-se sobre as longas distâncias alcançadas pelo comércio local, que tinha forte conexão com o alto curso do Solimões e seus tributários. Como em todas as localidades, o viajante arrolou dados populacionais, indicando que a povoação deveria ter por volta de 800 habitantes. Apesar de pequena, a Vila surpreendia por ser bem provida em alimentos e *luxuries*, apresentando uma significativa circulação de produtos manufaturados, como tecidos, ferramentas, bebidas e alimentos importados. Esse fator explicava, na visão de viajante, a presença na missa de natal de alguns indivíduos razoavelmente sofisticados, “pessoas bem vestidas, incluindo algumas muito bonitas, embora (houvesse) mulheres de

³¹⁴ MACHADO, *Brasil a vapor... op.cit.* p.51-52

³¹⁵ Sobre a referência dos jogos de escala conferir: REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

tez escura”³¹⁶. Herndon referia-se mais detidamente à presença de senhoras “não brancas” bem arrumadas, um dado pouco familiar ao visitante³¹⁷. Outro fator que lhe chamou atenção foram os festejos de membros das “*higher classes*”, regadas com champanhe, vinho de Tenerife, cerveja inglesa e cidra.

Na noite de natal, o viajante acompanhou algumas procissões festivas, incluindo uma composta por “negros, homens e mulheres, com canções e sons de pandeiros e tambores, que desfilaram pelas ruas por toda a noite”³¹⁸. Grande parte desses personagens compunha a população de escravos que habitava a vila. Para satisfação do emissário norte-americano a maioria dos membros da elite local possuía escravos, o que o deixou ainda mais convicto da viabilidade de seu projeto. Contudo, em conversa com um dos “maiorais” da terra, foram apontados empecilhos ao desejado incremento da escravidão negra. Major Batalha, um dos negociantes de Ega, confidenciou a Herndon que não pretendia aumentar seu plantel, pois nos últimos tempos estava tendo muitos prejuízos com a fuga de escravos rumo às nações limítrofes, como Peru, Equador e Nova Granada³¹⁹. O interlocutor local evidenciava o atrelamento entre os fluxos comerciais crescentes e as recorrentes fugas, ambas ultrapassando fronteiras nacionais pelos altos rios.

³¹⁶ HERNDON, *Exploration...* op. cit. p.258. “...*The Church was filled with well-dressed people, and some very pretty, though dark-complexioned ladies.*”

³¹⁷ Luciana da Cruz Brito discute em sua tese de doutoramento algumas questões relacionadas à justificação da inferioridade racial por intelectuais dos Estados Unidos no período pré-guerra civil. A autora se debruça especialmente sobre a Escola Americana de Etnologia, que contou com autores como Samuel George Morton, Louis Agassiz e Josiah Nott que discutiam, entre outros assuntos, graus de degeneração racial e a problemática da miscigenação. Essas referências de cunho científico certamente estavam na alçada dos arrazoados de Herndon, que em vários momentos de seu relato de viagem flerta com o ideário racista imbuído em tais teorias. Cf. BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões Norte-Americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. Tese de Doutorado em História Social – USP, 2014.

³¹⁸ HERNDON, *Exploration...* op. cit. p. 258 “...*Processions of negroes, men and women, with songs and music of tambourines and drums, were parading the streets all night.*”

³¹⁹ Sobre a questão das fugas nos altos rios, Carlos Augusto de Castro Bastos analisa algumas referências das problemáticas transfronteiriças entre a Capitania do Rio Negro (Brasil) e a Província de Mainas (Peru), cobrindo o período de 1780 até 1820. Com periodização semelhante, destaca-se também o trabalho de Adilson Junior Ishihara Brito, que empreende uma discussão concentrada sobre fugas e guerras vivenciadas nos sertões amazônicos do Grão-Pará, numa perspectiva mais ampla. Seguindo as pegadas dos dois autores, afirmamos que os fluxos de subidas dos rios (inclusive, rotas de fugitivos) e intercâmbios com países vizinhos tiveram significativas continuidades durante o Império, tornando-se ainda mais dignos de nota com a abolição da escravidão nas jovens repúblicas andinas (Nova Granada-1821, Bolívia-1826, Venezuela-1854, Peru-1855) e com as novas possibilidades da navegação fluvial a vapor, pós-1850. Cf. BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Mainas (1780-1820)*. Tese de Doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2013.; e BRITO, Adilson Junior Ishihara. *Insubordinados Sertões: O Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. Tese de Doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2016.

Após coletar informações sobre Ega durante os últimos dias do ano, Herndon continuou seu itinerário e no alvorecer de 1852 aportou na Cidade da Barra do Rio Negro, recém-escolhida capital da Província do Amazonas. Na localidade teve acesso aos dados de um censo levantado em 1848 sobre a vila, que apontava a presença de 3.614 habitantes livres e 234 escravos, distribuídos em 470 fogos, a maioria composto por um único pavimento coberto de palha. Ainda no ensejo dos cálculos populacionais, observou que toda aquela imensa Província possuía apenas cerca de 30.000 habitantes, sem contar os inumeráveis “gentios” e fugitivos que viviam pelas florestas. Ao posicionar esses dados no relato, o viajante buscava justificar a urgência em transformar aquele “deserto” numa nova fronteira econômica internacional.

Ao chegar na Cidade da Barra foi recepcionado por dois dos maiores negociantes sediados no local, o italiano Henrique Antoni e o estadunidense Marcus Williams. O conterrâneo do viajante vinha organizando empreitadas comerciais em sociedade com um irlandês chamado Bradley, que recentemente havia morrido no Pará acometido por febre amarela. Na ocasião, Marcus Williams se preparava para iniciar um giro de seis meses pelo rio Negro. Como o patrício estava de partida, restou ao comerciante italiano ciceronear Herndon na Cidade da Barra, hospedando-o em sua casa e informando-o das novidades da terra.

Para deleite do viajante, seu anfitrião ofertou-lhe jornais de Nova York com datas não muito atrasadas, causando-lhe grande impressão. O emissário norte-americano não esperava encontrar naquela pequena vila encravada no centro do vale amazônico alguém que acompanhasse os movimentos da maior praça comercial da América do Norte. Esse fator sinalizava as conexões já existentes entre as demandas locais e o mercado internacional, para surpresa daquele “arauto” da civilização. Com isso, Herndon passou a projetar a Cidade da Barra como o mais importante porto interno da bacia amazônica, que serviria futuramente de porta de entrada para as cabeceiras e consequentemente para o incremento do comércio com o Peru, Bolívia, Equador, Venezuela e Nova Granada.

O viajante apresentava, assim, certa dubiedade ao detectar “boas iniciativas” de seus interlocutores. Ao ler notícias de sua pátria no meio da floresta e verificar o interesse local em incrementar atividades econômicas, enfraquecia-se a narrativa que apontava a falta de vigor de brasileiros e estrangeiros aclimatados na América do Sul, normalmente condenados como parte de fracas elites “mestiças”. Uma passagem em

particular aponta pistas nesse sentido. Trata-se das referências à Dona Leocádia, “a bonita, inteligente e amável esposa de Henrique”³²⁰. Embora em nenhum momento indique que sua amiga brasileira fosse “branca”, ele a elogia como uma mulher perspicaz que desejava falar línguas estrangeiras e visitar outros países, ansiando conhecer melhor como era o mundo além do Amazonas. O vínculo entre os dois tornou-se bastante estreito, ao ponto de Leocádia convidá-lo para ser padrinho do seu último filho, nomeado como Luís em homenagem ao visitante. Dessa forma, Herndon deixava entrever momentos de empatia, esgueirados num relato que tinha como tônica a deslegitimação dos habitantes locais, incluindo também suas elites.

A chegada do viajante na capital do Amazonas quase coincidiu com o desembarque do primeiro Presidente da Província, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Após conhecê-lo, Herndon avaliou positivamente o líder político local, embora este insistisse na tentativa de angariar braços indígenas para a produção agrícola e outros serviços deficitários. O relato aponta indícios dos diálogos entabulados entre os dois, ocasião em que o adventício teria confidenciado seus planos de transferir cidadãos dos Estados Unidos juntamente com seus escravos para o território amazônico. Em resposta, Tenreiro Aranha teria manifestado apoio resolutivo, declarando ao visitante que desejava a entrada de “mil de seus ativos, industriais e inteligentes concidadãos para firmar um exemplo de trabalho” para os habitantes do Amazonas. Por isso, Herndon concluiu que a “*thinking people*” daquela Província se mostrava aberta e feliz em receber tão “qualificada” corrente migratória³²¹.

Para Tenreiro Aranha, a nova província reclamava um maior número de trabalhadores e na falta de outras alternativas (como a aventada por Herndon), impunha-se a arrematamento de mais “tapuios” para encetar um cenário produtivo mais promissor. O viajante anotou que uma das primeiras ações da autoridade foi tentar viabilizar o recrutamento de pelo menos 60 índios, que se concentrariam emergencialmente nas demandas das construções dos novos prédios públicos da Cidade da Barra.

³²⁰ HERNDON,. *Exploration*...op. cit. pp. 276.

³²¹ HERNDON,. *Exploration*...op. cit. pp. 268 “...I presume that the Brazilian government would impose no obstacles to the settlement of this country by any of the citizens of the United States who would choose to go there and carry their slaves; and I know that the thinking people on the Amazon would be glad to see them. The President, who is laboring for the good of the province, and sending for the chiefs of the Indian tribes for the purpose of engaging them in the settlement and systematic labor, said to me, at parting “How much I wish you could bring me thousands of your active, industrious, and intelligent population, to set an example of labor to these people.”

Herndon concordava plenamente com o emprego do trabalho compulsório, tratado como uma consequência natural do clima e das produções espontâneas que levavam os habitantes da floresta a um suposto estado letárgico. Esse era mais um ponto de convergência entre o pensamento do emissário norte-americano e as políticas oficiais locais que, no entanto, tinham razões mais complexas para a instituição de tais práticas – como os já discutidos processos de disciplinarização e controle da chamada “multidão colorida”. Mas, para o viajante, os indígenas claramente não suportavam o peso das tarefas necessárias para um efetivo desenvolvimento local, restando aos africanos o trabalho de devassar o vale amazônico. Essa era mais uma forma de tentar legitimar seus planos, visivelmente ameaçados diante das relações de trabalho dependente em voga com nativos, já secularmente enraizadas no território.

Com isso, Herndon buscou compreender de maneira mais aprofundada os sistemas de labuta na floresta. As formas de contatar a força de trabalho indígena chamaram particularmente sua atenção. Por trás das arregimentações planificadas em nível oficial, grandemente assentadas em recrutamentos forçados, o emissário norte-americano destacou em seu relato a existência de outras formas de viabilizar o contato com nativos. Herndon percebeu algumas dessas sutilezas em conversas com seu anfitrião, o negociante Henrique Antoni. O interlocutor, que também era regatão, cedeu ao hóspede algumas anotações sobre seus giros comerciais pelos sertões, onde constavam referências sobre seus contatos com nações indígenas do interior³²². Mais que eventuais arregimentações de força de trabalho, ele desvelava suas alianças complexas.

Herndon indicou, por exemplo, que Antoni tinha uma estreita relação com vários *Mura* que viviam nas cercanias da Barra e pela calha do Solimões. Embora fossem descritos como “líderes em indolência e vagabundagem”, alguns desses indígenas trabalhavam quando solicitados e buscavam a cidade para batizar seus filhos na Igreja. Segundo o viajante, os *Mura* não tinham nenhuma preocupação com os significados da cerimônia religiosa, mas nutriam interesse em contatar “bondosos brancos” que aceitassem apadrinhar seus filhos e pagassem as despesas do batizado, disponibilizando como prenda uma garrafa de cachaça e peças de tecido de algodão. Tais agências indígenas viabilizavam vínculos com poderosos comerciantes sediados na Província, que poderiam eventualmente ser instados a satisfazer demandas nativas. Seguindo os passos

³²² HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 279.

desse roteiro de estreitamento de laços, Antoni àquela altura já era “compadre” de mais da metade da nação *Mura*, o que certamente extrapolava as responsabilidades instituídas pelo rito religioso³²³.

O italiano fortalecia seus negócios agenciando indígenas, que manobravam dentro dos campos de possibilidades da zona de contato. Antoni barganhava suas mercadorias seguindo tendências da frente de expansão, descortinando recônditos rincões da Amazônia Ocidental. Naqueles tempos, o comerciante já era possuidor de uma das maiores embarcações ancoradas na Cidade da Barra, podendo transportar até 10 toneladas de produtos. Herndon teceu elogios ao barco de seu anfitrião que, segundo ele, era um exemplar muito bem construído em *San Carlos*, povoação venezuelana fronteiriça situada às margens do alto rio Negro³²⁴.

Além disso, Antoni também estava investindo em outros ramos, como no caso de sua sociedade com um escocês, Mister McCulloch, que possuía uma plantação de cana-de-açúcar e um engenho às margens do rio Amazonas, alguns quilômetros abaixo da boca do rio Negro³²⁵. A boa relação de Antoni com os *Mura* era um índice de viabilização do empreendimento que, na ausência de escravos negros, contava com trabalhadores nativos como sua principal força motriz³²⁶. Em outras palavras, a relação de “compadrio” do italiano com os *Mura* guardava variados níveis de interlocução, cuja base estava assentada na exploração do trabalho dos índios, que, por sua vez, agenciavam seus interesses em mercadorias e proteção em contato com o poderoso comerciante.

A interessante trajetória de negócios do anfitrião chamou atenção do viajante, que buscou inteirar-se melhor sobre os rumos dos empreendimentos pelos sertões explorados pelo italiano. Àquela altura estava sendo estruturada a agenda de expedições

³²³ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 278.

³²⁴ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 279.

³²⁵ Outro viajante, o inglês Richard Spruce, que também esteve no Amazonas em 1850 conheceu o escocês sócio de Henrique Antoni. Em seu relato de viagem, Spruce revela informações mais detalhadas da sua trajetória: “Mr. MacCulloch era natural de Denny, em Stirlingshire, Escócia, e estava com 43 anos em 1850. Era um homem robusto e bem-apessoado (...). Tinha emigrado primeiramente para o Canadá, onde trabalhou como carpinteiro e mecânico, mas tendo visitado Nova York em 1832, ali encontrou Mr. James Campbell, que residia no Pará, e que o convidou a tentar a sorte na Amazônia”. In. SPRUCE, Richard. *Notas de um Botânico na Amazônia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006. p.152.

³²⁶ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 290.. Sobre o empreendimento de MacCulloch e Antoni, o viajante Richard Spruce também apontou referências que reforçam o papel dos *Mura* como trabalhadores na plantação de cana-de-açúcar. Segundo Spruce: “No alvorecer do dia 3, encontrei-o (MacCulloch) ocupado com um grupo de índios selvagens da tribo dos *Mura*. Estavam ali homens de todo tipo, tamanho e idade, oferecendo-se para trabalhar durante aquele dia. Havia diversas pequenas colônias dessa gente vivendo à beira dos lagos existentes na área. No dia em que decidem trabalhar, chegam ali de manhã e se apresentam ao patrão, conforme agora eu os via”. In. SPRUCE, *Notas de um Botânico...* op. cit. p.153.

oficiais de reconhecimento de vários rios, já discutidas anteriormente. Desse modo, mesmo imbuído de uma perspectiva geral que descreditava as autoridades brasileiras, Herndon, mais uma vez, deixava entrever a existência de projetos locais não desprezíveis de expansão econômica.

Em certa ocasião, obtive informações sobre o rio Purus, um dos mais destacados caminhos fluviais da frente de expansão. Herndon tomou nota das notícias oferecidas por um “*very dark Brazilian*”, o regatão pernambucano Serafim da Silva Salgado³²⁷. O último giro comercial de Salgado teria durado 18 meses, quando conseguiu produzir 25 potes de óleo de copaíba e 150 arrobas de salsa parrilha. Os lucros auferidos na temporada garantiram as mercadorias, possivelmente compradas a Henrique Antoni, que possuía um armazém e viabilizava a rodada de negócios de outros mascates fluviais. Salgado confidenciou à Herndon que não enfrentava grandes dificuldades em recrutar indígenas para viabilizar suas atividades nos sertões, pois ao fornecer quinquilharias aos nativos garantia o sucesso de seus empreendimentos³²⁸. O regatão ofereceu a Herndon um relato sobre os meandros do Purus, indicando seus tempos de cheia e estio, afirmando que o melhor momento para navegá-lo seria o mês de maio, quando começava a vazar.

Após algumas semanas na Cidade da Barra conversando com os “notáveis” da terra, Herndon anotou muitas referências sobre rotas, negócios, interesses comerciais e suas sutilezas. Naqueles primeiros dias de 1852 o viajante percebia que seu itinerário pela Bacia Amazônia seguia no sentido inverso dos fluxos internos, que vinham subindo os rios. E além disso, detectava que, embora o Império brasileiro não apregoasse um “destino manifesto”, estava também efetuando esforços de conquista e expansão na área. Ao zarpar da capital do Amazonas, Herndon deixava para trás uma área vista como estratégica, importante enclave dos interesses do Brasil na floresta, que futuramente poderia ser aproveitada dentro dos planos estadunidenses na área.

Continuando sua viagem, o emissário seguiu pelo rio Amazonas, alcançando em pouco tempo a povoação de Serpa e a desembocadura do rio Madeira. Alguns dias depois, avistaria a Vila Nova da Rainha, e suas “200 casas de barro” espalhadas na linha do barranco do rio. A partir deste ponto, o viajante registrou o início de um longo território

³²⁷ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. pp. 282-4.

³²⁸ Assim como Manoel Urbano da Encarnação, Serafim Salgado foi responsável por uma missão oficial de reconhecimento do rio Purus, cujo relato foi publicado na *Falla* do Presidente da Província do Amazonas Herculano Ferreira Pena, em 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/61/000093.html>.

dominado pela economia do Cacau, principiada nas proximidades da fronteira entre o Amazonas e o Pará, estirando-se por centenas de quilômetros pelo Baixo Amazonas e tributários. Nessa área, ele indicou uma maior presença de escravos, em grande parte envolvidos nos trabalhos de coleta da fruta.

Ao chegar em Óbidos, contou aproximadamente 500 habitantes na vila e entre estes tomou informações com os negociantes Antônio Monteiro Tapajós e João Valentim do Couto, que atuavam na localidade e tinham negócios pelo rio Trombetas. Após conversações, chegou à conclusão de que naquela região um cativo poderia dar conta de 2000 pés de cacau, o que deixava entrever o sucesso das empreitadas de coleta³²⁹. A mesma tendência foi observada em Alenquer, onde registrou também uma presença significativa de escravos e grandes cacauais. Interessante notar que a narrativa de Herndon em nenhum momento faz menção às recorrentes fugas em direção aos inúmeros mocambos existentes pelo baixo Amazonas, tema bastante preocupante entre senhores de escravos e que rotineiramente tomava as páginas dos jornais do Pará³³⁰.

Muito provavelmente o silenciamento fazia parte da estratégia panfletária de seu relato, porquanto citar as complexas agências dos escravos na floresta poderia desencorajar seus patrícios a estabelecer-se no território amazônico.

Alguns dias depois da passagem por Alenquer, o viajante alcançou a foz do rio Tapajós, aportando em Santarém. Ao chegar apresentou passaporte ao Delegado Manoel Pinto Guimarães, que lhe conseguiu alojamento junto a um joalheiro judeu francês, o qual lhe forneceu abrigo e companhia na cidade. Herndon elogiou o clima e o panorama da vila, destacando ainda a presença de bons cavalos circulando pelas ruas. Seguindo censo oficial de 1848, apontou que Santarém tinha uma população de aproximadamente 4.977 livres e 1.591 escravos, em grande parte embrenhados pelos

³²⁹ HERNDON,. *Exploration...* op. cit. p. 299.

³³⁰ É possível encontrar várias referências sobre a “caça” aos Mocambos, além de anúncios de fuga de escravos que apontavam suspeitas sobre suas travessias até os refúgios nas matas. Destaque para as várias referências encontrados no *13 de Maio*, como no caso da notícia remetida ao Presidente da Província do Pará Sebastião do Rego Barros sobre a destruição do Mocambo Mucajuba, anunciada na edição de 23 de outubro de 1855: “*Illmo e Exmo Snr. – Tenho a honra de participar a V. Ex. que tenho que seguir para a Capital a força do comando do Illmo. Snr. Manoel Fernandes Ribeiro, que se achava neste distrito, cumpre-me informar a V. Ex. que o Mocambo de Mucajuba está completamente destruído; os negros que se achavam nele refugiados foram capturados, e outros apresentaram-se aos seus respectivos senhores, não se podendo saber ao certo o número dos que foram mortos na ocasião do fogo, por ficarem sepultados no medonho lago que circunda o Mocambo. Nada mais tenho a levar ao conhecimento de V. Ex. Deus Guarde a V. Ex. Aycarau, 17 de outubro de 1855. – Baltazar Hypolito do Valle, Juiz de Paz.*” HDBN. *Treze de maio*, 23 de outubro de 1855, n. 569, p.1. (Digitalizado)

sertões coletando cacau, castanha, borracha, ou trabalhando em outros empreendimentos oficiais e particulares.

Em sua estada na localidade encontrou o naturalista inglês Henry Walter Bates, que estava residindo em terras amazônicas desde 1848. Os dois trocaram informações sobre seus itinerários de viagem e Herndon foi presenteado com uma caixa cheia de borboletas da coleção entomológica do europeu. Após o contato com o cientista, continuou suas andanças, notando no atracadouro do rio a presença de “5 ou 6 escunas” de grande tonelagem, percebidas como um índice dos crescentes fluxos locais, especialmente no que se refere ao escoamento da produção de gêneros da bacia do Tapajós.

Além de buscar informações sobre as dinâmicas econômicas da vila, o viajante deixou escapar sua preocupação com a renovação de sua comitiva, composta por remeiros, ajudantes e pelo piloto da embarcação, todos indígenas. O assunto tinha certa urgência, pois aquele era o ponto final dos que estavam lhe guiando desde a Cidade da Barra. Por isso, Herndon teve que solicitar ao Delegado Manoel Pinto Guimarães o fornecimento de mais alguns “tapuios” para substituírem a tripulação, no sentido de viabilizar o prosseguimento da viagem até Belém. O emissário norte-americano solicitou 11 interlocutores, conseguindo apenas 4, grupo composto por “3 tapuios e 1 piloto”. A autoridade local justificava a escassez de “braços” afirmando que os outros “tapuios” disponíveis estavam trabalhando na construção de sua nova casa, nos arrabaldes de Santarém. Mesmo assim, o delegado solicitou que Herndon tivesse paciência e aguardasse mais alguns dias, pois iria verificar a possibilidade de “pegar” algum trabalhador pelos matos³³¹.

Quando se deparou com tal impasse, o viajante registrou na narrativa uma crítica ao uso indiscriminado da força de trabalho compulsória para fins particulares. Nesse momento, ele posicionou uma pequena memória sobre as trocas de tripulação desde Tabatinga, descrevendo as atribulações para conformar suas equipes. Além de indicar as dificuldades nesse quesito, Herndon salientou quem eram os “tapuios” que tinham lhe acompanhado até ali, revelando dados da etnicidade desses personagens. Ele afirmou que de Tabatinga até a Barra seus remeiros eram *Ticuna*; da Barra até Santarém eram todos *Mura*, pagos com roupas e pequenas diárias.

³³¹HERNDON, J., *Exploration...* op. cit. p. 324.

Os dados sobre a origem dos “tapuios” que guiaram Herndon revelam marcadores étnicos silenciados no âmbito dos mundos do trabalho da Amazônia oitocentista. Mais que isso, o termo “tapuio”, além de uma simples referência de cor ou designação genérica de indígenas “destribalizados”, mostrava-se sinônimo de trabalhador dependente – cuja etnicidade era intencionalmente ocultada³³². Ao fim e ao cabo, não era interessante para o pioneirismo interno a afirmação identitária de sociedades organizadas e etnicamente situadas, o que poderia enfraquecer o teor derogatório dos discursos oficiais.

O emissário norte-americano não aguardou para conferir os esforços do delegado em conseguir mais trabalhadores. Contando com apenas 4 tripulantes indígenas, cuja etnicidade não foi revelada, partiu rumo ao último trecho de sua viagem, com destino à cidade de Belém.

Herndon seguiu singrando a calha do Amazonas e à medida que se aproximava da capital do Pará percebia um crescente aumento do movimento de embarcações. Ao passar na localidade de Prainha, por exemplo, presenciou um ajuntamento de pelo menos 500 pessoas coletando ovos de tartaruga e cortando seringueiras que se espalhavam pelas matas circunvizinhas. A partir desse ponto a árvore da borracha passou a ser uma referência recorrente na narrativa.

Quando estava se aproximando de Breves, a expedição aportou num armazém sediado em um “estabelecimento que produzia borracha”. Interessante notar a clara presença do sistema de aviamento, instrumentalizado na referência feita ao trabalho de seringueiros que já labutavam naqueles rincões. Herndon teve boa impressão do armazém. Para ele, era “estranho e muito agradável, ver barris de farinha marcadas com *Richmond* e algodão natural e riscado de Lowell (*Massachusetts*) e Saco (*Maine*), com impressões em inglês”. Além disso, surpreendeu-se com o sortimento de “brincos, anéis, pentes, pequenos violões, queijo, gin, aguardente, naquele local selvagem e isolado”³³³.

³³² O silenciamento da etnicidade de remeiros sob a nomenclatura de *tapuio* é bastante recorrente nos relatos de viajantes. Contudo, existem várias pistas nas fimbrias desse ocultamento. Assim como Herndon, alguns outros autores deixaram entrever detalhes sobre a origem de seus trabalhadores indígenas. Esse foi o caso do engenheiro Franz Keller, citado no trabalho de Gary Van Vallen, com seus 80 remeiros *Mojos* e *Canichana*. VALEN, J. *Indigenous agency in the Amazon...* op.cit. p.68.

³³³ HERNDON, J. *Exploration...* op. cit. p. 330. “It was strange, and very agreeable, to see flour-barrels marked *Richmond*, and plain and striped cottons from Lowell and Saco, with English prints, pewter ear and finger rings, combs, small guitars, cheese, gin, and aguardente, in this wild and secluded-looking spot.”

Esse era mais um índice da tibieza do viajante, que ora deixava entrever sinais de “progresso” na floresta, ora condenava a área como desértica e inculta.

Deixada para trás a região de Breves, Herndon se aproximava do ponto final de sua expedição. Com o passar dos dias, Belém finalmente foi se revelando no horizonte. Diferentemente de outras localidades, a primeira preocupação do viajante não foi pormenorizar índices econômicos ou populacionais, mas sim apresentar informações sobre a fortificação local, descrevendo as condições de seus canhões e o alcance de fogo das baterias de defesa. Ele buscava revelar aos leitores as possibilidades de sucesso de uma eventual investida militar contra a cidade brasileira, que guardava um dos veios principais da cobiçada entrada da Bacia Amazônica. O viajante insinuava que a urbe poderia ser facilmente conquistada, deixando entrever referências sobre as debilidades do Forte, demonstrando que este não seria páreo ante um ataque da Marinha de seu país. Cogitava, ainda, que a fortificação cairia até mesmo diante de simples rajadas de arcabuzes posicionados nas torres da catedral da cidade³³⁴.

Herndon não deixava dúvidas sobre suas intenções. Uma possível conquista de Belém estava em seu horizonte de expectativas. O impacto dessas ideias – articuladas em primeiro plano por Matthew Fontaine Maury – foi decisivo para a articulação de um posicionamento defensivo da diplomacia brasileira em relação aos Estados Unidos à época. O grande debate do momento era a abertura internacional da navegação da Bacia Amazônia, retardada ao máximo, contrariando os interesses propugnados por Herndon. O Brasil, seguindo na contramão do “espírito do século”, montou uma estratégia de contra argumentação nos 1850-60, baseada na malfazeja reputação estadunidense nos casos de anexação de territórios do México. Segundo Nícia Vilela Luz, “eram correntes os exemplos do expansionismo dos Estados Unidos. Todos tinham presente a sorte do Texas, a Califórnia, para citar apenas os exemplos mais conspícuos”³³⁵.

Após levantar dados sobre as defesas de Belém, o viajante continuou sua cruzada de levantamento de informações úteis ao projeto que tinha em mente. Na cidade, foi recebido pelo Consul dos Estados Unidos, Henry Lee Norris, que disponibilizou abrigo e referências sobre as vocações econômicas da capital do Pará. Mais uma vez, utilizou um censo local de 1848 para divulgar os números populacionais da urbe, que

³³⁴ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 338.

³³⁵ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros Americanos*. São Paulo: Editara Saga, 1968. p.120.

contava com 9.284 livres e 4.726 escravos, que circulavam por ruas com 2.418 casas. Entre suas primeiras impressões da cidade, o emissário posicionou um elogio sobre a salubridade local, asseverando que a maior parte das doenças não tinha origem na vila. Nesse momento, Herndon destacou uma recente epidemia de febre amarela que, segundo ele, teria vindo com embarcações de Pernambuco, que por sua vez teriam sido contaminadas pelo contato com tumbeiros vindos da costa da África.

Em suas andanças atestou os costumes “fidalgos” de parte das elites locais, herdeiras da cultura portuguesa, que delegavam todas as tarefas aos seus escravos ou tapuios, entregando-se somente aos ofícios burocráticos indispensáveis. Por essa razão, afirmava que toda a dinamicidade da economia tinha origem no arrojo dos estrangeiros, que se mostravam mais dispostos à labuta e ao incremento dos negócios. Nessa perspectiva, o viajante indicava referências sobre os alegados efeitos do clima, que determinavam o comportamento ocioso das elites belenenses, que guardavam certo charme em seu “*dolce far niente*”.

Em certo ponto, analisando alguns documentos da polícia local, declarou que até mesmo os índices criminais de Belém eram baixos por conta das altas temperaturas, pois os paraenses seriam “*too lazy to be bad*” – muito preguiçosos para serem malvados. Assim, deixava entrever que a população da urbe era simpática a uma vida sem muitos conflitos, sem muita pressa, sem muito trabalho, se fiando nas delícias daquele mundo tropical³³⁶.

O clima quente também servia para justificar as supostas benesses que os afrodescendentes dos Estados Unidos vivenciariam na Amazônia. No território, encontrariam condições perfeitas para sua saúde e para um pleno desenvolvimento de suas potencialidades de trabalho. Como registrado no censo, a cidade possuía um significativo percentual de escravos (cerca de 33,7% da população total), que dominavam as ruas e eram considerados pelo viajante fundamentais para o funcionamento econômico de Belém. Tomando esses dados como referência e observando o papel de negros e negras no palco urbano, Herndon elaborou seus mais contundentes e irônicos argumentos pró-escravidão:

³³⁶ HERNDON,. *Exploration...* op. cit. p. 340.

O escravo negro parece muito feliz no Brasil. Isso é mencionado por todos os visitantes estrangeiros. Muitas vezes no Pará um grupo de mulheres negras alegres, tagarelas e felizes, trazendo do riacho seus cestos com roupas lavadas, sinalizavam para mim, para que eu pudesse notar os *males* da escravidão. Os proprietários de homens escravos no Pará geralmente solicitam de cada cativo 4 ou 5 tostões por dia (20 tostões formam 1 dólar) deixando-os livres para conseguir o quanto mais puderem. Os escravos se organizam em turmas ou companhias, elegem seu líder, que dirige e fiscaliza o trabalho de todos, lidando com certo número de casas comerciais que os contratam como carregadores. A turma que faz o serviço de carregamento para Mr. Norris, e para quase todas as casas inglesas e americanas, é composta por 40 (carregadores). Cada homem recebe por volta de 3 *cents* para encher um saco ou uma caixa e 4 para carregá-lo até o cais e colocá-lo a bordo de um barco. Isso custa de 150 a 200 dólares, correspondentes ao trabalho de carga e descarga de um navio de tamanho moderado.

Eu tenho visto frequentemente essas *gangs* de negros carregando cacau para o cais. Eles estão sempre conversando e cantando alegremente, podendo até executar em poucos minutos uma espécie de dança com as sacas nas cabeças, o que dobra o trabalho. Depois que a carga é depositada, o capitão, que não faz nenhum trabalho a menos que seu grupo esteja pressionado, organiza todos em posição militar, e marcha de volta para pegar outro carregamento (Tradução nossa).³³⁷

As lavadeiras e os carregadores escravizados de Belém foram utilizados como exemplos do sucesso da escravidão na Amazônia. A capital do Pará era desenhada como uma urbe em harmonia com seus escravos. Antecipando-se às críticas, Herndon utilizou-se da ironia para reforçar sua opinião, encontrando no sorriso das mulheres negras e na dança dos ganhadores um alibi contra os que denunciavam os males do sistema escravista. Afinal de contas, na opinião de viajante, a escravidão no Brasil produzia cativos felizes, que empreendiam suas tarefas com desenvoltura e esmero. Herndon destacava a liberdade e a independência dos escravos em sua rotina de ganhos em Belém, que tinham até mesmo a contribuição das casas de americanos e ingleses.

³³⁷ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 341-342. Texto original: “*The negro slave seems very happy in Brazil. This is remarked by all foreigners; and many times in Pará was a group of merry, chattering, happy-looking black women, bringing their baskets of washed clothes from the spring, pointed out of me, that I might notice the evils of slavery. The owners of male slaves in Pará generally require from each four or five testoons a day, (twenty testoons make a dollar) and leave him free to get it as he can. The slaves organize themselves into bands or companies, elect their captain, who directs and superintends their work, and contract with a certain number of mercantile houses to their portorage. The gang which does the portorage for Mr. Norris, and for nearly all English and American houses, numbers forty. Each man is paid about three cents to fill a bag or box, and four cents to carry it to the wharf and put it aboard the lighter. It costs from one hundred and fifty to two hundred dollars to discharge and load a moderate-sized ship. I have frequently seen these gangs of negroes carrying cocoa to the wharf. They were always chattering and singing merrily, and would (...) few minutes to execute a kind of dance with the bags on their heads, thus doubling their work. When the load was deposited, the captain, who does no work himself unless his gang is pressed, arrays them in military fashion, and marches them back for another load.*”

Nem mesmo os ecos e as marcas físicas da guerra urbana da Cabanagem, que teve significativa participação de cativos, esmoreceram a decisão do viajante em seu elogio à escravidão. O relato também passa longe de qualquer alusão às recorrentes rebeliões escravas que estavam se espalhando por todo o mundo atlântico, como ocorrera em Demerara em 1823 ou mesmo em Salvador em 1835³³⁸. A revolta da cidade baiana, inclusive, teve participação direta de carregadores, descritos por Herndon como trabalhadores ordeiros e alegres. Ainda tratando de Salvador, como assevera João José Reis, esses mesmos personagens construiriam até mesmo uma “parede”, que paralisaria a capital da Bahia por vários dias, em junho de 1857³³⁹.

Ao contrário de todos esses exemplos, a presença de escravos em Belém não era vista como ameaçadora na narrativa de viagem. Esse entendimento não era extensivo à toda a população “de cor” que circulava pelas ruas. Entre os poucos momentos em que Herndon fez alusão ao movimento cabano, ele lembra do perigo dos “tapuios”, que continuavam com comportamentos considerados ameaçadores. O viajante detectava resquícios de tensões que poderiam acender novamente a ira dos nativos, que teriam forças para demolir a ordem estabelecida pós-rebelião popular. Dessa forma, Herndon costurava uma associação entre as agências desses personagens com possibilidades de descontrole e revolta³⁴⁰.

Após vários dias observando o cotidiano de trabalho de Belém, calculando seus ritmos e descrevendo seus personagens, o militar norte-americano partiu de volta para sua pátria. Em 12 de maio de 1852, Herndon finalmente embarcou no Brigue *Dolphin*, levando consigo um ano de experiências de viagem e muitas notícias do vale amazônico. Logo ao chegar em sua terra natal, o militar se apressou em redigir o relato que seria publicado já no ano seguinte, tornando-se um grande sucesso editorial. Sua narrativa passou a circular e alimentar grandes debates em torno das possibilidades de avançar sobre a floresta e, por isso, rapidamente ganhou notoriedade nos debates diplomáticos com o Brasil.

³³⁸ Sobre Demerara, ver: COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; Sobre Salvador, ver: REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³³⁹ REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, N.18 (1993). pp. 8-29.

³⁴⁰ HERNDON, . *Exploration...* op. cit. p. 346. “*I think that the causes which gave rise to that insurrection still exist; and I believe that a designing and able man could readily induce the tapuios to rise upon their patrons.*”

Contudo, tão rápida quanto a disseminação da obra, foi a torrente de críticas contra seu caráter “flibusteiro”, alcunha que também recairia sobre o panfleto de Matthew Fontaine Maury³⁴¹. Foi conformado um contexto de tensões entre Brasil e Estados Unidos. O maior jornal de Belém, *Treze de Maio*, chegou a publicar em seu editorial de 9 de novembro de 1853 uma coluna intitulada “A Invasão do Amazonas”. Já ciente do conteúdo das obras de Herndon e Maury, o periódico divulgava notícias que circulavam sobre as movimentações de norte-americanos que alegadamente planejavam entrar na Bacia Amazônica de maneira forçada. Tratava-se de um extrato retirado do *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro de 04 de outubro do mesmo ano, que teria recebido correspondência vindas no *Brigue Sea Foam*, onde constava a notícia de que;

...havia se formado em Nova York uma associação de aventureiros para empreenderem a todo custo a navegação do Amazonas, e que chegaram até a oferecer o comando da expedição a um oficial da Marinha de Guerra da União, contando que o governo americano apoiaria essa criminosa tentativa. Como, porém, o governo desaprovasse esse ato, os aventureiros abandonaram, sem dúvida temporariamente, seu projeto³⁴².

As tensões diplomáticas e a enxurrada de críticas contrárias tiveram grande peso no enfraquecimento desses planos. Todavia, acima de tudo, pesaram favoravelmente à inexecutabilidade do projeto expansionista os conflitos internos dos Estados Unidos, que tiveram que se preocupar e manejar enormes recursos numa grave guerra civil que assolaria o país na década seguinte. Mesmo assim, é preciso salientar que embora a agenda expansionista original tenha fracassado, o ideário sobre um futuro aproveitamento das terras amazônicas continuaria vivo. Como afirma Maria Clara Carneiro Sampaio para a década de 1860, ainda haveria negociações no sentido de viabilizar para a Amazônia a

³⁴¹ Dois autores, um brasileiro e um italiano radicado na Argentina, produziram obras com incisivas críticas ao texto de Maury. O primeiro, o engenheiro João Baptista de Castro Moraes Antas, atuante em diversas incursões do Império à Província do Goiás, publicou uma réplica em 1854, afirmando a falta de consistência das referências geográficas do militar. A base de sua refutação incidia sobre os argumentos “pró-livre navegação do Amazonas” - imbuídos em alegados exageros sobre o que seriam as “fontes infinitas de riquezas desperdiçadas” do interior da América do Sul. O segundo, o jornalista e historiador Pedro de Angelis, correspondente do IHBG na Argentina e membro de inúmeras academias de ciências, como a *Royal Geographical Society* de Londres, apontou em 1857, entre outras problemáticas, equívocos jurídicos no documento publicado por Maury, que invocava questões do “Direito Natural” para justificar seus intentos sobre o território amazônico. Ambas as obras tiveram significativa circulação, aditando à contra-argumentação da política oficial do Império. Cf. ANTAS, João Baptista de Castro Moraes. *O Amazonas: breve resposta à memória do Tenente da Armada Americana-Ingleza F. Maury*. Rio de Janeiro: Typographia de M. Barreto, 1854; e ANGELIS, Pedro de. *De la Navegacion del Amazonas: respuesta a uma memória de M. Maury, oficial de la Marina de los Estados Unidos*. Cararas, T. Antero, 1857.

³⁴² HDBN. *Treze de Maio*, 09 de novembro de 1853, n.251, p.2; e *Correio Mercantil*, 04 de outubro de 1853, n. 277, p.1. (Digitalizado)

“iniciativa privada de companhias de colonização para resolver um problema de equilíbrio sócio-racial interno dos Estados Unidos”³⁴³. Portanto, as imagens edênicas daquele mundo de águas e florestas continuariam sendo reabilitadas em outras investidas, seguindo a trilha já aberta por Maury, Herndon e seus seguidores.

4.2 *El Pioner*: Asahel Dana Piper e o Oeste mais distante

No decorrer de 1873 e 1874, o geólogo Charles Barrington Brown e o engenheiro William Lidstone estiveram singrando águas amazônicas em missão de reconhecimento encomendada pela *Amazon Steam Navigation Company*. Aqueles eram os primeiros anos de atuação do empreendimento, iniciado em 1871, que acompanhava as movimentações pós-abertura da Bacia Amazônica à livre entrada de embarcações estrangeiras, ocorrida finalmente em 1867. Os acionistas da empresa, sediada em Londres, estavam ciosos por obter mais informações sobre os caminhos da frente de expansão em curso, que ganhava cada vez mais notoriedade internacional, especialmente por conta da crescente produção gumífera.

Os viajantes iniciaram suas explorações a partir de Belém, tendo como destino o alto Solimões em sua confluência com o rio Javari. Além da calha principal, singrariam inúmeros tributários, como o Tapajós, Trombetas, Nhamundá, Madeira, Negro, Purus e Juruá, que conformavam potenciais rotas para vapores. Ao todo foram dois anos de viagem, que constituíram a base para a elaboração do relato intitulado *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*, publicado em 1878. Acompanhando registros de outros viajantes que vinham escrevendo sobre a Bacia Amazônica, os emissários ingleses registraram na obra seu interesse na estruturação da navegação de grande calado na região, tendo em conta os diversos caminhos fluviais que apresentavam crescente demanda comercial.

As trajetórias de Charles Barrington Brown e William Lidstone podem ser inseridas dentro do universo maior de expedições da *Era Vitoriana*, conectados com a abertura de inúmeras frentes de exploração colonialistas pelo mundo³⁴⁴. Foram

³⁴³ SAMPAIO,. *Não diga que não somos brancos ...op.cit.* p.129.

³⁴⁴ Cf. CAMERON, Ian. *To the farthest Ends of the Earth: 150 years of world exploration*. London: Macdonald General Books, 1980.

articulados durante a viagem dos dois cientistas vários exercícios de classificação dos “Outros”, que ajudavam a compor narrativas situadas entre a assimilação e apagamento do tecido social da floresta³⁴⁵.

Essa composição tinha o desígnio de atrair a atenção dos leitores para os limiares do mundo “civilizado”, onde havia vultosos investimentos entrincheirados em territorialidades disputadas com a “barbárie”. Os viajantes se colocavam como soldados de uma espécie de batalha civilizatória, na condição de protagonistas de disputas travadas no nível da produção discursiva. Essa característica atribuía sentido aos ritmos e escolhas das narrativas, que elegiam temas, personagens e problemáticas conectadas com interesses que nem sempre se confundiam com o simples deleite de um *flâneur*.

Assim, não foi ao acaso a atenção devotada a um encontro ocorrido nas margens do rio Purus, mais especificamente nas cercanias da recém-fundada povoação de Lábrea³⁴⁶. Na ocasião, Brown e Lidstone estavam confortavelmente instalados no Vapor *Guajará*, apreciando a viagem e construindo, como de costume, o registro de cenas curiosas. Em certo ponto, descreveram e riram da desajeitada presença de uma paupérrima embarcação e de seu desafortunado “mestre”, que apenas podia assistir o luxuoso vapor e os viajantes subindo o rio. Somente algumas semanas depois, os emissários da *Amazon Steam Navigation Company* saberiam quem era aquele pitoresco habitante das barrancas do Purus:

Uma das coisas memoráveis sobre esse rio foi nosso encontro com Mr. Piper, o Americano, bem conhecido por sua ligação com esquemas de colonização na Bolívia. Um rumor tinha circulado pouco tempo atrás em jornais europeus e americanos, sugerindo que ele teria sido morto por índios selvagens nas cabeceiras do Purus; mas felizmente ele estava ali para refutar tal notícia. Nós avistamos sua pequena lancha fundeada na margem, defronte o dono, em um lugar chamado *Lábria* (sic); como nós estávamos subindo, tínhamos apenas rido da rudeza (da embarcação), com sua inocente pintura, escapamento grosseiramente construído com latas de biscoitos, cortinas esfarrapadas e seu

³⁴⁵ Desse modo, é preciso desconfiar da trama do relato de viagem de Lidstone e Brown, problematizando as dimensões de alteridade que atravessavam sua composição. Acompanhando reflexão de Mary Louise Pratt, esse cuidado permite identificar suas *narrativas de anti-conquista*, consubstanciadas no modo pretensamente descritivo do discurso dos viajantes, que por trás da roupagem da neutralidade ou cientificidade guardavam argumentos igualmente legitimadores de práticas colonialistas. Tal perspectiva alimentava uma urdidura textual aventureira, cheia de lances curiosos e pitorescos, que buscavam eufemizar o caráter expansionista e violento das incursões financiadas pelo Império Britânico pelo mundo. Cf. PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.

³⁴⁶ Povoação localizada abaixo da desembocadura do rio Ituxi, “fundada” pelo explorador maranhense Antonio Rodrigues Pereira Labre. Cf. LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*. Maranhão. Typ. do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

desleixado toldo coberto com folhas secas de palmeira. Naquele momento não era conveniente parar para entrar em contato com o mestre da embarcação, mas algumas semanas depois, quando estávamos descendo o rio, nós paramos.

O povo de Lábria, que visitamos pela primeira vez quando desembarcamos, nos disse que Mr. Piper estava doente e sozinho, mas que não sabiam mais nada sobre ele. Nós o encontramos quando voltamos à beira do rio, ocasião em que tentava sofrivelmente arrastar sua lancha para mais perto da terra, tarefa que evidentemente estava muito além de sua capacidade, e (assim) ficou contente com nossa oferta de ajuda para resolver aquilo em seu lugar. Ele agora nos acompanhava a bordo do Guajará e quando tombou cansadamente na cadeira pudemos notar o quanto estava doente, numa condição desmazelada de vestir, natural de uma pessoa inválida, demasiadamente fraca para ajudar a si mesma, indiferente ao cuidado com sua própria aparência.³⁴⁷ (Tradução nossa)

Após desembarcarem em Lábrea, Brown e Lidstone descobriram que o ocupante da pequena lancha era o idealizador da *Colonization and Commercial Company of Bolivia* (CCCB). Tratava-se do afamado explorador americano Asahel Dana Piper, que havia prometido instalar imigrantes norte-americanos e europeus às margens dos rios Beni, Purus, Madeira e tributários, sob os auspícios de sua companhia de colonização. Àquela altura o brilho do empreendimento parecia estar comprometido, vide o estado ruinoso de seu idealizador. Para assombro dos viajantes ingleses, o rico aventureiro estava doente e em condições miseráveis, abrigado num pequeno vapor coberto de palha que havia sido motivo de riso durante a subida do rio. Era difícil acreditar que aquele homem em situação de penúria há poucos anos tinha sido celebrado por sua arrojada intenção de colonizar terras amazônicas.

³⁴⁷ BROWN, Charles Barrington e LIDSTONE, William. *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. London: E. Stanford, 1878. p.142. Trecho original: *One of the memorable things on this river was our meeting Mr. Piper, The American, whose is so well known in connection with schemes of Bolivian colonization. A rumour had shortly before been circulated, and had gone the rounds of European and American papers, to the effect that he had been killed by savage Indians at the head waters of the Purus; but happily he had just turned up to refute it. We noticed his little launch lying under the bank, at a place called Labria after the owner, as we went up river, and had smiled at its rough appearance, its innocence of paint, its funnel rudely constructed of biscuit tins, its ragged curtains, and its untidy awning of dried palm leaves. (...) At this time, however, it was not convenient to stop to form the acquaintance of its master, but a few weeks later, on our way down, we made a point of doing so. The people of Labria, to whom we first paid a visit on landing, told us that Mr. Piper was ill, and alone; but knew nothing more about him. We found him, on our return to the waterside, standing on the shore, feebly endeavoring to haul the launch nearer to the landing, but the task was evidently too much for his strength, and he was glad to accept our offer to manage it for him. He now accompanied us on board the "Guajará", and as he sank wearily, into a chair, we were able to note how ill he looked, and that, he had fallen into that unkempt condition of dress and person natural to an invalid who is too weak to help himself, and to indifferent to care about his appearance.*

Os emissários ingleses estavam a par dos boatos que corriam nos jornais sobre o suposto destino de Piper. Ao perceber que o explorador americano estava vivo, embora em condições miseráveis, os viajantes o posicionavam como um *sobrevivente* de aventuras na floresta, cujo testemunho poderia ilustrar os desafios vividos nas fronteiras da civilização. Após abrigá-lo no vapor, inquiriram sobre seus percursos e assim a tripulação do *Guajará* converteu-se em audiência para o relato dos sucessos daquele desmazelado “pioneiro”.

Antes de seu empreendimento amazônico, Piper já havia tido uma trajetória de muitas “aventuras”, quase sempre sintonizado com o brio expansionista de seu país no século XIX. Nascido em New Hampshire em 1826, ainda criança mudou-se com a família para Boston, onde cresceu e iniciou seu engajamento na Marinha. Aos 20 anos fez parte da tripulação do navio *Loo Choo*, juntando-se ao grupo de voluntários de Nova York capitaneado pelo Coronel Jonathan Stevenson, que atravessou o Cabo Horn, dando impulso à corrida de circunavegação da América do Sul rumo à Califórnia³⁴⁸. De acordo com os estudos de John B. Goodman, tratava-se de uma embarcação construída na China, que encabeçou a chamada *frota californiana* em sua longa viagem entre o Atlântico e o Pacífico³⁴⁹. Essa rota tornou-se o principal atalho de embarcações americanas para o oeste dos Estados Unidos³⁵⁰.

Seguindo a tendência dos deslocamentos rumo ao oeste de seu país, Piper estabeleceu-se em São Francisco, cidade marcada por forte crescimento populacional conectado ao *rush* do ouro. Na urbe, fez parte da equipe do irlandês Jasper O’Farrell, contratado pelo governo americano para esquadrinhar e planificar o que viria a ser a São Francisco *Yankee* – conquistada nos percursos da guerra contra o México. Aos 24 anos, após o reconhecimento de seus préstimos militares, tornou-se capitão de um navio de 732 toneladas, um dos mais rápidos transatlânticos à vela de sua época, a *Brigue*

³⁴⁸ As informações sobre a trajetória prévia de Asahel Dana Piper foram analisadas através do jornal *San Francisco Chronicle*, de 24 de março de 1970. Nesta edição, existe uma matéria intitulada *19th Century Adventure: Asahel Dana Piper, a hardier breed?* As informações do texto foram levantadas por Harold B. Day, sobrinho bisneto de Piper, que à época desenvolvia uma pesquisa nos arquivos da família. O periódico foi conseguido através do site de buscas *ancestry.com*, onde existe um grande banco de dados de documentos privados e públicos sobre famílias norte-americanas do século XIX, alimentado por descendentes.

³⁴⁹ GOODMAN, John B. *The Gold Rush: Voyage of the Ship Loo Choo around the Horn in 1849*. Michigan: The Cumming Press, 1977. p. XXIV (Introduction)

³⁵⁰ Nesse sentido, segundo Gerald Horne, somente nos três primeiros meses de 1849, 86 navios californianos atracaram no Rio de Janeiro, seguindo rota de cabotagem pela América do Sul. Cf. HORNE, Gerald. *O Sul mais distante...op.cit.* p.25

*Independence*³⁵¹. Sua ascensão na hierarquia da Marinha ocorria no mesmo período em que Matthew Fontaine Maury alçava posição de liderança nos circuitos militares e científicos norte-americanos. Piper entrou em contato com as ideias de Maury nos anos 1850, e também com os escritos de Herndon, fato que influenciou decisivamente a composição de seu projeto amazônico.

Já como residente da costa oeste dos Estados Unidos, tornou-se dirigente de uma empresa engajada na colonização da região, intitulada *Colonization Company of California*. A experiência da iniciativa, ativa na década de 1860, impulsionou Piper a alçar novos voos. Desde a época de suas viagens pela América do Sul, travara contato com as demandas por trabalhadores “aptos” no continente. Nesse ensejo, ao gosto das incursões diplomáticas de seu país, atuou fortemente para viabilizar um projeto de colonização no território amazônico boliviano³⁵².

Os Estados Unidos, à época de Piper, paulatinamente transformavam-se num “Império entre Impérios”. Segundo Thomas Bender, a nação figurava como mais uma no jogo dos expansionismos e colonialismos do século XIX. Contudo, havia especificidades históricas e políticas que associavam a “América” com um pretensão direito de acesso irrestrito a terras e mercados, amparados pelo “Destino Manifesto”. Ainda de acordo com Bender, o ideário de “liberdade, oportunidade, abundância, parecia ser uma consequência natural da compulsão americana pelo uso [e também conquista] de novos territórios”. A constituição da marcha para oeste é um dos exemplos desse impulso³⁵³.

No esteio do contexto oitocentista, os planos de Piper atualizariam as ideias de Maury sobre a Amazônia, retirando a desgastada proposta da transferência de afrodescendentes para a floresta, mas conservando a planificação do avanço americano no continente, dessa vez com base num empreendimento privado de colonização “branca”. Piper enxergava a possibilidade de replicar os exemplos da marcha para o oeste norte-americana nas florestas da América do Sul.

³⁵¹ *19th Century Adventure: Asahel Dana Piper, a hardier breed?* - *San Francisco Chronicle*, 24 de março de 1970. n.19; Sobre informações da Brigue *Independence* Cf. GOODMAN, John B. *The Gold Rush...op.cit.* p. 56.

³⁵² Antes da empreitada de Piper, outro emissário norte-americano, James Watson Webb, já havia tentado viabilizar uma discussão sobre colonização via iniciativa privada nos anos 1860, ainda tratando especificamente (assim como Maury) de imigrantes afrodescendentes para a Amazônia. Mais detalhes conferir: SAMPAIO, . *Não diga que não somos brancos... op.cit.*

³⁵³ BENDER, Thomas. *A Nation among nations: America's place in World History*. New York: Hill and Wang, 2006. p.187-188.

Em 1869 o militar e homem de negócios *yankee* organizou a *Colonization and Commercial Co. of Bolivia*. A companhia estava acoplada a um plano de colonização apresentado ao governo do General Manuel Mariano Melgarejo Valencia (1864-1871), que aprovou o empreendimento em 1870. As promessas de Piper endossavam o ideário do vazio demográfico, consubstanciado no velho argumento das riquezas abandonadas em meio à falta de braços. Imbuído de suas experiências nos Estados Unidos, propôs implementar na Amazônia colônias de trabalhadores que viveriam sob as regras da empresa, explorando as benesses da natureza local. Desse modo, Piper agradava o governo boliviano, que ansiava por receber imigrantes, e sugeria duas frentes principais de exploração econômica, combinando produção agrícola e um novo impulso na cata de metais preciosos.

Se Maury desenhou o projeto de um “Sul mais distante” na década de 1850, Piper propôs um “Oeste mais distante” nos anos 1870³⁵⁴. O território amazônico novamente era alvo de um empreendimento de ordem expansionista, elaborado por uma iniciativa particular encampada pela Bolívia. Um extenso documento foi publicado em São Francisco em 1870, contendo os papéis da negociação com o governo do país sul-americano, descrevendo as cláusulas e artigos contratuais, regalias e obrigações, além do detalhamento dos contornos geográficos da concessão de terras para a empresa colonizadora.

O folheto com o “prospectus” da CCCB reunia o conjunto de documentos trocados com a Bolívia, contendo o detalhamento dos passos da concessão, além de diálogos com outros emissários norte-americanos, como George Earl Church, William Lewis Herndon e Lardner Gibbon³⁵⁵. Com isso, é possível acompanhar os passos da viabilização do empreendimento a partir de duas facetas presentes no documento, uma dedicada aos alicerces “históricos” da proposta, imbuída nas experiências dos viajantes citados por Piper, e outra embasada nos papéis oficiais legitimados pelo governo boliviano. A proposta original de Piper foi analisada por uma comissão escolhida pelo governo de Mariano Melgarejo, que propôs algumas alterações. No geral, o projeto sofreu

³⁵⁴ Ao utilizar a expressão “Oeste mais distante” evidencia-se o diálogo com a expressão “Sul mais distante”, que intitula a tradução em língua portuguesa da obra já citada do historiador Gerald Horne.

³⁵⁵ Os três viajantes aparecem citados no Prospectus, com destaque para Church e Gibbon. Um texto do primeiro, publicado originalmente no jornal *New York Herald*, em 9 de abril de 1869, aparece como exemplo descritivo e histórico da Bolívia. Do segundo, Piper utiliza as observações meteorológicas, que foram levantadas à época da viagem de Gibbon pela Amazônia, em 1852.

poucas modificações, recebendo algumas emendas, que não desvirtuavam os objetivos originais do empreendimento.

Imagem 9 – Detalhe da capa do *Prospectus*

Fonte: The New York Public Library
Versão digitalizada pela Cornell University Library

A Companhia estaria submetida às leis da Califórnia, mas obedeceria a regras presentes no contrato com o governo da Bolívia. Entre as disposições havia a obrigação da CCCB de introduzir pelo menos 1000 famílias de colonos nos primeiros 5 anos, que seriam alocadas em terras tidas como “desocupadas”, incluindo aquelas habitadas por populações indígenas. Nesse quesito, ficava clara a disposição do governo em oferecer à empresa a possibilidade de controlar territórios nativos (e, se possível, sua força de trabalho), fazendo referência específica aos povos *Siriones* (*Sirionó*), que viviam pela bacia do rio Mamoré. Segundo o acordo, após 25 anos de plena ocupação e benfeitorias,

as respectivas terras passariam a ser propriedade dos colonos, que desde sua entrada no país seriam tratados como bolivianos naturalizados.

A CCCB seria responsável pelo pagamento dos salários de todos os funcionários públicos que atuassem ou que fossem nomeados pelo governo para a área da concessão, medida que valeria para os 2 anos iniciais do empreendimento. Em contrapartida, a empresa teria licença para implementar um novo lastro bancário-financeiro, emitindo ordens de pagamento e papel moeda próprio, que circularia dentro dos domínios da concessão. Além disso, teria isenção fiscal de até 10 anos, com livre navegação e permissão para construir qualquer obra que lhe aprouvesse, como pontes, portos, caminhos de ferro, que seriam explorados economicamente sob o monopólio da CCCB em acordo com o governo central.

A imensa área concedida a Piper limitava-se ao norte por uma linha iniciada no ponto de intercessão entre os rios Beni e Mamoré que seguia até as nascentes do rio Javari; a oeste confrontava-se com os limites territoriais da República do Peru; a leste pelo curso dos rios Itenez (Guaporé) e Mamoré; e ao sul, pela linha de 12° de latitude ao sul do equador. O território do empreendimento alcançava cerca de 145 mil quilômetros quadrados, quase confundindo-se com a área que depois seria incorporada ao Brasil sob a forma do território do Acre. Como meio de melhor situar os leitores quanto ao tamanho da concessão, o explorador norte-americano incluiu no “prospectus” um mapa indicativo das possessões, sob o título de “Piper grant”.

O mapa posiciona o rio Purus e parte do curso do rio Madeira em destaque, como rotas fluviais para as terras concedidas. O recorte da área é destacado entre Brasil, Bolívia e Peru, cujas fronteiras figuram de maneira diluída, sem primar por linhas visíveis. O território boliviano simplesmente desaparece no mapa, dando lugar à uma série de localidades que circundam o “*Piper grant*”. Nesse sentido, interessante notar a presença de áreas intituladas como “*silver region*”, “*diamonds region*” e até uma “*gold region*”, que também contribuíam para o ocultamento do espaço de soberania da Bolívia. Esse destaque aos metais e pedras preciosas certamente era um recado voltado a um público específico, o dos “pioneers” dos Estados Unidos, convidados a expandir suas empreitadas para a América do Sul. Até mesmo a linha de circunavegação do Cabo Horn, com cabotagem em várias paradas, como Rio de Janeiro e Pará, aparece nas bordas oceânicas do mapa, possivelmente um indicativo de rota para os que se aventurassem até a Bacia Amazônica.

Imagem 10 – Detalha do mapa, com destaque para o *Piper grant*

Fonte: The New York Public Library
Versão digitalizada pela Cornell University Library

Com isso, Piper revelava, mais uma vez, a inspiração californiana de seu projeto, que iria somar-se às demandas por imigrantes na Bolívia, que desejava “ardentemente a entrada de pessoas industriosas e empreendedoras no país”. Conquanto o acordo do explorador com o país sul-americano estivesse conectado às possibilidades agrícolas e ao aproveitamento da floresta no longo prazo, contraditoriamente, o mote do discurso de Piper não coadunava apenas com um esforço voltado à sedentarização de colonos. A suposta opulência em ouro, prata e diamantes guardava um verniz aventuresco, que atingia exploradores ciosos por lucros rápidos. De tal modo, nas palavras de Piper, a “febre” da exploração econômica da Califórnia poderia de algum modo se repetir em seu “grant” amazônico³⁵⁶.

³⁵⁶ New York Public Library – NYPL. PIPER, Asahel Dana. *Bolivian colonization: being prospectus of the Colonization and Commercial Co. of Bolivia*. Incorporated in San Francisco, California, January 25th, 1870. San Francisco, Alta California Printing House, 1870. p.40. *In the past, when the pick of the mine struck below the water line, the mine had to be abandoned and this large bodies of rich ore have been but*

Uma chamada para imigrantes foi anexada ao conjunto dos documentos justificadores do empreendimento. O convite lembra um anúncio de jornal e se encontra junto ao “prospectus”. O apelo aparece acoplado ao texto redigido por Piper, no qual situa sua iniciativa diante do contexto dos negócios e do avanço das “conquistas” liberais. Uma primeira informação discutida diz respeito à recente abertura da navegação da bacia amazônica que, segundo o autor, era um enorme ganho, desimpedindo o acesso do comércio mundial às terras baixas dos países das cabeceiras. Não obstante, uma vez aberta a calha do grande rio, Piper indicava a necessidade de sua efetiva exploração. Com esse tom, elaborava um atrativo convite para os dispostos a fazer a travessia rumo ao oeste, desta vez dentro da América do Sul.

Imagem 11 – Chamada para *pioneers*

Fonte: The New York Public Library (NYPL)

Para a Bolívia

Via St. Thomas e Pará

O *Vapor* Wm. Tibbetts, do comandante F. H Leonard, partirá em 1º de outubro (1870), e a cada dois meses, depois disso.

320 acres de terra e passagem por \$100

Tarifa de cabine, incluindo refeições, \$100 em ouro, ou seu equivalente. Aqueles que partirem neste vapor para se estabelecer receberão 320 acres em terras, como um presente gratuito da Companhia. Referências completas serão fornecidos na inscrição.

Submeter pedido junto ao escritório da Companhia, Rua Kilby 44, Boston, ou para BAKER & HURLBUT, Rua Sul 41, Nova York.

A. D. Piper

Presidente da C. & C. Co. of Bolívia³⁵⁷ (Tradução nossa)

partially skimmed over. When heavy machinery for pumping and hoisting, and the modern quartz mill and reduction works can be introduced, the story of California and Australia combined, can be repeated in the mountains of Bolivia.

³⁵⁷ NYPL. PIPER, Asahel Dana. *Bolivian colonization: being prospectus of the Colonization and Commercial Co. of Bolivia. Incorporated in San Francisco, California, January 25th, 1870.* San Francisco, Alta California Printing House, 1870.

A chamada de Piper evidenciava as facilidades e possibilidades para os que se dispusessem a enfrentar a empreitada. Os escritórios da CCCB de Boston e Nova York estavam aptos a esclarecer qualquer dúvida àqueles inclinados a investirem \$100 em ouro para seguir rumo ao “outro” Oeste. A promessa de 320 acres em terras (cerca de 129 mil hectares) era bastante tentadora, ainda mais porque era aventada a probabilidade de encontrar dentro desse “presente” fontes de metais e pedras preciosas. No “prospectus”, Piper asseverava ainda que a travessia era uma oportunidade para jovens pioneiros, gente que ansiava por começar sua vida de negócios. Segundo ele, com “poucos anos de indústria” seria possível aos imigrantes construir fortunas, pois as condições de prosperar na Bolívia seriam mais favoráveis que as encontradas em outros países, evitando, assim, uma “vida inteira de trabalho” desafortunado³⁵⁸.

Esse tipo de mensagem foi divulgada também na imprensa brasileira, como no caso do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, que em seu editorial de 9 de agosto de 1870 explicava aos leitores os passos dos acordos de Piper com a Bolívia. O jornal reafirmava o arrojo da empresa e dos imigrantes, que iriam tomar conta de uma área onde alegadamente não existiam, até aquele momento, “outros habitantes mais que gentios selvagens que o governo nunca pôde subjugar”³⁵⁹. Publicidade semelhante persistiu no ano seguinte, quando foram veiculadas notícias sobre a chegada do dirigente da CCCB no Brasil. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou em sua coluna “Notícias do Norte” uma informação retirada do jornal *Commercio do Amazonas*, com data de 23 de fevereiro de 1871. A nota tratava da chegada de Piper em Manaus e dispunha um relato de seu itinerário desde a saída dos Estados Unidos:

Anteontem ancorou em nosso porto o patacho norte-americano *Enterprise*, procedente de Boston com escala pelo Pará, tendo saído do primeiro porto em 27 de novembro (1870) e do segundo em 25 de dezembro do ano findo.

Destina-se esse navio ao Alto Purus, umas trezentas milhas acima de Huytanahan, conduzindo 21 imigrantes sob a direção do Sr. Asahel Dana Piper, com o fim de explorarem as minas de ouro e outros metais preciosos e de estabelecerem a agricultura no território da Bolívia, na forma do contrato celebrado entre o respectivo governo e o Sr. Piper.

Só ao gênio ativo e empreendedor, como os dos povos dos Estados Unidos da América do Norte, é dado acometimentos desta natureza; e,

³⁵⁸ NYPL. PIPER, Asahel Dana. *Bolivian colonization* ...op.cit. p.42. Trecho original: *This is the country for young people just commencing life, here, with a few years of industry, they can make for themselves a home and fortune, that they could not expect to gain, in a lifetime of toil, in less favored countries.*

³⁵⁹ HDBN. *Diário de Notícias* (redator e proprietário, Clímaco A. dos Reis), 09 de agosto de 1870, n.1, p.3 (digitalizado). Obs. Na mesma época circulava um jornal homônimo.

pois, desejamos que o Sr. Piper e seus companheiros vejam seus esforços coroados dos melhores resultados, com o que nos parece também lucrará esta província³⁶⁰.

A notícia tratava com entusiasmo a passagem da comitiva da CCCB pela capital da Província do Amazonas. É mencionada a presença de um primeiro grupo de 21 imigrantes embarcados em Boston, junto com Piper. O jornal deixa entrever que o itinerário da viagem seguiu pela calha principal do Amazonas até Manaus, de onde rumaria para Bolívia passando pelo rio Purus. O referido rio não era uma simples rota de passagem até o “grant”. O Purus era um imã para novos negócios na floresta à época, puxados especialmente pela produção de borracha. Desde a composição do mapa indicativo de suas possessões na América do Sul, Piper já havia incluído com destaque parte do curso do rio dentro da área da CCCB.

Os sonhos de uma nova Califórnia passavam pela subida dos rios amazônicos. Essa foi a mensagem vendida aos membros da expedição, que após saírem de Manaus iniciaram a etapa final da viagem. Nesse meio tempo, a percepção dos que acompanhavam Piper começou a identificar a distância entre o discurso da empresa e as dinâmicas econômicas da floresta. As paragens de destino da comitiva não eram famosas por metais e pedras preciosas, que inadvertidamente tinham cintilado na propaganda divulgada por Piper. Ao navegar o meandroso Purus, laureado por portentosas embaúbas, castanheiras, seringueiras e sumaumeiras, os imigrantes detectaram que aquele terreno não era propício para a exploração aurífera. Diversamente do que foi veiculado no “prospectus”, não seriam encontradas riquezas minerais, mas sim vultosos negócios de ordem extrativista, constituídos a partir das longevas barganhas de indígenas, regatões, seringueiros, fugitivos e exploradores de toda ordem. Esses personagens faziam parte da frente de expansão rumo ao oeste amazônico, que não coadunava necessariamente com o chamariz expansionista do movimento congênere da América do Norte.

Existia um tecido social estabelecido na floresta, cujas dinâmicas e movimentações negavam o “vazio demográfico” da propaganda. No topo das cadeias de negócios locais estavam os donos de feitorias e agentes oficiais da Província do Amazonas, que tinham interesses bem delimitados naqueles rincões, plenos de disputas, bem diferentes do deserto imaginado por Piper. Não tardou até que os imigrantes

³⁶⁰ HDBN. *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de março de 1871, n.77, p. 2. (digitalizado)

estadunidenses da CCCB percebessem que as promessas não tinham lastro naqueles territórios. Durante a subida do rio, antes mesmo de chegar ao “*grant*”, foi iniciado um processo de deserções. Sem o apoio de sua comitiva, aos poucos o norte-americano viu definharem seus projetos de negócios nos moldes que havia planejado. Permaneceu no Purus tentando sofrivelmente se adaptar ao cenário econômico “real”.

Em 1874, quando encontrou os ingleses Brown e Lidstone, o próprio Piper testemunhou sobre seus percalços ante as deserções sofridas no Purus. Na época do encontro, o explorador tentava descer o rio com o que havia lhe restado de provisões, em sua desgastada lancha. Após sofrer inúmeros revezes na floresta, Piper confidenciou algumas de suas experiências aos enviados da *Amazon Steam Navigation Company*.

Ele foi abandonado por todos na subida do rio, mas conseguiu voltar até aqui sozinho, navegando em sua embarcação sem a assistência de ninguém, sendo seu próprio capitão, engenheiro, provedor de lenha e piloto. As formigas de fogo, que haviam tomado o barco, tinham mordido seus pés e suas pernas até ficarem inchadas (...). Não obstante sua aparência miserável, Piper ainda pôde falar orgulhosamente do imenso território que possuía na Bolívia (...). Não se podia deixar de ficar chocado com a energia daquele homem, que depois de repetidos fracassos, e agora com saúde precária, ainda tratava sua empresa como realizável e estava planejando esquemas para seu prosseguimento³⁶¹. (Tradução nossa)

A narrativa de Lidstone e Brown continuava de acordo com as demandas das fronteiras da civilização. Embora tratassem das deserções e dos maus bocados que Piper havia passado pela floresta, não deixavam de asseverar que ele continuava altivo diante dos problemas. Pintavam um herói solitário, que tinha vencido inúmeras dificuldades até conseguir atracar na povoação de Lábrea. As precárias condições de saúde e a falta de recursos fortaleciam o dirigente da CCCB como exemplo de pioneiro, um modelo de emissário da civilização que estava vencendo os revezes da barbárie.

³⁶¹ BROWN e LIDSTONE., *Fifteen thousand miles...* op.cit. p. 443. Trecho original: *He had been deserted by everyone up river, but had managed to get back thus far alone, working his craft entirely without other assistance, and being his own captain, engineer, stoker, and steersman. The fire-ants, which swarmed on board, had bitten his feet and legs until they had become swollen of such continuous labor had at last broken him down... Notwithstanding his wretched appearance and surroundings, Mr. Piper was able to speak proudly of the immense territory he possessed in Bolivia, covering 100,000 squares miles, and occupying the whole of that country north of the twelfth parallel of latitude. (...) One could not but be struck with the energy of the man who, after repeated failures, and now in ill-health, still spoke of his enterprise as feasible, and was devising schemes for its prosecution.*

No entanto, o arquétipo montado pelos viajantes ingleses não permite entrever mais detalhes dos passos de Piper “sozinho” pelo rio Purus. Para além do relato dos membros da *Amazon Steam Navigation Company*, existem outras referências que apontam índices mais complexos para o entendimento do que ocorreu com o explorador norte-americano. Em extensa carta enviada ao famoso geógrafo Italiano radicado no Peru, Antonio Raimondi, o próprio Piper revelou mais detalhes sobre seus itinerários. Existem pistas na missiva sobre sua mudança de planos, demonstrando interesse em acompanhar a tendência das explorações dos ricos seringais do Purus. O testemunho faz parte do Tomo III da coletânea *El Peru*, publicada por Raimondi em 1878. Segundo Piper:

Desde esse ponto (boca do rio Ituxi), meus companheiros regressaram, e depois de fazer alguns preparativos, segui adiante, acompanhado de minha esposa e de criados índios, que me prestavam seus serviços de vez em quando no rio. Adentrei no país dos índios Hipurinás (*Apurinã*), grande tribo que habita o Purus, desde uma curta distância acima do Ituxi até acima do Aquiry, num espaço de mais de 500 milhas. Estavam completamente nus, e viviam sem ter contato com a civilização(...). Construí uma casa e habitei em suas terras até que as águas do rio alcançassem seu nível mais baixo. Aprendi algo de seu idioma e cheguei à conclusão de que era necessário povoar aquela área do rio com gente civilizada, como condição indispensável para estabelecer uma livre passagem para a Bolívia e Peru. Então, naveguei até Manáos e (depois) ao Pará em um bote, e consegui que alguns milhares de recolhedores de borracha (seringueiros) emigrassem para lá (Purus), depois eu os segui, para favorecer o movimento do meu vaporzinho *El Pioner*, deixando o Pará em 7 de setembro de 1872. Apressei-me na criação de um estabelecimento no rio, desde o Pauini até umas 300 milhas acima, com cerca de 3000 pessoas civilizadas (...). Na Boca do Aracá fundei uma cidade, que nomeei de *Porto Gibbon*, lá construí um grande armazém, e exatamente em frente, do outro lado do rio, rocei e fiz uma plantação e uma casa grande para meu engenheiro, que ficou no comando do estabelecimento³⁶². (Tradução nossa)

³⁶² NYPL. RAIMONDI, Antonio. *El Peru*: Historia de la Geografia del Peru; o Relacion cronológica de los viajes, descubrimientos, fundaciones de ciudades y pueblos, câmbios notables de las divisiones territoriales que se verifican en el Peru desde 1801 hasta el día – Libro II, Tomo III. Imprenta del Estado, Calle de la Rifa num.58, por J. Enrique del Campo, 1879. pp. 589-590. Trecho original: *Desde este punto, mis compañeros se regresaron y despues de hacer algunos preparativos, segui adelante, acompañado por mi esposa y por criados indios, que me prestaban sus servicios de cuando en cuando en el rio. Penetré en el pais de los indios Hipurinas, gran tribu que habita el Purus, desde una corta distancia, arriba del Ituxy hasta arriba del Aquiry, a una distancia de más de 500 millas del rio. Estaban completamente desnudos, y vivian sin haber estado nunca en contacto con la civilizacion, ni recebido su influencia. Construi una casa y habité en su tierra hasta que las aguas del rio alcanzaron su nivel mas bajo. Aprendi algo de su idioma y concluí que era necesario poblar aquella seccion del rio con gente civilizada, como un preliminar indispensable para establecer libre pasaje a á Bolivia y al Peru. Navegué a Manaos e al Pará en un bote, y logré que algunos miles de recogedores de jebe emigrasen allá, y despues los segui yo, para favorecer el movimiento en mi vaporcito "El Pioner", dejando el Pará el 7 de setiembre de 1872. Apresuré el establecimiento en el rio, hacia el Pauinim arriba, uns 300 millas, con cerca de 3000 personas civilizadas, y exploré el rio en su periodo creciente, arriba de la boca del rio Araca, 1445 millas, por el curso del rio, desde la boca del Purus. En la boca del Araca fundé uns ciudad, que la llamé Puerto Gibbon, y erigí un*

Na carta, Piper deixa pistas sobre o local de deserção de seus companheiros de viagem. A foz do rio Ituxi, um dos mais importantes afluentes do Purus, é apontada como localidade limite dos imigrantes incrédulos que “regressaram”. É possível inferir que os membros da comitiva aproveitaram a rota de descida dos vapores, que já faziam regularmente viagens entre Manaus e o Purus em 1872³⁶³. A presença da esposa de Piper é outra referência bastante interessante e que não aparece no relato esboçado por Brown e Lidstone. De modo semelhante, os “criados índios” também são obliterados no relato dos ingleses. Afinal de contas, para montar a narrativa heroica de Piper, era preciso que ele “vencesse” sozinho.

Dos membros da expedição saída de Boston fica implícito que permaneceram apenas o casal Piper juntamente com o engenheiro da comitiva, que sobreviveram provavelmente graças ao acolhimento dos *Apurinã*. Os índios permitiram que os adventícios construíssem uma casa e permanecessem vários meses em suas terras, aguardando a estação da vazante para encetar uma investigação mais criteriosa da área. Essa temporada, segundo Piper, foi suficiente para o aprendizado de rudimentos do idioma *Apurinã*. Embora a missiva indique que os índios “viviam ser ter contato com a civilização”, a acolhida aos “brancos” aponta outras possibilidades. A área do Ituxi, e também inúmeros outros afluentes Purus acima, já era acessada por regatões, Diretores de Índios, viajantes estrangeiros, dentre outros personagens.

É preciso desconfiar da insistência do explorador em afirmar a necessidade de “povoar” as margens do Purus com “gente civilizada”, índice que, mais uma vez, colocava o viajante na condição de pioneiro. A circulação de vapores e o crescente fluxo migratório que tomava o rio (advindo de outras províncias do Brasil), não aparece na carta endereçada a Antonio Raimondi, deixando campo aberto ao ideário do norte-americano como iniciador da obra “civilizatória” no Purus.

De qualquer maneira, o projeto que era voltado à Bolívia, nos moldes californianos, foi transformado pelas demandas da frente de expansão interna já existente.

vasto almacen, y exactamente en frente, al otro lado del rio, rocé e hice una plantificacion y una gran casa para mi ingeniero, que quedó a cargo de mi establecimiento.

³⁶³ Ver o itinerário acordado no contrato assinado entre a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, de propriedade do português Alexandre Paulo de Brito Amorin, e a Província do Amazonas, em 1866. Cf. APEAM, *Contratos celebrados com a Presidência* – folheto publicado pela Thezouraria da Fazenda Provincial do Amazonas, 1871 (impresso).

Nessa perspectiva, é interessante notar os significados da decisão de fundar uma cidade, que levaria o nome de seu colega da Marinha, como um *locus* do projeto inicial que se adequava ao novo cenário econômico. Ao que tudo indica, quando Piper encontrou Lidstone e Brown nas cercanias de Lábrea, estava perfazendo o itinerário de mais uma descida em busca de “recolhedores de borracha” para suas explorações de seringais e incremento de suas pretensões de pioneiro. Desde sua chegada no Purus, essa deve ter sido uma atividade recorrente, que combinava não somente a arregimentação de trabalhadores, como também a busca por produtos para o abastecimento de seu armazém, índice do funcionamento do sistema de aviação. Mas, naquela ocasião, após mais de 3 anos de atividade no rio, Piper parecia muito debilitado para executar seus novos planos.

Os negociantes das praças de Manaus notaram que o dono do vaporzinho *El Pioneer* tinha estranhamente desaparecido de suas rotas de negócios. Alguns jornais desconfiavam até que ele tinha sido morto por “selvagens”, como demonstrou o testemunho de Brown e Lidstone. A desconfiança de seu desaparecimento gerou até mesmo uma investigação por parte da Legação dos Estados Unidos, sediada em Petrópolis. À época vários ofícios foram trocados com a Província do Amazonas, dando conta dos possíveis acontecimentos que poderiam ter levado ao sumiço de Piper. A possibilidade de sua morte levou à elaboração de um inquérito, incluindo a participação da polícia local, que iniciou uma acurada investigação. Com pouco tempo, a hipótese do ataque de indígenas foi descartada e toda a desconfiança foi voltada para um dos guias de viagem do explorador, chamado “preto Daniel”³⁶⁴. Esse personagem trabalhava para o dirigente da CCCB e para outros negociantes, sendo um reconhecido guia no alto Purus.

O suspeito foi interrogado pela polícia e sustentou a versão de que não havia matado o norte-americano. Todavia, deixou claro que tinha sido instruído a fazê-lo. A razão da contenda seriam disputas em torno dos negócios da borracha, às quais Piper tentava tomar parte, entrando em rota de colisão com outros exploradores instalados na região. A acusação de mandante do crime recaiu sobre os ombros de Gil Braz da Encarnação, um dos filhos de Manoel Urbano da Encarnação, que nas trilhas do pai já era um longo negociante do Purus nos anos 1870.

³⁶⁴ APEAM. Livro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1873. Os ofícios são assinados por Richard Cutts Thammien, representante da Legação dos Estados Unidos no Brasil.

O “preto Daniel” confessou que esteve prestes a cometer o assassinato, a mando do patrão da família Encarnação. O suspeito afirmou que não o fez por reconhecimento da “bondade (de Piper) para com ele”. Mesmo após inquirir o guia e mantê-lo sob custódia, a investigação não havia ainda chegado a uma conclusão, pois Piper continuava desaparecido até aquele momento. Sua esposa, que se encontrava em Belém, persistia na denúncia do sumiço do marido, pressionando as autoridades dos Estados Unidos por soluções. Somente após o encontro com os emissários da *Amazon Steam Navigation Company* notícias concretas de Piper foram divulgadas, dando conta de que ele estava vivo.

Na ocasião, o geólogo e o engenheiro ingleses ajudaram o dirigente da CCCB a se reerguer, alimentando-o e fornecendo-lhe alguns gêneros, “uma tartaruga, um saco de biscoitos e uma garrafa de conhaque”. E assim, Piper testemunhou finalmente sobre seu “desaparecimento”, em companhia da tripulação do Vapor *Guajará*.

Havia, ao que parece, algum fundamento no relatório que o dava como morto, por um empregado negro que tinha envenenado ele (Piper) e seu engenheiro, com tal potência que ambos ficaram a ponto de morrer por três meses. Essa tentativa de assassinato tinha sido cometida, segundo Mr. Piper, sob a instigação de um homem, bem conhecido no Purus, que era ciumento com sua reputação de explorador e desejava manter o monopólio do comércio de borracha sob seu controle na porção alta do rio³⁶⁵.

Os detalhes da tentativa de assassinato vieram à tona no relato dos viajantes. O discurso dos ingleses corroborava com o inquérito, sugerindo o “preto Daniel” como executor e Gil Braz da Encarnação como mandante do crime. As circunstâncias do envenenamento não foram descritas em detalhes no inquérito, mas é provável que o “preto” Daniel tenha usado a raiz do *timbó* para executar a tentativa de assassinato. O tubérculo tóxico era usualmente utilizado para atordoar peixes em pescarias indígenas, cuja seiva podia ser facilmente diluída na água.

³⁶⁵ BROWN e LIDSTONE. *Fifteen thousand miles...* op.cit. pp. 443-444. *There had been, it seems, some foundation for the report representing him as killed, for a negro in his employ had administered poison to himself and his engineer, of such potency that they both lay at the point of death for three months. This attempt on their life had been committed, Mr. Piper said, at the instigation of a man, well known on the Purus, who was jealous of his reputation as an explorer, and wished to keep the monopoly of the india-rubber trade on the upper portion in his own hands.*

Para além disso, não há entre as fontes outros detalhes que completem a trama. Não foi possível desvendar os destinos dos responsáveis pelo envenenamento, pois os ofícios e o inquérito se encontram incompletos. Não há igualmente nenhuma referência, até agora, sobre como Piper e seu engenheiro teriam conseguido sobreviver após ingerir o veneno. Talvez, um estudo mais acurado sobre a relação do norte-americano com os *Apurinã*, conhecedores da alquimia de contravenenos, possa apontar caminhos para alcançar tal resposta. Sem mais detalhes, o livro de viagem de Lidstone e Brown guarda as pistas mais verossímeis sobre a versão final do ocorrido. O “herói” tinha conseguido sobreviver ao episódio, assim como alegadamente a civilização sempre estaria predestinada a vencer a barbárie.

Essa versão da história, guiada pelos “olhos do império”, joga pouca luz sobre o complexo mundo social que definiu a trajetória de Asahel Dana Piper na Amazônia. De reprodutor do “modelo” californiano de colonização, o norte-americano virou um explorador cioso por seringais e drogas da floresta. Ao invés de “pioneiros” *yankees*, teve que recrutar “recolhedores de borracha”. Por conta de suas novas escolhas, enfrentou a morte e a concorrência dos que lhe precediam no rio Purus, homens que disputavam os mesmos lucros e trabalhadores. Ao adentrar no território de Gil Braz da Encarnação, um dos herdeiros dos traquejos relacionais de Manoel Urbano, experimentou parte das disputas de poder típicas das áreas ricas em seringais.

Piper teve que encarar territorialidades desconhecidas e negociar sua permanência na floresta com indígenas, regatões e outros exploradores. Mesmo assim, fracassou em manejar os desafios alteridade da floresta, enxergando o Purus sob o prisma imperialista do vazio demográfico, aberto para suas investidas de “pioneiro”.

Tal concepção do território amazônico como espaço vazio e aberto para incursões expansionistas circulava em âmbito internacional, oriunda de representações constituídas em muitos relatos de viajantes. Não por acaso, a desventurada experiência do norte-americano se somaria a outras investidas estrangeiras, que também buscavam um “éden” disponível para seus capitais. Nesse sentido, os percursos de construção da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* (EFMM) guardam os mais impressionantes e trágicos exemplos da inaptidão do capitalismo expansionista em lidar com as territorialidades amazônicas. Semelhante a Piper, a moderna estrada de ferro fracassaria em tentar abrir caminho num terreno prenhe de desafio de alteridade e disputas de poder. A EFMM se encaixaria como parte da desditosa faceta modernizante da frente de expansão.

4.3 A Comissão *Morsing* e os malfadados caminhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Ao auscultar os jogos de escala do funcionamento da frente de expansão, pode-se dizer que as tentativas de construção da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* (EFMM) guardam inúmeros exemplos das conexões entre as dimensões macro do capitalismo expansionista internacional e os arranjos internos do tecido social amazônico³⁶⁶. A concepção do projeto do caminho de ferro, pensado entre agentes norte-americanos, estava em sintonia com o vertiginoso alargamento do sistema ferroviário dos Estados Unidos no século XIX. No entanto, prenhe de inadequações, o empreendimento não soube manejar a multiplicidade de especificidades ecológicas e os complexos desafios de alteridade presentes em seus canteiros de obra às margens do rio Madeira³⁶⁷.

O Tenente Coronel George Earl Church foi o primeiro a tentar articular a EFMM. Suas ações tinham íntima relação com o desencadeamento dos interesses norte-americanos em terras amazônicas, que vinham ganhando fôlego desde a década de 1850. Próximo de homens como Lardner Gibbon e Asahel Dana Piper, tinha na base de suas ambições a exploração das riquezas da Bolívia, que teria com a estrada de ferro um caminho mais rápido e seguro. Sua ideia era fixar os trilhos às margens do Madeira, ao lado do seu extenso trecho encachoeirado, onde a navegação era quase impossível. Com isso, embarcações vindas da Bolívia poderiam descarregar seus produtos numa das pontas da EFMM, que saltaria as corredeiras e entregaria os carregamentos na parte navegável rio abaixo. Em 1872, uma comitiva de 25 engenheiros norte-americanos foi contratada para avaliar a área de Santo Antonio do Rio Madeira, escolhida como base do projeto³⁶⁸. A ideia era iniciar a planificação da obra. Contudo, já no ano seguinte abandonariam os trabalhos, especialmente em decorrência dos revezes ante às tensões com a sociedade local, doenças e a inadequação de seus saberes técnicos na lida com a floresta.

Após alguns anos de abandono, seria a vez de um poderoso grupo de empreiteiros *yankees* entrarem na disputa pela EFMM. Os irmãos Philip e Thomas

³⁶⁶ REVEL,. Microanálise e construção social...op.cit.

³⁶⁷ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³⁶⁸ FORTE, Ernesto Mattoso Maia. *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira*. Itinerário e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: Impressões de Viagem por um dos membros da mesma comissão. Rio de Janeiro: Typ. a Vap. de Soares & Niemeyer, 1885. p.7

Collins, representantes da *P. & T. Collins*, empresa de construção sediada na Filadélfia, deram continuidade ao investimento desamparado. Dessa vez, introduziram cerca de 1500 operários, vindos de diversos países e também de outras províncias do Império brasileiro³⁶⁹. Esses trabalhadores enfrentaram pagamentos atrasados, desavenças internas, alimentação precária e sobretudo incontáveis perdas ocasionadas por “febres palustres”. Mesmo assim, sob a batuta dos irmãos Collins, os obreiros executaram até o final dos anos 1870 os primeiros quilômetros do projeto. O novo impulso também não suportaria o peso da aventura capitalista na selva, sucumbindo em poucos anos diante da escalada de mortes, “correrias” indígenas e acumulação de prejuízos.

Foi a partir da confirmação dessa segunda desistência que o poder central no Rio de Janeiro iniciou movimentações para avaliar as possibilidades de retomar a obra. Nesse contexto, foi criada a Comissão *Morsing*³⁷⁰, com o objetivo de sondar o que havia restado das duas primeiras desventuradas tentativas, estudando seus problemas e avaliando a retomada dos trabalhos. O grupo encontrou em Santo Antônio do Rio Madeira um cenário de ruína, classificado como desolador. As matas e as populações tidas como “incultas” pareciam relutantes em aceitar o avanço daquele que seria um dos ápices do deslocamento rumo à Amazônia Ocidental no século XIX. O símbolo maior do maquinário moderno que venciam enormes distâncias não prosperava nas planuras daquela frente de expansão amazônica.

Ernesto Mattoso Maia Forte, secretário da Comissão *Morsing*, deixou registrado em seu relatório em 1883 alguns testemunhos de tensões em face de situações de contato com “selvagens”. Na condição de secretário da comitiva, chefiada pelo engenheiro Carlos Alberto Morsing, foi o encarregado da redação das memórias da incursão:

³⁶⁹ Segundo levantamento feito por Gary Van Valen, o empreendimento dos irmãos Collins começou em 1878 com 300 bolivianos (entre os quais muitos indígenas) e um grupo misto que contava com 500 operários, entre americanos e italianos. No mesmo ano, 120 italianos desertaram da obra, mas uma nova remessa de trabalhadores já estava a caminho. Tratava-se de um grupo de cerca de 500 cearenses. Mais referências sobre esses fluxos serão apresentadas adiante ainda neste tópico. Para mais detalhes ver: VALEN, Gary Van. *Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia*. Tucson: The University of Arizona Press, 2013. p.79

³⁷⁰ Detalhamento da comissão: “Por portaria de 25 de novembro foram dadas as devidas instruções à comissão e nomeado o seu pessoal na ordem que se segue: engenheiro chefe Carlos Alberto Morsing; primeiro engenheiro, Julio Pinkas, Chefes de sessão, Abel Ferreira de Mattos e Domingos Guilherme Braga Torres; secretário, Ernesto Mattoso Maia Forte; engenheiros-condutores, Pedro Leitão da Cunha, Alfredo de Freitas Reis, Damaso Pereira, Candido Ferreira de Abreu, Thomaz Joaquim de Cerqueira e Alfredo Índio do Brasil e Silva; médico Dr. F. Betim Paes Leme; farmacêutico, José da Fonseca e Silva, desenhador, Camillo Vedani, e auxiliares, João Martins da Silva e José Coelho Ferreira Junior.” FORTE., *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira....op.cit.* p.15

Na noite de 13 para 14 de maio o acampamento da 2ª sessão foi visitado pelos índios *Acangas-Pirangas*. Desde às 8 horas da noite mais ou menos, as sentinelas diziam ter visto vultos pelas matas em redor. Ninguém, porém, quis dar crédito. Entretanto às 2 horas da madrugada, ouviu-se a detonação de alguns tiros dados ao mesmo tempo. Alarmou todo o acampamento.

Foi então que se pôde ver os tais visitantes noturnos, que corriam para a mata fazendo infernal alarido.

As sentinelas sentindo-os perto dispararam as armas para assim despertar a todos, visto ignorarem quantos seriam a acometer-nos.

O engenheiro Leitão da Cunha em companhia de dois soldados, embrenhou-se na espessa floresta a ver se conseguia falar com os naturais, mas foram baldadas as tentativas.

(...)

Até o dia 14 de maio, quando apareceram os índios *Acangas-Pirangas* tivemos um trabalhador encarregado somente de arranjar caça para os doentes; mas dessa data em diante por dinheiro nenhum quis correr o risco de encontrar-se frente a frente e só diante de tão cruéis inimigos³⁷¹.

A noite em que os *Acanga-Piranga* rondaram o acampamento deixou todos atônitos. Com pouco tempo de estadia no canteiro de obras, os problemas já se acumulavam. Desde antes da viagem os excursionistas conheciam a gravidade do cenário local, pois vinham acompanhando a partir dos jornais da Corte os travosos caminhos das tentativas de construção. As notícias de mortes de trabalhadores, precariedade na obtenção de alimentos, desavenças com indígenas, dissensões internas, inadaptação do projeto, entre outras dificuldades, circulavam por todo o Império.

O terror infundido pelos índios era uma das faces do descompasso entre a estrada de ferro e a floresta. Diferente de incursões que vinham experimentando a zona de contato, forjando diálogos, barganhas com populações indígenas, a EFMM chegou literalmente a vapor, atropelando os desafios de alteridade, tão célere quanto a locomotiva que buscava implementar nas margens do Madeira.

Os *Acanga-Piranga* que habitavam a área estudavam essas mudanças e deixavam nítida sua presença no caminho da estrada de ferro. Os engenheiros recém-chegados, portadores de saberes técnicos, tiveram dificuldades em lidar com tais “imprevistos”. Ao ouvirem alaridos de guerra não havia quem se arriscasse, “por dinheiro nenhum”, adentrar o território dos “selvagens” para conseguir comida ou mesmo remédios para os doentes. Nas margens do rio Madeira o acesso aos recursos das matas, como a caça, a pesca, as frutas e mesmo possibilidades de assentar pequenas plantações,

³⁷¹ FORTE, . *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...*op.cit. pp. 156;164

era nitidamente regulado pelos indígenas. A velocidade dos acontecimentos impossibilitava a tessitura de redes de sociabilidade e os objetivos da obra estavam longe de conceber a construção de canais de diálogo com as populações refratárias.

O sonho de saltar o trecho encachoeirado e transportar as riquezas do extremo oeste amazônico até o Atlântico era uma ideia antiga, testada por vários agentes locais, inclusive por Manoel Urbano da Encarnação. Entretanto, havia diferenças fundamentais entre a incursão do afamado explorador do Purus e as ações posteriores das comitivas de engenheiros. Urbano estava conectado com os sertões, onde negociava falando línguas indígenas, trocava mercadorias por produtos das matas, tecendo alianças e se informando sobre as possibilidades de levar adiante ou não seus interesses. Sua expedição considerava o território sob um ponto de vista relacional (inclusive, os componentes de violência e conflitos) que podiam definir o sucesso ou o fracasso de seus negócios. Por outro lado, o projeto moderno que guiava os engenheiros pensava a floresta como “deserto”. Eles estavam ligados aos interesses do pioneirismo interno de viés colonialista e ao capitalismo internacional que abria frentes em várias áreas do mundo, guardando como característica comum o descaso com as populações locais e sua agressiva exploração econômica.

Os planos da EFMM não contemplavam a existência dos possíveis “atingidos” pela obra. A modernidade não previa a convivência com indígenas, no limite pensados sob o viés romântico do século XIX, ou ainda como mais um grupo de trabalhadores “livres” entre os muitos que poderiam ser submetidos. Com efeito, os *Acanga-Piranga* do relatório de Maia Forte não pareciam os nativos cantados pela prosa de José de Alencar e menos ainda pareciam dispostos a frequentar o canteiro de obras como ordeiros operários. Sua bravura não era elogiada e suas rondas na mata forçavam os adventícios a considerarem outras variáveis. As “correrias” de índios provavam de maneira traumática sua incômoda existência e, conseqüentemente, a inevitabilidade do contato. Diante dessa constatação os emissários da Comissão *Morsing*, assim como os anteriores, descobriram que não poderiam escapar das tensões de ordem social assentadas naquele braço da frente de expansão. Afinal de contas, estavam descobrindo empiricamente que o terreno não estava vazio.

Francisco Foot Hardman, em sua obra clássica sobre a ferrovia Madeira-Mamoré, aponta uma acurada discussão teórica sobre a ideia da “modernidade na selva”. O autor assevera que empreendimentos semelhantes estavam acontecendo em diversas áreas devassadas pelo neocolonialismo, cujas populações passavam igualmente pelo crivo

de fortes arsenais discursivos derogatórios e conflitos com empresas implantadas velozmente (e violentamente) em áreas de uso tradicional. Hardman aponta a composição de uma “vertigem do vazio”, representação utilizada como meio de legitimar a conquista de territórios alheios, situados supostamente nos domínios da “barbárie”. O capitalismo expansionista encarnava a “civilização” fundada na sociedade industrial, a qual devia preencher todos os espaços do globo com seus “pacíficos” interesses:

Era preciso, pois, dar nome às armas desse enorme empreendimento de conquista, pôr a engenharia militar a serviço da taxinomia do progresso e tornar legíveis os pontilhados mais minúsculos do mapa-múndi. Os poderes saídos da fábrica tinham seu próprio arsenal de signos. Fazia-se mister desfraldar suas bandeiras até nos recantos mais obscuros e inóspitos. Com efeito, haveria de vencer a vertigem do vazio, exatamente à custa de outra miragem forjada pelos trilhos, pelas quimeras de ferro³⁷².

Este seria um ímpeto de conquista “moderno”. Diferentemente da época das grandes navegações, que ocorriam sob o filtro dos preceitos cristãos e do trabalho de conversão de “pagãos”, a edificação das “quimeras de ferro” era dessacralizada. Os trabalhos de evangelização convertiam-se em preocupações acessórias, não vistas como molas-mestras entre os objetivos das grandes corporações incumbidas da construção de ferrovias ou outros projetos semelhantes. Nos caminhos de ferro eram os engenheiros os verdadeiros “missionários”, pregadores das cartilhas do “progresso”.

Para o caso do Amazonas, teve destaque a trajetória de João Martins da Silva Coutinho. Ele inaugurou uma espécie de “Era dos Engenheiros” na província³⁷³. Sua atuação foi decisiva para a incorporação desse tipo de profissional dentro dos quadros daquela nova unidade do Império, que almejava urgentemente esquadriñar seu imenso território e populações. Coutinho foi seguido por inúmeros outros, também convidados a viajar pelos altos rios com o fito de levantar informações sobre condições gerais de navegabilidade, estimativas demográficas, rotas e até para esboçar detalhamentos de vocações econômicas. Suas agências estavam em íntima relação com uma espécie de bandeirantismo técnico, procurando pavimentar os caminhos do pioneirismo interno. Em suas viagens produziram relatórios cheios de números e tabelas, conservando o verniz de

³⁷² HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 129.

³⁷³ LEAL, Davi Avelino. *Direitos e Processos Diferenciados de Territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeiro*. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônica, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. p. 34.

suas aventuras de ordem científica. Nos sertões do país deixaram registradas bem mais que variáveis físicas dedutíveis matematicamente.

No Brasil, esses profissionais tiveram uma atuação decisiva no processo de interiorização encetado durante o Segundo Reinado, responsáveis pela planificação de diversas obras e confecção de relatórios sobre as condições gerais do interior do país. Sua importância nos quadros da burocracia tinha estreita relação com as ações de várias gerações de engenheiros formados pela Real Escola Militar, fundada em 1810 no Rio de Janeiro. Em sua base pedagógica havia um componente estratégico militarizante guiando os caminhos formativos desses personagens, muitos dos quais titulados como “engenheiros militares”. Segundo Maria Helena P. T. Machado, esses homens combinavam conhecimentos de ordem científica e prática, cabendo ao “oficial militar e ao oficial engenheiro enfrentar os enormes desafios colocados pelas dimensões territoriais e os obstáculos intransponíveis que se antepunham na realização de uma missão civilizatória em paragens remotas”³⁷⁴.

Seguindo essa tendência, o relatório da Comissão *Morsing* produziu várias pistas que extrapolam seu pretenso conteúdo cartesiano. Maia Forte anotou detalhes sobre o cotidiano do deslocamento de fronteiras no qual seu grupo estava inserido. Durante a viagem, ainda antes de chegada ao destino final, não foram poucas as ocasiões em que se deparou com movimentações de pessoas que, assim como eles, se dirigiam em direção às cabeceiras. Nesse sentido, no trecho entre Manaus e Santo Antônio, o vapor da comitiva tomou alguns “passageiros de ré”, rebocados em suas canoas, que se encaminhavam para o trabalho nos seringais no rio Madeira.

No dia 9 chegamos a Canumã às 2 horas da tarde e saímos às 4. Aí tomamos alguns passageiros de ré e uma turma de índios *Mundurucus*, que foram para Humaitá trabalhar em seringais.

São eles mansos, de boa aparência e muito amigos dos brancos a ponto de baterem-se por eles (...). É opinião corrente que eles fizeram pacto de amizade com os antigos governadores e pela sua dedicação não é difícil crer-se.

Entre eles vinha um índio *Mura*, de mais de cem anos de idade, mas ainda trabalhador, excessivamente escuro e feio. O dedo grande do pé direito é enormemente separado dos outros pela continuação (sic) de aí colocar o arco quando tem de flechar. Traziam todos grande porção de flechas e arcos para a caça e para a pesca e bem assim cada um trazia o seu cão, a que dão grande estimação, apesar de lhes darem pouco de comer³⁷⁵.

³⁷⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor...op.cit.* p.110

³⁷⁵ FORTE,. *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...op.cit.* p.72.

Na ocasião, duas diferentes vertentes da situação de fronteira se uniam dentro do Vapor *Cametá*. A primeira, mais antiga, representava os circuitos produtivos internos ligados à extração de drogas da floresta, forjados desde longa data, agora conectados com a produção gumífera. A segunda, bem mais recente, simbolizava um projeto “técnico” encarnado no grupo de engenheiros, que nesse momento estava em sintonia com os interesses nacionais e estrangeiros que deram impulso à EFMM. O entendimento dessas camadas de sentido deve ser tratado como componente fundamental para analisar os movimentos da frente de expansão. Conforme aponta estudo clássico de João Pacheco de Oliveira, é imprescindível “dar conta dos tempos e ritmos diferenciais” que desenhavam as várias linhas desse tipo de “encontro”³⁷⁶.

Os *Mundurucu* e o velho *Mura*, tidos como “mansos” e “amigos dos brancos”, tinham atrás de si séculos de complexas negociações e conflitos pelos sertões amazônicos. Os povos *Mundurucu* e *Mura* foram “pacificados” nos tempos da Colônia, firmando posteriormente negócios com “brancos”, inclusive alianças de guerra que ajudaram no alargamento dos domínios portugueses na floresta. Esse retrospecto estava relacionado com a trajetória das conquistas coloniais, atualizadas no século XIX com “modernos” interesses expansionistas. Os índios estavam encarando na ocasião uma bricolagem que combinava o arbítrio de corporações capitalistas e as demandas de agentes do poder central, ambos comprometidos com ímpetos modernizantes que pleiteavam fixar bases na floresta. Portanto, dentro do Vapor *Cametá* não havia somente indígenas e engenheiros, mas também variadas temporalidades, com camadas de sentido ensejando diálogos que misturavam diferentes regimes de historicidade.

Naquele momento os membros da Comissão *Morsing* tinham diante de si algumas dimensões sociais bastante complexas. A presença de indígenas “mansos” no vapor era uma dessas facetas, que revelava apenas uma das formas de interlocução existente no universo da frente de expansão. A acepção que classificou os índios como “amigos dos brancos” obviamente não era generalizável para a situação de fronteira como um todo. As águas e as populações do rio Madeira se mostrariam também “bravas” aos engenheiros vindos da Corte.

³⁷⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da fronteira Amazônia no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1979, v. 10, p. 106.

Muito antes da chegada da expedição já havia registros de graves contendas, que iam além das problemáticas de implantação da EFMM. A convivência entre indígenas, negociantes e representantes oficiais da Província do Amazonas no rio Madeira mostrava-se bastante tensa e com a elevação das movimentações de trabalhadores em direção à exploração dos seringais esse quadro tornou-se ainda mais travoso. No meio dos novos fluxos foram abertas as primeiras picadas na mata para a construção da estrada de ferro. Todavia, mesmo acompanhando a tendência das movimentações rumo aos altos rios, o empreendimento não necessariamente pactuava com as bases sociais internas que davam sustentação ao processo.

A EFMM carecia de peso em si mesma. Como afirma Marshall Berman, essa característica era compartilhada por várias das grandiloquentes empreitadas burguesas no século XIX. Para além dos fatores internos apresentados acima, o estado de ruína dos primeiros esboços da estrada de ferro estava relacionado à sua descartabilidade. Uma vez detectadas dificuldades na execução e confirmados os primeiros prejuízos, o capital mobilizado para o Madeira poderia se deslocar para outras frentes de construção mundo afora, preferencialmente para áreas mais atrativas economicamente e menos problemáticas do ponto de vista social³⁷⁷. Tudo leva a crer que essa foi mais uma das razões para as conexões da EFMM com as sociedades locais se tornarem obsoletas antes mesmo de se ossificarem³⁷⁸.

As forças do capital se defendiam de seu esgotamento buscando novas áreas de exploração para renovar seus ganhos, privilégio não extensivo aos trabalhadores que se proletarizavam em canteiros de obras distantes e precários. Os migrantes destinados à Santo Antônio do Rio Madeira foram os que mais sofreram as consequências da ausência das redes de relações prévias, que poderiam garantir intercâmbios econômicos mantenedores da sobrevivência naqueles rios e matas.

As notícias sobre violências e mortes que precederam a chegada da Comissão *Morsing* quase sempre tinham relação com o malfadado destino de trabalhadores nacionais e estrangeiros mobilizados para a EFMM. Tal quadro ganhava ares dramáticos

³⁷⁷ Cf. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³⁷⁸ Referência à leitura de Marshall Berman sobre a obsolescência dos empreendimentos burgueses. O autor baseou sua reflexão na análise do *Manifesto Comunista* de Karl Marx. Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

quando havia contendas entre estes e as populações indígenas que defendiam seus territórios.

Em 1874 a *Falla* do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, mostrava preocupação com as “correrias” indígenas contra os operários da estrada de ferro, à época ainda sob a gerência dos norte-americanos. Na tentativa de solucionar o problema, Peixoto convocou o Capitão de Artilharia Emigdio Cavalcante de Mello, “nomeado pelo Governo Imperial a 25 de agosto do ano próximo findo, membro da comissão de fortificações de fronteira desta província”. O militar seria deslocado para o rio Madeira com a atribuição de eleger o terreno mais propício para a “construção de um quartel, que possa conter pelo menos duzentos praças e que tenha acomodações suficientes para a respectiva oficialidade”³⁷⁹. Sem o controle pleno do curso do rio e temendo a possibilidade de ruína do mais importante empreendimento do interior da província, a autoridade máxima do Amazonas literalmente anunciou uma frente de guerra contra os indígenas “bravios” do Madeira.

Na área já havia um destacamento militar que guardava os limites do rio com o território boliviano. Mas os homens recrutados (muitos à força) enfrentavam difíceis condições de sobrevivência, compartilhando com os operários da EFMM vários dos infortúnios vivenciados nos trabalhos da obra. Em outras palavras, o poderio militar tinha um alcance bastante restrito diante dos desafios de conquista da área. Não eram incomuns notícias de trabalhadores “flechados” ou desaparecidos. Em 1879 o Barão de Maracajú, então mandatário do Amazonas, lamentava em sua *Falla* a ocorrência de mais um desses episódios. Dessa vez, os atingidos foram alguns trabalhadores cearenses:

No ponto militar de Santo Antonio do Rio Madeira, no mês de novembro do ano passado, foram flechados pelos índios *Acanga-Piranga* três cearenses a serviço da estrada de ferro do Madeira e Mamoré, tendo um destes falecido em decorrência do ferimento que recebera. O Subdelegado do respectivo distrito acompanhado de alguns praças do destacamento foi no encalço daqueles selvagens e conseguiu afugentar, visto se terem logo internado nas matas³⁸⁰.

Migrantes vindos do Ceará chegavam em terras amazônicas desde antes do início da execução do projeto do EFMM. Esse fluxo tinha base em múltiplas razões de

³⁷⁹ Falla dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Província Domingos Monteiro Peixoto. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/83/000051.html>.

³⁸⁰ Falla com que o Exmo. Sr. Barão de Maracaju, Presidente da Província do Amazonas, no dia 29 de março de 1879 abriu a 2ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/90/000003.html>

migração, com destaque para as redes de contato familiares que vinham se constituindo em consonância com o avanço rumo ao oeste amazônico. As idas e vindas de *Paroaras* tiveram papel de destaque na concatenação dessas movimentações, como intermediários que levavam um ideário de opulência da Amazônia até suas vilas de origem no Ceará³⁸¹.

O período da seca de 1877-1879 tornou os fluxos já existentes ainda mais significativos. Os irmãos Collins visualizaram no aumento das movimentações uma possibilidade de drenar parte do contingente de migrantes para a EFMM. Um dos colaboradores dos empreiteiros estadunidenses já havia residido em Fortaleza, dado que lhe conferia conhecimento sobre o caráter atrativo das terras amazônicas e os canais prévios de arregimentação de migrantes no Ceará. Foi nesse ensejo que José Paulino von Hoonholtz, funcionário dos empreiteiros, tornou-se uma espécie de *Paroara* da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, conseguindo arregimentar expressivo número de cearenses, posteriormente destinados a Santo Antônio. Segundo estudo de Tyrone Apollo Pontes Cândido, “dos seiscentos embarcados, quinhentos eram contratados como trabalhadores, vinte homens iam como apontadores de turmas e quarenta mulheres (esposas dos operários) foram como cozinheiras. Completando o grupo estavam quarenta crianças”³⁸².

A heterogênea caravana de migrantes vivenciou todas as problemáticas típicas da travessia, marcada pela superlotação da embarcação, alimentação escassa, estranhamentos diante das novas terras, dentre outros fatores, que paulatinamente iam desbotando as imagens edênicas da floresta, convertida para muitos em inferno verde³⁸³. Depois da longa viagem, conforme aponta pesquisa de Edson Holanda Lima Barboza, “ao chegarem em Santo Antonio o andamento da obra já estava comprometido. Os atrasos no envio de financiamentos provocaram irregularidades nos pagamentos dos operários,

³⁸¹ O ápice desses deslocamentos populacionais foi a conquista do Acre, produto direto da frente de expansão, tomada pelas redes de migração cearenses na segunda metade do século XIX. Além do eixo principal destinado aos altos rios, os destinos desses obreiros também tinham outras vertentes. Muitos aportavam (ou desertavam de seus contratantes) ao longo da subida dos rios, fixando-se em colocações nas florescentes capitais amazônicas, outros se fixavam em colônias agrícolas, em obras públicas, labutando em várias áreas que demandavam força de trabalho naqueles tempos de grande crescimento econômico.

³⁸² CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Tese de Doutorado em História, 2015. p. 44.

³⁸³ A referência a ideia do “inferno verde” foi constituída em contraponto ao imaginário de opulência da floresta, que teve grande notoriedade na conformação dos fluxos migratórios de cearenses para o território amazônico no século XIX. Um autor em particular, que publicou obra intitulada “Inferno Verde”, ajudou a concatenar essas representações a partir da literatura no início do século XX. Cf. RANGEL, Alberto. *Inferno Verde* (Scenas e Cenários do Amazonas). Tours: Typografia Arrault e C^a, 1927.

empreiteiros e fornecedores, causando inclusive rivalidades entre os irmãos Collins e Hoonholtz”³⁸⁴.

Além dos problemas indicados por Barboza, os migrantes cearenses tiveram de encarar ainda travosas relações com os indígenas “bravios” da área. Contratados como parte dos esforços “modernizantes” da EFMM, os operários recém-chegados em Santo Antônio adentraram o mundo social da floresta sem mediadores. Os *Acanga-Piranga* aparecem em vários registros dessas tensões, fazendo incursões à área de construção da estrada, atacando operários, avançando até mesmo em direção ao território sob a guarda do destacamento militar local³⁸⁵.

Outros povos que habitavam o rio Madeira também eram apontados como responsáveis por “correrias” da mesma natureza, com destaque para os *Parintintin*, *Arara*, *Caripuna* e *Mura*. De acordo com estudo de Davi Avelino Leal, pesquisador das tensões fundiárias do rio Madeira nos oitocentos, esses povos “fizeram no século XIX uma dura guerra contra as invasões de suas áreas de reprodução física e cultural”³⁸⁶. Esse cenário de lutas internas comprometia não só a EFMM, mas também os interesses de seringalistas e outros exploradores que viam seus negócios inviabilizados face à resistência dos nativos. Por isso, de acordo com Leal, para além do Estado, quem liderou ofensivas contra “selvagens” foram poderosas famílias interessadas em controlar áreas de prolíficos seringais e castanhais, situados em domínios indígenas. Esses grupos familiares eram os mesmos que arregimentavam patrícios recém-chegados, vindos de províncias distantes para a labuta extrativa³⁸⁷.

Ainda no que se refere ao contato com “bravios”, havia, além da guerra, a preocupação com a conservação de garantias mínimas para a manutenção da produção local, o que forçava a abertura de negociações no sentido de evitar os recorrentes ataques advindos dos habitantes das matas.

Na tentativa de abrir canais de diálogo, os padrões utilizavam estratégias semelhantes às dos regatões, paulatinamente introduzindo mercadorias e ferramentas nas redes de trocas dos indígenas refratários, almejando torná-los fregueses. Esse foi o caso

³⁸⁴ BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A Hidra Cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte*. São Paulo, PUC – Tese de Doutorado em História, p.181

³⁸⁵ HDBN. *Amazonas*, 5 de novembro de 1879, n.348, p.3

³⁸⁶ LEAL. *Direitos e Processos diferenciados de territorialização...* op. cit.. p.141

³⁸⁷ LEAL. *Direitos e Processos diferenciados de territorialização...* op. cit . p.171

esboçado pela pesquisa de Aline Alcarde Balestra; ao analisar um relatório de Eduardo Viveiros de Castro sobre o povo *Kulina*, habitante do Purus, a autora afirmou que a partir do contato no final do século XIX houve duas modalidades de agências: “Primeiramente, eles fugiram para as cabeceiras dos rios, entrando para os centros”, preferencialmente para áreas onde não havia seringueiras. No entanto, em um segundo momento, essa perspectiva mudou: “Os *Kulina* foram para onde havia ‘serviço’, para onde os preços das mercadorias eram menores e onde os padrões eram melhores”³⁸⁸. Essa separação entre a época das fugas e a época da busca do contato marcaria a organização temporal na cosmovisão *Kulina*, que separa os indígenas “antigos” dos “atuais”, os “brabos” dos “mansos”.

Qualquer empreitada que se somasse ao deslocamento de fronteiras deveria ter em consideração os liames desse cenário, situado entre o conflito e a mediação. No limite, como alternativa, poderiam contar com os préstimos dos afamados guias e informantes locais tarimbados na matéria. O que estava fora da referida estruturação relacional tinha grandes chances de fracassar. O relato deixado pelos membros da Comissão *Morsing* revela notas bastante elucidativas nesse sentido, deixando nítido, assim como seus predecessores, os problemas decorrentes da “vertigem do vazio”.

Não obstante, é importante salientar que após alguns meses, sob a pressão dos muitos revezes, a expedição foi abrindo espaço para o registro de detalhes que iam além dos conflitos e dos problemas enfrentados na viagem. Mesmo na condição de representantes do impulso modernizante, o grupo de engenheiros deixou interessantes pistas sobre o cenário social dos intrincados sertões do rio Madeira, com detalhes que iam além das copiosas descrições das dificuldades do empreendimento da EFMM.

Nesse sentido, o relatório dedicou um capítulo inteiro aos “hediondos crimes que reduziam índios à escravidão”³⁸⁹. Maia Forte arrolou uma série de exemplos baseados em dívidas impagáveis desdobradas em várias formas de privação de liberdade. A prática era lastreada pelo sistema de aviamento, que no avançar das últimas décadas do século XIX ganhou ainda mais força. Segundo o testemunho, a ocorrência desses casos era acompanhada de muita violência, incluindo açoitamentos e até mesmo assassinatos a

³⁸⁸ BALESTRA, Aline Alcarde. *O que significa ser “manso”?* A selvageria e a civilização sob diferentes perspectivas. In. DOS SANTOS, Gilton Mendes e APARÍCIO, Miguel. *Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus*. Manaus, EDUA, 2016. p. 233.

³⁸⁹ FORTE. *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...* op.cit. p. 137.

quem tentasse escapar das teias de controle. Muitos dos submetidos aos regimes de servidão eram indígenas advindos da Bolívia, principalmente *Mojos* e *Baures*, “distribuídos” nos seringais³⁹⁰.

Diante desse “quadro de horrores”, Maia Forte traçou um breve paralelo entre a instituição escravista e as formas de trabalho análogas à escravidão no rio Madeira, afirmando que alguns povos indígenas dos altos rios viviam agruras piores que as de das populações negras escravizadas no Sul do Império, pois estas recebiam alimentação e vestuário às custas de seus senhores, diferente de alguns índios que, uma vez privados da liberdade, contraíam dívidas para satisfazer os mesmos intentos.

Como se sabe, a existência dessas práticas tinha uma longa trajetória em terras amazônicas. Modalidades de trabalho escravo e compulsório foram a base da abertura dos veios principais da economia ligada aos interesses colonialistas na floresta. Mas, esse sistema também possuía seus pontos de fuga. Se por um lado levava a cabo sangrentos conflitos contra indígenas “selvagens”, por outro, era compelido a negociar o contato para reduzir possíveis danos à produção. Por isso, os sistemas de servidão e suas formas de trabalho compulsório oficialmente legitimadas subsistiam sob permanente tensão, friccionando-se com variadas formas de resistência indígena. Seringalistas e negociantes eram obrigados a operar interlocuções, forçados a barganhar tanto com “brabos” quanto com “mansos” para continuar seus empreendimentos.

Esses (des)encontros compunham uma das mais significativas dimensões do deslocamento rumo aos altos rios, que invariavelmente continha em si processos de transculturação próprios da situação de fronteira. Tais cruzamentos culturais incidiam sobre todos os envolvidos na zona de contato, articulados em inter-relações que extrapolavam a dureza dos enlevos coercitivos dos mundos do trabalho. Nesse sentido, para além das cruentas contendidas, algumas circunstâncias chamaram particularmente a atenção da comitiva de engenheiros, que detectaram “misturas” entre interesses de preceitos católicos de “patrões” e alguns rituais indígenas. Esse foi o caso da festividade de São Tomé, registrada entre o povo *Turá*. Na opinião de Maia Forte essa era uma reminiscência dos tempos de maior presença de religiosos no Madeira, quando estes introduziram um calendário em honra aos Santos incorporados às celebrações locais.

³⁹⁰ VALEN. *Indigenous agency in the Amazon...* op.cit.

Na descrição da cerimônia de São Tomé, Maia Forte observou que a festividade era toda celebrada em *Nheengatu*, o que atribuía ritmos peculiares ao rito. Na ocasião duas mulheres, velhas matriarcas, capitaneavam a solenidade, segurando “um grande arco enfeitado de folhas e flores silvestres”, percorrendo a maloca entoando “cânticos à mãe de Deus: *Itá comoti pôpé, miassacanga; rerassú cimitanga opé; Santa Maria cuhan puranga; uemimbira oiré, oicú pôpé*”³⁹¹. A Virgem “boa e bonita” era incorporada ao ritual como uma espécie de “encantado”, produto das várias trocas culturais e religiosas vivenciadas entre os povos que se encaravam na subida dos rios³⁹².

Esse registro expunha relevos culturais até então ignorados pelo autor do relatório, que passou a fazer repetidos desvios de rota na escrita, deixando de lado a EFMM e enveredando em problemáticas de alteridade pouco comuns aos relatos de viagem do século XIX. Ao apresentar referências pouco usuais para uma expedição de alegado caráter técnico, ele colocava em causa seu próprio olhar cartesiano sobre a viagem.

Não foram poucas as vezes que o autor se referiu às narrativas de seringueiros de origem nativa, personagens que acompanharam a expedição nas várias semanas de viagem nos vapores e também durante a estadia em Santo Antônio. Nessa perspectiva, foi posicionado o relato de um velho índio *Mura*, de nome *Mandú-Matim*, que morava num lugar denominado Autaz, próximo ao lago Auassú. Ele trabalhava como seringueiro e reclamava a presença do filho que, segundo ele, tinha ido morar no fundo do lago. A narrativa de *Mandú-Matim* dizia que em certa ocasião quando estava banhando-se nas águas do *Auassú*, junto com sua esposa e o filho, “apareceu-lhe uma fada que os levou ao fundo, onde passaram oito dias, visitando palácios e riquezas”. Depois da experiência miraculosa, “apesar de todas as seduções”, a família não teria demonstrado vontade de permanecer no fundo do lago. Mas, para retornar à terra, foram forçados a deixar a criança sob a guarda dos encantados. “Alguns anos mais tarde apareceu o filho com a propriedade de curar todas as enfermidades”. Na companhia de *Mandú-Matin* o rapaz teria

³⁹¹ FORTE, . *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...* op.cit. p.129. Tradução presente no testemunho: “*Em pote de pedra foi batizado o menino Deus. Santa Maria é moça, boa e bonita, assim como seu filho.*”

³⁹² Sobre os “encantados”, ver: SLATER, Candace. *Dance of the Dolphin: transformation and disenchantment in the Amazonian imagination*. Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

permanecido apenas alguns meses, “até que um dia voltou à beira do lago, aí se despediu e entrando na água, desapareceu para sempre”³⁹³.

A inserção dessa narrativa no meio de números e dados quantitativos empresta ao relato da Comissão *Morsing* ainda mais complexidade. A leitura do caso do velho seringueiro *Mura* ia além do pitoresco. Semelhante à historicidade do rio Madeira, a escrita de Maia Forte apresentava variadas camadas de sentido. O temor e os estranhamentos por vezes abriam espaço para índices reveladores daquilo que o projeto da EFMM negava: a existência de sociedades humanas organizadas na floresta. Mesmo passando por crivos desprestigiadores, aparecem teimosamente referências sobre parentesco, família, religiosidade, festas, trabalho, onde mulheres e homens, incluso os “encantados”, figuram como interlocutores no levantamento de “dados” para o relatório dos engenheiros.

Uma das mais intrigantes anotações sobre esses enlevos sociais trata da trajetória de um dos filhos de uma família de negociantes locais, conhecido como João Arara. Esse personagem foi o único sobrevivente de um ataque indígena ocorrido numa praia do rio Aripuanã, afluente do Madeira. Na ocasião, a família estava fazendo um giro comercial pelo interior, barganhando com indígenas que eram seus “fregueses”. Em certa altura, um outro grupo de nativos “desconhecidos” investiram contra o casal, executando ambos e capturado seu filho pequeno.

Em pouco tempo, a notícia do fatídico evento se espalhou por todo o rio e os índios *Arara*, que eram também parceiros comerciais da família atacada, organizaram uma contraofensiva, declarando guerra ao povo que havia sequestrado a criança. Depois de alguns dias de combate finalmente conseguiram vencer os contrários, tomando o menino de volta. Mas, ao invés de ser devolvido aos seus parentes “brancos”, João passou a viver entre os *Arara*, sendo incorporado às suas redes de parentesco. Embora vivesse aparentemente como um igual, não tinha licença para ausentar-se dos domínios controlados pelos índios. Mesmo sob o crivo de olhares desconfiados, com o passar do tempo, foi auferindo grande influência, tornando-se *Tuxaua*. Somente após longos anos pôde aproveitar uma temporada de celebrações e bebedeiras para se ausentar, abandonando seus alegados protetores e engajando-se como seringueiro nos percursos da

³⁹³ FORTE, . *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...*op.cit. p.131

frente de expansão. Segundo o registro de Maia Forte, o caso era bastante conhecido nas localidades de Manicoré e Borba.

Conquanto o apontamento seja longo, vale a pena reproduzir alguns trechos do testemunho, tendo em conta sua riqueza em detalhes.

João Arara, cujos pais viviam em Borba, quando criança acompanhou-os a uma viagem que fizeram à praia da pripioca, junto ao rio Aripuanã, a fim de colherem ovos de tartaruga e negociarem com uma tribo selvagem, com quem estavam em relações de comércio havia já algum tempo. Chegados a esse lugar, quando ia a noite bem alta já, foram atacados por um bando numeroso de gentios desconhecidos que assassinaram pai e mãe e levaram consigo a infeliz criança.

Os Araras, tribo que com eles comerciavam, ao terem notícia do ocorrido, deram-se pressa em guerrear a outra tribo até que conseguiram tomar a criança. O infeliz João foi por eles criado e por vezes escapou à morte, por não habituar-se à alimentação que lhe davam. Venceu, porém, todas estas dificuldades e conseguiu alcançar o posto de *Tuxaua*. (...)

Um dia celebrava-se com toda a pompa uma das festas costumadas. Havia *chiça* e *cachiry* em abundância, os tambores de pau (trocanos) já anunciavam o princípio da embriaguez; batiam, rufavam e os selvagens riam, cantavam, gritavam e alegres folgavam entre a felicidade da inconsciência e as delícias do ébrio. No dia seguinte, exaustos todos de cansaço, e como de costume, recolheram-se todos para dormir e reabilitarem as forças perdidas. João tinha necessidade de procurar flechas e prepará-las para a caça e para a guerra, saiu, pois com suas duas esposas e foi cortá-las em um lugar longe onde haviam-nas melhores e mais fortes.

Uma das mulheres, cansada do festim, adormecera enquanto ele cortava as flechas, e outra se entranhara pelo flechal também ajudando o esposo. João (foi) cada vez mais se embrenhando pelo mato até que chegara à beira de um largo e volumoso igarapé justamente na ocasião em que passava uma canoa com duas ou três pessoas que se dirigiam a Itacoatiara, e a ela pediu passagem. Assim pôde, por verdadeiro acaso, depois de 14 anos de um exílio cruel entre os bárbaros Araras, o infeliz João tornar a ver a sua terra natal e os parentes³⁹⁴.

O relato se encerra afirmando o triunfo do fugitivo, que finalmente teria conseguido se desvencilhar dos “selvagens”. Na visão do narrador fica evidente que João esteve sempre aguardando a melhor ocasião para escapar. Daí adviria a reiterada vigilância à qual esteve submetido, que o posicionava como um indivíduo sob suspeita. Essa condição transformava o personagem raptado numa espécie de sujeito experimental,

³⁹⁴ FORTE, . *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...*op. cit. pp. 77-79.

introduzido dentro das orientações estruturais do povo que o acolheu, como estrangeiro e potencialmente perigoso³⁹⁵.

No entanto, é importante frisar que as condições de “captura” de João devem ser analisadas em consonância com o contexto que lhe atribuía sentido. Foi com base em relações de afinidade com parceiros comerciais assassinados que os indígenas “resgataram” o garoto. Tratava-se de mais um desdobramento dos já referidos processos de transculturação da situação de fronteira, que passavam longe da alçada da EFMM. João Arara, que atravessara o caminho daquela “quimera de ferro”, tornara-se bastante conhecido na região do Madeira, sendo facilmente identificado por ainda conservar na face grafismos que o distinguiam como pertencente ao povo *Arara*³⁹⁶.

Por isso, é preciso considerar que o deslocamento de fronteiras, além de um fenômeno de ordem econômica e demográfica, acionava uma série de possibilidades de interação cultural, que vinham se constituindo bem antes e à revelia do impulso modernizante da EFMM. Como já destacado anteriormente, várias vertentes desse processo ganharam mais evidência com criação da Província do Amazonas, que apoiou resolutamente a malfadada estrada de ferro do Madeira. Muitos agentes oficiais imbuídos em empreitadas de esquadrinhamento do interior documentaram esse cenário histórico. Para além dos engenheiros, também havia outros grupos, como os religiosos convocados para fundar missões nos altos rios, alguns dos quais conectados com interesses estrangeiros. Esses agentes também tiveram significativa presença no avanço rumo ao oeste amazônico, tecendo interlocuções com experimentados agentes locais para efetivar suas empreitadas de catequese.

³⁹⁵ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 30-31.

³⁹⁶ FORTE, . *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira...*op.cit p. 79.

Capítulo 5 – Frente de expansão a contrapelo

5.1 Indígenas e a *South American Missionary Society*

Com a consolidação das movimentações rumo aos altos rios, mais fatores foram somados ao contexto histórico da frente de expansão. Nas décadas finais do século XIX as terras amazônicas cada vez mais chamavam a atenção do capitalismo internacional sob um viés neocolonialista e modernizante, vide o caso da EFMM. Acopladas às empreitadas de ordem expansionista, vinham sendo recicladas no curso da *Era dos Impérios* antigas prescrições religiosas cristãs, articuladas não somente por religiosos católicos, mas também por diversas organizações missionárias protestantes ligadas às nações centrais do capitalismo oitocentista.

Como assevera Eric Hobsbawm, grupos religiosos protestantes estavam se espalhando pelo mundo à época. Mesmo se opondo, por vezes, às autoridades coloniais e antigas missões católicas, seu sucesso estava condicionado ao avanço imperialista, que abria caminho para a evangelização e conversão de indígenas e outras populações nativas³⁹⁷. O território amazônico entrou na alçada desses esforços nos idos de 1870, quando a *South American Missionary Society* (SAMS) iniciou a articulação de sua obra no Norte do Brasil.

Herdeira de experiências anglicanas da *Patagonian Missionary Society*, a SAMS foi articulada em 1852, ampliando posteriormente suas ações para inúmeros países sul-americanos. Não por acaso, sua inserção ocorria em décadas de grandes investimentos de capital inglês na América do Sul, articulados em diversos projetos ligados ao incremento da navegação a vapor, construção de estradas de ferro, monopólios de serviços urbanos de transporte e energia elétrica, alguns dos quais envolvidos em rusgas com populações indígenas. Para Arturo Piedra, estudioso do avanço da evangelização protestante no continente, os trabalhos da SAMS eram posicionados como meio de diminuir os atritos com habitantes locais. Segundo o autor, a associação religiosa era vislumbrada como alternativa às investidas militares, pois demandava baixos orçamentos financeiros. Os emissários anglicanos entravam no continente como mais uma das vertentes das movimentações do Império Britânico e suas empresas particulares³⁹⁸.

³⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios* (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2011. p.120.

³⁹⁸ PIEDRA, Arturo. *Evangelização protestante na América Latina: análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante* (1830-1960). Sinodal: São Leopoldo, 2006. p.34

Em 1870 foram iniciadas negociações para a implementação de uma missão da SAMS em terras amazônicas, que vinham crescentemente recebendo investimentos ingleses. Essas referências podem ser encontradas nas revistas publicadas pela instituição, a *South American Missionary Magazine* (SAMM), que divulgava o resultado das reuniões dos religiosos e também notícias, cartas e relatórios enviados pelos missionários. O periódico era um meio de revelar ao mundo aquela nova fronteira para a evangelização anglicana.

Imagem 12 – Detalhe da capa da primeira edição de 1867

Fonte: New York University – Division of Libraries (NYU – DL)

A capa da revista traz uma embarcação à vela ao fundo, posicionada no segundo plano de uma praia cuja vegetação se mostrava aberta em clareira. Com nítida referência à ideia da conquista colonial, a publicação direcionava o olhar do leitor à beira-mar, talvez imaginando o ângulo de visão de “selvagens” esgueirados entre as palmeiras e arbustos assistindo à chegada dos estrangeiros.

Nessa perspectiva, se a natureza “indômita” se abria para a passagem dos recém-chegados, seus povos nativos também deveriam ceder ante os novos intentos evangelizadores. Ao centro da imagem consta o símbolo da SAMS, representando o continente sul-americano preenchido com nomes de áreas já visitadas pelos anglicanos.

Na borda, laureando o emblema, os dizeres em espanhol “*Id por todo el mundo, y predicad el Evangelio a toda criatura*” exortavam o trabalho missionário.

A referência bíblica, retirada do evangelho atribuído ao apóstolo Marcos, capítulo 16, versículos 15-18, instava cristãos a pregarem a palavra sagrada por todo o mundo. Em 1872, o Reverendo Robert Stewart Clough foi o incumbido de seguir os conselhos do santo evangelista no Norte do Brasil, encetando viagem de reconhecimento para estudar o local mais adequado para iniciar os missionamentos protestantes pela calha do Amazonas. Seu testemunho foi divulgado em parte em algumas edições da revista e o relato de viagem completo veio à lume em 1873, com o título de *The Amazons: diary of a twelve month's journey*.

No testemunho, além de referências aos objetivos religiosos, é possível encontrar pistas sobre sua visão dos mundos do trabalho na floresta. Embora fosse crítico da escravidão, o reverendo deixava entrever uma postura permissiva quanto ao agenciamento da força de trabalho indígena por negociantes dos sertões, como componente necessário nos esforços do pioneirismo interno. Clough demonstrava simpatia pelos caminhos da expansão rumo ao oeste amazônico, que também poderia servir de trilha para novos esforços de evangelização.

O religioso estava atento aos movimentos da econômica local e sempre que possível anotava referências sobre as tendências dos negócios da terra. Nesse sentido, quando desembarcou em Santarém, fez observações sobre as dinâmicas comerciais da cidade, vista como o mais importante entreposto do rio Tapajós. Suas observações também recaíam sobre conversas cotidianas, buscando decifrar os interesses dos moradores da urbe. Em uma dessas ocasiões, registrou o conteúdo dos diálogos de um grupo de homens que tratavam das possibilidades de negócios nos altos rios.

Uma dúzia de negros e mulatos estavam bebendo cachaça, o rum branco do país, jogando o resto que sobrava no chão depois de cada libada, o que me lembrava o *libare pateram jovi* (ato de ofertar parte da bebida a Deus, ou ao Santo – *grifo meu*); suas conversas diziam respeito as incursões que estavam indo em busca de borracha (...). As bacias do Purus e Javari eram consideradas as mais produtivas no presente, embora o último o rio fosse altamente perigoso, por causa dos índios selvagens³⁹⁹. (Tradução nossa)

³⁹⁹ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons: diary of a twelve month's journey*. London: SAMS, 1873. p.53 Trecho original: *A dozen negroes and mulattoes stood drinking cachaça, the white rum of the country, tossing the dregs of each glass on to the bare earth floor, after an imbibe, which reminded me of libare pateram jovi: their conversation concerned parties going in search of rubber, and back wood exploits*

A tendência dos movimentos internos foi captada pelo Reverendo numa conversa trivial nas ruas de Santarém. Como se pode notar, áreas ricas em seringais chamavam atenção não somente de migrantes de outras províncias ou países, mas também de habitantes locais. O grupo de negros e mulatos encontrado por Clough deixava entrever que o movimento em demanda das cabeceiras crescia como alternativa de ganhos, mesmo com “índios selvagens” pelo caminho. Essa referência dava pistas ao emissário anglicano do desenho das áreas atrativas, situadas sobremaneira no interior da Província do Amazonas. Para além de vislumbrar a convergência dos fluxos internos, ficava nítido que a situação de fronteira era uma oportunidade para implementar o ambicionado trabalho de catequese pela SAMS. A existência de “índios selvagens” no caminho dos “pioneiros” poderia ser uma ótima justificativa para a implementação da missão protestante.

Ainda em Santarém, Clough soube da presença de norte-americanos remanescentes das migrações ocorridas após a Guerra de Secessão. À época existiam poucas famílias de confederados que ainda permaneciam em sítios nas proximidades da cidade, posto que a maioria já havia retornado aos Estados Unidos desiludidos com a vida nos “trópicos”. A sociedade local, mesmo conservando a escravidão negra (valorizada pela sociedade sulina), guardava possibilidades de convivência e “misturas” raciais que colocavam em xeque os costumes de muitos dos imigrantes estadunidenses⁴⁰⁰. A própria frente de expansão em curso tinha características que poderiam desagradar a moral dos confederados emigrados. A decisão de subir o Purus, o Madeira ou o Javari poderia traduzir-se numa permanente coexistência entre negros, mulatos, índios e mestiços de

among Indians during past seasons. The Purus and Javari basins were held to be the most productive fields at present, though the latters were highly dangerous, because of wild indians.

⁴⁰⁰ Segundo Gerald Horne, existem vários registros de estranhamentos de norte-americanos diante das possibilidades de cruzamentos “raciais” no Brasil. Nesse sentido, o autor anotou que um certo visitante demonstrou sua repugnância em 1821 com a visão de “negros, índios e brancos que tomavam banho na mesma água”. Alguns anos depois, com a efusão da corrida do ouro, reações semelhantes também foram registradas. Inúmeros navios estadunidenses passaram a fazer cabotagem pelo litoral brasileiro para circunavegar a América do Sul, aumentando a trânsito de *pioneers* vindos dos Estados Unidos. Durante as viagens vários tripulantes se sentiam ultrajados diante das ordens de “autoridades de pele escura”. Um outro observador sublinhou estarrecido que no Amazonas “na seleção dos oficiais não se leva em conta a cor. O próprio presidente era mulato de cabelo encarapinhado e, não bastasse isso, dizia-se que era filho de um padre”. Assim, acompanhando argumentação de Horne, o Brasil e o pretensão paraíso escravista amazônico se mostravam insustentáveis, entre outros motivos, pelo “desencanto” diante de um país onde eram detectados processos de mestiçagem inconcebíveis para muitos norte-americanos brancos. Cf. HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 43; 137-138.

toda ordem, incluindo alguns bem-sucedidos e ricos negociantes “de cor”, fato que se convertia para muitos numa problemática de alteridade intolerável.

Ao contrário dos norte-americanos, Clough se mostrava exultante em seguir as movimentações internas da “multidão colorida”. Para alcançar seu intento era preciso primeiramente assentar um “*headquarter*” para gerir a expedição anglicana no Norte do Brasil. O religioso imaginou que Santarém poderia ser um bom lugar para sediar a SAMS, de onde poderiam partir missões rumo ao interior. O Tapajós aparecia como trilha inicial para os missionários, de onde poderiam entabular negociações com os *Mundurucu* e outros povos que viviam nas proximidades do rio. Embora não fosse o epicentro dos fluxos populacionais mais significativos do tempo, nem chamasse atenção pela efusão de “índios selvagens”, o Tapajós poderia ser um ponto de partida para entender os desafios do deslocamento de fronteiras.

Após seu retorno à Inglaterra, Clough finalmente apresentou o *The Amazons: diary of a twelve month's journey*, reforçando suas convicções. Uma vez aprovados os arrazoados do emissário, os membros da organização iniciaram a estruturação do assentamento do futuro empreendimento. Foi escolhido um Superintendente que iria fiscalizar o andamento dos trabalhos, acompanhado de dois missionários incumbidos das tarefas de contato e evangelização. Assim, foram destacados o Capelão David J. Lee como líder e Jacob Evert Resyek Polak e o próprio Robert Stewart Clough como subordinados⁴⁰¹.

Em 1873, os três representantes da SAMS seguiram viagem rumo ao Pará. Após a chegada, iniciaram os contatos e estudos para viabilizar a missão. Em Santarém receberam apoio dos colonos norte-americanos e de parte dos negociantes locais. Rapidamente a notícia sobre a presença dos religiosos se espalhou entre autoridades e outros “notáveis” da terra. Uma carta escrita por David J. Lee ao Presidente da Província do Pará, explicando os interesses da SAMS na região, alcançou também o dirigente do Amazonas, que ficou interessado em dialogar com a equipe. Nos planos dos anglicanos já estavam previstas viagens ao interior e o aceno positivo do referido mandatário emprestou mais convicção ao grupo.

Em junho de 1874, Lee e Polak chegaram em Manaus, tendo deixado Clough como responsável pelo andamento da missão em Santarém. Na cidade amazonense

⁴⁰¹ NYU - DL. *South American Missionary Magazine* (SAMM), June 1, 1874.

reuniram-se com Domingos Monteiro Peixoto, Presidente da Província, que ofereceu facilidades aos religiosos caso escolhessem seguir em missão exploratória pelos altos rios. Segundo carta de Lee, publicada na *South American Missionary Magazine*, Peixoto não demonstrou nenhuma reserva em relação à doutrina protestante, afirmando que o Amazonas estava aberto aos intentos da Igreja inglesa e pronto para contribuir com sua obra de evangelização⁴⁰².

O presidente ofereceu passagens de ida e volta para Lee e Polak, apresentando-lhes duas opções de destino, os rios Madeira e Purus. Ele destacou que no primeiro havia um cenário conflituoso envolvendo os índios *Parintintin*, cujas investidas estavam sendo marcadas por forte violência, comprometendo o trânsito de viajantes, negociantes e outros agentes, incluso aqueles que faziam parte dos esforços da construção da EFMM. Já o Purus foi apresentado como menos problemático em matéria de conflitos com nativos.

O Superintendente anglicano escolheu a segunda opção, certamente tendo em conta as informações previamente levantadas no relato de viagem de Clough, que destacou o rio como área grandemente atrativa. Aproveitando a chegada do Vapor *Andirá* em Manaus, os dois representantes da SAMS partiram em 8 de agosto de 1874 em direção a Huytanahan, ponto final das embarcações da *Amazon Steam Navigation Company* no Purus. Desta vez, as informações sobre a viagem foram redigidas por Polak, que publicou uma longa carta numa das edições da SAMM em 1875. Na missiva, o missionário destacou a disposição do Presidente da Província do Amazonas em ofertar-lhes cartas de recomendação, que deveriam ser apresentadas aos subdelegados e negociantes do rio. A intenção do mandatário era solicitar a cooperação desses homens nos percursos de investigação dos religiosos⁴⁰³.

Ficava clara a intenção oficial de integrar os anglicanos ao panorama social do rio. Ao contrário do que havia ocorrido duas décadas antes com Frei Pedro de Ceriana, capuchinho que entrou em desavença com os negociantes do Purus, Lee e Polak não teriam poderes sobre os “sertanistas”, que estariam consorciados (e não subordinados) aos estrangeiros na empreitada. Não havia referência a obrigações de obediência ou

⁴⁰² NYU – DL. SAMM, October 1, 1874, p.162.

⁴⁰³ NYU – DL. SAMM, February 1, 1875.

dispensa de cargos, posto que naquele momento os negociantes do interior não eram apontados como ameaça, mas sim como facilitadores da entrada dos ingleses no rio.

Quando Lee e Polak chegaram ao ponto final da viagem, encontram no lugarejo a casa de “Braz Urbano”, Gil Braz da Encarnação, que tinha naquela pequena habitação um ponto de apoio para suas explorações na área. Prontamente iniciaram pesquisa sobre a possibilidade de fundar a missão em *Huytanahan*, mas foram informados que não havia muitos indígenas “dispostos” a atender ao chamado da SAMS. Talvez as negativas tenham ocorrido em decorrência dos conflitos que Gil Braz da Encarnação estava travando na mesma época com Asahel Dana Piper, com quem disputava influência sobre indígenas.

Após passar pela área de influência do filho de Manoel Urbano, solicitaram ao capitão do *Andirá* que subisse um pouco mais o rio, como meio de localizar outra paragem propícia para assentar a missão. Além da preocupação com a presença de nativos, os emissários também estavam analisando a quantidade de “terra firme” disponível, que era bastante concorrida por estar a salvo das inundações durante as cheias anuais.

Acatando o pedido dos ingleses, o vapor seguiu algumas milhas acima, chegando até a localidade de *Canacahan*, onde finalmente desembarcaram. No local foram recepcionados por um negociante de borracha, o paraense Vera Cruz, que ofereceu abrigo e comida aos recém-chegados. Durante sua estada em *Canacahan*, Polak acompanhou por várias vezes seringueiros em incursões de coleta de ovos de tartaruga, apontadas como meio para driblar a escassez de gêneros e também como alternativa às onerosas compras à crédito junto aos patrões. Durante as viagens pelo rio, entrou em contato pela primeira vez com indígenas do Purus, que eram *Panumary* (*Paumari*), habitantes de casas flutuantes. Como grandes especialistas na pesca e na coleta de quelônios, tais indígenas travavam contato cotidiano com seringueiros e outros forasteiros que, a exemplo de Polak, tinham que se *indianizar* para conseguir alimentos fora das cadeias do aviamento. As aproximações e distanciamentos dos *Paumari* com “brancos” guardavam complexa seletividade, que objetivava preservar e privilegiar seus próprios circuitos produtivos⁴⁰⁴.

⁴⁰⁴ Cf. VIERA, Angélica Maia. *Os Paumari e o Peixe-boi: da concepção histórica à prática da pesca*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

Ainda em *Canacahan*, Lee e Polak conheceram outro negociante de borracha, chamado Francisco de Souza Pinheiro, que tinha suas explorações assentadas próximo do rio Panynim (Pauini), numa localidade acima da área dos *Paumari*, chamada *Terruhan*. O interlocutor garantiu que ao subir mais o Purus os anglicanos encontrariam mais *terra firme* e também um número maior indígenas. Polak já conhecia a fama do alto Purus a partir dos relatos de Asahel Dana Piper, que subindo o rio, alguns anos antes, tivera contato com os Hypuriná (*Apurinã*) que habitavam *Terruhan*. Por isso, após deixar *Canacahan*, não foi uma surpresa aos estrangeiros o encontro com número superior de indígenas, assentados nas proximidades das possessões de seu novo anfitrião. Tendo em conta a conexão dos *Apurinã* com Pinheiro, Polak destacou uma maior disponibilidade de gêneros cultivados, como bananas, abacaxis e mandioca, advindos das plantações e roçados indígenas. O autor deixou implícito que naqueles anos de expansão da empresa extrativista quanto mais se estava em contato com os circuitos da produção nativa, melhor providos eram os “pioneiros” e maiores suas chances de sucesso.

A boa impressão fez com que Lee e Polak solicitassem ao anfitrião a facilitação do contato com o maior número possível de *Apurinã*, a quem finalmente iriam sondar a possibilidade de implementar a missão em *Terruhan*. Nesse sentido, seguiram até a área mais próxima onde os indígenas moravam, adentrando seus territórios e marcando um primeiro encontro. A dificuldade de comunicação foi o principal obstáculo dos anglicanos, que não conheciam o idioma dos índios e não haviam contratado tradutores. Após malogradas tentativas, aproveitaram a chegada de um brasileiro que falava a língua *Apurinã* e pediram-lhe que mediasse conversações com os indígenas que se encontravam na área explorada por Francisco de Souza Pinheiro.

Um brasileiro que falava a língua Hypuriná, veio até o estabelecimento um dia; havia no momento alguns índios presentes e também um de seus Chefes. Nós agarramos a oportunidade, e pedimos para que ele nos traduzisse [e interpretasse as respostas indígenas – *grifo meu*], o que ele fez. Nós perguntamos ao Chefe se ele gostaria que nós nos estabelecêssemos entre seu povo para ensiná-los. Ele não pôde nos dar uma resposta favorável sem antes consultar o Chefe mais velho, que chegou alguns dias depois, a quem (também) abrimos o assunto. Os índios não estavam acostumados com esse tipo de conversa, pois tendo, muito recentemente alguns colonizadores brasileiros perto deles, não podiam aceitar de uma vez tudo o que dissemos. O Chefe mais velho consentiu que nós vivêssemos entre seu povo e disse que nós podíamos construir uma casa com sua permissão (...) mas (avisou que) havia entre

seu povo alguns que não apreciaram nossa proposta de ensiná-los (Tradução nossa)⁴⁰⁵.

O diálogo entre os índios e os membros da SAMS revelava algumas dimensões da zona de contato no Purus. A presença de um intérprete não-indígena sinalizava as conexões existentes entre os que se estabeleciam na área e os *Apurinã*. O aprendizado da língua era indicativo de um contundente processo de trocas culturais, em grande medida perpassadas por violentos “encontros”. A posição dos Chefes, em resposta ao intérprete, deixava sinais de agências que não entravam totalmente em acordo com a proposta dos estrangeiros. Mesmo com o aceite da liderança mais velha, esta não garantia que todos acatariam a ideia de serem “ensinados” pelos religiosos.

Polak atribuía as ressalvas ao contato recente dos índios com o deslocamento de fronteiras. Contudo, as razões parecem mais complexas. De parceiros de negociantes do interior, com quem trocavam sua produção e eventualmente prestavam serviços, passariam a pupilos de missionários, subordinados a uma doutrina religiosa estranha. Talvez a ideia do “ensino” não fosse bem recebida justamente por não ser equivalente às relações de troca e trabalho que vinham sendo tecidas com outros “brancos”. Mesmo assim, contando com o aceite parcial dos *Apurinã*, a dupla da SAMS decidiu iniciar os preparativos para a montagem de uma missão em *Terruhan*. Feita a escolha da área do futuro empreendimento, Lee e Polak iniciaram sua descida até *Huytanahan*, de onde embarcariam de volta para Manaus. Após aguardarem alguns dias na localidade, tomaram parte no Vapor *Colibri*, levando consigo muitas experiências e expectativas sobre a incursão vindoura⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ NYU – DL. SAMS. February 1, 1875, p.31. Trecho original: *A Brazilian who spoke the Hypuriná tongue, came to the settlement one day; there were at the time some Indians present, also one of the chiefs; we seized the opportunity, and, asked him to interpret for us, which he did. We asked the chief if he would like us to settle among his people and teach them; he could not give us a favorable answer before consulting the old chief, who came a few days after, and to whom we opened the subject. The Indians not being accustomed to this kind of conversation, having but very recently had a few Brazilian settlers near them, could not at once take in all we said.... The old chief consented to our living among his people, and said we might build a house on his consented to our living among his people, and said we might build a house on his terra firme, but that there were some of his people who did not like our proposition to teach them...*

⁴⁰⁶ Segundo testemunho de Polak a viagem parecia quase uma repetição da subida do rio, com a reprodução do recorrente fluxo de negociantes e seringueiros que iam embarcando e desembarcando no desenrolar do percurso. Mas a rota até a capital do Amazonas não seria tão tranquila como a vinda, sendo marcada por um episódio trágico. Em certa altura do trajeto, ainda singrando águas do Purus, a embarcação teria problemas e afundaria durante a madrugada. Lee não conseguiu escapar do barco. No acidente também morreria o escravo do capitão do vapor, que estava numa cabine fechada próxima de onde o religioso dormia. Polak lamentou bastante a morte de seu companheiro e também a perda das bagagens e do material que vinha levantando durante o percurso. Somente após alguns dias aguardando na praia do rio, os

Clough aguardava o retorno de seus companheiros em Santarém e passaria grande parte do ano de 1875 programando a continuidade dos trabalhos no Purus, onde finalmente iriam assentar missão. Dessa vez, já feitas as prospecções da área, a viagem seguiria direto para *Terruhan*, obedecendo o itinerário de paradas até alcançar a longínqua localidade. Em 9 de dezembro de 1875 foi remetida a primeira carta sobre o empreendimento, dessa vez escrita por Clough, que passava a ser o líder da expedição. A missiva foi publicada na SAMM de abril do ano seguinte e tratava das primeiras impressões e dos desafios de convencimento dos *Apurinã*.

O documento revelava detalhes sobre a acolhida feita pelos índios, que constantemente visitavam a área escolhida para a missão. Havia o desígnio inicial de ganhar a confiança dos indígenas, procedimento que incluía também o aprendizado de sua língua. O objetivo era aproximar os *Apurinã* não somente para evangelizá-los, mas também para transformá-los em guias de futuras expansões da SAMS em terras amazônicas, como valiosos interlocutores. Vesti-los seria um primeiro passo nessa direção, que os distinguiria dos “selvagens” ainda não contatados. Por isso, Clough solicitou na sua carta uma remessa de calças, camisas, saias, agulhas, tesouras e fitas, que apareciam ao lado de anzóis, linhas para pesca, contas de vidro colorido, pentes, facas, machados, dentre outros itens⁴⁰⁷.

Tal receita de “contato” não era nada nova em se tratando de processos de “civilização” de nativos, mas guardava suas especificidades. Ao ler o relato do religioso a contrapelo, é possível vislumbrar sua preocupação em conseguir mais que vestimentas. Tendo em conta a existência de uma rarefeita monetarização, esses objetos eram bastante valorizados pelos habitantes do interior, que incorporavam esses novos elementos materiais em suas rotinas de trabalho. O pedido do missionário deixava entrever índices de agências locais, que demandavam utensílios de ferro, armas e outros produtos não fabricados no Purus. Na esperança de “atrair” pessoas para a missão, Clough tentava se adequar a estas solicitações que vinham se replicando dentro das movimentações rumo ao oeste amazônico⁴⁰⁸.

passageiros foram resgatados e levados até Manaus. Na cidade, o membro da SAMS finalmente retornou para Santarém a bordo do Vapor *Marajó* e de lá para Belém, de onde conseguiu finalmente remeter sua carta em 28 de novembro de 1874.

⁴⁰⁷ NYU – DL. SAMM, April 1, 1876, p. 90.

⁴⁰⁸ Idem.

Referências semelhantes foram detectadas por Peter Gow em seus estudos sobre os povos *Piro* no Peru, que vivenciaram desdobramentos do *rush* extrativista que atingiu o país vizinho no final do século XIX. Segundo o autor, desde antes da manifestação desse processo “povos de língua *Piro* dos vales do Ucayale-Urubamba, Manú, Piedras, Purus e Juruá estiveram envolvidos num complexo sistema de trocas de longa distância”. Suas cadeias de contato interligavam produções indígenas das terras baixas e dos Andes, que mais tarde seriam articuladas com a florescente indústria de extração da borracha vinda do Brasil. Gow assevera que essa concatenação de sistemas produtivos em torno da coleta do “caucho” teve notáveis significados culturais, pois era também “crucial na competição política entre os Chefes *Piro*, que teriam usado suas velocidades relativas nas transações para aumentar sua *pogirchi*, ‘fama, influência’, e suas redes de seguidores”⁴⁰⁹.

Em outra carta escrita por Clough esses arranjos sociais ficavam ainda mais nítidos. Em conversa com o anfitrião de *Terruhan*, Francisco Pinheiro, foram enumeradas demandas *Apurinã* por facas, machados e miçangas, trocadas por itens considerados de valor equivalente, como carne de anta, porco selvagem, peixes e tartarugas. Ainda na mesma missiva o anglicano descreveu seus diálogos com um dos Chefes indígenas. Após explicar longamente as razões de sua presença naqueles rincões e explanar sobre os caminhos de evangelização do “Deus verdadeiro”, perguntou se a liderança *Apurinã* havia entendido sua mensagem. O índio teria respondido, “sussurrando ao seu ouvido”, que em troca de aprender as palavras do Deus do “branco” gostaria de receber ferramentas, armas e outros objetos⁴¹⁰.

Para Juliana Schiel, antropóloga estudiosa do povo *Apurinã*, esse tipo de demanda em relações de troca com adventícios vinha imprimindo fortes marcas no Purus. Em seu estudo etnográfico a autora afirmou que “a história da borracha (inclusive seus produtos de “aviamento” – *grifo meu*) é parte da história e da realidade dos *Apurinã*. Isto é verdadeiro para suas relações comerciais e de produção, assim como é verdadeiro para suas relações sociais e com a forma como se pensam no mundo hoje”. Ao inquirir seus interlocutores indígenas, Schiel percebeu que havia um forte peso da categoria “trabalho”,

⁴⁰⁹GOW, Peter. “Canção Purús”. Nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 49, n° 1, 2006. p. 451-452.

⁴¹⁰ NYU – DL. SAMM, May 1, 1876, p. 116.

muitas vezes articulada em falas sobre antigos seringais e padrões, tidos como balizas que marcavam a passagem do tempo e contavam detalhes de trajetórias pessoais⁴¹¹.

Em função de demandas locais eram apropriadas e redesenhadas categorias advindas dos “Outros”. É preciso salientar que tais dinâmicas não eram novidade para as populações indígenas amazônicas, já grandemente experimentadas em trocas, conflitos interétnicos e intercâmbios de produtos que precediam os tempos da conquista. Conforme destaca Marshall Sahlins, esse tipo de procedimento indicava a manifestação de historicidade dentro das “estruturas” culturais nativas, que não eram alheias a mudanças e reconfigurações internas. Ao deparar-se com situações de ruptura, os novos elementos sociais e tensões adventícias passavam por filtros culturais pré-existentes, sendo requalificados e remanejados a partir de significantes já conhecidos⁴¹².

Assim, é possível afirmar que a lida com mercadorias e o mundo dos *Cariú* (brancos) possibilitou a emergência de rearranjos na organização social *Apurinã* com base em seu arcabouço cultural sedimentado. Houve um processo de reordenação das redes de troca em funcionamento que, semelhante às referências investigadas por Peter Gow entre os *Piro*, precediam a própria economia da borracha e a chegada dos missionários anglicanos. Esse fenômeno era tributário de vetores que vinham interligando populações indígenas com interesses originados em sociedades distantes, compostos por elementos macroestruturais ligados ao mercado internacional. Uma vez na floresta, agentes nacionais e estrangeiros eram obrigados a entrar em contato com circuitos produtivos internos, pois sem os sistemas econômicos locais precedentes não seria possível a sustentação da frente de expansão, seja do ponto de vista da subsistência física, seja do ponto de vista da oferta de força de trabalho.

Os contornos desse cenário podem ser analisados através das redes de sociabilidade que lhes atribuíam sentido. Para isso, as cartas dos missionários da SAMS revelam-se documentos preciosos, que ajudam a recompor aspectos ainda pouco visitados do panorama histórico do Purus dos anos 1870. Nesse direcionamento podem ser apontados protagonismos ameríndios assentados num extenso rol de ressignificações, baseadas na lida com as expressivas transformações advindas da frente de expansão. Tudo

⁴¹¹ SHIEL, Juliana. *Tronco Velho: Histórias Apurinã*. Tese de doutorado em Antropologia – USP, São Paulo, 2004. p. 99.

⁴¹² SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

isso ajudava a complexificar as dinâmicas sociais no rio, cujas populações estavam longe de apenas “sofrer” as consequências das mudanças em curso.

Nesse sentido, numa carta de 1876, Clough registrou o que seria um “exemplo solitário” de um índio vendedor de tartarugas que descia o rio em busca de fregueses. No episódio o indígena fora ludibriado por um negociante, que se aproveitou do desconhecimento do primeiro sobre valores impressos em papel moeda (500 réis) para comprar quelônios abaixo do preço estipulado. Embora o objetivo do missionário fosse denunciar os embustes praticados por comerciantes “brancos” em desfavor de nativos, também deixava referências da existência de contrapontos ao perfil do mascate fluvial típico.

É importante sublinhar que o religioso estava apresentando aos leitores da SAMM uma espécie de indígena regatão, que embora tivesse dificuldades em identificar valores monetários sabia que quanto mais navegasse rio abaixo, onde os quelônios rareavam devido ao avanço das inundações, mais valorizadas seriam as tartarugas que transportava. Tratava-se de um negociante de etnia *Mura*, que devido aos seus destacados conhecimentos das redes de troca do interior teria alçado a posição de *Tuxaua* entre os *Paumari*.

Um *Mura*, dotado de inteligência acima da ordinária, deixou sua horda tribal e se misturou com os *Paumari*, que rapidamente reconheceram no estranho habilidades incomuns, elegendo-o *Tuxaua*. No último novembro ele veio do Panyny (Pauini) com algumas jangadas cobertas de tartarugas, resultado de vários meses de pesca. Sua intenção era descer quinhentas milhas, para trocá-las por produtos secos e ferramentas de ferro na estação chuvosa, quando o peixe e a caça eram escassos. Completando uma das curvas do rio, ele foi avistado por um comerciante, que acenou, e o convidou para descansar um pouco e tomar uma tigela de café. Como não se tratava de nada desagradável, o convite foi aceito, e depois de alguns minutos de conversa, seu anfitrião perguntou:

- Quero comprar algumas tartarugas, qual é o seu preço?
- 3 mil réis (6 xelins) cada;
- Absurdo! Quase o preço de Manáos;
- Eu sei disso, estou pensando em cobrar mais caro rio abaixo;
- Muito bem então: a tartaruga de 1 mil réis cada pode chegar até 10 mil (rio abaixo), mas aqui está uma nota nova cor de rosa de 500 réis (1 xelim) que você pode ter, desde que me forneça um par de tartarugas a mais. O *Mura* analisou a nota repetidas vezes, sorriu, enrolou-a cuidadosamente num pedaço de pano, entregou a tartaruga e partiu.⁴¹³

(Tradução nossa)

⁴¹³ NYU – DL. SAMM, October 1, 1876. p.237. Trecho original:

O registro foi posicionado por Clough como caso bastante conhecido pelos moradores do rio, um exemplo das trapaças encetadas por adventícios. Os conhecimentos do personagem *Mura* sobre os circuitos produtivos do interior eram baseados em trocas entre gêneros locais e manufaturados, que ainda não contemplavam plenamente o reconhecimento de valores em dinheiro. A desonestidade do comprador das tartarugas e a assimetria da negociação não obliteravam a perspicácia do indígena, que planejava navegar até 500 milhas para obter maior sucesso em suas transações rio abaixo. O conhecimento dos melindres do regateio elevou o índio *Mura* à condição de *Tuxaua* num povo diferente de sua etnia originária. Segundo o missionário, a aceitação desse personagem entre os *Paumari* era condicionada por suas reconhecidas habilidades dentro de um universo de trocas comerciais que cruzava fronteiras étnicas. Esse índice analítico deixava entrever condições bastante específicas de um *Mura* “misturado” aos *Paumari*. Tal referência pode ser tratada como pista para um entendimento mais amplo das relações históricas entre os dois grupos, que certamente teciam vínculos que iam muito além dos interesses econômicos esboçados por Clough em seu testemunho.

Semelhantes rotas comerciais de longa distância foram fartamente registradas desde o período colonial. Como assevera David Sweet, existem referências dessas modalidades de incursões que remontam aos tempos das primeiras tentativas de conquista dos sertões do Grão-Pará. O autor analisou alguns aspectos históricos do povo *Manao*, habitante do rio Negro, entre o final do século XVII e início do século XVIII, caracterizando-o com “uma poderosa tribo de negociantes e guerreiros”. Sweet afirmou que durante os períodos de cheia esses indígenas atravessavam o “labirinto de canais que

A Mura, endowed with more than ordinary intelligence, left his tribal horde and mingled with Pamary's, who speedily recognized unusual abilities in the stranger, and elected him Tuchana. Last November (I Think it was) he came from the Panyny with some rafts covered with turtle, the result of several months' fishing. His intention was to float them five hundred miles, and barter them for dry goods and hardware in the wet season when fish and game is scarce. Turning the bend of the river, he was spied by a trader, who hailed, and asked him to rest awhile and take a bowl of coffee. Nothing loath, the invitation was accepted, and after a few minutes' conversation, his host remarked,

-I wish to buy some turtle; what is your price?

-Three mil réis (six shillings) each

-Monstrous! Why they don't cost more in Manáos.

-I Know that, and think of charging a still higher price below.

- Very well then: the turtle at a thousand reis each come to ten mil réis, but here is a bran (sic) new pink note for five hundred reis (one shilling) which you shall have, provided you throw in a couple of more turtles. The Mura turned the gaudy note over and over, smiled, wrapped it carefully in a piece of cloth, handed over the turtle and departed.

conectavam o dilatado rio Negro com o também transbordante, imensamente fértil e populoso vale do Solimões, para comerciar”. Ainda segundo o autor, os *Manao* levavam consigo produtos como “pequenas plaquetas de ouro para ornamentos, raladores de mandioca, redes tecidas com fibras vegetais, bordunas, escudos de couro, urucum” e em troca adquiriam de seus interlocutores comerciais “colares de conchas, mandioca, peixe defumado, potes, cestas, panos de algodão, e *curare* para envenenar as pontas de suas flechas”⁴¹⁴.

Essas rotas de negócios criavam espaços de autonomia que não coadunavam com as tentativas de conquista e escravização dos *Manao*, que resistiram durante décadas ante as investidas dos portugueses que objetivavam estrategicamente firmar posição pelos sertões do rio Negro. Passados os tempos da colônia (mas não seus desdobramentos), entrava em cena a Província do Amazonas, com sede encravada justamente na foz do rio Negro, próxima ao encontro das águas com o Solimões que foi conquistada somente após cruentos conflitos contra os *Manao*, abrindo uma porta de entrada para os ambicionados altos rios. Entre estes, o Purus destacava-se por sua larga produção extrativa e número significativo de habitantes indígenas, que também possuíam, semelhante aos guerreiros *Manao* do passado, suas próprias rotas e intercâmbios de produtos, reestruturados e conectados às facetas internas do capitalismo expansionista do século XIX.

Várias referências anotadas pelos missionários da SAMS guardaram indicativos desse cenário. Partindo da análise dos testemunhos dos religiosos é possível entrever o recrudescimento de interlocuções comerciais e redes de troca, revelando interessantes detalhes de agências nativas em relação ao redesenho do tecido social das cabeceiras. Por isso, a frente de expansão no Purus deve ser entendida a partir de seu viés relacional, posto que se tratava de um fenômeno não redutível a um quadro social de pioneiros que avançavam e indígenas que resistiam na floresta, como dois blocos sociais coesos em choque. Ao invés disso, seguindo argumentação de Otávio Guilherme Velho, a referida situação deve ser interpretada “mais como interpenetração do que como avanço, mais como uma relação com o meio do que uma projeção sobre ele, mais como uma busca intermitente por um jardim das delícias do que como a construção sistemática de um”⁴¹⁵.

⁴¹⁴ SWEET, David G. Francisca: Indian Slave. In. SWEET, David G. e NASH, Gary B. *Struggle & Survival in Colonial America*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1981. pg. 275-276

⁴¹⁵ VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL S/A, 1979. p.115.

No início do ano de 1876, Clough registrou mais algumas dimensões dessas complicadas urdiduras sociais. Em janeiro daquele ano, Sr. Pinheiro viajou para Manaus juntamente com um *Tuxaua Apurinã*, chamado Caccuyurí, e uma de suas esposas, a jovem Yanaibá. A ideia seria apresentar aos indígenas a sede do poder e civilização dos *Cariú*, introduzindo-os nas rodas dos cidadãos “dignos de fé” da foz do rio Negro. A ação do seringalista de *Terruhan* tinha um significado bastante peculiar, revelando o interesse do casal indígena sobre a origem daquelas movimentações comerciais que atingiam suas terras.

Uma vez em Manaus, Caccuyurí e Yanaibá conheceriam melhor as dinâmicas econômicas da capital do Amazonas. Após a incursão até a cidade dos “brancos”, levariam consigo novas leituras sobre os *Cariú*, aditando mais elementos ao seu rol de conhecimentos sobre o *Outro*. Inadvertidamente, concluída a visita, a esposa do *Tuxaua* começou a apresentar sinais de doença. Além das experiências adquiridas em Manaus, Yanaibá contraíra sarampo, enfermidade que rapidamente a deixou prostrada numa rede, com febre alta. Essa era mais uma faceta do deslocamento de fronteiras, que trazia consigo não somente as cobiçadas mercadorias, mas também todo um arsenal de microrganismos causadores de enfermidades contra as quais muitas das populações do interior não possuíam imunidade. Assim, quando perceberam a presença da doença, os *Apurinã* rapidamente isolaram a viajante recém-chegada, talvez sinalizando que já conheciam aquele “mal” e suas mortais consequências.

Após alguns dias, Clough encontrou Yanaibá solitária, contando apenas com a companhia de seu cachorro. O missionário levou a índia para próximo da missão, tentando amenizar seu sofrimento nas últimas horas que lhe restavam de vida. O anglicano exortou em sua mensagem a falta de “humanidade” dos outros membros da aldeia, que ao primeiro contato com a mulher doente resolveram ausentar-se, isolando-a. Com o passar do tempo, o religioso passou a compreender melhor o entendimento nativo do episódio, que não se explicava simplesmente pelo “medo” da doença ou por uma pretensa ausência de compaixão.

Em poucos dias o sarampo também acometeu alguns dos que tinham se afastado de Yanaibá e vários deles buscaram a ajuda de Clough. A doença foi se espalhando por toda área, causando muitas perdas. Com a sucessão de mortes, os *Apurinã* revelaram interpretações singulares do ocorrido, incluídas entre as anotações do emissário

da SAMS. Após o falecimento de mais um indígena, o religioso percebeu movimentações intensas e conversas em tom grave. Quando o anglicano fez perguntas sobre o que estava acontecendo, um dos *Apurinã* teria respondido: “a tartaruga chora por *Shicáma* (nome de um dos índios mortos – *grifo meu*)”, deixando entrever que a doença não era resultado do contágio, mas sim de um feitiço administrado por um pajé de outra aldeia, que deveria ser alvo de vingança⁴¹⁶.

É possível inferir que a acusação de feitiço estava contida dentro de um universo maior de lutas xamânicas, agora interligadas com disputas por áreas de influência e intercâmbios com seringalistas e comerciantes. Tudo leva a crer que o episódio da epidemia de sarampo alinhava-se com típicas “endo-guerras”, que segundo Juliana Schiel eram caracterizadas por alterações internas que geravam graves rompimentos e deslocamentos populacionais entre os *Apurinã*. De acordo com a autora, os *Apurinã*, diferentemente de seus pares de língua *Aruak*, guardam até hoje inúmeras narrativas sobre sua belicosidade dos tempos da borracha, que permanece como uma espécie de marcador identitário do povo. Segundo os interlocutores de Schiel, “a guerra vem do passado, parte daquilo que se lembra com orgulho e como problema: parte de um *ethos Apurinã*, tão mais forte quando situado em tempos antigos”⁴¹⁷.

O xamanismo conjugava a guerra ao processo de mudanças econômicas em curso, compondo um universo de disputas cosmopolíticas multifacetadas⁴¹⁸. A lida dentro da economia da borracha não era visualizada entre os *Apurinã* simplesmente sob o prisma das relações de trabalho, mas também a partir de referências cosmológicas e bélicas que ajudavam a traduzir essas mesmas relações através de outros termos. Na condição de intérpretes-ponte entre seres e potências da floresta, como afirma Manuela Carneiro da

⁴¹⁶ NYU – DL. SAMM, September 1, 1876, p. 205. Rogério Sávio Link estudou o povo *Apurinã* com qualificada pesquisa nas revistas da *South American Missionary Society*. Para o autor, que também analisou o caso de Yanaibá e de Caccuyurí, os *xamãs* e seus poderes tornaram-se alvo de pressões, reprimendas e até perseguições. Segundo Link, “além das acusações de predação interna (feitiços), os *mẽty* ainda passaram a ser deslegitimados pelos seus concorrentes cristãos, os missionários protestantes e católicos”. Mesmo assim, enfrentando tal contexto desfavorável, continuaram sendo figuras chave dentro do processo. Cf. LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre Mundos: o povo Apurinã e última fronteira do Estado brasileiro*. Tese de Doutorado em História – UFRGS, 2016. p. 299.

⁴¹⁷ SHIEL. *Tronco Velho*... op. cit., p.79.

⁴¹⁸ Como assevera Eduardo Viveiros de Castro, “a função do xamã não difere essencialmente da função do guerreiro. Ambos são comutadores ou condutores de perspectivas; o primeiro atua na zona interespecífica, o segundo na zona inter-humana ou intersocietária”. Ainda de acordo com o autor, a guerra seria a “continuação do xamanismo por outros meios”, posto que seus poderes estariam funcionando em terreno onde “o xamanismo é violento tanto quanto a guerra é sobrenatural”. Cf. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, Cosac Naify, 2015. p.171-172.

Cunha, os xamãs liam a cultura dos “brancos” sob o viés dos saberes indígenas, atuando como especialistas que manejavam interesses nativos (por vezes, conflituosos) nas linhas de frente das problemáticas do contato⁴¹⁹.

Ao cruzar referências de cunho etnográfico com os testemunhos de época dos missionários da SAMS é possível apontar a existência de um estreita inter-relação da dimensão xamânica com os mundos do trabalho marcados pelo *boom* da borracha. Sem desconsiderar os conflitos com adventícios, esses fragmentos do passado abalizam outros vieses de agências indígenas, cujos protagonismos devem ser lidos em sintonia com sua etnicidade⁴²⁰. É importante sublinhar que, dentre as várias camadas de sentido da produção gumífera, havia peculiares leituras indígenas, que extrapolavam seus significados eminentemente econômicos.

5.2 Indígenas e migrantes: memórias desperdadas do avanço rumo ao oeste amazônico

Com a aproximação do final do século XIX os (des)encontros da situação de fronteira mostravam-se cada vez mais incisivos no cotidiano das populações dos altos rios. Os crescentes agenciamentos de indígenas em explorações na floresta ajudavam a compor complexas formas de inter-relações sociais, constituídas nos mundos do trabalho do extrativismo. Com base nas alianças complexas com habitantes nativos, foram sendo tecidos os esteios para a produção de borracha em maior escala, que dominaria o cenário econômico local até as primeiras décadas do século XX. Antigas feitorias foram ganhando ares de pequenas vilas, incrementadas pela relação com índios e pela chegada de migrantes, que vinham aportando nos vapores de passageiros que já alcançavam as cabeceiras.

⁴¹⁹ DA CUNHA, Manuela Carneiro. Xamanismo e Tradução: pontos de vista sobre a floresta amazônica. In. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

⁴²⁰ Faz-se necessário repensar análises históricas onde índios figuram como protagonistas “genéricos”, desvinculados das estruturas socioculturais delimitadoras de sua etnicidade. A exemplo dos estudos que tratam das populações africanas desembarcadas nas Américas, a investigação sobre povos ameríndios também deve se preocupar com sua multiplicidade de arcabouços culturais, que apontam para um entendimento mais amplo e complexo de suas trajetórias ao longo do tempo. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. Questões de fronteira: sobre um Antropologia da História. *Novos Estudos*, n. 72, São Paulo, 2005. p. 130.

O cenário descortinado no passado pelos giros comerciais de regatões abria-se para inúmeros outros exploradores. Áreas antes comandadas por negócios movediços, baseados em itinerários de exploração e comércio móveis, passaram a conviver paulatinamente com estabelecimentos sedentários de produção de borracha. Com base em experiências prévias de contato com nativos, o sistema de aviamento ganhou amplitude pelos sertões, fornecendo mercadorias e alimentos inflacionados aos trabalhadores em troca dos serviços extrativos na floresta.

Na época dos missionamentos anglicanos no Purus, estava em curso um alargamento da atuação das chamadas *casas aviadoras*, que disponibilizavam crédito para a compra de produtos manufaturados⁴²¹. A solidão de negócios andejos passava a dividir e disputar espaço com “colocações” fixas, muitas vezes controladas por famílias – vide o caso dos Encarnação, que exerciam poder sobre seus encarregados e exploravam grandes porções da floresta. A sedimentação desses empreendimentos privilegiava ricos seringais e castanhais, “descobertos” por interlocutores indígenas, que guiavam negociantes em troca de mercadorias.

De acordo com Davi Avelino Leal, a fixidez de tais explorações não valorizava necessariamente a posse da terra, mas o controle dos recursos naturais valorizados no mercado⁴²². Com o avançar das últimas décadas do século XIX, grandes áreas foram devassadas em busca de mais fontes dos cobiçados gêneros das matas. A combinação do aumento da oferta de crédito, disponibilizado pelas casas aviadoras, juntamente com a tendência de sedentarização de “colocações”, ajudou na concatenação de um cenário econômico interligado a demandas do exclusivismo gumífero.

Como se sabe, uma crescente migração de trabalhadores se acoplou ao contexto econômico amazônico do fim do século. A partir da década de 1870 houve um forte crescimento das travessias em direção às cabeceiras. Apinhados em embarcações durante meses, esses sujeitos atravessavam enormes distâncias e adicionavam mais ingredientes ao caldeirão social dos altos rios. Suas diversas experiências de

⁴²¹ As casas aviadoras consistiam em firmas de importação e exportação responsáveis por distribuir mercadorias pelas “colocações” do interior, que, por sua vez, forneciam sua produção de borracha como forma de pagamento. No Amazonas, teve destacado papel a firma J.G. Araújo que se tornou uma das maiores casas aviadoras da Bacia Amazônica, com enorme influência na produção local. Cf. CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. *Cultura e Mercado na Amazônia da Borracha*. In. DOS SANTOS, Gilton Mendes. (org). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011.

⁴²² LEAL, . *Direitos e Processos diferenciados de territorialização...*op.cit. p.66.

subalternização trazidas de outros sertões estavam no bojo desse processo, complicando ainda mais o cenário⁴²³. Estudos recentes apontam, inclusive, que não eram apenas pessoas livres que empreendiam as travessias, pois havia também a presença de escravos fugidos que aproveitavam o movimento para buscar alternativas de sobrevivência e liberdade no território amazônico⁴²⁴.

Negociantes e casas comerciais aproveitavam o aporte da força de trabalho disponível para maximizar seus lucros. O valor das mercadorias acompanhava a alta cotação alcançada pela borracha no mercado internacional, pesando sobre o preço dos produtos adquiridos pelos envolvidos na faina do látex. A cadeia de endividamento atingiu primeiramente os coletores tradicionais de produtos das matas, que passaram a dividir com os recém-chegados algumas das facetas problemáticas do cotidiano do extrativismo.

Nesse ensejo, existem vários registros sobre a estreiteza das relações entre indígenas e migrantes, que muitas vezes dividiam o mesmo espaço de trabalho. Esse era o caso das áreas de exploração de Gil Braz da Encarnação, visitadas pelos missionários anglicanos, que se concentravam no *Mamoriá*, no rio Purus. Após sua morte, em 1888, foi aberto um processo para inventariar seus bens, constando no arrolamento das dívidas “a receber” inúmeros indígenas, em maioria do povo *Paumari*. Outros nomes de devedores foram listados, mas não constando a designação “índio” em sua identificação (nem outro termo referente a etnia), o que permite inferir sua correspondência com trabalhadores migrantes ou de origem não-indígena. Outros inventários repetem a mesma composição de devedores, o que aponta a significativa presença desses personagens dividindo os enlevos do sistema de aviamento e suas relações de trabalho coercitivas⁴²⁵.

Para além das possibilidades de compartilhamento do cotidiano de labuta, também havia a faceta violenta dos encontros de indígenas e migrantes. A medida que os seringais avançavam pela calha dos tributários do Purus, Madeira e Juruá, principais

⁴²³ Sobre as experiências de subalternização no Ceará ver. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000; FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Avalanches de flagelados no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas*. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2014. (Doutorado em História Social).

⁴²⁴ Cf. BARBOZA, . *Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte...*op.cit.

⁴²⁵ Cartório Judicial de Lábrea - AM. Documentação Avulsa, Livros de Juizado de Órfãos - Inventários (detectadas datações entre 1884-1900).

produtores de borracha no oeste amazônico, notícias sobre “correrias” perpetradas por grupos armados por “patrões” se espalhavam. Tais eventos consistiam em massacres e raptos de índios, levados a cabo por “brancos” ou mesmo por outros nativos que se associavam aos atacantes. Se antes o avanço dos adventícios era moroso, com ritmo ditado por canoas ou pequenas embarcações à vela, nas últimas décadas do século XIX as rusgas eram potencializadas pela velocidade do vapor e pelo grande número de migrantes.

Como destaca Cristina Scheibe Wolff, tais “correrias” eram eventos sangrentos, que transformavam camponeses recém-chegados em parte do arsenal repressivo contra indígenas. Concomitante aos morticínios, eram registrados recorrentes raptos de mulheres e crianças, que deviam ser “amansadas” pelas mãos de seus raptos. Segundo a autora, muitas meninas e meninos eram vendidos para “patrões” e outros indivíduos interessados em obter “caboclas e caboclos”, que seriam utilizados em serviços domésticos e na coleta de borracha. Algumas meninas eram “pegas” ainda em tenra idade para servirem como amásias, “quem *pegava* uma cabocla na correria podia ficar com ela para si ou vendê-la”⁴²⁶. As garotas eram dadas para mulheres mais velhas, que seriam suas tutoras até que alcançassem idade e estrutura física mínimas para servirem sexualmente seus raptos.

A “criação” de jovens indígenas em áreas de seringais abriu possibilidades para a formação de gerações de filhos mestiços, com ascendência de seringueiros “brancos”. Registros de batizados de crianças em áreas dos altos rios apontam a grande quantidade de “filhos naturais”, de “pai incógnito”, que aparecem nos documentos lavrados por padres que seguiam em desobrigas pelos sertões.

Esse foi o caso da produção do padre cearense Francisco Leite Barbosa que, recém-ordenado no Seminário da Prainha, em Fortaleza, seguiu para o Purus em 1878, responsável por registrar diversos batizados e casamentos, especialmente nos arredores da povoação de Lábrea, nas proximidades da foz do rio Ituxi. Barbosa começou seu sacerdócio ainda jovem, ante um território que estranhava, com seus rios e florestas e sua população disseminada pelos locais de exploração e malocas indígenas.

⁴²⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta*. Alto Juruá – Acre, 1870-1945. São Paulo: Universidade de São Paulo, Doutorado em História Social, 1998. p.167.

No início do século XX, quando já era conhecido e possuía bastante prestígio na região (nesses tempos ele já detinha o título de Monsenhor), o padre escreveu um “*Resumo Histórico da Paróchia*”, contando sua trajetória e seus enfrentamentos diários, arrolando informações sobre casamentos e batizados, além de listar os beneméritos que doavam recursos para a igreja. No testemunho, Barbosa confidenciou que nos idos de 1878, tempos de sua chegada, “era então a Lábrea uma feitoria de seringueiros, e um dos mais atrasados lugares do rio Purus, não tendo barracão, nem lugar especial onde pudesse celebrar o Santo Sacrifício da missa”⁴²⁷.

Sua preocupação inicial consistiu em sedimentar um local para as celebrações religiosas, buscando angariar com as nascentes elites locais recursos para construir um templo. Além disso, esteve por muitas vezes singrando afluentes em busca de mais “parochianos”, indo aos mais recônditos locais ministrar sacramentos. Os números desses trabalhos foram arrolados como anexo em sua *súmula* sobre a história de Lábrea, discriminando os números de batizados e casamentos, assim como as datas e o sexo de seus catecúmenos.

Segundo os dados organizados pelo padre, entre 1878 e 1908 foram batizadas 23.149 crianças, sendo 5.650 oriundas de uniões consideradas ilegítimas. As crianças “naturais” eram inscritas nos registros apenas com a designação da mãe, muitas das quais constando um primeiro nome em língua portuguesa e um segundo alusivo a “tribo”. Já nos arrolamentos dos casamentos, que no período alcançaram a cifra de 4.174 uniões, chama atenção a ausência de designações étnicas. A maioria dos homens aparecem como originários de localidades do Ceará, constando seus nomes completos e filiações. Já entre as mulheres, aparecem várias “amazonenses”, muitas das quais sem informações sobre seus pais. A ausência de dados sobre a filiação de mulheres tidas como “amazonenses” pode ser tratada como índice analítico do violento resultado das correrias, que massacravam os pais das crianças e os maridos das mulheres indígenas raptadas.

Se antes a memória documental produzida nos altos rios se resumia aos ofícios de diretores de índios, relatos de expedições oficiais de reconhecimento, testemunhos de viajantes e missionários estrangeiros, no final do século XIX houve um incremento significativo da produção de papéis oficiais. Áreas de devassa mais recente

⁴²⁷ Casa do Bispo de Lábrea. Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth da Lábrea – 1902/1909.

começaram a elencar informações anteriormente não contabilizadas. Representantes dos poderes eclesiástico e judiciário começaram a se instalar em áreas de alta produção de borracha, respondendo demandas oficiais de acompanhamento das movimentações internas, que buscavam documentar fluxos demográficos e econômicos.

Além da documentação oficial, jornais começaram a ser produzidos nos altos rios. A partir da década de 1880 vários periódicos começaram a circular por povoações do interior, congratulando a frente pioneira e registrando os movimentos de passageiros e as cotações da borracha. As folhas locais também se tornaram arenas de debate sobre as novas explorações, as quais, prenhes de interesses divergentes, publicavam nas colunas questionamentos e insultos contra adversários. Entre os mais destacados periódicos, podem ser citados, *Rio Madeira* (Manicoré – 1881), *Correio do Madeira* (Manicoré – 1885), *O Purus* (Lábrea – 1888), *Labrense* (Lábrea – 1888), *O Rio Purus* (Lábrea – 1892), dentre outros, que continuaram se multiplicando durante todo o período do *boom* da borracha.

Além do arsenal de fontes produzidas no período, marcas do acirramento dos contatos se fazem presentes também nas narrativas indígenas. Estudos etnográficos têm reiterado que a economia de mercado extrativista não desmantelou referenciais culturais locais, reconstituídos em contato com a frente de expansão⁴²⁸. A estreita relação com migrantes foi peça chave dentro desse rol de mudanças, coevas à composição multiétnica e pluricultural dos *povos da floresta*⁴²⁹.

Entre os povos do médio Purus, existem diversas memórias sobre rusgas com padrões e migrantes, que apontam, entre várias outras referências, o papel de mulheres como importante intermediárias no bojo da situação de fronteira. Uma personagem em

⁴²⁸ Cf. SHIEL, Tronco Velho... op. cit., 2004; BONILLA, Oiara. *Des proies si desirable: Soumission et prédation pour les Paumari d'Amazonie brésilienne*. Tese de doutorado em Antropologia Social, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2007; VIERA, Os Paumari e o Peixe-boi... op. cit., 2013; DE SOUZA, Ingrid Daiane Pedrosa de Souza. *Gente da Mata: Histórias, Alteridades e Socialidades entre os Jamamadi no médio Purus*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

⁴²⁹ Vale salientar que a preocupação em entender esses indícios pode ajudar a problematizar as marcas indelévels das diferentes frentes de expansão ainda visíveis na sociedade amazônica contemporânea. Atualmente, os intitulados *povos da floresta*, portadores de muitas experiências de luta e de saberes diversos sobre o mundo amazônico, lutam contra o avanço da fronteira do agronegócio, que ameaça suas garantias de acesso aos recursos naturais e a legitimidade dos seus conhecimentos tradicionais. Desta feita, são bastante significativas para este trabalho as questões do presente, que têm apontado problemas para um melhor entendimento das permanências e rupturas das lutas camponesas na Amazônia, que a partir do século XIX, articularam-se de maneira mais intensa. Cf. DA CUNHA, Manuela Carneira e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs). *Enciclopédia da floresta: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

particular chama atenção entre as narrativas do povo *Banawá*, que conta sua origem a partir de contendas com antigos negociantes. Sua matriarca, que foi uma das principais lideranças locais durante décadas, era chamada de *índia Ceará*⁴³⁰.

As memórias da composição étnica *Banawá* são diretamente conectadas com o processo de avanço das frentes pioneiras no Purus. Antes de serem contatados pelos migrantes cearenses no início do século XX, os *Banawá* se intitulavam como parte de outro povo, os *Iafi-Deni*, uma espécie de subgrupo dos *Jamamadi*, nação que ainda hoje habita o interflúvio Juruá-Purus. Os gatilhos dessa mudança tiveram base em conflitos com patrões que agenciavam sua força de trabalho. Com receio de represálias, os índios fugiram para uma área distante de possíveis refregas, assentando-se nas proximidades de um igarapé chamado *Banawá*, nomenclatura que finalmente passou a designar todos os remanescentes.

Essa hipótese foi alentada com base das narrativas de duas lideranças indígenas, dois *Tuxauas* irmãos, Moacir e Sebastião *Banawá*, ambos com mais de 70 anos. Suas memórias são amplamente conhecidas na região, passadas por seus pais, especialmente por sua mãe, que era cearense, a filha dos patrões. Atualmente muitos *Banawá* vivem na Ressaca da Onça, terra onde tem assentada uma de suas quatro comunidades na floresta⁴³¹.

Segundo o relato dos *Tuxauas*, havia uma relação de aviamento firmada entre os índios e um explorador na região do rio Piranha, pertencente à bacia do Tapauá (que por sua vez é afluente do Purus). Tratava-se da família de um patrão cearense que, para além de uma relação eminentemente exploratória da força de trabalho, tinha certa proximidade com os indígenas, adquirindo inclusive os excedentes da produção nativa, como castanha, sorva e copaíba, trocados, como de costume, por gêneros “dos brancos”,

⁴³⁰ O contexto da pesquisa sobre a “índia Ceará” foi iniciado em 2012 em ocasião da Expedição Purus, organizada pelo Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena, da Universidade Federal do Amazonas – uma empreitada etnográfica que congregou inúmeros pesquisadores. Foi feita uma viagem de barco ao médio curso do rio Purus para fazer um levantamento de informações sobre os povos indígenas da área, além de algumas incursões exploratórias aos arquivos da região. Um dos pontos mais importantes devassados durante a temporada de pesquisa foi o estudo das frentes extrativista historicamente assentadas no curso do rio, que na segunda metade do século XIX foi o epicentro de grandes fluxos migratórios e produção de borracha. Os desdobramentos desse processo se fazem sentir ainda hoje, posto que o deslocamento de fronteiras econômicas empurrados pelo látex instrumentalizou toda uma cadeia de produção e rearticulou formas de exploração coercitiva do trabalho indígena, que passaram a conviver com inúmeros trabalhadores migrantes, especialmente vindos de outras áreas do Brasil, como o Ceará. Essa composição serve de pano de fundo para o entendimento da trama aqui sumarizada.

⁴³¹ NEAI. Áudios Expedição Purus, Sebastião Banawá (Canutama) e Moacir Banawá (Tapauá), fev. 2012.

como enlatados, armas e instrumentos de trabalho. A relação acontecia sem grandes atribulações, inclusive porque a avó “branca” dos *Banawá*, esposa do “patrão”, tinha uma proximidade ainda maior com os indígenas, pois dominava o idioma, além de costurar, cozinhar e trocar amabilidades com os habitantes da floresta.

Assim, ela se transformou em índia, a cultuada “índia Ceará”, como ficou conhecida a esposa do patrão. Essa personagem “híbrida” era mãe de duas filhas pequenas, Iva e Diva, e vivia próxima ao armazém onde eram guardados os gêneros do aviamento. Ela arbitrava os conflitos e apaziguava os ânimos num cotidiano de trabalho perpassado por enormes desafios de alteridade e conflitos.

Havia, nesse sentido, sob a arbitragem da “índia Ceará” inúmeros desafios. Ela era uma espécie de interlocutora dos interesses patronais e ao mesmo tempo uma emissária que poderia interceder pelos indígenas no cotidiano de trabalho. Vivendo entre mundos díspares, ganhava notoriedade como uma importante personagem intermediária, manejando habilmente culturas e interesses dissonantes. Era uma interlocutora que viabilizava uma convivência possível entre culturas diferentes e potencialmente conflituosas⁴³².

Contudo, em certa ocasião, um grupo de indígenas refratários ao concerto firmado entre a “índia Ceará” e o *Tuxaua* da época, resolveram atacar o barracão, assaltando também a residência dos cearenses. Os contatos entre esses mundos, que em princípio pareciam harmônicos, entraram em choque de forma decisiva. A “índia Ceará” estava sozinha com suas duas filhas e foi morta durante o assalto, sendo as crianças levadas juntamente com o material pilhado do armazém. No caminho de volta, uma das meninas, Iva, a mais nova, começou a chorar copiosamente e a relutar em continuar a jornada de fuga. Então, enquanto um dos índios foi procurar uma fonte de água para matar a sede do grupo, um outro “arpoou” Iva, matando-a, sendo resolutamente reprovado pelos

⁴³² Como assevera Mary Louise Pratt, aprioristicamente o colonialismo se colocava como um processo masculino, violento e sem freio. Por outro lado, é preciso salientar também que existem referências históricas que forçadamente colocam a obra de Alencar de ponta-cabeça. Esse é o caso das indígenas negociadoras, das mulheres que não largaram seu povo, mas que barganharam uma posição junto aos adventícios. Mary Karash, em trabalho clássico sobre a capitania de Goiás, fala de Damiana da Cunha, uma índia *Caiapó*, que atuou no século XVIII como sertanista em sua região e catequista de seu próprio povo. Ela teve papel fundamental num processo de reorganização territorial, impondo limites aos colonizadores e ao mesmo tempo agenciando interesses adventícios entre os *Caiapó*. Esse quadro nos serve para nuançar o papel feminino dentro do âmbito mais amplo do colonialismo. Cf. KARASCH, Mary. *Damiana da Cunha: catechist and sertanista*. In: NASH, Gary e SWEET, David (orgs.). *Struggle and survival in colonial America*. Berkeley, University of California Press, 1981; PRATT. *Imperial Eyes* ...op.cit.

companheiros de viagem, que não permitiram que se fizesse o mesmo com a outra menina. Ao chegarem na maloca, houve uma séria consternação diante do ocorrido, tendo em vista tanto a quebra das regras estipuladas entre a liderança indígena e a esposa do patrão, quanto diante do temor das represálias que seguramente ocorreriam em virtude das mortes e do assalto.

Assim, ao tomar conhecimento do cenário de conflito que se avizinhava, o *Tuxaua* não deu guarida aos salteadores, punindo-os com a morte. Depois, temendo maiores perigos, resolveu deslocar-se juntamente com todos os membros da comunidade para refugiar-se de possíveis ameaças, levando consigo Diva, a filha sobrevivente da “índia Ceará”. A comunidade, após incorrer em fuga, situou-se nas proximidades do já citado Igarapé Banawá, numa distância considerada segura de possíveis expedições em retaliação ao grupo. Nessa localidade, reconstituiu sua identidade indígena, que até hoje possui a marca da ancestralidade de uma mulher migrante morta pelos próprios índios.

Nesse local, Diva, filha da “índia Ceará”, cresceu e constituiu família entre o povo *Banawá*, casando-se com um indígena, com quem teve seus filhos, os *Tuxauas* Moacir e Sebastião. Diva, falecida na década de 1990, permaneceu por toda vida com o grupo, educando seus filhos na cultura indígena, sem nunca obliterar sua trajetória, que foi passada oralmente para seus familiares, que nunca esqueceram sua “avó branca”. Várias versões desse relato são contadas por habitantes de Canutama, antiga feitoria de Manoel Urbano, passando de geração para geração, incluindo outros familiares de Diva, como sua neta Ana *Banawá* (filha do Sr. Sebastião), atualmente importante liderança indígena do Purus.

O povo indígena tem na figura feminina da “índia Ceará” um de seus pontos de partida. Sua descendência se tornou uma espécie de linhagem com grande notoriedade e inúmeras lideranças. Percebe-se, diante dessas tramas da história e da memória, algumas das dimensões das experiências de contato envolvendo um rol de relações multifacetado. Desde o século XIX, quando foi iniciada de modo mais incisivo a exploração econômica dos altos rios, esse cenário foi se desenhando, agregando outros atores e novas interações sociais. Diante do exposto, fica difícil pensar esses papéis sociais de maneira estanque e rígida, principalmente quando levamos em conta os relatos dos Srs. Moacir e Sebastião, que tratam de memórias de conflitos, que conjugam duas categorias sociais subalternizadas, a indígena e a feminina. Tais aspectos foram vislumbrados como

fundamentais na seleção de lembranças do povo *Banawá*, que fortalecem um processo de afirmação de identidade, tecida através de experiências históricas entrelaçadas entre indígenas e migrantes.

Mulheres da floresta foram agentes fundamentais na reconstituição do avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. Mesmo diante de um processo eminentemente masculino, que era ainda mais violento com pessoas do gênero feminino, mulheres tiveram destacado papel dentro dos limitados campos de possibilidades que atribuíam sentido às suas ações. Para além das índias e migrantes, outras personagens femininas se destacaram no cenário histórico em tela. Em pleno tempo das “correrias” e “raptos”, quando as rusgas da borracha tomavam conta da Província do Amazonas, uma viajante estrangeira resolveu visitar Manaus. Esse foi o caso da Princesa Tereza da Baviera, também partícipe da frente de expansão.

5.3 A Princesa Tereza da Baviera e o índio Maximiano Roberto

Desde o início da conquista, a Amazônia foi pensada no feminino. A floresta *virgem* devia a ser *dominada, descoberta, desbravada e explorada*. Guerreiras indígenas lutaram contra as esquadras capitaneadas por homens europeus, representantes de um ideário pioneiro masculino que teve evidentes continuidades ao longo do tempo. Com base nesse esteio, o fabuloso imaginário ibérico colocou em movimento a mitologia das Amazonas que campeou entre aqueles que ousaram singrar as águas do grande rio.

No século XIX, a floresta e seus caminhos fluviais continuaram sendo fonte para lendas. Antigas modalidades de colonialismo ganharam novos tons. Como já discutido anteriormente, entraram em cena discussões científicas sobre o território amazônico, buscando devassar mistérios geográficos, descrever costumes locais, classificar raças, divulgar potencialidades econômicas e decifrar seus enigmas “naturais”. Em tal cenário raramente apareciam mulheres, que dificilmente se expunham em longas viagens. A expansão do capitalismo e da ciência oitocentista era terreno eminentemente masculino, que acompanhava os contornos do avanço rumo aos altos rios amazônicos.

No entanto, uma princesa europeia avançou sobre esse terreno, se expondo na berlinda amazônica. Teresa da Baviera, nascida em Munique em 1850, sobrinha de

Maximiliano II, cresceu como parte da realeza da Baviera. Desde cedo se interessou pelos mistérios da História Natural, mas não pôde continuar seus estudos nas universidades de sua região que somente passariam a admitir mulheres em 1903⁴³³. Assim, a estudante resolveu fazer uma incursão longe das salas de aula e aportou no Brasil em junho de 1888 a bordo do Vapor *Manauense*, que saía de Lisboa com destino a Manaus⁴³⁴.

O registro de sua viagem se soma ao pequeno contingente de mulheres que se destinaram à América do Sul e publicaram seus relatos no século XIX. Em um campo literário que valorizava o ideário masculino, caracterizado por arroubos aventureiros e expansivos, a presença feminina era tida como inadequada e incomum. Algumas predecessoras de Teresa da Baviera, como Flora Tristán e Maria Graham, estão entre as poucas que ganharam notoriedade⁴³⁵. Além delas, é importante sublinhar o trabalho de Elizabeth Agassiz, que ao acompanhar o marido em sua viagem pelo Brasil reuniu suas memórias e coligiu dados da Expedição *Thayer* na redação de seu relato.

⁴³³ Na versão em língua portuguesa do relato de Teresa da Baviera existe uma interessante apresentação elaborada pelo revisor da tradução do alemão, Christian Heimpel. No texto é destacada a grande eloquência da Princesa em assuntos científicos e também seu forçado autodidatismo. Por outro lado, o autor destaca que foram os esforços de Teresa da Baviera em seus estudos que influenciaram seu pai, o Príncipe-Regente *Luitpold von Bayern*, irmão do Rei Maximiliano II, a franquear às mulheres a entrada nas Universidades da Baviera no início do século XX. Cf. HEIMPEL, Christian. Princesa Teresa da Baviera – Minha Viagem aos Trópicos Brasileiros: uma introdução para o leitor brasileiro. In. BAVIERA, Teresa da. *Minha Viagem aos Trópicos Brasileiros* (tradução de André Luis Frota de Oliveira). Fortaleza: Clube dos Autores, 2014. p.30

⁴³⁴ Além de circular por Belém e Manaus, Teresa da Baviera fez percurso de cabotagem pela costa brasileira, passando por São Luís, Fortaleza, Cidade da Paraíba, Recife, Maceió, Salvador e Rio de Janeiro. Depois de sua parada capital do Brasil, percorreu vários lugares nas Minas Gerais, São Paulo e no Espírito Santo, onde se destacam seus relatos sobre os índios *Botocudo*. Ao todo foram pouco mais de 4 meses de viagem.

⁴³⁵ **Flora Tristán** nasceu em 1803 em Paris, filha de uma francesa e de um aristocrata peruano. Após a morte do pai, em 1808 sua família viveu sérios problemas econômicos. Assim, a escritora cresceu numa conjuntura de privações. Ainda jovem empregou-se numa tipografia onde conheceu seu marido, com quem teve um conturbado relacionamento. Em 1833 deixou a França e viajou até Arequipa no Peru, buscando reaver parte da fortuna deixada por seu pai. Viveu por um ano na cidade, na companhia dos parentes paternos que a trataram com frieza e lhe concederam apenas uma pequena pensão. Retornou à França em 1834 e com base em suas experiências no Peru publicou em 1838 seu relato de viagem em dois volumes, intitulado *Peregrinações de uma Pária*. Nos anos seguintes, envolveu-se com a luta operária na França, tomando parte na *Union Ouvrière* e nos debates sobre a emancipação feminina. **Maria Graham** nasceu na Inglaterra em 1785. Filha de um Oficial da Marinha Britânica, desde jovem fez longas viagens. Numa dessas ocasiões, quando estava na Índia, conheceu seu marido, Thomas Graham, com quem se casou em 1809. Ao acompanhar seu cônjuge em uma viagem em direção à Valparaíso no Chile sofreu um difícil golpe. Ao circundar o Cabo Horn, seu marido foi gravemente acometido por febres, falecendo ainda durante o percurso. Depois disso, Maria Graham acabou passando uma longa temporada na América do Sul, escrevendo diversos relatos sobre suas experiências no continente. No Brasil, tornou-se preceptora da Princesa Maria da Glória, filha de D. Pedro I, permanecendo no país até 1826. Para maiores informações sobre os relatos das viajantes e sobre sua inserção dentro de um debate mais amplo sobre literatura de viagem escrita por mulheres, conferir o Capítulo 7 da obra clássica *Imperial Eyes* de Mary Louise Pratt, intitulado *Reinventing América II: The capitalist vanguard and the exploratrices sociales*.

A viagem de Teresa da Baviera distinguia-se das de suas antecessoras por apontar um claro objetivo de ordem científica, alimentado certamente pelo desejo de prosseguir seus estudos interditos nas universidades de seu tempo. Talvez por isso tenha evitado ser identificada com sua posição na nobreza; já nos preparativos de sua expedição aos “trópicos brasileiros” adotara um pseudônimo, Condessa Therese von Elpen, passando por uma curiosa pesquisadora. Trouxe consigo uma “pequena corte”, composta por uma dama de companhia, um oficial de escolta, que possuía título de General de Cavalaria, e um criado “versado na arte da preparação taxidérmica”⁴³⁶. Teve como primeira parada Belém, onde passaria poucos dias e vivenciaria uma “impressão singular do Novo Mundo”.

A floresta que emoldurava a capital do Pará deixou-a deslumbrada pela variedade de plantas e animais existentes, que embora causasse uma boa impressão, não entrava em sintonia com seu ideal de cidade. Em suas anotações sobre os habitantes e eventuais interlocutores a viajante deixou escapar diversos estranhamentos. Seguindo tendência de vários testemunhos congêneres, se mostrou impactada pela diversidade de pessoas não-brancas que circulavam na urbe. Teresa da Baviera, que transitou nas concorridas ruas da enriquecida capital paraense, fez questão de salientar sua aversão ante a grande quantidade de “negros e negras com suas típicas cabeças encarapinhadas” que ocupavam as ruas dividindo espaço com inúmeros cafuzos e indígenas⁴³⁷.

A recente abolição da escravidão também fez parte de seus comentários. Em visita à Ilha das Onças, localizada nas cercanias da cidade, a Princesa salientou a presença de trabalhadores negros *jornaleiros* em uma olaria, que já viviam livres na data da Lei Áurea⁴³⁸. Já em Arapari, distante alguns quilômetros da capital, ela encontraria 60 negros e negras num engenho de cana-de-açúcar “recebendo os homens diárias de quatro marcos e as mulheres de três”, trabalhadores que “havia sido escravos e tinham recebido sua liberdade havia poucos meses somente”⁴³⁹.

Embora apresentasse simpatia à causa abolicionista, a viajante passava longe de um juízo que considerasse a população egressa da escravidão sob um ponto de vista positivo. Suas impressões eram recheadas de interpretações pejorativas, apresentando

⁴³⁶ HEIMPEL, Christian. *Princesa Teresa da Baviera ...op.cit.* p. 31

⁴³⁷ BAVIERA,. *Minha Viagem...op.cit.* p. 65

⁴³⁸ BAVIERA,. *Minha viagem.... op. cit.* p. 68

⁴³⁹ BAVIERA,. *Minha viagem.... op. cit.* p. 86

estreita relação com as teorias raciais que grassavam nos debates científicos de seu tempo. Essas referências são visíveis quando Teresa da Baviera posiciona no relato classificações dos habitantes locais, atentando às suas angulações da face, aparência física geral, entre outros detalhes.

É interessante notar que durante seus percursos pelo Brasil a Princesa dependeu decisivamente de interlocutores locais, muitos dos quais não-brancos. Para além dos comerciantes alemães e outros europeus que residiam pelas cidades, conectados ao avanço da econômica da borracha, ela teve que contatar obrigatoriamente intermediários que conheciam bem as terras amazônicas. Ao deixar a capital do Pará, seguiu no Vapor *Manauense* com destino à Manaus, objetivando buscar um guia que pudesse leva-la até alguma “tribo selvagem”. Desembarcou na cidade na noite de 7 de julho de 1888, depois de quatro dias de viagem fluvial. Após a chegada, seguindo conselhos de um negociante que havia embarcado junto com sua comitiva em Lisboa, procurou um dos afamados guias mestiços, residente na urbe.

Manaus, sábado, 7 de julho

Tratava-se, entretanto, de se organizar o quanto antes uma das modestas expedições, para as quais Manaus nos deve servir de ponto de partida. Graças à cortesia de um negociante local, que de Lisboa havia feito conosco a travessia, fomos encaminhados, nesse assunto, a um meio-índio, Maximiliano (*Maximiano*) Roberto, filho de um espanhol e de uma índia Mura. É ele conhecedor da terra e da gente, das plantas e animais. Viveu muito entre os índios para se familiarizar com seus costumes e hábitos, e fala pelo menos quinze línguas indígenas.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Idem. p.113. Conforme levantamento e cruzamento com outras fontes, é certo que o nome do guia era “Maximiano” e não “Maximiliano”, como registra Teresa da Baviera. O mesmo personagem aparece como informante e guia de outros viajantes e cientistas, como João Barbosa Rodrigues e Ermanno Stradelli. O relato da Princesa incorre em outro possível equívoco quando trata da origem do interlocutor, pois não foram encontradas referências sobre seu suposto pai espanhol e sua mãe *Mura*. Em contrapartida, existem inúmeras informações que indicam seu nascimento no rio Negro, como filho do povo *Tariana*. Tanto é que Maximiano era um reconhecido especialista sobre os povos e línguas faladas no rio Negro em sua época, sendo inclusive um dos narradores do *Mito do Jururapi*, com grande notoriedade na região. Por essas razões, no decorrer do texto o personagem será nomeado como “Maximiano”. Para maiores informações conferir: CASCUDO, Luís Câmara. *Em memória de Stradelli*. Manaus: Valer, [1936] 2001.

Imagem 13 – Detalhe da fotografia de Maximiano Roberto

Fonte: BAYER, Therese von. *Meine Reise in den Brasilianischen Tropen*. Verlag Von Dietrich Reimer: Berlim, 1897. p. 85

Maximiano Roberto foi visto com admiração pela viajante, que fez questão de fazer o registro de seu tipo. Vestido de maneira distinta, com barba e cabelos bem alinhados, aparece sentado próximo de uma cerca de madeira. Sua postura revela alguém atento, com o olhar fixo de quem poderia estar tomando parte num diálogo, como um indivíduo possuidor de fala. A tomada da imagem empresta ao guia uma compleição que o distingue de outros interlocutores também presentes no relato, que não pareciam possuir o mesmo grau de distinção. Embora fosse classificado como mestiço, o guia não foi diretamente relacionado aos marcadores que caracterizavam negativamente outros personagens contatados pela Princesa durante a viagem.

Após encontrar o sábio local, que lhe serviria de interlocutor durante o itinerário em busca de uma “tribo selvagem”, a viajante resolveu fazer anotações sobre a capital do Amazonas. Em seus percursos encontraria vários alemães que viviam na urbe, que faziam parte do crescente número de estrangeiros interessados nas possibilidades de trabalho com o vertiginoso enriquecimento de Manaus. Além dos seus compatriotas, a

Princesa também teve contato com vários outros habitantes locais, que chamaram sua atenção devido à presença massiva de “tapuios”. A viajante reservou tempo para examinar as ruas do centro, classificadas como piores e mais esburacadas que as encontradas no Pará, possuindo prédios pouco atraentes, salvo o exemplo de algumas lojas “aceitáveis” de origem francesa. Teresa da Baviera caminhou até alguns arrabaldes da urbe, marcadas pela forte presença de índios, como no caso da área com “pitorescas choupanas indígenas cobertas de folhas de palmeira, dispostas em fileiras, que constituem o extremo da cidade por trás da belíssima Igreja de São Sebastião”⁴⁴¹.

Na manhã de 8 de junho, a viajante continuou seus percursos, dessa vez comparecendo à missa na Igreja dos Remédios. Na ocasião, encontrou um missionário que conhecera durante a travessia do Vapor *Manauense*. O religioso havia prometido explicar-lhe o funcionamento do trabalho de evangelização junto ao povo *Mundurucu*. Ainda no ensejo dos diálogos com missionários, a viajante foi apresentada ao Vigário-Geral, que se prontificou a mostrar-lhe uma jovem índia *Miranha* “pega” há pouco tempo no rio Juruá. O encontro causou-lhe grande interesse, levando Teresa da Baviera a tomar nota das características físicas da indígena de maneira meticulosa.

Para além das classificações sobre cor, altura, cabelos, olhos, a Princesa registrou detalhes sobre a trajetória da garota até Manaus. Segundo seu relato, “os *Miranha* eram aprisionados de bom grado pelos brancos, como bons trabalhadores não assalariados, especialmente as meninas, que logo se finam de saudades”⁴⁴². A anotação deixava entrever faces do mercado de trabalho compulsório fortemente presente em Manaus, que já de longa data atingia crianças e mulheres indígenas.

O trânsito de indígenas “trazidos” para Manaus fazia parte de um processo de longa duração, entendido historicamente dentro da ótica dos esforços civilizacionais e de pacificação dos nativos. Como se sabe, essa conjuntura era atravessada por diversos conflitos que incluíam também respostas incisivas dos próprios povos indígenas. À época da passagem de Teresa da Baviera pelo Amazonas, eram bastante recentes as memórias das sangrentas contendidas vivenciadas entre agentes particulares e os povos do rio Jauaperí, afluente da margem esquerda do rio Negro. Os *Crixaná* eram publicizados como aguerridos, devido aos diversos ataques à Vila de Moura, onde teriam assassinado e

⁴⁴¹ BAVIERA, . *Minha Viagem...* op. cit. p. 115

⁴⁴² BAVIERA, . *Minha viagem.... op. cit.*, p. 117

pilhado moradores. Tais ações, conforme registro de João Barbosa Rodrigues – o “pacificador dos Crixaná”, eram feitas em represália às investidas de exploradores que avançavam sobre o rio Jauaperí de maneira violenta, capturando e matando indígenas que não entravam em acordo com os interesses econômicos da frente de expansão na área⁴⁴³. As tensões somente diminuíram após a organização de uma comitiva de guias e tradutores a pedido da Província do Amazonas, liderada por Barbosa Rodrigues em 1884.

Maximiano José Roberto, o guia mestiço encontrado pela Princesa, estava diretamente relacionado com esses esforços oficiais de “pacificação”. Suas ações incluíam negociações com diversos povos indígenas, especialmente no que tange ao comando de turma de trabalhadores e à quebra dos entraves ao processo de interiorização. Ocupando o cargo de Subdelegado da área do Tarumã, localizada nas cercanias de Manaus, o guia lidava diretamente com interesses nativos do território⁴⁴⁴. Em 1882 comandou uma turma de 20 *Maué* e 12 *Mundurucu* trabalhando na “limpeza” de uma grande extensão de floresta nas margens do rio Negro, que serviria para a criação do gado destinado ao consumo da capital⁴⁴⁵. Existem também registros de suas ações em demarcações de seringais pela bacia do rio Negro, que incluíam o “levantamento da planta” de vários afluentes, como o Caurés, Carabinani e Jutai⁴⁴⁶. Portanto, o guia de Teresa da Baviera não era alguém desligado do processo que fortalecia o deslocamento de fronteiras em curso.

Não foi à toa que Maximiano sugeriu à Princesa uma visita ao rio Jauaperí, recém “pacificado”, uma forma de apresentar um exemplo bem-sucedido de contato. A viajante, muito interessada em conhecer uma “tribo selvagem”, acatou a ideia do guia e logo passou a organizar os preparativos da empreitada. Em vários momentos, Teresa da Baviera mostrou-se animada em visitar os *Crixaná* que, segundo ela, “ainda viviam na Idade da Pedra”.

À 1 da tarde do dia 8 de junho a lancha a vapor *Corta-água* estava pronta para zarpar. Era uma embarcação pequena e sem cobertura, que acomodaria as provisões, bagagens e tripulantes. Para a viagem foram contratados, além de Maximiano, “um

⁴⁴³ Cf. RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauaperí: A Pacificação dos Crixaná*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

⁴⁴⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). *Voz do Povo*, 29 de janeiro de 1882. ano I, n. 40, p. 4. (Digitalizado)

⁴⁴⁵ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. *Falla apresentada à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Manaus: Typ. Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1882. p.80

⁴⁴⁶HDBN. *Commercio do Amazonas*, 26 de outubro de 1899. ano XXXII, N. 54. p. 2 (Digitalizado)

maquinista inglês, um velho marinheiro português surdo, e um (outro) português chamado João, a ser utilizado em todos os trabalhos como ajudante”⁴⁴⁷. A viagem seguiria subindo o rio Negro, utilizando uma rota bastante conhecida pelos que navegavam em direção ao Jauaperí. Como a embarcação não possuía acomodações, a ideia inicial era buscar abrigo em algum sítio disponível durante a viagem, que poderia assegurar a guarida dos membros da incursão durante a noite.

No percurso, a audiência da lancha passou várias horas ouvindo os relatos de Maximiano sobre as “lendas da raça de sua mãe”. Na ocasião, foram citadas as inscrições rupestres presentes em algumas áreas da bacia do rio Negro, que segundo o valoroso interlocutor eram parte de crenças indígenas, que explicavam a natureza e suas metamorfoses. No correr da viagem, após ouvir as palestras do guia, a comitiva chegou na freguesia de Tauapessassu. O lugar foi encontrado “quase completamente ermo”, um indicativo do estado ruinoso por que passava a localidade, distante dos veios principais dos fluxos migratórios da época. Foram recebidos na povoação por um português e sua esposa indígena, que acolheram a tripulação em sua casa “do modo mais hospitaleiro”.

Durante o tempo passado na casa de seus anfitriões um fator aguçou a atenção da viajante. Tratava-se da presença de uma outra índia, ao que parece ocupada com o serviço doméstico, que apresentava um “tipo racial norte-americano”. A compleição física e inteligência da personagem fizeram a Princesa chegar à conclusão parcial que a dita mulher não era uma autêntica nativa do território amazônico. Para reforçar sua assertiva derogatória, fez questão de anotar suas características físicas, além de aproveitar a ocasião para fotografá-la e coletar mais informações, no sentido de melhor apresentá-la em seu estudo.

Esta tinha uma fronte recuada, mais estreita que a maioria das índias brasileiras, olhos pretos com a fenda palpebral apertada, nariz de raiz bem formada e quase reto, uma boca grande com lábios não muito grossos, zigomas um pouco salientes, queixo antes pouco desenvolvido, pele de cor amarelo-escuro e magnífico cabelo preto. Também pela estatura mais elevada e maior inteligência diferia vantajosamente da mediania das índias semicivilizadas da região amazônica.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ BAVIERA,. *Minha viagem.... op. cit.*,118

⁴⁴⁸ BAVIERA,. *Minha viagem.... op. cit.* p. 123

Imagem 14 – Detalhe da fotografia da índia de Tauapessassu

Fonte: BAYER,. *Meine Reise ...* op. cit. p.96.

A mulher, na opinião de Teresa da Baviera, parecia superior aos demais indígenas amazônicos, aguçando a curiosidade sobre a sua “filiação tribal”. Sem apresentar parâmetro de comparação, ou qualquer outra razão que explicasse tal classificação, tudo leva a crer que a viajante nutriu certa empatia pela índia – sentimento pouco presente em todo seu relato sobre o Brasil. No entanto, o diálogo com a mulher do rio Negro não correspondeu às expectativas, especialmente no que tange às desconcertantes questões sobre a “raça” da interlocutora. A índia se mostrou reticente em responder as ilustradas perguntas da viajante, frustrando-a. Ao fim e ao cabo, a mulher de Tauapessassu foi classificada como uma “tapuia semicivilizada”.

O registro contrasta nitidamente com a apresentação de Maximiano, tratado não somente como alguém digno de afeição, mas também como personagem detentor de conhecimentos e agência. Embora o guia também tivesse ascendência indígena e não vivesse com seu povo, em nenhum momento foi tratado como tapuio destribalizado, o

que no entendimento da viajante possuía conteúdo racialmente depreciativo. Já a mulher do rio Negro foi precedida por sua tez amarelo-escura, pelos ângulos de sua face e por seu “magnífico cabelo preto”. A personagem de Tauapessassu foi arrolada como mais uma pitoresca tapuia entre tantas que serviam as casas das boas famílias manauaras.

Mesmo seguindo uma receita de exotização, é interessante notar a recorrência da presença de mulheres no relato de Teresa da Baviera. A inclusão de um número não desprezível de personagens femininas contrasta com as preocupações da maioria dos testemunhos de viagem de seu tempo. Ainda que não reconheça suas interlocutoras como “iguais”, a viajante aguçou seu olhar no sentido de situar as mulheres nas sociedades locais.

Assim, concluídos os arrazoados sobre a indígena fotografada, que lhe causara alguma frustração, a Princesa resolveu se reorganizar para seguir viagem. Contudo, os moradores do local desaconselharam firmemente a sequência da incursão, apresentando dois motivos principais. O primeiro relacionava-se com o surto de sarampo e febres que estavam acompanhando a cheia do rio, enfermidades que tinham atingindo inclusive vários membros da família de seu anfitrião em Tauapessassu. O segundo tinha relação direta com o período de inundações, que influenciava o deslocamento dos *Crixaná* para áreas de terra firme no centro da mata. Mesmo que continuassem enfrentando a subida (arriscando contrair alguma doença da estação), era provável que não localizassem nenhum *Crixaná* para ilustrar o relato da viagem.

Após calcular os riscos da empreitada a Princesa resolveu abandonar a ideia de seguir até o Jauaperí. Segundo Teresa da Baviera, a desistência não foi uma decisão precipitada, devido especialmente à precariedade da embarcação, que sem cobertura não protegeria adequadamente contra os “miasmas” que empestavam o rio. Desse modo, passariam a noite em Tauapessassu, e na manhã seguinte iniciariam seu regresso para Manaus, de onde pensariam outras possibilidades de encontrar “índios selvagens”.

O itinerário de retorno foi mais agitado que o da ida, especialmente devido ao estado de embriaguez permanente do maquinista inglês, que em certa ocasião caiu no rio e teve que ser resgatado pelo restante da tripulação. Apaziguados os ânimos, à tarde pararam na localidade de Paricatuba, onde havia algumas choupanas de palha, área correspondente a “um antigo sepulcro aborígene”, cheio de urnas funerárias aflorando no

solo. Maximiano Roberto teria trocado afabilidades com vários “índios puros” moradores do povoado, travando descontraídas conversas em *Nheengatu*.

Depois de saírem de Paricatuba, houve mais um incidente com o ébrio piloto, que teria acelerado a máquina da lancha para além de sua capacidade, com risco de superaquecimento e explosão. Mesmo enfrentando a situação de tensão, com risco inclusive de naufrágio, os membros da comitiva conseguiram chegar em Manaus às 7 da noite, após muitos protestos contra o imprevidente maquinista.

A ocorrência deixou todos bastante inquietos, incluindo o guia da expedição, que decidiu abandonar a viajante. Antes do referido episódio, Maximiano havia prometido levar a Princesa até uma maloca *Mura*, situada às margens do Solimões. Entretanto, a conjuntura problemática o levou a deixar definitivamente a comitiva, certamente desconfiado de seus instáveis interlocutores “brancos”. Teresa da Baviera deixou registrado seu lamento, pois agora seus intentos estavam “privados do melhor, talvez o único guia para índios selvagens ou semisselvagens”⁴⁴⁹.

A desistência demonstrava a independência do intermediário mestiço. Maximiano José Roberto estava entre os cidadãos dignos de fé da Província do Amazonas, como um celebrizado interlocutor de exploradores e do Estado. Naquela altura do século XIX, já havia participado de expedições capitaneadas pelo Conde Ermanno Stradelli, incluindo uma famosa incursão ao rio Uaupés em 1882, cujo relato fora publicado pela Sociedade Geográfica Italiana com grande repercussão internacional. Stradelli morou muitos anos na Amazônia, sendo um dos entusiastas da pujança da economia da borracha, chegando a apresentar um projeto de exploração de seringais ao industrial italiano Giovanni Batista Pirelli. O capitalista nascido na região da Lombardia não aceitou o desafio do alto investimento, que teria precedido em muitas décadas a iniciativa de Henry Ford⁴⁵⁰.

Para além dos interesses econômicos, Stradelli se tornou também um estudioso das culturas indígenas locais, tendo frutíferos intercâmbios com informantes nativos, incluindo Maximiano, que aparece em várias passagens de seus estudos sobre o *Nheengatu* e sobre os mitos indígenas do rio Negro. Entre os mais notáveis produtos desse

⁴⁴⁹ BAVIERA, . *Minha viagem.... op. cit.* p. 131.

⁴⁵⁰ Cf. RAPONI, Livia. Mata adentro, Ermanno Stradelli no Rio Purus. In. DOS SANTOS, Gilton Mendes e APARÍCIO, Miguel. *Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus*. Manaus: EDUA, 2016.

relacionamento está o registro da *Lenda do Jurupari*, redigida em *Nheengatu* pelo próprio Maximiano. Os manuscritos originais teriam sido dados a Stradelli, que traduziu o trabalho de seu afamado guia⁴⁵¹.

É sabido que no século da ciência havia pouco espaço para saberes como os do interlocutor de Teresa da Baviera e Ermanno Stradelli. Ele esteve entre àqueles que acharam brechas dentro de uma tendência geral desprestigiadora, conectando-se ao mundo “letrado” através de seus conhecimentos sobre povos indígenas, rotas fluviais e idiomas. Semelhante ao caso de Manoel Urbano da Encarnação, sua trajetória teve um caráter extraordinário, como exceção dentro do amplo universo de interlocutores nativos. Essa disposição se acentuava ainda mais quando a posição social do informante era tida como subalterna. Assim, remeiros, carregadores, tradutores, cozinheiros e ajudantes de toda ordem eram os principais alvos desses ocultamentos seletivos.

Mesmo enfrentando discursos e ações derogatórias, esses personagens foram fundamentais para a concretização de tentativas de conquista e esquadrinhamento dos altos rios amazônicos. Na condição de guias e interlocutores, atuaram como verdadeiros intelectuais da floresta, manejando conhecimentos fundamentais para o sucesso de empreitadas científicas e de reconhecimento dos altos rios. Embora tenham tido destacada

⁴⁵¹ Durante sua viagem ao Uaupés, o Conde teria se interessado pelas narrativas da chamada “Religião do Diabo”, que supostamente se confundia com a crença em Jurupari. Tratava-se de um culto que respeitava um calendário de festividades, embargos e tabus sexuais guiados por saberes ancestrais. A trama era baseada em “segredos” revelados por Jurupari, um poderoso pajé que havia nascido entre os indígenas para reorganizar suas estruturas sociais e indicar orientações para gerações futuras. O culto envolvia cerimônias restritas, que faziam uso de instrumentos musicais e relíquias sagradas. Toda essa indumentária de códigos culturais foi interpretada como obra demoníaca, especialmente devido às dificuldades que geravam às investidas dos missionários. Dois Padres franciscanos, Matteo Canioni e Giuseppe Iluminato Coppi, que tentaram implementar missões pelo Uaupés nos idos de 1880, marcaram forte oposição aos que cultuavam Jurupari. O ápice dos embates teve ocasião no momento em que Coppi buscou mostrar a máscara secreta da entidade para uma audiência ampla, que incluía mulheres proibidas de ver a relíquia. A ideia do religioso era provar que o objeto não possuía poderes mágicos e que vê-lo ou tocá-lo não causaria nenhuma consequência. O resultado foi uma rebelião de grandes proporções, onde “a porta do templo foi arrancada pelos batentes, o telhado escancarado, as janelas quebradas”. A atitude gerou enorme alvoroço. Todas as mulheres, assim como a maior parte dos outros neófitos da missão, abandonaram a aldeia. Os missionários também tiveram que escapar, temerosos diante da fúria dos pajés e guerreiros que os ameaçavam. Depois do ocorrido, a atividade missionária ficou paralisada na região por várias décadas. Na ocasião da passagem de Stradelli pelo rio tais desacordos entre religiosos e indígenas reverberavam em várias povoações e a suposta influência demoníaca entre os nativos o levou a buscar mais informações sobre o culto. Quando estava se preparando para fazer incursões de pesquisa, no sentido de coletar relatos dos índios sobre a crença, foi surpreendido por seu guia de viagem. Nas palavras do Conde: “meu bom amigo Massimiano(sic) José Roberto disse que o trabalho ele já o havia feito (em *Nheengatu*) e que, se eu o quisesse, colocaria o manuscrito à minha disposição”. Assim, o interlocutor de Stradelli era reconhecido não somente como informante, mas como autor que reuniu e estruturou a narrativa indígena sobre a chamada “Lenda de Jurupari”. Cf. STRADELLI, Ermanno. *Lendas e notas de viagem: A Amazônia de Ermanno Stradelli*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

importância no deslocamento de fronteiras rumo à Amazônia Ocidental, seu papel guarda pouca expressão em discussões que tratam da frente expansão, diluídos entre abordagens que privilegiam os relatos de “pioneiros”. A partir dos intermediários e intermediárias da floresta, abre-se a possibilidade da escrita de uma outra versão da história do avanço rumo ao oeste amazônico, a contrapelo⁴⁵².

⁴⁵² BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. in: BENJAMIN, W., *Obras Escolhidas*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

Considerações Finais

Imagem 15 - “Batelão Manoel Urbano” - 1905

Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty⁴⁵³

A Comissão brasileira-peruana de demarcação de limites, que tinha entre seus membros o afamado literato Euclides da Cunha, aportou em Manaus em 30 de dezembro de 1904. A expedição teve o fito de determinar as linhas de fronteira entre o Brasil e o Peru, remexidas com o avanço do colonialismo interno brasileiro rumo ao oeste amazônico. À época não foi necessário contratar índios remeiros. Eram tempos de *boom* da borracha, quando miríades de embarcações à vapor cruzavam as cabeceiras, carregadas de mercadorias e passageiros.

O destino dos ilustres emissários foi o rio Purus, onde contaram com os préstimos do Batelão *Manoel Urbano*, sugestivo nome para um barco utilizado com fins exploratórios. Fazia poucos anos que o “descobridor do Purus” havia falecido. Morto em 1897, seu nome e saberes continuaram sendo aproveitados⁴⁵⁴. Através da pena de Euclides da Cunha, Urbano apareceu como linha auxiliar de viajantes e cientistas, um

⁴⁵³ A imagem foi retirada do volume organizado pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, que trata da trajetória da Comissão chefiada por Euclides da Cunha. No livro consta a procedência da fotografia, guardada no Arquivo do Itamaraty. Cf. CUNHA, Euclides da. *O Rio Purús*. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1960. p.24.

⁴⁵⁴ A morte de Manoel Urbano foi registrada no pequeno jornal *O Beijo*, de Manaus, na edição de 13 de junho de 1897. HDBN. *O Beijo*. n.12, p.4.

esperto *cafuz*, “homem inculto, aparelhado apenas com tino admirável”, fornecedor de dados sobre a floresta aos afamados exploradores com quem entrou em contato⁴⁵⁵. Conquanto tenha ocupado posição de destaque dentro dos jogos de conquista dos altos rios, não obteve a distinção e fama de outros exploradores de mesma lavra. Ironicamente, mesmo depois de morto, seu nome continuou atrelado à devassa da floresta, simbolicamente presente na expedição de Euclides da Cunha.

O intermediário, mesmo sob a roupagem de colaborador do Estado, de cientistas e patrões, era parte do tecido social da floresta, e como tal não obteve lugar de destaque. Na interpretação do escritor brasileiro, crítico do extrativismo e dos mundos do trabalho da borracha, as sociedades locais estavam à deriva no tempo do progresso, à margem da história. Parte de suas populações vivia um sono edênico e outra parcela “trabalhava para escravizar-se”. A narrativa de Euclides da Cunha demonstrou limitadas nuances do panorama relacional dos sertões amazônicos, documentando mais sua própria visão cidadina diante do desconhecido do que as multifacetadas experiências vivenciadas na floresta⁴⁵⁶. Talvez se ao invés de nomear o Batelão, Manoel Urbano tivesse efetivamente guiado o escritor pelo Purus, suas visões sobre a Amazônia teriam sido outras.

Esta tese teve o objetivo de contribuir com o estudo da trajetória de personagens da floresta do século XIX, especialmente aqueles silenciados pelo ideário pioneiro, do qual Euclides da Cunha tomava parte. O escopo do trabalho teve a preocupação de trazer pessoas e suas ambiguidades, com atenção aos jogos de escala envoltos em suas decisões e caminhos. O avanço rumo ao oeste amazônico foi escolhido como *processo chave*, que permitiu a localização dos cruzamentos e situações de contato entre os mais diferentes personagens. Por isso, fez-se necessário escrutinar variados níveis das movimentações rumo aos altos rios, incluindo as intercessões entre projetos internacionais e idiosincrasias das sociedades da floresta, que complexificaram os percursos da sedimentação do Estado brasileiro na Amazônia ocidental.

⁴⁵⁵ DA CUNHA, Euclides. *Um paraíso perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 286.

⁴⁵⁶ Sobre a escrita de Euclides da Cunha na Amazônia, ver: HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hiléia*: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Além de apontar as rugas do cenário de expansão, intentou-se colocar em causa as assimetrias das alianças complexas tecidas pelos envolvidos no deslocamento de fronteiras. A floresta guardava componentes relacionais forjados por indígenas, escravos, migrantes, regatões, dentre outros agentes, que ajudavam a compor a multiétnica demografia dos sertões. Bem diferente do deserto edênico pintado por Matthew Fontaine Maury, William Lewis Herndon e Asahel Dana Piper, o interior amazônico era conformado por redes de sociabilidade e tensões que compunham intrincadas territorialidades.

Nesse sentido, buscou-se problematizar o tecido social amazônico sem descuidar de suas conexões com processos que iam além de suas especificidades internas. Foi nesse ensejo que articulou-se o cruzamento entre índices analíticos de ordem macro e micro, levando-se em conta a expansão do colonialismo interno e do capitalismo internacional, que avançavam simultaneamente sobre terras amazônicas no século XIX. Os intermediários da floresta, que atuavam nas encruzilhadas transculturais da frente de expansão, perpassavam os diferentes níveis do referido processo. Mesmo figurando como parte ou colaboradores da suspeita “multidão colorida”, alguns desses agentes tornaram-se prestimosos interlocutores oficiais do deslocamento de fronteiras – vide o caso dos regatões.

Ao analisar as agências dos habitantes do interior buscou-se demonstrar suas rugosidades e assimetrias, ora aliançadas contra adventícios, ora compromissadas com exploradores e emissários oficiais, resguardando interesses bem delimitados. Tais nuances permitiram entrever algumas das manobras de populações da floresta, que atuavam dentro de campos de possibilidades que poderiam garantir melhores condições de sobrevivência e liberdade no espinhoso cenário de expansão rumo aos altos rios. Dialogando com reflexões de Barbara Sommer, estudiosa do avanço lusitano na Amazônia setecentista, é possível afirmar que persistiu a lógica dos *negociated settlements*⁴⁵⁷. Se no plano do discurso se dizia que a floresta era “deserta”, um paraíso “inculto” ou “perdido”, no nível do contato cotidiano havia outros vieses interpretativos, perpassados pela atmosfera de tensões e complexas negociações que desafiavam o pioneirismo interno.

⁴⁵⁷ SOMMER, Barbara. *Negotiated Settlements: native amazonian and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. New Mexico: University of New Mexico, PhD Thesis, 2000.

Os encontros e desencontros da situação de fronteira ajudaram a concatenar o panorama social dos altos rios. Sua territorialidade híbrida, produto de intercessões entre várias culturas, possibilitou a conformação de zonas de contato preñhes de significado, que podem ajudar a reconstituir a história social dos sertões amazônicos através das agências de habitantes da floresta⁴⁵⁸. Cumpre notar que a frente de expansão oitocentista, enquanto violento fenômeno econômico e demográfico, teve significativas continuidades ao longo do tempo. A Amazônia e suas populações continuaram forjando agências em face das movimentações de “arrojados” exploradores, nacionais e estrangeiros, que viram na floresta oportunidades de ganhos fáceis.

Em pleno século XXI, novas formas de deslocamento de fronteiras têm avançado no Norte do Brasil. Atualmente, o colonialismo interno, capitaneado pelo agronegócio, campeia em terras amazônicas de maneira devastadora. Se antes as árvores do látex eram cobiçadas e mantidas em pé, hoje as matas valem mais quando derrubadas. A destruição de mananciais e áreas tradicionais de extrativismo tem sido a tônica do capitalismo contemporâneo, que tem se expandido através da monocultura da soja, da criação extensiva de gado e da exploração da mineração. Tal combinação de fatores, que vem precarizando o acesso aos recursos naturais, tem unido populações que no passado vivenciaram sangrentas contendas, como indígenas e seringueiros.

Reunidos em torno da defesa e preservação do acesso aos bens da natureza, atualmente os intitulados *povos da floresta* protagonizam posições contrárias ao avanço predatório do agronegócio e violência de fazendeiros. A emergência desse grupo social, que congrega índios, mocambeiros, seringueiros, castanheiros, dentre outros personagens, surgiu nas cabeceiras, através de movimentos sociais do Acre, justamente no território “conquistado” como desdobramento da imperialismo interno brasileiro oitocentista.

Vale salientar, por fim, que a sucessão de frentes de expansão tem deixado marcas indeléveis no território amazônico, que continua sendo atravessado por interesses desconectados dos modos de vida e sociabilidades locais. Os *povos da floresta*, portadores de muitas experiências e saberes sobre as complexidades amazônicas, vem constituindo

⁴⁵⁸ Sobre a ideia de um “História Social dos Sertões”, conferir: LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.

uma agenda de luta em defesa do meio ambiente e da legitimidade dos seus conhecimentos tradicionais. Se antes a floresta era vista como barreira para a civilização e abrigo de índios, escravos, regatões e fugitivos, atualmente ela encarna o *locus* de enunciação da resistência dos movimentos sociais da Amazônia. Novas fronteiras foram abertas e sobrepostas, assim como novas modalidades de barganha e resistência emergiram.

Referências

Documentos – por local de guarda

- **Arquivo Público do Amazonas (Manaus)**

- Livro da Diretoria de Índios de 1854 – manuscrito.
- Livro n.04 – Polícia (delegacias), 1854 – manuscrito.
- Livro da Polícia – ofícios expedidos pela delegacia, 1854 – manuscrito.
- Livro dos registros de oficiais, guardas nacionais e companhias de trabalhadores, 1854 -1855 – manuscrito.
- Livro de Actas das Sessões da Fazenda (1855-1862) – manuscrito.
- Livro de quadros demonstrativos da administração da Província do Amazonas, 1856 – manuscrito.
- Livro de ofícios expedidos pela Chefia da Polícia do Amazonas, 1863 – manuscrito.
- Livro n. 10 - Subdelegacias de Polícia da capital e do interior, 1865- manuscrito.
- Livro do Commando de Armas da Província do Amazonas, 1863-1864 – manuscrito.
- Contratos celebrados com a Presidência – folheto publicado pela Thezouraria da Fazenda Provincial do Amazonas, 1871 – impresso.
- Livro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1873 – manuscrito.

- **Arquivo da Biblioteca Artur Reis (Manaus)**

- Caixa de Manuscritos 1813-1899 – diversas tipologias.

- **Centro Cultural dos Povos da Amazônia (Manaus)**

- Livro da Diretoria de Índios, 1853 – manuscrito.

- **Biblioteca Pública Artur Viana - setor de periódicos (Belém)**

- Diário do Gram-Pará, 1857, 1860, 1861.

- **Biblioteca Pública Menezes Pimentel – setor de periódicos (Fortaleza)**
 - Cearense, 1869.

- **Grêmio Literário Português – setor de periódicos (Belém)**
 - Gazeta Oficial, 1858.

- **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível na internet:**
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
 - O Paraense, 1822 – Belém.
 - Treze de Maio, 1848, 1853, 1855, 1858 – Belém.
 - O Catechista, 1864 – Manaus.
 - Jornal do Rio Negro, 1868 – Manaus.
 - Amazonas, 1869, 1879 – Manaus.
 - Diário de Notícias, 1870 – Rio de Janeiro.
 - Diário do Rio de Janeiro, 1871 – Rio de Janeiro.
 - Jornal do Pará, 1874 – Belém.
 - O beijo, 1897 – Manaus.
 - Revista Vellozia, 1887 – Manaus.

- **Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Manaus)**
 - Documentos manuscritos da Câmara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro (1853-1854), livro sem numeração.

- **Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (Manaus)**
 - Estrella do Amazonas, 1854, 1855, 1856, 1858, 1859, 1861.

- Correio de Manáos, 1869.
- Comércio do Amazonas, 1874.

- **Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Manaus)**

- MATTOS, João Wilkens. *Roteiro da primeira viagem do Vapor Monarcha desde a Cidade da Barra do Rio Negro, Capital da Província do Amazonas, até a povoação de Nauta, na República do Peru*. Rio Negro, Tipografia de M.S. Ramos, 1855 (impresso).
- Relatório da Exploração do Rio Purus apresentado pelo Engenheiro João Martins da Silva Coutinho, 1862 (impresso).
- Áudios Expedição Purus, Sebastião Banawá (Canutama) e Moacir Banawá (Tapauá), fev. 2012.

- **New York Public Library (Nova York)**

- PIPER, Asahel Dana. *Bolivian colonization: being prospectus of the Colonization and Commercial Co. of Bolivia*. Incorporated in San Francisco, California, January 25th, 1870. San Francisco, Alta California Printing House, 1870.
 - Imagem – “Piper grant”
 - Imagem – “Chamada para pioneers”
 - Imagem – “Detalhe da capa do prospectus”
- RAIMONDI, Antonio. *El Peru: Historia de la Geografia del Peru; o Relacion cronologica de los viajes, descubrimientos, fundaciones de ciudades y pueblos, câmbios notables de las divisiones territoriales que se verifican en el Peru desde 1801 hasta el dia – Libro II, Tomo III*. Imprenta del Estado, Calle de la Rifa num.58, por J. Enrique del Campo, 1879.
- MAURY, Matthew Fontaine. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*. Washington: F. Taylor, 1853.
 - Imagem – “Mapa da América do Sul apresentado no folheto de Maury”
- BROWN, Barrington and LIDSTONE, William. *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. London, 1878.

- CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons: diary of a twelve month's journey*. London: SAMS, 1873.
 - Imagem – “India-rubber Forest – Collecting rubber”

- **New York University – Division of libraries (Nova York)**
 - South American Missionary Magazine (SAMB), March 1, 1867.
 - Imagem – “Detalhe da capa da primeira edição de 1867”
 - South American Missionary Magazine (SAMB), June 1, 1874.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), October 1, 1874.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), February 1, 1875.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), April 1, 1876.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), May 1, 1876.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), September 1, 1876.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), October 1, 1876.
 - South American Missionary Magazine (SAMB), March 1, 1880.
 - Imagem - “Regatao (Huckster) and the floating shop, trading on the Purus”.

- **Relatórios de Presidentes de Província, disponíveis no site da Universidade de Chicago:** <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>
 - *Falla* de Herculano Ferreira Penna dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas, 1853.
 - Relatório de Presidente de Província de João Pedro Dias Vieira, 1856.
 - Informações sobre o rio Purus – ofício dirigido ao Exm. Sr. Presidente da Província pelo Dr. João Martins da Silva Coutinho. Documento n.3. Relatório da Presidência da Província do Amazonas Manoel Clementino Carneiro da Cunha, 1862.

- Relatório do Presidente de Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1864.
 - Tabela: “Listagem das Diretorias de Índios da Província do Amazonas em 1864”.
- Relatório dos Negócios da Província do Pará, apresentado pelo Presidente da Província do Pará José Viera Couto de Magalhães, 1864.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1865.
- Relatório do Presidente de Província do Amazonas João Wilkens de Mattos, 1870.
- *Falla* dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas em 1874 pelo Presidente da Província Domingos Monteiro Peixoto.
- *Falla* dirigida à Assembleia Provincial do pelo Barão de Maracaju, Presidente da Província do Amazonas em 1879.

Referências gerais: livros, teses, dissertações e artigos

ABREU, Martha. *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

ABREU, Tenner Inauhiny de. *Nascidos no Grêmio da Sociedade: Racialização e mestiçagem entre os trabalhadores da Província do Amazonas (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília, Ed. do Senado Federal, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Os Selvagens*. Manaus: Editora Valer, (1875) 2004.

AMOROSO, Marta. *Catequese e Evasão*. Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Guerra Mura no Século XVIII: Versos e Versões*. Representações dos Mura no Imaginário Colônia. (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. *Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do império: diálogos da ordem menor dos frades capuchinhos com a história natural*. Revista de História (USP), Edição especial, 2010. pgs.271-301.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2014.

APPELBAUM, Nancy P. *Mapping the Country of Regions: The Chorographic Commission of Nineteenth-century Colombia*. Chapel Hill, The University of North Caroline Press, 2016.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1961.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In. *Antropos-Homem*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.s.d p.296/332. (Enciclopédia Einaudi, n. 05).

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, (1839), 2004.

BALESTRA, Aline Alcarde. *O que significa ser “manso”?* A selvageria e a civilização sob diferentes perspectivas. In. DOS SANTOS, Gilton Mendes e APARÍCIO, Miguel. *Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus*. Manaus, EDUA, 2016.

BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. In: A modernidade de Baudelaire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A Hidra Cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte*. São Paulo, PUC – Tese de Doutorado em História, 2013.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Mainas (1780-1820)*. Tese de Doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2013.

BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do Solitário* (Africanos Livres, Tráfico de escravos - Liberdade da Cabotagem - Abertura do Amazonas). Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1863.

_____. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, (1865)1936.

BAYER, Therese von. *Meine Reise in den Brasilianischen Tropen*. Verlag Von Dietrich Reimer: Berlin, 1897.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Punishment in Paradise: race, slavery, human rights, an a nineteenth-century Brazilian Penal Colony*. Durham and London: Duke University Press, 2015.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de História: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. Sobre o conceito de história. in: BENJAMIN, W., *Obras Escolhidas*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEZERRA, Maria José. *Invenções do Acre: de território a Estado – um olhar social*. São Paulo: tese de doutoramento – USP, 1996.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)*. Campinas: Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP, 2000.

_____. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica, 2009.

_____; GUZMÁN, Décio de Alencar. (orgs.) *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Editora Paka-tatu, 2002.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BONILLA, Oiara. *Des proies si desirable: Soumission et prédation pour les Paumari d'Amazonie brésilienne*. (Doutorado em Antropologia Social)– EHESS, Paris, 2007.

- _____. O Bom patrão e o inimigo voraz. *Revista Mana* 11(1), 2005.
- _____. The skin of history: Paumari perspectives on conversion and transformation. In: VILAÇA, Aparecida e WRIGHT, Robin. *Native Christians: modes and effects of Christianity among indigenous people of the Americas*. Routledge: London and New York, 2016.
- BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. Caminhos do Acre. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1947.
- BRÍGIDO, João. *Ceará: homens e fatos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- BRITO, Adilson Júnior Ishihara. A desordem na ordem: a soldadesca e os lugares comuns de convívio das “classes perigosas” na Independência do Grão-Pará (1820-1823). In: NETO, José Maria Bezerra e GUZMÁN, Décio de Alencar. (orgs). *Terra Matura: Historiografia e História Social da Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2002. p.246-249.
- _____. *Insubordinados Sertões: O Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. Tese de Doutorado em História Social – USP, São Paulo, 2016.
- BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões Norte-Americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social – USP, 2014.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Tese de Doutorado em História, 2015.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Em memória de Stradelli*. Manaus: Valer, [1936] 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia desde os anos 1980*. Cadernos AEL, vol. 14, n.26, 2009.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.26. n.52, p. 79-114.
- _____. “O senhor absoluto dos sertões”. O “capitão” preto José Lopes, a Amazônia e o Cabo Verde. *Boletín Americanista*, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008.
- _____. A Amazônia Colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*. v. 2 - n. 1 - jan./dez. 2008.
- CHANDLESS, William. Ascent of the River Purús. In: *The Journal of Royal Geographical Society of London*. Londres, vol. 36. 1866.

_____. Notes on the rivers Arinos, Juruena, and Tapajós. *The Journal of the Royal Geographical Society*, Londres, vol. 32, 1862.

_____. An exploration of the river Aquiry, an affluent of the Purus. *The Journal of the Royal Geographical Society* London: Royal Geographical Society, 1867;

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. (1847-1877). Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, 2011.

_____. *Fronteiras de sentido e os Sentidos da fronteira*. Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos. Manaus, v.1, n.1, p.9-25, junho de 2011

_____. *Nos meandros da história rio Purus: problemáticas de alteridade e os mundos do trabalho no século XIX*. In: Marta Amoroso; Gilton Mendes dos Santos. (Org.). Paisagens Ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia. Terceiro Nome: São Paulo, 2013.

_____. *Negros e índios sob suspeita: dimensões da escravidão e do trabalho compulsório no território amazônico (1850-1860)*. Revista Litteris, dossiê História social do trabalho na Amazônia, Rio de Janeiro, n.14, 2014, pgs.21-32.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987

CARVALHO, José. *O matuto cearense e o caboclo do Pará*. Fortaleza: Edições UFC, 1973.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios da Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Campinas, Tese (Doutorado em História), UNICAMP, 2005.

_____. Cultura e Mercado na Amazônia da Borracha. In. DOS SANTOS, Gilton Mendes. (org). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

COSTA, Rila Arruda. *Política Cultural e Museus no Amazonas (1997-2010)*. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFAM, 2011.

CAVALCANTE, Ygor Olinto. *“Uma viva e permanente ameaça”: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (1850-1882)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2013.

_____. Os Xerimbabos: a vida de crianças indígenas e negras em tempos de escravidão (Brasil, Amazonas: séc. XIX). *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, Vol. 01, nº. 01, fevereiro de 2014.

- CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COEN, David. W. and GREENE, Jack P. *Neither Slave nor Free: the freedmen of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1972.
- COSTA, Craveiro. *A conquista do Deserto Ocidental*. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. *Por todos os cantos da cidade: escravos negros nos mundos do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2016.
- DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- DA CUNHA, Euclides. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- DA CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- DA ENCARNAÇÃO, Manoel Urbano. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purus. In. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Ethnographia (Miscellaneas menores)* tomo III, fascículos 1-4, 1902.
- DA CUNHA, Manoela Carneiro. Política Indigenista no século XIX. In. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Xamanismo e Tradução: pontos de vista sobre a floresta amazônica. In. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____; e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs). *Enciclopédia da floresta: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DEGLER, Carl N. *Neither Black nor White: Slavery and Race relations in Brazil and the United States*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.
- DEAN, Warren. *À ferro de fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DE OLIVEIRA, Reginaldo Gomes e IFILL, Melissa (orgs.) *From historical paths to the cultural process between Brazil and Guyana*. Editora da Universidade Federal de Roraima - EDUFRR, Boa Vista, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DO NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães. *Dewey e Rorty: da metafísica empírica à metafísica da cultura*. Belo Horizonte: Tese de doutorado em Filosofia, UFMG, 2012.

DOS SANTOS, Francisco Jorge. *Nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa: mando metropolitano e a prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Manaus: Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

DOS SANTOS, Gilton Mendes. (org). *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011.

EARLE, Rebecca (org). *Rumours of Wars: Civil Conflict in 19th century Latin-America*. London: University of London, 2000.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*. In: Revista Projeto História. São Paulo, 1993.

FERRARINI, Sebastião Antônio. *Transertanismo, sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Avalanches de flagelados no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas*. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da Língua Geral ao Português: para uma História do uso social das línguas na Amazônia*. Tese de doutoramento, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FOUCHER, Marilza A. de Melo. *La politique d'occupation dans l'Amazonie occidentale : le cas de l'Acre*. Paris : These de doctorat de troisieme cycle - Paris III : Institut de Hautes Etudes de l'Amerique Latine, 1988.

FORTE, Ernesto Mattoso Maia. *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira. Itinerário e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: Impressões de Viagem por um dos membros da mesma comissão*. Rio de Janeiro: Typ. a Vap. de Soares & Niemeyer, 1885.

FUNES, Eurípedes A. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*” – História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: USP, tese de doutorado em História, 1995.

_____. *Buscar as águas bravas: história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas*. Florianópolis, XX Simpósio Nacional de História, ANPUH, 1999.

_____. *El Dorado no Inferno Verde* – Quem vive no inferno se acostuma com os cães. In: GONÇALVES, Adelaide; EYMAR, Pedro (orgs). *Mais borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUC;NUDOC; Brasília: Ideal Gráfico, 2008.

_____; GONÇALVES, Adelaide. “*La recreación de la Amazonía Brasileña a través de los viajeros*.” In: DEL RIO, José Maria Valcuende (Coord). *Amazonía. Viajeros, Turistas y poblaciones indígenas*. La Laguna (Tenerife): PASOS, RTPC, 2012.

FULLER, Claudia Maria. “*V. Sª não manda em casa alheia*”: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na Província do Pará, 1838-1844. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol.III, n.2, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GARFIELD, Seth. *In Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Durham and London: Duke University Press, 2013.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações*. São Paulo: Tese de doutorado em História Social – USP, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades de fronteira*. In. SILVA, Sérgio Duarte da (org.). *Relações cidade – campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

GINZBURG, Carlo. *História Nocturna: uma decifração do Sabat*. Lisboa: Giulio Einaudi editora, 1989.

_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Os fios e os rastros: verdadeira, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza. Casa de José de Alencar, 2000.

GLEDHILL, John and SCHELL, Patience A. (orgs). *New Approaches to resistance in Brazil and Mexico*. Duke University Press, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. (org) *Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira. Séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora UFPA, 1999.

_____. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs.XVII-XIX)*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 1997.

_____; NEGRO, Antônio Luigi. *Além das senzalas e fábricas: uma História Social do Trabalho*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.18, n.01, 2006.

_____; MACHADO, Maria Helena P.T. Atravessando a liberdade: migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro e São Paulo). In. GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e pós-abolição no Brasil*. São Paulo: Summus, Selo Negro Edições, 2014.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONÇALVES, Walter P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008.

GOETZMANN, William H. *The Explorer and The Scientist in the winning of the American West*. Bookspan, 2006.

GOULART, José Alípio. *O Regatão* (mascate fluvial da Amazônia). Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968.

GOW, Peter. “Canção Purús”. Nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2006, V. 49 Nº 1.

GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas do Brasil: 1872-1970*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

GRANERO, Fernando Santos, BARCLAY, Frederico. *La frontera domesticada*. História econômica y social de Loreto. 1850-2000. Lima: Ed. Pontifica Universidad Católica Del Peru, 2002.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo.(orgs). *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das Monarquias Católicas e outras *Connected Histories*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001.

GUILLEN. Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hiléia*: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. *Trem Fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na Selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Batimore: The John Hopkins University Press, 2001.

HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798-1840*. New York, Cambridge University Press, 2010.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HECHT, Suzanna e COCKBURN, Alexander. *The fate of the forest: developers, destroyers and defenders of the Amazon*. New York: Verso, 1989.

- HERNDON, William Lewis. *Exploration of the Valley of the Amazon*. Washington: Robert Armstrong, public printer, 1853.
- HEMMING, John. *Fronteira Amazônica*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- _____. *Naturalists in Paradise: Wallace, Bates and Spruce in the Amazon*. London: Thames and Hudson, 2015.
- HILL, Jonathan D (org). *Rethink History and Myth: Indigenous South America perspectives on the past*. Chicago: The University of Illinois Press, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- _____. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In. ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Ed. Unesp; Imprensa oficial do Estado, 2002.
- HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- ISHII, Raquel Alves. *Viagens do “homem que virou rio”*: narrativas, traduções e percursos de William Chandless nas Amazônia (século XIX). Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2011.
- JOHNSON, Walter. On agency. in *Journal of Social History*, vol. 37, no.1, 2003.
- JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.
- KREPS, David. The Complexity of Social Systems: could hegemony emerge from the micro-politics of the individual? In. KREPS, David (edit). *Gramsci and Foucault: a reassessment*. Burlington (VT): Ahsgate, 2015.
- KIEMEN, Mathias C. *The Indian Policy of Portugal in the Amazon region (1614-1693)*. New York: The Catholic University of America, 1973.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KROEMER, Gunter. *Cuxiuara: O Purus dos indígenas - ensaio étnico-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*. Maranhão. Typ. do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo: Doutorado em História Social - USP, 2006.

LACERDA, Gabriela Ismerim. *Metamorfoses da Poranduba Amazonense*. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira. USP, 2016.

LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford University Press, 2006.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. Belém, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Pará, 2012.

LAS CASAS, Bartolomé de. *O Paraíso Destruido: a sangrenta história da conquista da América espanhola*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

LEAL, Davi Avelino Leal. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. (Doutorado em Sociedade e Cultura), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.

_____. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15 editores; Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo, Companhia das letras, 2008.

LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre Mundos: o povo Apurinã e última fronteira do Estado brasileiro*. Tese de Doutorado em História – UFRGS, 2016.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855*. Belém: Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, 2002.

LOUREIRO, Antonio. *O Amazonas na época imperial*. Manaus: Loureiro Ltda, 1989.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos. Origens de uma Controvérsia Internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – USP, São Paulo, 2005.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. *O Brasil no olhar de William James: cartas, diários e desenhos (1865-1866)*. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. *Crime e escravidão*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAMIGONIAN, Beatriz. *A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão*. In: Grinberg, Keila and Salles, Ricardo (orgs). *Brasil Imperial*, vol.1. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIN, Rosa Acevedo Marin. *Du Travail Esclave au Travail Libre: Le Para (Bresil) sous le Regime Colonial et sous l'Empire (XVII - XIX siecles)*. (Tese de doutorado em História e Civilização), Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, 1985.

_____; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Black peoples of the Trombetas river: Peasantry and Ethnicity in the Brazilian Amazon. In: NUGENT, Stephen; Harris, Mark. *Some other Amazonians: perspectives on Modern Amazonia*. London: Institute for the Study of the Americas, 2000.

MARCOTTI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no Império Português (ca. 1450-1650). *Revista Tempo*, n. 30, jul. 2011.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: EDUA, (1869) 2006.

MCGERR, Michel. The price of the “New Transnational History”. *The American Historical Review*. v. 96, n.4, 1991.

MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Belém: *Cadernos NAEA*, v.2, n.2, 1999.

MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. New York: Columbia University Press Morningside Edition, 1989.

_____. *Notes on the definition of peasantries*. The Journal of Peasant Studies. 1:1, 91-106, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2011.

MATOS, João Henrique de. “Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas”. In REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1979. *O Amazonas em 1845*. Revista do IHGB – Tomo CCCXXV.

METCALF, Alida C. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil*. Austin: University of Texas Press, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

_____. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. As mãos machadas do Sr. Hunnewell. In: MACHADO, Maria Helena P. T. e HUBER, Sasha (org) *(T)races of Louis Agassiz: photography, body and Science, yesterday and today / Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O Regatão* – notícia histórica. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia Editores, 1958.

MORAES, Rinaldo Ribeiro. *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha*. Belém, Programa de Pós-graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - UFPA, Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, Belém, 2007.

MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da Migração: trabalhadores e Emigrantes Cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - PUC, 2003.

MORAIS, Laura trindade de. HENRIQUE, Márcio Couto. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). In. *Revista de História* (USP), n.171, jul-dez 2014.

MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOREIRA, Eidorfe. *Influências amazônicas no Nordeste* (reflexos da fase áurea da borracha). Belém: UFPA/NAEA, Fundação Rômulo Maioara, Editora Grafisa, 1982.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília, FUNAI, 2005.

MURPHY, Yolanda and MURPHY, Robert F. *Women of the Forest*. New York: Columbia University Press, 1985.

NASH, Gary B. *Red, White and Black: The peoples of early America*. Jersey City, 1974.

NEVES, Arthur de Freitas e LIMA, Roseane Pinto. (orgs) *Faces da História da Amazônia*. Belém: Editara Paka-tatu, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. *A lei de terras e a lei da vida: Transformações do mundo rural no Ceará do século XIX*. In: Estudos de História. Franca: v.8, n.2, 2001.

NUGENT, Stephen and HARRIS, Mark (orgs). *Some Other Amazonians: perspectives on Modern Amazonia*. London: Institute for the Study of the Americas, 2000.

NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides. (Pará, 1870-1889).* (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, 2008.

_____. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia.* Niterói, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2011.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In. *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia.* São Paulo: Brasiliense; Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaaios em Antropologia Histórica.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

_____. O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da fronteira Amazônia no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 10, 1979.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista. (1786-1888).* Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra História: Imaginando o imaginário.* In. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1995.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus. (1890-1920).* Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2010.

PICCOLI, Jacob Cesar. *Sociedades tribais e a economia da borracha na área Juruá-Purus.* São Paulo: tese de doutoramento – PUC, 1993.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem.* Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

_____. A Revolta popular revisitada: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. *Revista Projeto História* (PUC-SP), n.19, nov.1999.

_____. *De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX.* In. Revista Terra das Águas, N.1, V.1, 1999.

_____. Lideranças estrangeiras entre trabalhadores manauaras (1910-1930). *Mundos do Trabalho*, v. 9, n.17, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925).* Manaus: EDUA, 1999

_____. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas. (1880-1920).* Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). In ARRUDA, José Jobson de Andrade (org). *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil.* São Paulo: Alameda, 2013.

PIEDRA, Arturo. *Evangelização protestante na América Latina: análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante (1830-1960)*. Sinodal: São Leopoldo, 2006.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POZZA NETO, Provino. *Aves libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2011.

PRICE, Richard. *Marron Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore, The John Hopkins University Press, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

YUNGJOHANN, John C. *White Gold: The Diary of a rubber cutter in the Amazon (1906-1916)*. Oracle (Arizona): Synergetic Press, 1989.

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.

PRIORE, Mary del.; GOMES, Flávio dos Santos. (orgs). *Os Senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RADDING, Cynthia. *Landscapes of Power and Identity: comparative histories in the Sonoran Desert and the Forests of Amazonia from colony to republic*. Duke University Press, 2005.

_____. *Wandering Peoples: Colonialism, Ethnic Spaces, and Ecological Frontiers in the Northwestern Mexico, 1700-1850*. Duke University Press, 1997.

RAIMONDI, Antonio. *El Peru: Historia de la Geografía del Peru* (tomo III – Livro segundo). Lima: Imprenta del Estado, 1879.

RAMA, Angel. *The Lettered City*. Duke University Press, 1996.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde (Scenas e Cenários do Amazonas)*. Tours, Typographia Arrault & C^a, (1908) 1927.

RAPONI, Livia. Mata adentro, Ermanno Stradelli no Rio Purus. In. DOS SANTOS, Gilton Mendes e APARÍCIO, Miguel. *Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus*. Manaus: EDUA, 2016.

RAPPAPORT, Joanne and CUMMINS, Tom. *Beyond the Lettered City*. Durham: Duke University Press, 2012.

REDIKER, Markus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

_____. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

RESTALL, Matthew (org.) *Beyond Black and Red: African-Native relations in Colonial Latin America*. University of New Mexico Press, 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005.

RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 4, 2001.

_____. Llagas de guerra y actos de fé política: la 'Cabanagem' en la narrativa historiográfica y antropológica. *Boletín Americanista*, v. 1, 2012.

REZENDE, Ivana Otto. *Os órfãos da cidade do látex (1897-1923)*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

RIZINNI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Hélio. *Coronel Labre*. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

ROLLER, Heather. *Amazonian Routes: indigenous mobility and colonial communities in Northern Brazil*. Stanford, California: Stanford University Press, 2014.

_____. River guides, Geographical informants, and Colonial Field Agents in the Portuguese Amazon, *Colonial Latin American Review*, 2012, 21:1, 101-126.

RUDÉ, George. *The Crowd in History: A Study of Popular Disturbances in France and England, 1730 – 1848*. London, Serif, 2005.

NEIL, Safier. Subalternidade Tropical? Interrogar o trabalho do índio remador nos caminhos fluviais amazônicos. In. *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver — séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.

SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a Ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.8 (suplemento), 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SMYTH, William and LOWE, Frederick. *Narrative of a Journey from Lima to Pará, across the Andes and down the Amazon*. Cambridge University Press, (1876) 2011.

SOUZA, Cônego Francisco Bernardino. *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*. Belém: Typographia do Futuro, 1899.

SPRUCE, Richard. *Notas de um Botânico na Amazônia*. Belo Horizonte: Itatiaia, (1908) 2006.

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*, São Paulo: Martin Claret, (1892) 2005.

- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia*. 1800- 1920. São Paulo: Queroz, 1980.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SCOTT, Rebeca & HÉBRARD, Jean. *Freedom Papers: an Atlantic odyssey in the age of emancipation*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- SECRETO, Verônica. *Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX*. Trajetos v.4 - Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003.
- _____. *(Des)medidos: A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (org). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém, Ed. Açai/CNPq, 2011.
- _____. Política Indigenista no Brasil Imperial. In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009
- _____. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- _____; ERTHAL, Regina de Carvalho (orgs). *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus, EDUA, 2006.
- _____. Africanos e Índios na Amazônia: experiências de precarização da liberdade. In. *Simpósio Internacional América: Poder, Conflicto e Política*, Asociación Española de Americanistas – AEA, Barcelona, 2011.
- _____. *Mundos Cruzados: etnia, trabalho e cidadania na Amazônia Imperial*. In. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.
- _____. e CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha *Histórias de Joaquina: mulheres, escravidão e liberdade*. (Brasil, Amazonas. Séc. XIX). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 46, 2012.
- SHIEL, Juliana. *Tronco Velho: Histórias Apurinã*. Tese de doutorado em Antropologia – USP, São Paulo, 2004.
- SLATER, Candace. *Entangled Edens: visions of the Amazon*. Los Angeles: University of California Press, 2002.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e Recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2011.

SOMMER, Barbara A. *Negotiated Settlements: native amazonian and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. New Mexico: University of New Mexico, PhD Thesis, 2000.

_____. Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the indian slave trade. *The Americas*, 61:3 January 2005.

_____. Cracking Down on the cunhamenas: renegade amazonian traders under Pombaline reform. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 38, novembro, 2006.

SOUZA, Ingrid Daiane Pedrosa de Souza. *Gente da Mata: Histórias, Alteridades e Socialidades entre os Jamamadi no médio Purus*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*. Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800 (Jul., 1997).

STERN, Steve J.(org) *Resistance, Rebellion, and Consciousness in the Andean Peasant World – 18th to 20th centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

STRADELLI, Ermanno. *Lendas e notas de viagem: A Amazônia de Ermanno Stradelli*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The middle Amazon Valley (1640-1750)*. Phd Thesis, The University of Wisconsin, 1974.

_____. and NASH, Gary B. (orgs) *Struggle and Survival in Colonial America*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questões de fronteira: sobre uma Antropologia da História. *Novos Estudos*, n. 72, São Paulo, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SZASZ, Margaret Connell. *Between Indian and White Worlds: The Cultural Broker*. Norman: University of Oklahoma Press, 1994.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos* (vários artigos 1878-1915). Belém: Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica, 1970.

THEÓPHILO, Rodolpho. *O Paroara*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, (1899) 1974.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Dover Publications, (1893) 1996.

- TEIXEIRA, Alcemir Alijean Bezerra. *O Juízo dos Órfão em Manaus (1868-1896)*. Manaus, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____.; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- TORRE, Oscar de la. Los ambiguos efectos de la fluidez e la contingencia: la Pós-emancipación en el Brasil fronterizo (Amazonía, 1888-1950). *Boletín Americanista*, Barcelona, ano LXIV, n.68, 2014. Pgs 101-120
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Dover Publications, 1996.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Editora Valer, 2009.
- VALCUENDE, José Maria (coord.). *História e Memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009.
- VALEN, Gary Van. *Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-boom Bolívia. (1942-1932)*. Tucson: The University of Arizona Press, 2013.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL difusão editorial S/A, 1979.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- VIERA, Angélica Maia. *Os Paumari e o Peixe-boi: da concepção histórica à prática da pesca*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. São Paulo, HUCITEC. 1987.
- WADE, Peter. *Blackness and Race Mixture: The dynamics of racial identity in Colombia*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1993.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- _____. Pensando a História fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, jan-jul de 2013.

_____. Erecting and erasing boundaries: Can we combine the 'Indo' and the 'Afro' in Latin American Studies? *E.I.A.L - Estudos Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Vol.19 – N.1, 2008. pp.129-144.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo, Hucitec /História Social, USP, 1998.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta. Alto Juruá – Acre, 1870-1945*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Doutorado em História Social, 1998.

YANNAKAKIS, Yanna. *The art of being in-between: natives, intermediaries, indian identity, and local rule in Colonial Oaxaca*. Durhan and London: Duke University Press, 2008.